



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Anderson Leonardo de Azevedo

**O Império, a saúde e os livros: memória e trajetória da Biblioteca da
Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro
2024

Anderson Leonardo de Azevedo

**O Império, a saúde e os livros: memória e trajetória da Biblioteca da Faculdade
de Medicina do Rio de Janeiro**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A994 Azevedo, Anderson Leonardo de.
O Império, a saúde e os livros: memória e trajetória da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro / Anderson Leonardo de Azevedo. – 2024.
224 f.

Orientadora: Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Catálogos de bibliotecas - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Bibliotecas - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 3. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - Teses. 4. Rio de Janeiro (Estado) - Teses. I. Ferreira, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 017.1(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Anderson Leonardo de Azevedo

O Império, a saúde e os livros: memória e trajetória da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Aprovada em 10 de maio de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profa. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Profa. Dra. Maria da Conceição Calmon Arruda
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Profa. Dra. Stefanie Cavalcanti Freire
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Cristiane Batista Andrade
Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (*in memoriam*) e à tia Dica, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Hoje, com alegria no coração, venho manifestar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que estiveram ao meu lado nas páginas desse livro que chamamos de vida. A conclusão desta tese de doutorado representa o término de mais um capítulo, e o início de outro que possibilitará novos caminhos.

Inicialmente, quero expressar profunda gratidão à minha orientadora, Dra. Tania Bessone, cuja sabedoria, orientação e apoio foram fundamentais em todos os momentos. Seu amor pela história, dedicação incansável e incentivo, foram verdadeiramente inspiradores e sou imensamente grato por seus conselhos e expertise, essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Às autoridades que compuseram minha banca examinadora, Dra. Lúcia Guimarães, Dra. Conceição Arruda, Dra. Stefanie Freire e Dra. Cristiane Andrade, expresso meu mais sincero reconhecimento pelo tempo dedicado à leitura e avaliação deste trabalho. Suas observações críticas e sugestões construtivas são inestimáveis, contribuindo significativamente para o aprimoramento desta pesquisa.

Não posso deixar de reconhecer as instituições que tive o privilégio de estudar, trabalhar e me aperfeiçoar: Colégio Padre Eustáquio (BH), Centro Universitário Newton Paiva (BH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Procuradoria da República em Minas Gerais (PRMG), Fiocruz (RJ), Itamaraty (RJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), expresso minha gratidão pela oportunidade de explorar e desenvolver meu potencial profissional e acadêmico.

Aos chefes e colegas de trabalho, que se tornaram verdadeiros amigos e estiveram ao meu lado em distintas fases da vida: Arlete Duarte, Frater Nicácio, Marilu Ferreira, Fabiana Astolfi, Dayse Margareth, Mário Coelho, Gilmara Coelho, Renata Azeredo, Frederico Ferreira, Ana Claudia Paranaguá e Cynthia Tarrise. A vocês deposito minha mais verdadeira admiração, respeito e gratidão.

Aos amigos, que seria impossível citar nominalmente cada um, este trabalho não teria sido possível sem a existência, apoio e carinho de cada um de vocês. Meu coração transborda de satisfação pelos amigos que a vida me deu.

Por último, mas definitivamente não menos importante, quero expressar todo amor a minha família, especialmente à Viviane, Heitor e Íris.

RESUMO

AZEVEDO, Anderson Leonardo de. *O Império, a saúde e os livros: memória e trajetória da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. 2024. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O tema desta tese visa resgatar a história da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, refletida em seu catálogo bibliográfico, publicado no ano de 1892, pelo médico dr. Carlos Costa, que assumiu a função de bibliotecário da Instituição em 1880. Analisou-se a importância dos livros desde suas primeiras manifestações, o surgimento e as transformações das funções das bibliotecas bem como a necessidade crescente de mecanismos que facilitassem o acesso à informação. Buscou-se contextualizar a saúde no Brasil antes da criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, as práticas médico-cirúrgicas vigentes e a chegada da família real no Brasil em 1808, provocando importantes mudanças no ambiente local para, então, analisar o papel da Faculdade e a constituição de uma biblioteca com perfil científico. Em seguida foi focalizado o Catálogo, sua importância, a classificação temática adotada para sua concepção, a cronologia de publicação das obras, os locais de procedência dos livros, e ainda os diferentes idiomas existentes no acervo, entre outras informações de interesse. A pesquisa revelou que o acervo da biblioteca continha um número superior de obras, acima do relatado no Catálogo. Grande parte dos livros foi impresso ou editado na França, no idioma original. O perfil da biblioteca é bem heterogêneo quanto à origem temporal de livros, havendo obras datadas de séculos anteriores ao período de sua formação.

Palavras-chave: biblioteca; catálogo; Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; século XIX.

ABSTRACT

AZEVEDO, Anderson Leonardo de. *The Empire, the health, and the books: memory and trajectory of the Library of the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro*. 2024. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The theme of this thesis aims to rescue the history of the Library of the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro, reflected in its bibliographic catalog, published in 1892, compiled by dr. Carlos Costa, who assumed the role of librarian of the Institution in 1880. The importance of books since their early manifestations, the emergence and transformations of the functions of libraries, and the growing need for mechanisms that facilitate access to information. The aim was to contextualize health in Brazil before the establishment of the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro, the prevailing medical-surgical practices, and the arrival of the royal family in Brazil in 1808, causing significant changes in the local environment. Subsequently, the goal was to analyze the role of the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro and the establishment of a library with a scientific profile. The focus then shifted to the Catalog, its importance, the thematic classification adopted for its conception, the chronology of the publication of works, the places of origin of the books, and the different languages present in the collection, among other relevant information. The research revealed that the library's collection contained a greater number of works, above that reported in the Catalogue. Most of the books were printed or published in France, in the original language. The profile of the library is very heterogeneous in terms of the temporal origin of books, with works dating back centuries before the period of its formation.

Keywords: library; catalog; Faculty of Medicine of Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; 19th century.

RÉSUMÉ

AZEVEDO, Anderson Leonardo de. *L'Empire, la santé et les livres: mémoire et trajectoire de la Bibliothèque de la Faculté de Médecine de Rio de Janeiro*. 2024. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Le thème de cette thèse vise à sauver l'histoire de la Bibliothèque de la Faculté de Médecine de Rio de Janeiro, reflétée dans son catalogue bibliographique, publié en 1892, par le docteur Carlos Costa, qui a pris sa fonction de bibliothécaire de l'Institution en 1880. L'importance des livres depuis leurs premières manifestations a été analysée, ainsi que l'émergence et les transformations des fonctions des bibliothèques, ainsi que le besoin croissant de mécanismes facilitant l'accès à l'information. Nous avons cherché à contextualiser la santé au Brésil avant la création de la Faculté de Médecine de Rio de Janeiro, les pratiques médico-chirurgicales actuelles et l'arrivée de la famille royale au Brésil en 1808, provoquant d'importants changements dans l'environnement local, afin d'analyser le rôle de la Faculté de Médecine de Rio de Janeiro et la constitution d'une bibliothèque à profil scientifique. Ensuite, le Catalogue a été mis en avant, son importance, la classification thématique adoptée pour sa conception, la chronologie de publication des œuvres, les lieux d'origine des livres, ainsi que les différentes langues existant dans la collection, entre autres informations intéressantes. La recherche a révélé que la collection de la bibliothèque contenait un nombre plus élevé d'ouvrages, au-dessus de ce qui était rapporté dans le Catalogue. La plupart des livres ont été imprimés ou publiés en France, dans la langue originale. Le profil de la bibliothèque est très hétérogène en ce qui concerne l'origine temporelle des livres, avec des œuvres datant de siècles antérieurs à la période de sa formation.

Mots-clés: bibliothèque; catalogue; Faculté de Médecine de Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; 19ème siècle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial e licenças para impressão da <i>Svmma Política</i>	37
Figura 2 – Página inicial com licença para impressão da obra <i>Bibliotheca Lusitana</i> . 37	
Figura 3 – Obra licenciada pela Real Mesa Censória	39
Figura 4 – Artigo Nono do Tratado de 1825	49
Figura 5 – Página inicial do Manual de Brunet.....	58
Figura 6 – Frontispício do manuscrito <i>Árvore da Vida</i>	67
Figura 7 – Compêndio sobre os malefícios proporcionados pelos jesuítas ao ensino português	71
Figura 8 – Breve do Padre Clemente XIV expulsando os jesuítas	72
Figura 9 – <i>Formulário e Guia Medica</i>	73
Figura 10 – <i>Dicionário de Medicina Popular</i>	74
Figura 11 – Carta de sangria e dentista para o escravizado Vicente	77
Figura 12 – Cátedra da Aula Magna dos jesuítas em Salvador	85
Figura 13 – Hospital Real Militar da Corte.....	88
Figura 14 – Página inicial do <i>Estatuto para a Escola de Medicina</i>	96
Figura 15 – Vestes talares para lentes.....	100
Figura 16 – Reunião da Câmara dos Deputados com proposta de redução dos recursos destinados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	102
Figura 17 – Capa do livro <i>Anatomia Geral</i> , de Bichat	106
Figura 18 – Trecho do relatório do Ministério do Império de 1858 sobre o acervo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	107
Figura 19 - Anúncio de frequência da Biblioteca da Faculdade de Medicina em 5 de outubro de 1873	109
Figura 20 – Anúncio de frequência da Biblioteca da Faculdade de Medicina em 23 de abril de 1880.....	110
Figura 21 – Ampliação do espaço físico da biblioteca.....	110
Figura 22 – Anúncio de frequência da Biblioteca da Faculdade de Medicina em 18 e 19 de abril de 1883.....	111
Figura 23 – Obras adquiridas pela Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – janeiro 1887	112

Figura 24 – Proposta de redução dos recursos financeiros destinados à Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	113
Figura 25 – Recursos financeiros destinados à encadernação de teses e outros documentos da biblioteca.....	113
Figura 26 – Páginas de abertura do Catálogo elaborado por dr. Carlos Costa, 1884	114
Figura 27 – Reconhecimento ao trabalho do bibliotecário dr. Carlos Costa.....	115
Figura 28 – Reuniões comunitárias do espaço da biblioteca	116
Figura 29 – Registro da graduação do médico dr. Carlos Costa.....	117
Figura 30 – Notícia da graduação do dr. Carlos Costa no <i>Jornal do Commercio</i> ...	118
Figura 31 – Anúncio de transferência temporária de clientela	118
Figura 32 – Nomeação do dr. Carlos Costa como bibliotecário	119
Figura 33 – Notícia confirmando a nomeação do dr. Carlos Costa como bibliotecário	119
Figura 34 – Relato de queixas de alunos contra o dr. Carlos Costa	120
Figura 35 – Resposta do dr. Carlos Costa à reclamação de alunos apresentado à Gazeta da Tarde	120
Figura 36 – Anúncio dos horários e locais de atendimento (1885).....	121
Figura 37 – Anúncio dos horários e locais de atendimento (1888).....	121
Figura 38 – Trecho da explanação ao redator de <i>O Paiz</i> sobre sua trajetória no campo da higiene pública	122
Figura 39 – <i>Catálogo Sistemático da Biblioteca da Faculdade de Medicina</i>	125
Figura 40 – Erro evidente em data de obra	135
Figura 41 – Solicitação do dr. Carlos Costa para doação ou empréstimo à exposição.	136
Figura 42 – Oferta de obras pelos autores à exposição.....	137
Figura 43 – Matéria sobre a exposição médica organizada pelo dr. Carlos Costa..	138
Figura 44 – Dados catalográficos da obra (1694)	139
Figura 45 – Dados catalográficos da obra (1794)	140
Figura 46 – Modelo de registro de obra no Catálogo	141
Figura 47 – Obra sem declaração de autoria, mas atribuída a autor específico	143
Figura 48 – Obras sem registro de data.....	144
Figura 49 – Obra com comentário acerca da sua origem	145
Figura 50 – Indicação de obra deteriorada.....	145

Figura 51 – Indicação do tamanho da obra, sem registro da dimensão	146
Figura 52 – Erro na numeração das obras do Catálogo.....	147
Figura 53 – Indicação de registro de obra em mais de uma classe do Catálogo	147
Figura 54 – Registro sobre procura da obra por leitores	149
Figura 55 – Registro de obra incompleta e com folhas faltantes.....	150
Figura 56 – Indicação dos assuntos abordados em cada volume de obras compostas por vários volumes	151
Figura 57 – Obras destacadas como raras	152
Figura 58 – Informação de que a obra está incompleta	152
Figura 59 – Registro de encadernação de duas obras em um mesmo volume	153
Figura 60 – Indicação de se tratar de obra rara	155
Figura 61 – Registro de obra incompleta	156
Figura 62 – Obra registrada com intervalo de tempo e indicação de ausência de um ano determinado	157
Figura 63 – Registro da existência de assinaturas na obra.....	158
Figura 64 – Indicação da presença de ilustrações na obra	158
Figura 65 – Registro de diferentes datas para mesma obra	159
Figura 66 – Registro de continuidade fora do intervalo de tempo indicado.....	160
Figura 67 – Oferta de obra pelo bibliotecário	160
Figura 68 – Indicação de edições anteriores da obra.....	160
Figura 69 – Obras ofertadas à biblioteca pelo Imperador	161
Figura 70 – Obras ofertadas pelos autores à biblioteca	162
Figura 71 – Obra ofertada pelo tradutor	162
Figura 72 – Indicação de obra com temas pertinentes a mais de uma categoria....	163
Figura 73 – Obra mais recente registrada no Catálogo.....	164
Figura 74 – Página de apresentação do CERL Thesaurus	168
Figura 75 – Identificação do local de procedência: Olysiopone e Lisboa	169
Figura 76 – Identificação do local de procedência: Parisüs, Parisiis e Paris	170
Figura 77 – Registro de doação de coleção de teses à Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	178
Figura 78 – Erro de grafia na indicação da localidade	178
Figura 79 – Obras traduzidas do holandês	181
Figura 80 – Obras em latim e holandês e em latim e alemão	182
Figura 81 – Obra em português traduzida por ordem do Príncipe Regente.....	184

Figura 82 – Obra traduzida do latim para o francês	185
Figura 83 – Obra publicada em francês e alemão em mesmo volume	185
Figura 84 – Obra em francês traduzida do grego sobre os ensinamentos de Hipócrates	186
Figura 85 – Obras em latim e grego	187
Figura 86 – Obra em português traduzida do francês	187
Figura 87 – Obra em português escrita por português	188
Figura 88 – Obra traduzida do alemão	189
Figura 89 – Obra em francês traduzida do alemão	190
Figura 90 – Dicionário em francês e inglês	191
Figura 91 – Dicionário em espanhol e português	191
Figura 92 – Dicionário ‘portatil’ nos idiomas português e alemão	192
Figura 93 – Dicionário francês-português, com pronúncia francesa	193
Figura 94 – Obras traduzidas do alemão e do italiano para o francês	194
Figura 95 – Obras no idioma grego	194
Figura 96 – Obras traduzidas do inglês para o francês	194
Figura 97 – Dicionário Caldas Aulete em português	195
Figura 98 – Obras em romeno com temáticas voltadas às moléstias dos olhos e à tuberculose	195
Figura 99 – Obra em sueco	195
Figura 100 – Obra em frísio	196

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das obras constantes no Catálogo	142
Gráfico 2 – Distribuição das obras do Catálogo - por décadas (%).....	148
Gráfico 3 – Distribuição das obras do Catálogo – século XIX – por local de procedência	171
Gráfico 4 – Distribuição das obras do Catálogo – 1800-1809 – por local de procedência	171
Gráfico 5 – Distribuição das obras do Catálogo – 1810-1819 – por local de procedência	172
Gráfico 6 – Distribuição das obras do Catálogo – 1820-1829 – por local de procedência	173
Gráfico 7 – Distribuição das obras do Catálogo – 1830-1839 – por local de procedência	173
Gráfico 8 – Distribuição das obras do Catálogo – 1840-1849 – por local de procedência	174
Gráfico 9 – Distribuição das obras do Catálogo – 1850-1859 – por local de procedência	175
Gráfico 10 – Distribuição das obras do Catálogo – 1860-1869 – por local de procedência.....	175
Gráfico 11 – Distribuição das obras do Catálogo – 1870-1879 – por local de procedência.....	176
Gráfico 12 – Distribuição das obras do Catálogo – 1880-1889 – por local de procedência.....	177
Gráfico 13 - Distribuição das obras do Catálogo – sem data – por idioma.....	182
Gráfico 14 - Distribuição das obras do Catálogo – século XIX – por idioma	183
Gráfico 15 - Distribuição das obras do Catálogo – década 1800-1809 – por idioma	184
Gráfico 16 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1810-1819 – por idioma	185
Gráfico 17 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1820-1829 – por idioma	186

Gráfico 18 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1830-1839 – por idioma	187
Gráfico 19 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1840-1849 – por idioma	188
Gráfico 20 – Distribuição das obras do Catálogo – década de 1850-1859 – por idioma	189
Gráfico 21 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1860-1869 – por idioma	190
Gráfico 22 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1870-1879 – por idioma	192
Gráfico 23 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1880-1889 – por idioma	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de catálogo e inventário	51
Quadro 2 – Proposta de Navarro de Andrade para a Escola Médico-Cirúrgica	91
Quadro 3 – Proposta de Manoel Luiz para a Escola Médico-Cirúrgica	93
Quadro 4 – Síntese da organização dos Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro – Peixoto, 1836.....	97
Quadro 5 – Bibliotecários e auxiliares da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	116
Quadro 6 – Seções e classes das obras constantes do Catálogo	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos títulos por seções e classes segundo o Catálogo	135
Tabela 2 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1800 a 1809	149
Tabela 3 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1810 a 1819	150
Tabela 4 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1820 a 1829	151
Tabela 5 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1830 a 1839	154
Tabela 6 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1840 a 1849	154
Tabela 7 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1850 a 1859	155
Tabela 8 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1860 a 1869	156
Tabela 9 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1870 a 1879	157
Tabela 10 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1880 a 1889	159
Tabela 11 - Distribuição das obras do Catálogo - séculos XII-XVIII e idiomas.....	181
Tabela 12 – Distribuição das obras do Catálogo - século XIX – décadas	183

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCS	Centro de Ciências de Saúde
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GPL	Gabinete Português de Leitura
RGPL	Real Gabinete Português de Leitura
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	18
1	TOMO E TEMPO: LIVROS, BIBLIOTECAS E CATÁLOGOS PELAS PÁGINAS DA HISTÓRIA.....	32
1.1	Livros.....	32
1.2	Bibliotecas.....	45
1.3	Catálogos.....	51
2	RAÍZES DA SAÚDE NO BRASIL: UMA JORNADA PELOS CUIDADOS MÉDICOS ANTES DA CRIAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO.....	65
2.1	A saúde e a prática médico-cirúrgica desde o período colonial.	65
2.2	A chegada da família real no Rio de Janeiro.....	79
3	CURANDO CONHECIMENTO: A SAGA DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO.....	87
3.1	A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	87
3.2	A biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	104
3.3	O médico e bibliotecário dr. Carlos Costa.....	117
4	EXPLORANDO OS TESOUROS DA BIBLIOTECA: O CATÁLOGO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO COMO FRUTO DO ACESSO AO CONHECIMENTO.....	125
4.1	Classificação temática das seções.....	127
4.2	Cronologia das publicações.....	142
4.3	Local de procedência das obras.....	165
4.4	Idioma dos itens.....	180
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
	REFERÊNCIAS.....	203

INTRODUÇÃO

O presente está ligado ao passado, mesmo porque o presente resulta de ações e acontecimentos anteriores. O presente é consequência de ações passadas e, portanto, precisa ser entendido a partir dos seus antecedentes, das suas causas (BLOCH, 2002).

A história da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro é um capítulo especial na evolução das ciências médicas no Brasil. Durante o período de sua fundação e consolidação, essa instituição não apenas emergiu como um centro de excelência na formação de profissionais de saúde, mas também foi palco de profundas transformações sociais, políticas e tecnológicas. Desde sua criação, a faculdade foi influenciada por mudanças significativas na prática médica, impulsionadas por avanços científicos e adaptações às necessidades da sociedade brasileira em constante evolução.

Ao lançar um olhar sobre as raízes históricas da saúde no Brasil, explora-se os debates e as ideias que permearam a evolução da educação médica, da saúde pública e a importância crescente no desenvolvimento da ciência local. Além disso, buscou-se entender como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro influenciou e foi influenciada por todos os avanços e transformações que ocorreram no século XIX, contribuindo para a consolidação do conhecimento médico e seu desdobramento pelo território brasileiro.

Com a criação da faculdade, surgiu a necessidade de implantação de uma biblioteca que desse suporte à educação desses futuros profissionais. No início, a formação médica estava intrinsecamente ligada à prática e ao conhecimento contido nos livros. O período testemunhou os esforços para institucionalizar e aprimorar a educação dos médicos, e a biblioteca desempenhou um papel crucial nesse processo, funcionando como verdadeiro centro de disseminação do saber científico, em especial os avanços e as descobertas vindos da Europa. Desse modo, os livros não eram apenas instrumentos de estudo, mas também veículos para a transmissão do conhecimento acumulado ao longo dos séculos. A presença de obras essenciais para o ensino da medicina contribuiu para a formação de um corpo discente mais qualificado e a Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro acompanhou o desenvolvimento da instituição, enfrentando obstáculos, transpondo barreiras e se adaptando às reformas que foram acontecendo no decorrer dos anos.

Para compreender um pouco mais dessa história, esta tese visa lançar luz sobre a memória da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, refletida em seu acervo bibliográfico, destacando seu impacto duradouro na história das ciências médicas no Brasil e seu papel na construção do cenário médico que conhecemos na contemporaneidade.

José Barros (2009) se refere à memória como o registro de experiências humanas e a construção de referenciais sobre o passado, por meio da sua consubstanciação através da linguagem falada ou escrita. Jacques Le Goff (1990) reflete acerca dos materiais que se aplicam à memória, relacionando documento e monumento, onde documento provém de *docere*, ou seja, ensinar, e monumento se relacionada a *monere*, que significa fazer recordar, instruir. A proposta do autor é que todo documento pode ser considerado um monumento, tendo em vista sua fundamentação como fato/prova históricos. Ao olhar para um livro como documento/monumento, percebe-se um veículo condutor de informações entre o passado e o presente. Umberto Eco (1983, p.361) em *O Nome da Rosa*, afirma que: “Os livros não são feitos para acreditarmos neles, mas para serem submetidos a investigações. Diante de um livro não devemos nos perguntar o que diz, mas o que quer dizer”. Nessa vertente, buscou-se resgatar no catálogo bibliográfico da faculdade respostas que descortinassem uma parte ainda desconhecida da memória de uma instituição que moldou a formação da classe profissional, constituída pelos primeiros acadêmicos e professores de medicina na capital do Império brasileiro.

Para dar cabo ao projeto, foi realizada a análise do acervo existente na Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, contido no catálogo publicado em 1892 pelo médico dr. Carlos Costa, que assumiu o cargo de bibliotecário da faculdade no ano de 1880.

Trata-se de um estudo em que é importante considerar o contexto do período em que o trabalho foi realizado, bem como os recursos de organização da informação disponíveis à época. Os cursos e a própria formalização dos conhecimentos relativos à Biblioteconomia eram inexistentes no país e a primeira escola da profissão só viria a surgir em 1911, a partir de uma iniciativa da Biblioteca Nacional, sendo que sua regulamentação ainda demorou cinquenta anos para acontecer¹. Ainda, é necessário

¹ De acordo com Almeida e Baptista (2013, p. 2), no Brasil, “O ensino de Biblioteconomia surgiu a partir do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911 que estabeleceu a criação do primeiro Curso de

considerar a falta de normas e orientações específicas para classificação, catalogação e organização das obras em uso regular no país, o que tornou imperioso recorrer e adaptar instrumentos utilizados em outros países, como aquele desenvolvido por Jacques Charles Brunet, que foi eleito pelo dr. Carlos Costa para orientar a elaboração do referido catálogo como afirma Cláudia Diniz (2012).

De acordo com Alceu Ferraro (2008), o período anterior à criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi marcado pelas práticas de algumas ordens religiosas, entre elas a dos Jesuítas, que possuíam bibliotecas com livros raros, religiosos, manuais e livros de ciências, os quais acrescentaram conhecimentos dos indígenas sobre a flora e a fauna brasileiras. Nesse período, a oferta de instrução primária era praticamente inexistente e a maior parte da população era analfabeta, incluindo crianças e adultos. Por outro lado, o ensino secundário correspondia à educação e instrução das classes mais abastadas da sociedade, como observa Solange Zotti (2005).

Posteriormente, com a instalação da Escola de Medicina, a partir do Decreto de 1808, as práticas de cura passaram a ser baseadas em bibliografia específica, como, por exemplo, o livro de *Monsieur La Fay*, de origem francesa, com ensino teórico e baseado no acompanhamento dos lentes². Não havia a formação de médicos na colônia, portanto, quando os alunos recebiam as certidões, era necessário submetê-las ao cirurgião-mor³ do Reino para obtenção do diploma definitivo e exercício da profissão de cirurgião. Tal prática perdurou até 1826. Assim, sem um ensino estruturado, não havia também interesse e/ou empenho para a manutenção de bibliotecas especializadas. Entretanto, proliferavam as bibliotecas particulares, em sua maior parte privilégio das classes sociais locais mais prósperas e daqueles formados em Portugal, ressalta Dilma Cabral (2011b).

Havia, ainda, o fantasma da censura – episcopal, inquisitória e Régia -, que atingia a impressão e a distribuição de livros em Portugal, além das condições em que

Biblioteconomia na Biblioteca Nacional”. Em 1962, foi promulgada a Lei nº 4.084, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício.

² LENTE, s.m. Leitor, professor, catedrático. O que lê para outrem ouvir. O que lê para se instruir. (SILVA, 1823).

³ CIRURGIÃO-MOR, s. m. Cirurgião que regulamentava e disciplinava o exercício da profissão de cirurgião. (LEXIKON EDITORA DIGITAL, [201-]).

seriam autorizadas sua exportação para as colônias, como assevera Lúcia Bastos Neves (1999), Márcia Abreu (2009) e Luiz Carlos Villalta (1997).

Mesmo no ensino médico, segundo Benair Ribeiro (2010) e Lilia Schwarcz (2005), seu reflexo se fez sentir quando os lentes de anatomia recorriam a modelos animais e/ou desenhos para estudo da disciplina, uma vez que a dissecação de cadáveres era proibida. Assim, era atribuído a Portugal não só o anacronismo e a ineficiência do ensino médico local, mas também sua extensão às colônias, essencialmente por meio da criação de barreiras para o acesso a novas descobertas científicas (SCHWARCZ, 2005). À época, a Europa, especialmente a França, com os ideais iluministas, surgia como centro de conhecimentos avançados e erudição, mas também de ações libertárias indesejadas (NEVES, 1999; ROSA, 2009).

Somente a partir de 1808 a atenção da Coroa portuguesa se voltou para as condições de vida, de educação e saúde, entre outros aspectos, no Brasil, que, até então, só era visto como colônia a ser explorada. O interesse, por óbvio, se restringia à própria Coroa, sua comitiva e parte da sociedade local mais abastada, sendo mantidas algumas reservas que assegurassem à Coroa a devida autoridade. Tais iniciativas são objeto de discussão, conforme expuseram Dulcídio Moreira Júnior, Aline Figueiredo e Camila Vieira (2012), ao alegar a existência de um projeto de construção de um império luso-português. Autores como Flora Lahuerta (2009) e Juliana Meirelles (2015) defenderam a ideia de que a Coroa portuguesa planejou previamente sua transferência para o Brasil, enquanto Kirsten Schultz (2008) credita essa mudança ao receio promovido pelas invasões napoleônicas e as pressões de França e Inglaterra. Na impossibilidade de comprovação dessas teorias, Jurandir Malerba (2000) indica a dúvida na alegação de falta de consenso quanto à motivação para o evento.

No que concerne aos estudos médicos, as escolas de medicina foram inicialmente concebidas como escolas de treinamento profissional, submetendo seus egressos aos médicos portugueses, uma vez que o Decreto de 2 de abril de 1808 mencionava apenas o estabelecimento da Escola por meio da cadeira de Anatomia, e não a criação de uma instituição de nível superior, de acordo com Rosana Barroso (2015). O intervalo entre a criação da cadeira de Anatomia, em 1808, que precedeu a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, instalada meses depois, e a elevação da Escola de Medicina à Faculdade, ocorrida em 1832, revela o longo caminho para a formação de médicos no Brasil, considerando-se que durante esse

período o currículo dos cursos sofreu diversas alterações, bem como a sua duração (BARROSO, 2015; BORGES, 2008; JACÓ-VILELA *et al.*, 2004; SCHWARCZ, 2005; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2022).

A biblioteca da faculdade enfrentou desafios desde sua criação devido à falta de recursos para aquisição de publicações, como indicam Francisco Lobo (1982) e Fernando Magalhães (1932). Os autores mencionam ainda que o início do acervo foi baseado nas teses defendidas pelos alunos. Com o passar dos anos, por meio de aquisições e doações, seu acervo cresceu.

Tania Ferreira (2001) observa que, naquela época, existiam no Rio de Janeiro bibliotecas públicas que atendiam ao público geral, mesmo com restrições dos serviços em alguns casos. Ela ainda afirma que na ocasião algumas editoras se dedicavam à publicação de livros direcionados a segmentos profissionais específicos, como médicos e advogados. Isso facilitava a formação de acervos particulares por parte desses profissionais, proporcionando-lhes acesso a materiais relevantes para suas áreas de atuação.

Isso pode ter afetado, em alguma medida, o início do desenvolvimento da biblioteca da Faculdade de Medicina, em especial a existência das bibliotecas domésticas, tendo em vista que os estudantes, vindo de famílias com posses, em alguns casos filhos e herdeiros de outros médicos, tinham acesso às publicações por meio de recursos próprios. Considerando que o acesso à informação não era um problema propriamente dito aos estudantes, é provável que biblioteca tenha ficado em segundo plano, comparado aos outros desafios enfrentados para consolidação da faculdade.

Quando a Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi criada, o acervo era pouco expressivo, e possivelmente ainda não demandaria uma organização sistemática, nem contasse com a existência de um catálogo. Com o passar do tempo, a coleção foi criando corpo de forma moderada até o final da década 1870. Entre 1880 e 1889, o acervo praticamente dobrou de volume, passando de 4672 obras para 9.016, o que coincide com o momento em que o dr. Carlos Costa assume cargo de bibliotecário. Foi nesse período que possivelmente surgiu a necessidade de uma organização técnica da coleção e de um instrumento de facilitação à localização dos livros e periódicos ali existentes. Por isso, somente em 1887 foi elaborado um catálogo das obras componentes do acervo, ainda que incompleto. O reconhecimento

dessa incompletude levou Costa (1892) a elaborar um novo catálogo, mais detalhado e indicando todas as obras disponíveis até o seu ano de publicação.

Nesse ponto, convém esclarecer que, dada a impossibilidade de acesso a Biblioteca Central do Centro de Ciências de Saúde (CCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se encontra parcialmente interditada desde 2017, buscou-se uma versão digitalizada do catálogo elaborado por Carlos Costa em 1892, disponibilizado virtualmente pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Senado Federal do Brasil⁴⁻⁵.

Traçado um contexto geral do período, envolvendo as condições que circundavam a saúde no Brasil antes e durante a vinda da família real portuguesa, o cenário no qual se instalou a primeira cadeira da Escola Médico-Cirúrgica, o caminho percorrido até sua elevação à faculdade e a instalação da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, esse foi um largo processo. Estabeleceu-se como objetivo deste trabalho investigar as características das obras que compunham o acervo bibliográfico da Escola de Medicina do Rio de Janeiro no período compreendido desde a sua implantação até 1889, de acordo com o catálogo elaborado em 1892 pelo bibliotecário e médico, dr. Carlos Costa.

A partir desse corolário e considerando que um catálogo não se refere somente a uma listagem de obras, mas sim a sua descrição em detalhes, foram estabelecidos os objetivos específicos que nortearam o desenvolvimento da tese, quais sejam: a) verificar a distribuição das obras em grandes seções e classes temáticas que orientaram a organização do catálogo do acervo bibliográfico da Escola de Medicina do Rio de Janeiro; b) apurar a cronologia das publicações que integravam esse

⁴ “O acervo de obras raras da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho é composto por aproximadamente 2,9 mil exemplares. [...] São obras não apenas de importância mundial, mas que também dizem respeito à formação histórica do Brasil [...]. O livro mais antigo é o *Novvs Orbis feu Descriptionis Indiae Occidentalis*, de Johannes de Laet, datado de 1633. [...]. Outra obra de grande valor histórico é a versão digitalizada do decreto que aboliu a escravidão no Brasil, dando origem à Lei Áurea. O documento é assinado pela princesa Isabel (1846-1921), cujo nome completo era Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon. A coordenadora destaca a ‘coleção particular do senador e bibliófilo Luiz Viana Filho, com quase 11 mil volumes, negociada com a família em 1997, após o falecimento do colecionador’. [...] Por sua relevância no contexto do acervo, essa coleção conta com instalações de guarda exclusivas e já foi objeto de exposições e publicação do Catálogo de Obras Raras e Valiosas da Coleção Luiz Viana Filho [...]” (BRASIL, 2018).

⁵ Ressalta-se que o acervo disponível ao acesso público foi de grande relevância para o desenvolvimento dessa tese, pois permitiu a inclusão de importantes imagens de documentos, ilustrando o desenvolvimento da temática abordada.

acervo; c) conhecer o local de procedência das publicações e d) identificar o idioma predominante nas obras.

Lycurgo Santos Filho (1947) destaca a relevância da influência da França na educação médica dos profissionais brasileiros, seja por meio de estudos realizados na Faculdade de Medicina de Montpellier, na qual muitos brasileiros procuraram formação entre séculos XVIII e XIX, pela utilização de materiais médicos de origem francesa, ou pela predominância da língua francesa na bibliografia do século XIX. Tania Bessone (2001) corrobora essas informações quando enfatiza que a quantidade de pesquisadores médicos franceses era significativamente mais extensa que a dos ingleses e alemães. Isso evidencia o patamar cultural alcançado pela França no século XIX. Dentre as cidades europeias, Paris ostentava o título de capital mundial da cultura, sendo o local onde muitos médicos brasileiros se formaram ou aprimoraram seus conhecimentos.

Assim, considerando a incipiência do ensino médico no Brasil e a forte influência da escola francesa em Portugal e outros países da Europa, conforme destacam Antonio Britto (2010), Odaci Coradini (2005) e Ana Jacó-Vilella (2004), entre outros autores, a hipótese que se propôs é que a formação do acervo da Biblioteca da Escola de Medicina do Rio de Janeiro refletia tal condição, composto, à época, em parte significativa por livros importados, especialmente no idioma francês, relacionando-se tais obras a aquisições governamentais, heranças e/ou doações. Essa prática, possivelmente, contribuiu para a substituição dos costumes oriundos do período colonial, propiciando o desenvolvimento da formação médica e de uma medicina com características locais, visando atender às necessidades da população estabelecida com a corte portuguesa e, indiretamente, beneficiando também os locais.

Não se identificou, até o momento de elaboração da tese, qualquer outro estudo acerca do catálogo das obras componentes do acervo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, elaborado em 1892 pelo dr. Carlos Costa, com enfoque semelhante, ou seja, com a identificação da distribuição dessas obras em grupos específicos, sua cronologia, local de procedência e idioma dos textos, configurando este um trabalho pioneiro, uma vez que revela aspectos quantitativos da evolução do acervo e qualitativos acerca das características das obras.

Os vocábulos biblioteca, inventário e catálogo, durante diferentes períodos foram relacionados a livros, referenciando sua listagem organizada segundo critérios distintos. Roger Chartier (1998) relatou que o termo biblioteca, inicialmente, se referia

a um livro que congregava a listagem das obras presentes nas instalações de bibliotecas, ou seja, o vocábulo representava tanto a coleção (livros) quanto a estrutura (instalação) que reunia tais obras. Já Rodríguez Parada (2007) discutiu a distinção entre catálogo e inventário, culminando com a conclusão de que o inventário era referente ao rol de bens de um indivíduo, constituindo um instrumento administrativo, enquanto o catálogo era afeto a bibliotecas e tratava de uma lista ordenada das obras disponíveis naquela instituição. Outro termo destacado por Roger Chartier (1998) em associação aos catálogos, é livraria, aludindo a obra publicada em 1550, por Antonio Francesco Doni, que inovou ao adotar a língua vulgar, pois as edições anteriores privilegiavam o latim, além de apresentar um formato reduzido, facilitando sua utilização.

O aumento do número de livros nos séculos XIII e XV evidenciaram a necessidade de criação de um instrumento que possibilitasse a identificação de obras nas bibliotecas, especialmente naquelas ligadas a universidades, sendo identificado já na segunda metade do século XIII o catálogo cuja produção é atribuída aos franciscanos ingleses, conforme relata Josiel Santos (2012).

Entretanto, a ausência de critérios uniformes para a elaboração de catálogos se fez sentir na forma de organização que permitia unir em mesmo volume obras de diferentes autores, tipos e formatos. Essa situação indicou a necessidade de elaboração de critérios que pudessem subsidiar a catalogação das obras disponíveis nas bibliotecas, assim as primeiras classificações foram desenvolvidas por eruditos e livreiros já no século XVII, como explica David McKitterick (2008). Esse primeiro sistema de classificação não se mostrou muito prático, pois era feito por assunto, exigindo divisões cada vez mais extensas. Outras formas de classificação foram elaboradas de acordo com interesses específicos, citando-se entre elas a de Thomas Watts, de 1830, para o *British Museum*, que tomou como ponto de partida a bíblia; a da Biblioteca de *Wren*, que organizava as obras de acordo com a identificação do proprietário original; a do *Trinity College*, que organizava as obras pelos idiomas; e aquelas por data de publicação, remontando aos incunábulo (MCKITTERICK, 2008).

Em 1831, Antonio Panizzi propôs suas 91 Regras para catalogação, ao ser contratado para trabalhar na revisão do catálogo do Museu Britânico; Charles Coffin Jewett adaptou as regras de Panizzi na elaboração de um código de catalogação aplicado à biblioteca da *Smithsonian Institution*; em 1876, enquanto Charles Ami

Cutter elaborou 368 Regras para catalogação, influenciado pelos sistemas desenvolvidos por Panizzi e Jewett, conforme esclarece Marysia Fiuza (1987).

Destaca-se aqui o trabalho de Jacques Charles Brunet, responsável pela elaboração de um sistema de consulta ao catálogo *Table méthodique*, dividido em classes representadas por algarismos romanos, arábicos e letras, como revela Alice Barbosa (1969). Esse foi o sistema adotado pelo dr. Carlos Costa no catálogo publicado em 1892, com ajustes decorrentes do auxílio de John Shaw Billings, que organizou e geriu a *Library and Museum of the Office of the Surgeon General of the United States Army*, a partir de 1865, além da elaboração do *Index Medicus*, segundo afirma Alice Moraes (2002).

A expressão atribuída aos catálogos é revelada pelos autores que os estudaram, tais como Myriam Ellis (1957), que avaliou o acervo que originou a primeira Biblioteca Pública Oficial de São Paulo, mediante acesso a uma cópia do inventário de 1826 e ao catálogo de 1878, identificando 4.221 volumes organizados em treze grandes grupos.

Marisa Deaecto (2011) também abordou o surgimento da primeira Biblioteca Pública de São Paulo (1825), revelando, entre outras informações, a existência de 175 títulos e 403 volumes voltados para o Direito Canônico, além de 119 títulos e 293 volumes referentes ao Direito Natural e Civil, conforme inventário realizado em 1826.

Fabiano Azevedo (2007, 2008, 2012), em pesquisa sobre o Real Gabinete Português de Leitura (RGPL) inaugurado em 1837, analisou o catálogo de 1844, do qual constavam 2.827 obras, sendo 1.474 no idioma português, 1.234 no francês e 77 no inglês. Entre as obras disponíveis estavam: novelas, literatura, história, poesia, política, teologia e culto, medicina, viagens, direito, teatro e comércio.

Tania Bessone (2014) pesquisou as bibliotecas particulares do Rio de Janeiro no período entre 1870 e 1920. Ela identificou que advogados e médicos constituíam um público expressivo, entre outros profissionais. Além disso, identificou-se que até o século XIX predominavam obras em língua francesa, na orientação da teoria e da prática médica. Ao tratar das bibliotecas particulares em ambiente doméstico, constatou sua formação por meio de aquisições diretas, heranças, doações e leilões.

Sobre história das bibliotecas, não se pode deixar de mencionar o livro *A Biblioteca Desaparecida*, escrito por Luciano Canfora (1989). No texto o autor investiga a trajetória da lendária Biblioteca de Alexandria. Canfora explora as diversas teorias sobre a vasta coleção de conhecimento e discute a importância cultural e

histórica da biblioteca. Ele examina relatos históricos, mitos e evidências arqueológicas para tentar reconstruir o que aconteceu com a biblioteca e o impacto de sua perda na civilização ocidental. A obra combina rigor acadêmico com narrativa literária, proporcionando uma reflexão profunda sobre a preservação do conhecimento e a fragilidade das instituições culturais.

A escolha de estudar a trajetória da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por meio do seu catálogo bibliográfico se deu não apenas em consonância com o curso de doutorado em História, mas foi também calcada na trajetória pessoal do autor da tese, uma vez que relaciona a área de formação de base, Biblioteconomia, com mestrado em Educação em Saúde pela Fiocruz, cujo objeto de estudo buscou evidenciar o papel das bibliotecas na formação de profissionais de saúde.

Além de satisfazer a um anseio pessoal e acadêmico, a investigação proposta visa contribuir para a ampliação dos conhecimentos relativos à formação de bibliotecas universitárias, especialmente, aquelas que moldaram a formação de classes profissionais de cuja especialização a humanidade é amplamente dependente, como a classe médica. Ademais, pretende-se recuperar informações que porventura possam ter sido danificadas e/ou perdidas por ocasião da interdição da Biblioteca Central do Centro de Ciências de Saúde (CCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O objeto de investigação situa-se na esfera da linha de pesquisa 'Política e Cultura', uma vez que a Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi constituída em um âmbito político incomum, partindo do deslocamento da família real portuguesa para uma colônia, no início do século XIX, algo inaudito à época. O seu desenvolvimento foi marcado por diferentes atos de caráter político, como ainda por traços de uma cultura incipiente, com limitações decorrentes da influência de Portugal, da censura e da Igreja, que evoluiu, amadureceu e tornou-se solo fértil para uma das mais consagradas escolas médicas da atualidade no Brasil.

Após o cumprimento dos créditos do curso e da qualificação, a atenção se voltou totalmente para os dados que seriam averiguados. A tarefa se mostrou desafiadora, uma vez que a digitalização do catálogo impôs a impressão e a tabulação manual dos dados. No entanto, longe de ser um problema, essa forma de trabalho possibilitou a localização de detalhes importantes sobre as obras, como, por exemplo,

a oferta pelos autores, a tradução de outros idiomas, grafias diferentes para nomes de localidades, além da identificação de importantes detalhes, entre outros aspectos.

Os objetivos propostos para o estudo determinaram, inicialmente, que seria necessária uma análise quantitativa das obras por classificação temática e a ordenação de aproximadamente trinta mil dados acerca da cronologia das publicações, dos locais de procedência e da identificação dos idiomas. No cronograma elaborado, estipulou-se um período de três meses para a organização, tabulação e, posteriormente, a análise das informações, considerando ainda uma margem de segurança de mais um mês, caso surgisse algum imprevisto. Essa providência foi fundamental, pois percebeu-se falhas na numeração consecutiva dos itens, bem como duplicidade de alguns registros. Isso demandou o uso de todo o tempo previsto, inclusive a margem de segurança. Especialmente no caso do salto na numeração do catálogo, de 2.899 para 3.000, houve a necessidade de contar um a um os itens para identificar o erro. Felizmente, o trabalho foi pautado em planejamento prévio e disciplina para sua consecução, de forma que foi possível executá-lo com segurança dentro do período proposto.

Cabe recordar que todos esses direcionamentos tiveram como pano de fundo a pandemia de COVID-19, que impôs desafios únicos e sem precedentes. A crise sanitária global trouxe uma série de obstáculos que impactaram diretamente a vida de todas as pessoas.

No caso dos acadêmicos, uma das maiores dificuldades foi a adaptação às atividades remotas. As universidades e as bibliotecas foram fechadas, o que limitou o acesso a informações essenciais para os estudos. Nesse momento, a pesquisa em repositórios digitais intensificou-se significativamente, bem como o investimento na aquisição de referências em suporte físico. Além disso, a falta de um ambiente de estudo adequado em casa, somada às distrações cotidianas, afetou a concentração e a produtividade em muitos casos.

A pandemia também trouxe imprevistos emocionais significativos. A perda de entes queridos, o medo constante da doença e o isolamento social tiveram um impacto profundo na saúde mental. Enfrentou-se luto, ansiedade e depressão, com a necessidade de medicação em alguns momentos, inclusive.

Por outro lado, mergulhar de cabeça nos estudos, algumas vezes, servia como uma espécie de fuga da realidade. Diante das dificuldades, esse distanciamento proporcionava alívio, mesmo que fosse temporário.

Apesar de todos os desafios, foi possível avançar e concluir o trabalho proposto, demonstrando a notável capacidade que o ser humano possui de se adaptar, superar e sobreviver em tempos de crise.

Para trazer compreensão ao processo de elaboração da tese, apresentam-se algumas considerações que, além de atenderem a normas técnicas e acadêmicas, revelam o apreço do autor desse trabalho, mediante manifestação de respeito àqueles que amplamente municiaram a história do país desde seu início, coligindo dados e informações, possibilitando uma pesquisa acurada e enriquecedora sobre o tema abordado. Nessa vertente, manteve-se a grafia original dos textos nas citações diretas advindas de obras raras e outras anteriores ao acordo ortográfico, em concórdia com as normas e a importância da fidedignidade a autoria.

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal brasileiro, propiciou o acesso ao Catálogo em análise, tornando-se o documento fundamental para o foco da tese e que se tornou a fonte por excelência para a consecução do estudo proposto, sobretudo no destaque dado no capítulo 4. Foram utilizadas também outras obras provenientes dessa biblioteca, entre elas: *História do Brasil*, de João Armitage (2011), *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Sacramento Blake (1883), e o *Diccionario da Lingua Portugueza*, de Antônio Silva (1890), que possibilitaram o levantamento de conceitos, informações e aspectos biográficos de personalidades da época.

A legislação pesquisada está disponibilizada no *site* do Palácio do Planalto e da Câmara dos Deputados em Brasília, o que contribuiu com a coletânea da legislação histórica, em que o acesso envolveu o 'Decreto de 02 de Abril de 1808', cuja edição registra o estabelecimento da cadeira de Anatomia, e a *Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1826* (1880), documentos com impacto direto na formação do Estado brasileiro, na cultura e políticas locais.

As obras do Arquivo Nacional proiciaram a abordagem sobre a Companhia de Jesus, bem como a explicação e o registro de atos documentados à época, como o *Sanctissimi domini nostri Clementis Papae XIV litterae informa brevis, quibus Societas Jesu nuncupata extinguitur, et supprimitur in universo orbe* (1773) e o *Registro da carta de sangria e dentista de Vicente, Preto de Nação Angola*, de 1820, entre outros documentos igualmente importantes.

Na sequência, a Biblioteca Nacional possibilitou, também pelo recurso de digitalização de obras antigas com acesso público, a coleta de informações e imagens

do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1876, 1877, 1880), *Annaes do Parlamento Brasileiro* (1887), revistas e jornais publicados no século XIX, bem como *Relatórios do Ministério da Justiça* (1903) e do *Ministério do Império* (1858, 1866, 1879), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil* (1892), entre outras também relevantes.

O Arquivo Histórico do Itamaraty (AIH) permitiu o acesso ao *Tratado de Paz e Aliança celebrado entre Brasil e Portugal de 29 de agosto de 1825*, documento que revela a importância atribuída à permanência da Biblioteca Real Portuguesa no Brasil e o ônus atribuído a esse bem. Por outro lado, a Biblioteca Histórica do Itamaraty (BHI) favoreceu o acesso pessoal a parte do seu acervo, destacando-se entre as obras consultadas o *Manuel du Librairie et de l'Amateur de Livres*, de Jacques-Charles Brunet (1860), *Bibliotheca Lusitana: histórica, crítica, e cronológica*, de Diogo Machado (1741), *Svmma Política*, de Sebastião Meneses (1649), *O centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro – 1829-1929*, de Alfredo Nascimento (1929), *Obras de Luis de Camões, Príncipe dos Poetas de Hespanha* (1782) e *Projecto de Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, oferecido à Faculdade respectiva*, por Domingos Peixoto (1836).

A Biblioteca da Fiocruz, além de dispor de um arcabouço substancial na área de educação em saúde, conta com obras raras, entre elas a *Anatomie Générale: appliquée a la Physiologie et a la Médecine*, de Bichat (1812), incluída na relação de obras de interesse para aquisição da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1834.

Além das fontes citadas, registra-se a contribuição das obras de autoria de diferentes historiadores, profissionais de saúde e bibliotecários, entre outros, cuja consulta favoreceu a abordagem histórica, a compreensão e a contextualização dos eventos relatados, mostrando-se fontes relevantes para o trabalho.

Esse exercício se mostrou bastante satisfatório, permitindo, como resultado, esta tese organizada em quatro capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais.

No primeiro capítulo analisou-se a importância dos livros desde suas primeiras manifestações, o surgimento e transformações das funções das bibliotecas e a necessidade crescente de mecanismos que facilitassem a consulta e, portanto, a criação e o aperfeiçoamento de listas bibliográficas até a consolidação dos catálogos.

O segundo capítulo buscou contextualizar a saúde no Brasil antes da criação da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, as práticas médico-cirúrgicas vigentes e a chegada da família real no Rio de Janeiro, provocando importantes mudanças no ambiente local.

O terceiro capítulo destacou o papel da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com ênfase nas transformações curriculares e a constituição de uma biblioteca com perfil científico. Procurou-se recuperar dados biográficos, trajetórias e ações sobre um dos seus mais renomados bibliotecários, o dr. Carlos Costa.

O quarto capítulo foi focado no catálogo, sua importância, a estrutura temática adotada para sua concepção, a cronologia de publicação das obras, os locais de procedência dos livros e ainda os diferentes idiomas existentes no acervo, analisando mais detalhadamente alguns volumes, com observações sobre os paratextos, a presença de dedicatórias, ofertas de autores, completude de coleções, entre outras informações de interesse.

Nas considerações finais, reconheceu-se a relevância do estudo para a compreensão da história da Medicina e da Biblioteconomia no Brasil. Além disso, destacou-se a importância da conservação e divulgação de documentos e livros históricos como forma de garantir o acesso à informação e ao conhecimento pelas gerações futuras.

1 TOMO E TEMPO: LIVROS, BIBLIOTECAS E CATÁLOGOS PELAS PÁGINAS DA HISTÓRIA

“Assim hoje não ha quem ignore o quanto nos deve ser útil possuirmos hum livro, que [...] transmitta de huns para outros suas idéas, ou como diz, hum celebre Pratico Francez, hum livro onde cada hum deposite os fructos de sua experiencia, e colha os da experiencia dos outros” (MAIA, 1841, p. 3).

O capítulo apresenta os principais aspectos relativos à história dos livros, bibliotecas e catálogos, destacando a formação do acervo como suporte à cultura e ao conhecimento.

Os principais pontos abordados da relação entre os livros e as instituições religiosas são resgatados como panorama para as implicações da sua difusão e introdução no Brasil, incluindo-se o prisma da censura. Em decorrência, o surgimento e a organização das bibliotecas aparecem também, com menções a períodos mais antigos, visando demonstrar as dificuldades em sua organização e manutenção ao longo do tempo.

O início da organização das primeiras bibliotecas no Brasil remonta aos religiosos portugueses, às primeiras escolas e àqueles que estudavam na Europa, considerando-se historicamente relevante a vinda da família real e de sua biblioteca, que permaneceu no país mesmo após a independência. Ainda, são resgatados os significados dos termos inventário e catálogo, sendo os catálogos entendidos como instrumentos para organização do acervo das bibliotecas, como relação de documentos e obras e/ou instrumento para vendas.

Por fim, são abordados, em linhas gerais, os principais sistemas de classificação, que orientam a organização dos acervos das bibliotecas e aquele adotado pelo bibliotecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dr. Carlos Costa, cuja análise é objeto desta tese.

1.1 Livros

A história mostra forte ligação entre as ordens religiosas e os livros. Novelle López (2012) explica essa relação da seguinte maneira:

A dedicação aos livros na vida monástica se explica em grande parte pelo fato de os mosteiros seguirem a regra de São Bento, que estabelecia a divisão do dia entre trabalho manual, oração e leitura (*ora et labora*). Esta leitura podia ser em privado, na cela ou no claustro, ou ainda em forma de trabalho, traduzindo ou copiando livros existentes. Para isso, havia um **scriptorium** nos mosteiros importantes, uma sala onde os monges produziam livros para uso do próprio mosteiro. Desta forma, formou-se uma coleção de livros que normalmente cabem em um armário. Assim, o responsável e supervisor do trabalho de mesa era o **armarius**. Outros ofícios relacionados eram o **copista** (aquele que copiava), o **rubricador** (aquele que iluminava e desenhava as letras maiúsculas) ou o **ligante** (aquele que encadernava) (NOVELLE LÓPEZ, 2012, p. 13, grifos do autor, tradução livre do autor)⁶.

Ao mencionar a Baixa Idade Média, Novelle López (2012) destaca que as instituições mais expressivas do período eram representadas pelas catedrais e pelas universidades, de forma que no século XI as universidades manifestaram sua estreita ligação com a Igreja, mostrando sua derivação das escolas mantidas pelas catedrais. No século XIII, as universidades se estabeleceram como unidades desvinculadas das ordens religiosas. Os livros, por essa época, passaram a ser entendidos como instrumento de trabalho, constituindo um meio de divulgação de conhecimento para professores e alunos (NOVELLE LÓPEZ, 2012).

Novelle López (2012) assinala que o século XV marcou a expansão da imprensa de tipos móveis, que foi impulsionada por algumas circunstâncias específicas, tais como: o aumento da demanda por livros, o aumento do poder aquisitivo dos europeus, os avanços nos conhecimentos sobre os metais e seus usos, o desenvolvimento da indústria do papel (em substituição aos pergaminhos) e as mudanças no conhecimento dos povos em decorrência da incorporação da ciência. A autora cita os incunábulos como precursores dos livros impressos, destacando que:

Incunábulos (do latim *incunabulum*, berço) são aqueles impressos em caracteres móveis desde as origens da arte tipográfica até 1500 inclusive⁷. O

⁶ No original: “La dedicación a los libros en la vida monástica tiene en gran parte su explicación en que los monasterios seguían la **regla de San Benito**, que establecía la división de la jornada entre el trabajo manual, la oración y la lectura (*ora et labora*). Esta lectura podía ser en privado, en la celda o en el claustro, o también en forma de trabajo, traduciendo o copiando libros existentes. Para ello, había en los monasterios importantes un **scriptorium**, sala donde los monjes producían libros para uso del propio monasterio. Así se iba conformando una colección de libros que normalmente cabían en un armario. De ahí, que el responsable y supervisor de los trabajos del escritorio fuera el **armarius**. Otros oficios relacionados eran el **copista** (el que copiaba), **rubricador** (el que iluminaba y dibujaba las letras capitales) o **ligator** (el que encuadernaba)” (NOVELLE LÓPEZ, 2012, p. 13, grifos do autor).

⁷ A Biblioteca Pública de Braga (2022, n. p.) apresenta data com ligeira divergência: “Incunábulo é um livro impresso no início da imprensa com tipos móveis. A sua origem vem da expressão latina *in cuna* (no berço), referindo-se assim ao berço da tipografia. Respeita as obras produzidas entre

termo latino, aplicado a uma categoria de livros, foi usado pela primeira vez pelo livreiro holandês Cornelius van Beughem no repertório que intitulou *Incunabula typographiae* (Amsterdã, 1688). A tomada desta data como linha divisória ainda é arbitrária, pois os livros impressos dos primeiros anos do século XVI não deixam de apresentar as mesmas características dos incunábulos e porque a imprensa não surgiu ou se desenvolveu ao mesmo tempo em todos os países (NOVELLE LÓPEZ, 2012, p. 21, grifos do autor, tradução livre do autor)⁸.

As principais características atribuídas por Novelle López (2012) aos incunábulos compreendem: imitação dos manuscritos, considerando-se que este era o formato costumeiro; uso da tipografia romana, visando facilitar a leitura, e o abandono ao excesso de abreviaturas; uso de xilografia para as gravuras; uso majoritário do latim; e predomínio da temática religiosa (45%), seguida pela literatura (30%) e outros temas de interesse⁹.

No caso do Brasil, os primeiros livros a aportarem no país foram trazidos pelos jesuítas, em 1549, em quantidade inferior à necessária para suprir as necessidades das escolas que eles fundaram. Esses livros abordavam diferentes temáticas, servindo tanto para os alunos quanto para o aprimoramento dos instrutores. Para suprir tal necessidade, os jesuítas importavam livros de Portugal (ROSA, 2009).

Para Silva (2008), os livros desempenhavam um papel fundamental nas atividades dos jesuítas, consideradas essenciais para a condução das tarefas

1455, data aproximada da publicação do primeiro impresso do mundo ocidental - *Bíblia de Gutenberg* (também conhecida como *Bíblia das 42 Linhas*), até aos primeiros anos de 1500".

⁸ No original: "Se denominan **incunables** (del lat. *incunabulum*, cuna) los impresos en caracteres móviles desde los orígenes del arte tipográfico hasta 1500 inclusive. El término latino, aplicado a una categoría de libros, fue empleado por primera vez por el librero holandés **Cornelio van Beughem** en el repertorio que tituló *Incunabula typographiae* (Amsterdam, 1688). La toma de esta fecha como línea divisoria no deja de ser arbitraria, ya que los libros impresos de los primeros años del siglo XVI no dejan de presentar las mismas características que los incunables y porque la imprenta no apareció ni se desarrolló al mismo tiempo en todos los países" (NOVELLE LÓPEZ, 2012, p. 21, grifos do autor).

⁹ No original: "Las características más señaladas de los incunables son: a) **Imitación de los manuscritos**. Los primeros libros impresos trataron de parecerse todo lo posible a los manuscritos, ya que esta era la forma de libro a que el hombre del siglo XV estaba acostumbrado. Así, utilizan la letra gótica, abreviaturas (aunque nada las hacía ya necesarias), los incipits, etc. Las iniciales se dejaban en blanco con el fin de que fueran realizadas más tarde por especialistas: no es difícil encontrar incunables donde las iniciales no se llegaron a poner nunca. [...]. b) **Se impone la tipografía romana**, de la mano de los humanistas italianos, más legible y fácil de entender. Poco a poco se van abandonando las abreviaturas. c) **Las primeras ilustraciones se hacen xilografiadas**. El primer libro con ilustraciones xilografiadas es una colección de fábulas de Albert Pfister (Bamberg, 1461). d) **La lengua** mayoritariamente utilizada es el latín (45%), seguida del italiano, alemán, francés, inglés y español. e) **La temática es de tipo religioso** en el 45% de los casos. Le siguen los temas de literatura (30%), clásica, medieval y contemporánea y el resto se reparte entre diversas materias" (NOVELLE LÓPEZ, 2012, p. 21, grifos do autor).

relacionadas à catequese dos indígenas, à prestação de assistência religiosa, ao ensino e à educação dos colonos. Conseqüentemente, os jesuítas buscavam estabelecer bibliotecas em todos os seus estabelecimentos, tanto nos centros mais proeminentes, localizados nas sedes das províncias, quanto nos mais modestos, situados em aldeias distantes.

A inexistência de livros em determinado local era considerada um sinal de carência de meios para a ação dos jesuítas. [...] em contrapartida uma boa coleção era sinal de prestígio do colégio que a possuía e o credenciava para a criação de cursos (SILVA, 2008, p. 221).

Ainda em relação aos jesuítas, Schwarcz (2002b) observa que a sua expulsão quebrou o monopólio da educação pela Companhia e permitiu que a Inquisição se transformasse em instrumento do Estado. A autora ressalta que a extinção da Companhia de Jesus revelou a extensão do espólio formado pelos milhares de livros acumulados pela ordem religiosa, versando sobre diversos temas, tais como: teologia, direito, moral, ascetismo, hermenêutica, engenharia, medicina, farmácia, geografia, história, matemática, além dos clássicos gregos, romanos e neolatinos. Moraes (2006), no entanto, registra que a maior parte das obras foram perdidas por incúria, uma vez que os livros confiscados foram alocados em locais inadequados durante o período de inventário, sujeitos à ação do tempo, do clima, de insetos, da falta de cuidados e negligência, como ainda pelos roubos e desvios.

Outras ordens religiosas, como beneditinos, franciscanos e carmelitas também atuavam no Brasil e possuíam escolas e bibliotecas. Moraes (2006) ressalta que essas ordens também mantinham cursos superiores em alguns conventos, especialmente voltados para a formação dos seus religiosos. O avanço em tais escolas pode ser exemplificado pelos franciscanos que acompanharam a reforma pombalina e em 1776 reformularam seus cursos conforme realizado na Universidade de Coimbra. Esses religiosos adotaram “[...] as teorias filosóficas da Ilustração”, como ainda introduziram “[...] o estudo experimental das ciências” (MORAES, 2006, p. 15).

Uma informação relevante diz respeito aos beneditinos, que mantiveram bibliotecas com seu acervo aumentado, tanto por aquisição quanto por herança. Em relação a herança, pode-se exemplificar com os três mil volumes provenientes do espólio do bispo de Areópole¹⁰, que faleceu em 1768. Em relação a aquisições, deve-

¹⁰ “D. Fr. João de Seixas da Fonseca - Filho de Francisco de Seixas da Fonseca e dona Maria da Rocha Fiuza, nasceu na cidade de S. Sebastião do Rio Janeiro a 6 de maio de 1681 e faleceu na mesma cidade a 5 de março de 1768. Monge beneditino, professo no convento da Bahia a 16 de

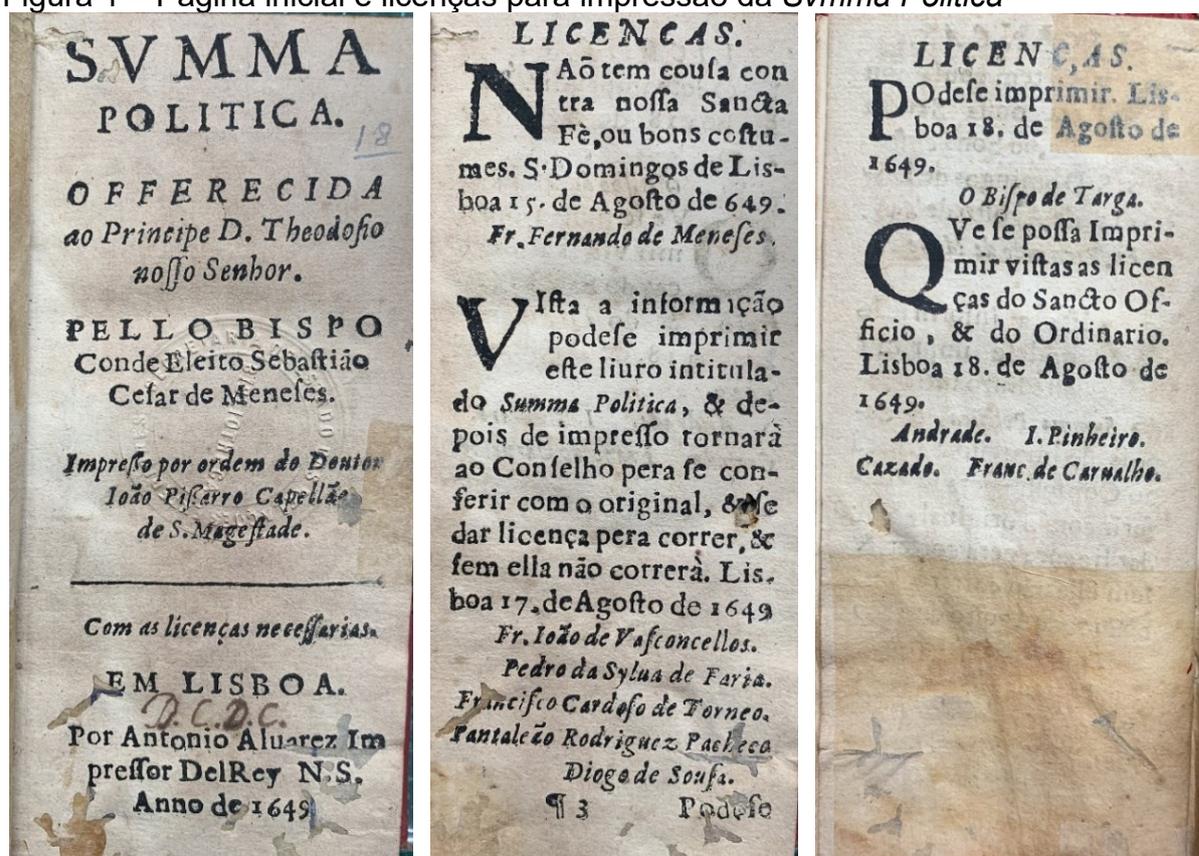
se considerar aquela realizada pelo abade Frei Lourenço da Expectação Valadares, em 1777, que consumiu recursos da ordem de oitocentos mil réis (MORAES, 2006).

No que concerne a impressão e a distribuição de livros em Portugal, bem como a autorização para exportar para as colônias, estas eram sujeitas a três tipos de censura, independentes uma da outra, quais sejam: “[...] a episcopal, a inquisitória (da Igreja Católica e exercida pelo Santo Ofício) e a censura Régia (do poder civil, exercida pelo Desembargo do Paço)” (MOTTA, 2000, p. 66).

As figuras 1 e 2 ilustram as publicações que receberam os pareceres necessários da censura da época. Esse sistema tríplice de censura funcionou até 1768 (ABREU, 2009).

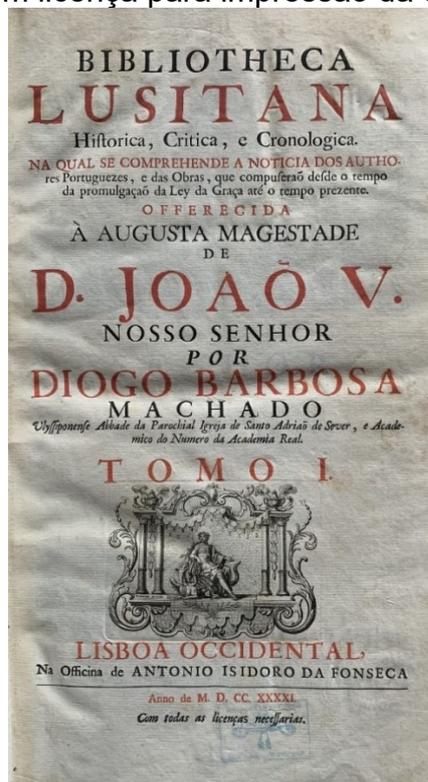
julho de 1713, depois de ter feito ahi o curso das sciencias ecclesiasticas, foi à Lisboa e de Lisboa passou à Roma, onde conquistou a estima e apreço de Clemente XII, que o creou bispo de Areopolis no consistorio de 28 de setembro de 1733, sendo sagrado na igreja de Santo Antonio de Portugal pelo cardeal João Antonio Guadagni, sobrinho do mesmo papa. Fez depois uma excursão pela Italia e, voltando á patria. fez uma visita. ao Espirito Santo, commissionedo pelo bispo dom Antonio do Desterro, sendo elle visitador do bispado. Escreveu: - Sonatas de cravo, compostas por Ludovico Justini de Pistoya, insigne tangedor deste instrumento; traduzidas do italiano, etc. Florença, 1732, in-4° - E' precedido o livro de uma dedicatoria ao < Serenissimo infante o senhor' D. Antonio. - Giro do mundo, composto por Gimelli. Traduzido do italiano. Florença, 1732, in-4° - Barbosa Machado em 1747 diz que se achava inedito o 1° volume desta obra e que seu traductor proseguia na traducção; mas Monte Carmello affirma em 1862 que foi publicada a mesma traducção e outras em Florença” (BLAKE, 1893, p. 47).

Figura 1 – Página inicial e licenças para impressão da *Svmma Politica*



Fonte: MENESES, S. C. *Svmma Politica*. Lisboa: Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S., 1649. Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

Figura 2 – Página inicial com licença para impressão da obra *Bibliotheca Lusitana*



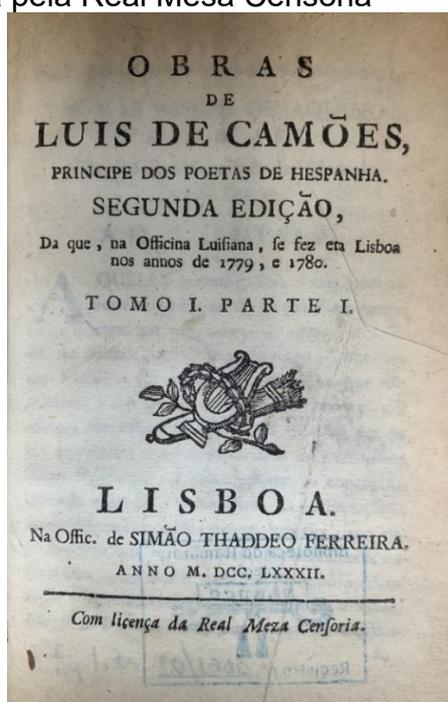
Fonte: MACHADO, D. B. *Bibliotheca Lusitana*: histórica, crítica e cronológica. Lisboa Occidental: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741. Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

Dessa forma, nenhum livro circulava sem aprovação prévia e aqueles considerados heréticos eram confiscados e queimados. Além disso, as bibliotecas eram alvo de inspeções e, caso fosse encontrado algum livro proibido naquele acervo, seu proprietário era penalizado com a condenação à morte (SCHWARCZ, 2018). Entretanto, “[...] os livros confiscados pela Inquisição não desapareceram: permaneceram acessíveis ao inquisidor, especialistas, médicos e outros acadêmicos ligados à Igreja” (SCHWARCZ, 2018, p. 136). A Biblioteca Real Portuguesa, quando de sua reconstrução, também se beneficiou desse tipo de conduta, incorporando muitas obras daquelas proibidas pela Inquisição, entre as quais pode-se citar livros de autoria de Rousseau, Montaigne e Diderot. “Naqueles dias eram considerados livros perigosos porque continham ideias francesas sobre a revolução. No entanto, depois de passarem pela mesa de censura controlada pela igreja, permaneceram na Biblioteca Real e enriqueceram seu acervo” (SCHWARCZ, 2018, p. 136).

Outro recurso utilizado para aumento do acervo foi o envio de um exemplar de cada livro impresso no Império para depósito nas bibliotecas, sendo que os livros de conhecimentos gerais eram destinados à Biblioteca Pública, enquanto aqueles de cunho educativo eram direcionados à Biblioteca Real Portuguesa. Os livros direcionados à Biblioteca Real versavam sobre geografia, matemática, história, religião, dança e canto, entre outros assuntos, e visavam contribuir para a educação dos príncipes e princesas. “A Biblioteca Real também continha livros sobre fronteiras e estadismo que foram usados pelo príncipe e seu círculo com o propósito de manter o controle sobre seus domínios” (SCHWARCZ, 2018, p. 137).

Em 1768 foi criada a Real Mesa Censória que, segundo Rosa (2014), era orientada pela política cultural adotada pelo Marquês de Pombal e atendia à orientação geral proveniente do governo. A Real Mesa Censória era composta por um presidente e sete deputados, dentre estes, um inquisidor da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, um Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa e cinco homens letrados, segundo Abreu (2009). “As competências da Real Mesa resultam da agregação das competências atribuídas antes ao Ordinário Diocesano, à Inquisição e ao Desembargo do Paço”, conforme assevera Rosa (2014, p. 373). Em 1787, sob o governo de D. Maria I, a Real Mesa Censória foi substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros.

Figura 3 – Obra licenciada pela Real Mesa Censória



Fonte: *OBRAS de Luis de Camões, príncipe dos poetas de Hespanha*. 2. ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1782.

Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

Neves (1999) sublinha que o avanço das ideias iluministas pela França realçou as preocupações portuguesas de tal forma que foi implantada a repressão policial, que atingiu a maçonaria portuguesa, os franceses residentes no país e os portugueses que se mostrassem simpáticos a tais ideias. Por outro lado,

[...] as autoridades passaram a questionar a eficácia da própria Real Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros, responsabilizando-a pela difusão no território luso de milhares de livros escandalosos, libertinos e sediciosos, vindos do estrangeiro, que 'confundiam a liberdade e felicidade das nações com a licença e ímpetos grosseiros dos ignorantes, desassossejavam o povo rude, perturbavam a paz pública e procuravam a ruína dos governos' (NEVES, 1999, p. 668).

Isso fez com que, em 1794, a Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros fosse substituída pela Junta da Diretoria-Geral dos Estudos e Escolas do Reino, que se manteve em atividade até 1820 (ROSA, 2014). O retorno da tríplice censura em 1794 manteve a tendência secularizadora, sendo destacado por Villalta (1999) o poder superior do Desembargo do Paço em relação às outras instâncias, uma vez que, na prática, prevalecia sua decisão apesar de ouvidas as outras duas instâncias.

O acesso a obras proibidas era um privilégio e uma mercê concedida a poucos indivíduos, de acordo com o alvará de 1795. Esse alvará estabelecia os mecanismos

de concessão com base em práticas consideradas benéficas para a religião e o Estado. Havia uma "estamentalização-corporativização" no uso dos livros, ou seja, os advogados podiam ler livros jurídicos proibidos; os teólogos, obras religiosas defesas. Essa prática reafirmava as hierarquias presentes na sociedade da época. (VILLALTA, 2015).

Em 1795, foram estabelecidos os critérios para o exercício da censura dos livros nos âmbitos político, religioso e moral. Sob o aspecto político, as preocupações repousavam nas possíveis críticas à monarquia e, principalmente, nos seus privilégios e direitos, além daquelas relacionadas à perda de hierarquia, ou seja, da subordinação dos indivíduos considerados inferiores a classe superior, notadamente, os monarcas. Nas questões religiosas, predominavam a rejeição ao “[...] deísmo, o ateísmo, a liberdade de crença, o judaísmo, a falibilidade papal, recusando-se ainda o fanatismo e a superstição” (NEVES, 1999, p. 669).

Em relação à moral, condenavam-se os ritos que possuísem ‘discursos licenciosos em prosa, ou verso, que afrontam o pejo e a modéstia, desbaratam os costumes e pervertem a educação religiosa da mocidade’. Afinal, nas palavras da documentação, ‘toda a prudência religiosa e política’ era necessária para combater ‘com maior vigor e eficácia’ a ‘tantos males e ruínas’ (NEVES, 1999, p. 669).

No Brasil, eram poucos os livros em poder de particulares, sendo mais frequentes aqueles em poder de religiosos. De acordo com Motta (2000), somente a partir do final do século XVIII começaram a surgir as bibliotecas particulares, assim mesmo restritas às famílias mais abastadas, cujos filhos estudavam na Europa e retornavam com livros nas bagagens. Outros conseguiam adquirir alguns livros “[...] pertencentes a autoridades portuguesas que, após cumprida a missão para a qual tinham vindo ao Brasil, retornavam a Portugal e desfaziam-se delas (*sic*) para aliviar o peso da sua bagagem” (MOTTA, 2000, p. 70).

A despeito disso, Moraes (2006) apresenta informações sobre a posse de livros por particulares, registrando, também, artefatos para a encadernação entre estes. Em síntese, podem ser citados (MORAES, 2006):

- a) em São Paulo, no século XVII, o inventário de Rodrigues Tenório de Aguiar mencionava livros, entre eles, ‘O retábulo da vida de Cristo’, ‘Instruções para confessores’, ‘Mistério da Paixão’ e ‘Crônica do grão-capitão’;

- b) Inês Camacho, por sua vez, tem citados em seu inventário os livros ‘Concertos’, ‘Vida cristã’ e ‘Ordenações de Sua Majestade’¹¹;
- c) no inventário de Pedro Fernandes surge “[...] um torno de empregar livros” (MORAES, 2006, p. 29);
- d) outras obras, incluindo aquelas profanas de Cervantes e Villegas;
- e) em Minas Gerais, Manoel Nunes Viana, que imprimiu em Lisboa o ‘Peregrino da América’, tinha um acervo de bons livros;
- f) Martinho de Mendonça de Pino e Proença, governador interino da capitania de Minas Gerais durante 1736-1737, solicitava a Gomes Freire de Andrade, no Rio, o envio de Mr. Rollin, dos padres Terillet e Labat, além das gazetas inglesas;
- g) Pedro Ribeiro Lourenço, de Vila Rica, além de obras religiosas e clássicos latinos, tinha “[...] cinco prensas de livros” e 111 “[...] ferros de várias castas, pertencentes ao ofício de livreiro” (MORAES, 2006, p. 31);
- h) em meados do século XVIII, Manoel Ribeiro dos Santos, capitão e comerciante adquiria, em Portugal, livros para seu uso e revenda;
- i) a negociação de livros foi registrada pelos livreiros Manoel Peixoto Guimarães e Domingos José Marques, além de aquisições diretas entre particulares;
- j) havia também o registro de livros de autores proibidos em Portugal, tais como, Rousseau, Montesquieu e Fenelon;
- k) entre os inconfidentes mineiros foram registrados 383 volumes pertencentes a Cláudio Manoel da Costa, 83 a Tomás Antônio Gonzaga, 17 a Alvarenga Peixoto, 84 ao coronel Francisco de Paulo e 800 ao cônego Luís Vieira da Silva.

O autor registra também outras bibliotecas de particulares, em Sabará (MG), na Bahia, e em Pernambuco, envolvendo religiosos, médicos, inconfidentes e diversos cidadãos de famílias mais abastadas e cultas (MORAES, 2006).

Há, ainda, registros de vários livreiros, incluindo-se aqueles aos quais o vice-rei Marquês de Lavradio recorreu para avaliação da biblioteca dos jesuítas no Rio de Janeiro, por ocasião de sua expulsão. Ribeiro dos Santos, comerciante mineiro, adquiria diversos exemplares de uma mesma obra e decorrido algum tempo os

¹¹ “Este volume, indispensável à vida jurídica da comunidade, foi avaliado em dez cruzados, preço elevadíssimo que explica a raridade da obra em São Paulo” (MORAES, 2006, p. 29).

comprava novamente. Em Pernambuco, os oratorianos vendiam folhinhas, agendas e calendários, bem como livros editados pela ordem. Os comerciantes portugueses mantinham correspondentes em Lisboa e Porto, dos quais compravam diversos tipos de mercadorias, incluindo livros. Em Salvador, nos primórdios do século XIX, Manoel Antônio da Silva Serva mantinha um comércio de diversos produtos, sendo também dono de uma tipografia e editor. Nesse período, não havia a figura do livreiro e era comum a venda de livros em estabelecimentos dedicados ao comércio de diferentes produtos (MORAES, 2006).

Na Europa a situação era diferente, pois já no final do século XVII e ao longo do XVIII surgiram várias bibliotecas particulares, mormente de médicos e naturalistas¹² que acumulavam obras raras e manuscritos, uma vez que se desenvolvia naquele período a investigação na área médica. A invenção da imprensa possibilitou essa mudança de cenário, favorecendo a divulgação de novas ideias e a ampliação dos conhecimentos da época (MIRANDA, 2017).

Até a vinda da família real para o Brasil, a impressão de livros era proibida no país. Essa proibição tinha também um caráter estratégico, pois visava evitar que as ideias iluministas que se propagavam pela Europa chegassem à colônia e dificultassem a gestão portuguesa no modelo explorador adotado (ROSA, 2009).

Houve algumas tentativas de instalação de tipografias no Brasil no ano de 1706, por um comerciante português que almejava a impressão de folhetos e orações, e outra em 1746, por Antônio Isidoro da Fonseca, um impressor oriundo de Lisboa. Santos (2008) explica que Antônio Isidoro da Fonseca recebeu autorização de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, para instalação da tipografia no Rio de Janeiro. Ribeiro (2008) registra que houve manifestação de estranheza do governo lisboeta com tal concessão do Conde de Bobadela. As impressões de várias obras, entre elas *Júbilos da América*, *Exame de Bombeiros* e *Exame de Artilheiros*, além da *Relação da entrada que fez dom Frei Antônio do Desterro Malheiro, bispo do Rio de Janeiro* são atribuídas à gráfica de Isidoro da Fonseca (RIBEIRO, 2008). Em ambos os casos as tentativas foram modestas (impressão de folhetos e orações), mas as autoridades se manifestaram negativamente, recorrendo, inclusive, ao recolhimento

¹² NATURALISTA, “Refere-se ao indivíduo estudioso das ciências naturais - notadamente botânica, zoologia e geologia” (MARQUES, 1996).

do material impresso. No caso do impressor português, acabou ainda por ser deportado, de acordo com Souza (2020).

A criação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808, permitiu que fossem impressos localmente não só documentos de interesse oficial, mas também, jornais e obras científicas e literárias. Em junho do mesmo ano foram estabelecidas as funções administrativas da Imprensa Régia e do Intendente de Polícia no que concerne à publicação e circulação de 'papéis', tanto privados quanto públicos (MEIRELLES, 2015). Isso mostra que não houve arrefecimento das medidas de controle, uma vez que a censura ficou a cargo da sua Junta Diretora, que tinha por objetivo zelar pelo conteúdo das publicações para que não ferissem a moral, os bons costumes e a religião, como também fossem contrárias ao governo vigente. A Mesa do Desembargo do Paço não se satisfez com tal decisão e reivindicou a jurisdição sobre o exame dos livros, tendo sido atendida. A partir de então nada mais se fez impresso sem a sua prévia concordância, estendendo-se seu poder sobre aqueles livros importados e as obras estrangeiras (NEVES, 1999).

Essa situação levou a que a censura retomasse os critérios estipulados pelos alvarás portugueses já expedidos,

[...] pautando-se no Catálogo básico de livros defesos pela Real Mesa Censória de 1768 e atualizado até 1814. Regra geral, a atividade censória tinha como alvos, de um lado, os filósofos ilustrados e todos aqueles escritores que estivessem ligados aos 'funestos' acontecimentos franceses; de outro, a licenciosidade e os abusos contra a moral e a religião. Ficaram proibidos autores da Ilustração, - D'Alembert, Beccaria, Biefeld, Restif de la Bretonne, Buffon, Condillac, Condorcet, Crébillon Fils, Diderot, Gibbon, Helvétius, Holbach, Hume, Mably, Marmontel, Mirabeau, Montesquieu, Raynal, Rousseau, Thomas Paine, Voltaire, entre outros; pensadores clássicos, como Jean Bodin, Thomas Hobbes, Erasmo, Espinoza, Locke, John Milton, Montaigne, Puffendorf, Thomas More e Bentham; escritores, como La Fontaine e Rabelais; historiadores, como William Robertson; cientistas, como Carnot, Pinel e Tissot; e teólogos ou religiosos, como Francisco Larraga, Antonio Vieira, Gabriel Malagrida, Luiz de Molina, Nicolau Monteiro e Alexandre Perier, entre outros (NEVES, 1999, p. 671).

A despeito da censura aos autores citados, muitos livreiros, juristas, professores e homens da lei solicitavam autorização para importar determinadas obras. Destaca-se, a título de exemplo, o caso do censor Mariano José Pereira da Fonseca que, ao ser preso em 1794, teve sua biblioteca confiscada e nela foram encontrados livros de autoria de Voltaire e do abade Raynal, ambos proibidos (NEVES, 1999).

Por outro lado, o excesso de atividades fazia com que os trâmites fossem lentos, a ausência de uniformidade nos critérios de censura e a falta de lógica e clareza nas práticas permitiam que algumas caixas de livros desaparecessem ou que ocorresse sua troca durante o trajeto até a Mesa do Desembargo do Paço. Ademais, as solicitações de licenças eram baseadas em relações de obras, cujas características e informações eram imprecisas e deficientes, incluindo títulos incompletos, escritos de forma pouco clara, repetidos, com ausência de autoria das obras, entre outros aspectos que dificultavam o trabalho dos censores¹³. Estes reclamavam com frequência de tais condições que dificultavam seu trabalho, gerando desconfiança quanto aos interesses dos solicitantes das licenças, aos quais eram atribuídas malícia e intenção de dolo. No entanto, não se pode descartar a falta de conhecimento, imperícia e/ou negligência dos que solicitavam as licenças. “Sem dúvida, algumas vezes, esta imprecisão possibilitava burlar o rigor da censura” (NEVES, 1999, p. 672).

Essas condições favoreciam a presença de obras consideradas censuráveis nas bibliotecas brasileiras, especialmente nas baianas e mineiras (NEVES, 1999).

O primeiro jornal publicado no Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro*, data de setembro de 1808. Entretanto, a primazia, ainda que não oficial, é concedida ao *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, cujo primeiro exemplar foi impresso em junho de 1808, em Londres, mas no idioma português, por Hipólito da Costa (SOUZA, 2020). Esse posicionamento parece ser corroborado por Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na apresentação do catálogo da *Exposição Hipólito José da Costa e a Imprensa no Brasil*, promovida pela Biblioteca Nacional em 1974.

Cabe a Hipólito José da Costa Pereira o título de Patriarca da Imprensa Brasileira. Fundou-a, em junho de 1808, lançando em Londres o ‘Correio Braziliense’; com a tranqüila certeza da prioridade (cronologicamente, o primeiro periódico) e da magistratura (conseqüentemente, a primeira tribuna). [...]

Vinculou a imprensa à nacionalidade. Deu-lhe o vigor missionário e a fidelidade patriótica. Com a honra de inaugurar os prelos ‘brasilienses’, teve

¹³ “[...] os censores régios [...] foram recrutados entre os membros da elite de privilegiados e de talentos. Dos treze nomeados entre 1808 e 1819, sete exerciam o sacerdócio, cinco dos quais regulares. [...]. Em relação aos censores leigos, todos tinham sido formados pela Universidade de Coimbra e exerceram funções administrativas, judiciais ou militares; um era tenente-general dos Reais Exércitos; dois, médicos, um dos quais acabou em 1820 lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; três, advogados. [...]. Do conjunto, três censores foram sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa, e um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deixando mais de dois terços deles escritos no mundo das letras” (NEVES, 1999, p. 674).

o consolo de os ver multiplicados e rumorosos na sua terra, longe dela pelo destino, a ela restituído pelo dever (BIBLIOTECA NACIONAL, 1974, n. p.).

Em 1818 foi levada a efeito, publicação por iniciativa própria de Manuel Antônio da Silva Serva. Posteriormente, Serva publicou 176 diferentes títulos sobre direito, religião e medicina, atendendo à Faculdade de Medicina da Bahia. O negociante seguiu com publicações sobre história, política e literatura, atuando também como importador de obras publicadas em Portugal. Contudo, sua morte causou severos danos à atividade editorial, que somente foi retomada em 1890, com a Livraria Catilina, que atuava também como editora, além de varejista, ao longo dos seus 125 anos de funcionamento. Seguiram-se outras livrarias, que atuavam também como editoras, no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (ROSA, 2009).

1.2 Bibliotecas

A necessidade de registro e guarda do conhecimento produzido favoreceu a evolução da escrita e dos suportes para sua fixação – argila, papiro, pergaminho, papel etc. -, propiciando também o surgimento e a evolução das bibliotecas. Nesse sentido, as bibliotecas não eram abertas ao público, mas configuravam um local em que se podia armazenar documentos, livros e outros artefatos, protegendo-os e resguardando-os, assemelhando-se mais a um depósito (SANTOS, 2012).

Desde a Antiguidade as bibliotecas despertam o interesse do homem. Battles (2003) destaca, entre informações sobre diversas bibliotecas, inclusive a de Alexandria, que figura como uma das mais famosas, que a biblioteca de Nínive chegou a manter os registros de 25 mil placas de argila, indicando que:

As placas componentes de uma mesma obra eram reunidas num único bloco, no qual se punha um rótulo identificador do conteúdo. Havia também um catálogo registrando os títulos das obras e o número de placas de que cada uma era composta. Outros arquivos espalhados pela Mesopotâmia exibiam níveis igualmente elevados de organização. Havia repositórios em que as placas eram guardadas em cestas numeradas, com os títulos gravados nas bordas da argila para facilitar a identificação (BATTLES, 2003, p. 31-2).

O autor pondera que muitas obras remanescentes de períodos mais antigos só foram preservadas por se encontrarem em bibliotecas privadas, longe das possíveis guerras e desavenças entre regentes dos países, como ainda de religiosos. Outro aspecto a se levar em consideração é que as bibliotecas eram alvos importantes para

invasores, mas também de seus próprios responsáveis, com medo da disseminação de ideias a eles contrárias ou por desleixo e ignorância (BATTLES, 2003)¹⁴.

Com o decorrer do tempo, de acordo com Denipoti (2008), o termo biblioteca passou por uma transformação, tendo seu sentido ampliado para englobar, de maneira simultânea, a coleção de livros, o catálogo correspondente a tal coleção e a reunião de diferentes textos¹⁵.

Moraes (2006) informa que os primeiros colégios jesuítas, de perspectiva tomista, foram fundados na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Espírito Santo. Ao mencionar a escola do Rio de Janeiro, o autor comenta que o acervo da biblioteca foi substancialmente aumentado com a doação realizada pelo visitador eclesiástico Bartolomeu Simões Pereira, que deixou para o referido colégio metade de sua coleção de livros, incluindo aqueles de direito civil e canônico, por ocasião de sua morte, que data dos arredores de 1601.

Outra informação relevante compilada por Moraes (2006) trata do fato de que Serafim Leite¹⁶ ter sido encarregado das bibliotecas das escolas. O autor registra que

¹⁴ Santos (2012) ao citar os principais tipos de bibliotecas existentes na Idade Média – as monacais, pertencentes a mosteiros e conventos, as bizantinas, as universitárias e as particulares, pertencentes a nobres ou imperadores – atribui importância especial às bizantinas. As bibliotecas bizantinas guardavam resquícios da civilização helênica, considerada profana para os modelos ocidentais, que eram regidos pelos princípios cristãos, sendo que vários monges e sábios ligados à sua manutenção fugiram para o Ocidente por ocasião da tomada de Constantinopla em 1453, trazendo consigo não só os conhecimentos acumulados, mas também, manuscritos do período. Santos (2012) considera esse movimento de disseminação de informações o embrião da Renascença e, por conseguinte, o fim da Idade Média.

¹⁵ Em relação às bibliotecas, Denipoti (2008) destaca que no século XVII estas se orientavam por duas vertentes intelectuais distintas: a tomista e a humanista, ambas valorizando a precariedade da palavra escrita como indutora de novas ideias, evidenciando um monopólio intelectual direcionado para a preservação da cultura vigente, especialmente a religiosa.

¹⁶ Serafim Leite nasceu em Portugal, em 1890, e faleceu em 1969. Aos quinze anos se mudou para o Pará/Brasil, a fim de trabalhar com um tio comerciante. Em 1913 retornou para a Europa, com o objetivo de retomar os estudos para se ordenar padre, o que se concretizou em 1927. Em 1914 ingressou como noviço da Companhia de Jesus. Sua formação intelectual, como padre jesuíta, aconteceu na Bélgica e na Espanha. A sua inclinação ao estudo fez com que fosse indicado a participar da redação do periódico 'O Mensageiro', em 1926. Em 1929 foi orientado a retornar para Lisboa, onde havia se instalado a redação da revista Brotéria. A partir de seu ingresso definitivo na Companhia, em 1932, foi incumbido de escrever uma parte da 'História da Companhia de Jesus na Antiga Assisência de Portugal', especificamente sobre a história dos jesuítas no Brasil. Assim, tornou-se responsável pela pesquisa que resultou na obra intitulada 'História da Companhia de Jesus no Brasil', publicada entre os anos de 1938 e 1950, em dez tomos. O texto é considerado um clássico por aqueles que buscam fontes para o estudo da história da educação no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII (RUCKSTADTER; MACHADO, 2015; SILVA, 2008). Além disso, é atribuída ao religioso a autoria de expressivo número de obras, segundo apontamento de Ruckstadter e Machado (2015), próximo de trezentas obras. "A pesquisa realizada por Serafim Leite permitiu ao jesuíta frequentar os meios intelectuais, e ser reconhecido como tal, tanto no Brasil quanto em Portugal. Leite passou a proferir palestras, publicar estudos e fazer parte de várias instituições

a escola do Maranhão contava com sala especialmente destinada à biblioteca onde era possível abrigar até cinco mil volumes. Entre as informações referentes às bibliotecas dos jesuítas, Moraes (2006) destaca que, em 1760, a biblioteca da escola de Santo Alexandre do Pará contava com um acervo composto por mais de dois mil volumes; a do colégio da Vigia tinha 1.010 volumes; no Maranhão e no Pará o acervo chegava a doze mil volumes; e na do Rio de Janeiro, por volta de meados do século XVIII, havia 5.434 volumes.

Ainda, segundo o referido autor, os jesuítas buscavam o aumento do acervo de suas bibliotecas com o intuito de, além de atender às suas necessidades, oferecer suporte à educação e instrução de alunos de seminários e colégios sob sua responsabilidade, uma vez que estes adentravam a tais estabelecimentos com diferentes idades, desde as mais tenras para o aprendizado inicial até os cursos mais avançados, como os de filosofia. Para tanto, empregavam os recursos oriundos da comercialização dos produtos de suas fazendas (cacau, cravo etc.) e das boticas em que vendiam remédios. Outras formas de incorporação de obras às bibliotecas foram decorrentes do fato de que:

Não só recebiam de Portugal e da Itália muitos livros, como também não perdiam ocasião de comprar os que altos funcionários, de volta a Lisboa, vendiam para não pagar frete de retorno. No Pará, em 1720, compraram mais de 100 volumes por 600 mil-réis de um ouvidor-geral de partida para o Reino. É provável que de oportunidades como essa também se aproveitassem particulares (MORAES, 2006, p. 9).

A vinda da família real para o Brasil exigiu modernização das cidades para acomodação da estrutura administrativa necessária à corte. Algumas das instituições criadas exigiram a instalação de bibliotecas para apreensão do conhecimento e para elevação do nível cultural local, destacando-se, entre elas, as bibliotecas da Real Academia Militar, do Laboratório Químico-Prático, da Academia Médico-Cirúrgica, do Arquivo Militar e da Academia Militar dos Guardas Marinhas (MOTTA, 2000).

Neste ponto, convém lembrar que a Biblioteca Real Portuguesa não embarcou junto com a família real para o Brasil e sua chegada somente se deu entre 1810 e 1811, sendo que o transporte marítimo, devido às péssimas condições e intempéries, causou perda de cerca de 40% das obras. Outras perdas anteriores ao deslocamento

como a Academia Brasileira de Letras, a Academia Portuguesa de História, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia de História das Ciências, o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, entre outros” (RUCKSTADTER; MACHADO, 2015, p. 114).

dessa Biblioteca estão ligadas ao terremoto que atingiu Lisboa em 1755, seguido por inundações e incêndios que destruíram toda a cidade. A Biblioteca somente foi reconstruída pelos esforços de D. José I e do Marquês de Pombal, que resgataram o que foi possível dos escombros e, por meio da compra de coleções de particulares, da incorporação das obras dos conventos e escolas dos jesuítas expulsos e de doações (SCHWARCZ, 2018)¹⁷, refizeram o acervo.

Ao final do século XVIII a Biblioteca Real Portuguesa estava totalmente reconstruída, ressaltando-se que os livros confiscados pela Inquisição também foram incorporados ao seu acervo, contudo, a frequência ao estabelecimento e o acesso aos livros permaneceram restritos a pessoas ligadas à corte (SCHWARCZ, 2018). Além disso, o sistema de ‘propinas’¹⁸, que obrigava a entrega de um exemplar de tudo o que fosse impresso na Impressão Régia, contribuiu também para a recomposição e o aumento do acervo da Real Biblioteca ou Real Livraria, como a denominavam os portugueses (BETTENCOURT, 2014).

Com a independência do Brasil, a família real retornou a Portugal, deixando vários bens, inclusive a Biblioteca Real, que custou ao Brasil a importância de 250 mil libras esterlinas (SANTOS, 2010). Segundo Schwarcz (2018, p. 133), “a Biblioteca acabou se tornando fonte de disputa quando da redação do *Tratado de Independência do Brasil em 1825*, que mostrou que sua importância não era apenas econômica, mas também - e talvez fundamentalmente – simbólica”¹⁹.

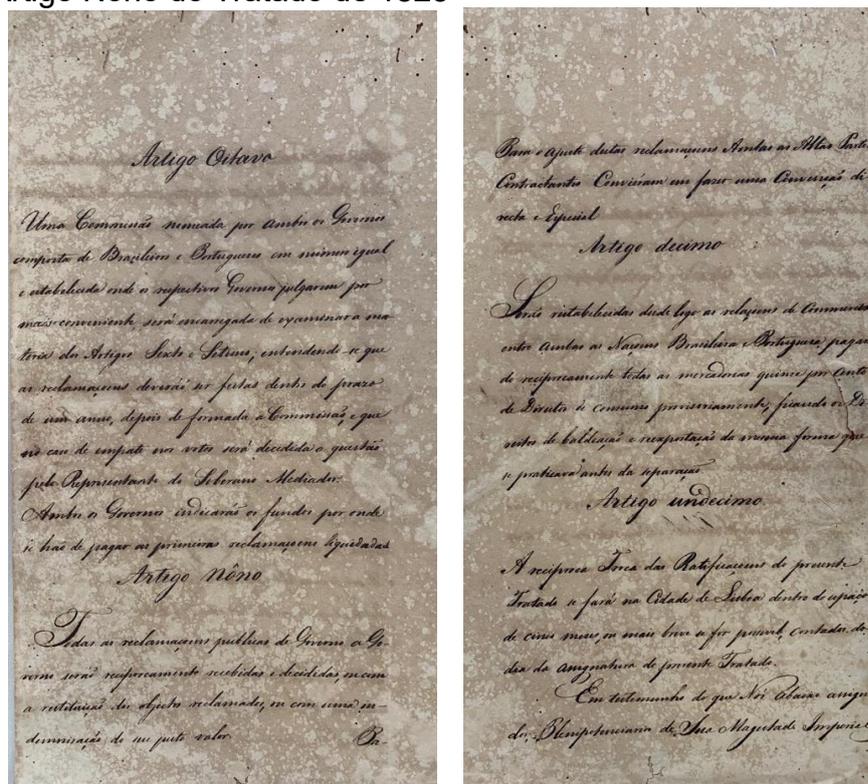
No Artigo Nono do Tratado de 1825 é estabelecida a obrigação de devolução ou indenização por valor considerado justo de qualquer bem que, porventura, seja reclamado pelas partes, incluindo a Biblioteca. O Tratado tem cláusulas amplas e inespecíficas, porém cada caso foi objeto de detalhamento em anexo específico.

¹⁷ Bettencourt (2014, p. 78) cita entre as coleções adquiridas e ou doadas a “[...] Coleção Barbosa Machado (1770-1773), a Coleção do Cardeal da Cunha (1783) e a coleção de livros do Colégio de Todos os Santos (1790)”.

¹⁸ “Concebido, inicialmente, como um sistema de “propinas”, consistia na obrigação imposta às oficinas tipográficas portuguesas instaladas em solo brasileiro do envio de exemplares de suas publicações para a Real Biblioteca, instalada no Rio de Janeiro em 1810, à semelhança das deliberações impostas pela Ordonnance de Montpellier, na França quinhentista” (RODRIGUES, 2017, p. 170).

¹⁹ No original: “La biblioteca terminó convertida en motivo de disputa a la hora de elaborar el Tratado de la Independencia de Brasil en 1825, lo que demostraba que su importancia no era solamente económica, sino también - y tal vez fundamentalmente - simbólica” (SCHWARCZ, 2008, p. 133).

Figura 4 – Artigo Nono do Tratado de 1825



Fonte: BRASIL. *Tratado de Paz e Aliança celebrado entre Brasil e Portugal de 29 de Agosto de 1825*. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI: P17M25m).

Por essa ocasião, o bibliotecário Joaquim Damaso entendia que a Biblioteca Real deveria acompanhar o rei em seu retorno a Portugal e, para tanto, tomou a iniciativa de levar vários documentos importantes. Entre os seis mil códices que compunham a Biblioteca, Damaso levou consigo cinco mil. Tal atitude revelou a disputa entre aqueles que advogavam pela importância da reinstalação da Biblioteca em seu espaço original e aqueles que entendiam que ela deveria permanecer no Brasil, devido ao processo de independência e sua importância “[...] como parte de uma política de fortalecimento científico e cultural da nova nação” (SCHWARCZ, 2018, p. 143, tradução livre do autor). D. Pedro I, futuro imperador do Brasil, se envolveu na disputa, defendendo a importância da permanência do acervo, mesmo com o elevado custo que se revelou ao final da disputa, pois:

O valor da Biblioteca da Corte Imperial e Pública, como foi chamada após a independência, tornou-se objeto de cláusulas contratuais e disputas diplomáticas na tentativa de consolidar a emancipação. Pedro I, Imperador do Brasil, concordou em indenizar a família real portuguesa por seus bens e propriedades que permaneceram no Brasil, incluindo a biblioteca real. Os 800 réis em que foi avaliado era um valor extremamente alto em relação ao total a ser pago: representava 12,5% do custo da independência, quatro vezes

mais do que a famosa coroa de prata e do que a soma de tudo o que restou no Brasil (SCHWARCZ, 2018, p. 143-4, tradução livre do autor)²⁰.

A Biblioteca Real Portuguesa originou então a atual Biblioteca Nacional (SANTOS, 2010).

Em síntese, a história das bibliotecas no Brasil até o começo do século XIX pode ser, de acordo com Santos (2010), analisada sob três etapas temporais:

- a) a primeira contempla a chegada dos religiosos e a formação de bibliotecas nos conventos e particulares;
- b) a segunda decorre da chegada e instalação da Biblioteca Real e a fundação da Biblioteca Nacional;
- c) a terceira se refere à criação da Biblioteca Pública da Bahia.

Santos (2010) ainda relata que durante os primeiros três séculos da colonização portuguesa o Brasil contava apenas com as bibliotecas relacionadas a instituições religiosas – conventos, mosteiros e instituições de ensino religiosas – e algumas de caráter particular. Essa situação era limitada pelas proibições de Portugal para instalação de tipografias no país e pela censura da Inquisição Católica, que opinava, inclusive, sobre conteúdo de livros didáticos, restringindo a divulgação e o acesso a diferentes tipos de informações. Por outro lado, as bibliotecas particulares tinham seu dimensionamento e variedade de títulos determinados pela cultura e escolaridade dos proprietários, o que também implicava em disponibilidade de recursos financeiros, dado que a maior parte dos livros deveria ser importada.

²⁰ No original: “Su postura tendría importantes efectos para Brasil, ya que se llevó con él muchos de los más importantes documentos, fuentes primarias y manuscritos que habían llegado con la familia real. Probablemente para él esos documentos pertenecían a la familia real y no debían permanecer en la colonia. De los 6000 códices en la colección, Damaso retiró más de 5000, e incluso se lamentó por no haber podido llevarse los libros impresos. La actitud del bibliotecario, y la radicalización del proceso independentista, dieron forma a una disputa bibliográfica: esta no fue un mero detalle, ya que permite imaginar la batalla que siguió. Por un lado, aquellos que intentaban reinstalar la biblioteca en su espacio original y, por el otro, los que luchaban por retenerla como parte de una política de fortalecimiento científico y cultural de la nueva nación. El significado de tener una biblioteca nacional como esta no pasaba desapercibido para la élite brasileña, e incluso Pedro I, el futuro emperador de Brasil, luchó por preservar la colección en el trópico. Si bien eventualmente la victoria fue de Brasil y los libros se quedaron en América, el costo fue muy alto. El valor de la Biblioteca Imperial y Pública de la Corte, como fue llamada después de la independencia, se convirtió en objeto de cláusulas contractuales y disputas diplomáticas en un intento por consolidar la emancipación. Pedro I, emperador de Brasil, accedió a compensar a la familia real portuguesa por sus bienes y propiedades que permanecieron en Brasil, incluida la Biblioteca Real (Martins, 1922, p. 331). En la lista de pagos que Brasil tuvo que hacer a Portugal por su independencia, la biblioteca aparecía en segundo lugar después de la deuda pública. Los 800 reis en que fue valuada eran un monto sumamente alto en relación al total a pagar: representaba el 12,5% del costo de la independencia, cuatro veces más que la famosa corona de plata y que la suma de todo lo que quedó en Brasil” (SCHWARCZ, 2018, p. 143-4).

1.3 Catálogos

No decorrer do tempo, os termos “catálogo” e “inventário” foram utilizados como sinônimos, porém guardam uma diferença sutil, que se desvaneceu. De acordo com Rodríguez Parada (2007), o vocábulo inventário se associava a personalidades em evidente alusão ao inventário de bens, enquanto o termo catálogo se relacionava às bibliotecas. O referido autor recorre ao dicionário para identificar as diferenças e similaridades entre os termos.

Quadro 1 – Definições de catálogo e inventário

Autor/Origem	Termo	Definição	Similaridades
Dictionnaire Encyclopédique du Livre		<p>Lista de objetos [...], muitas vezes acompanhada de uma descrição que permite identificá-los e ordenada segundo uma classificação metódica que ajuda a escolhê-los, a encontrá-los no conjunto do qual são papel. [...]</p> <p>1. Lista descritiva e ordenada de todos os documentos que compõem o fundo [...] que permite a jogador localizar e obtê-los a partir de chaves de busca (ou "pontos de acesso"), como autor, editor, título ou assunto²¹.</p>	<p>Um catálogo contém toda a coleção que compõe a biblioteca.</p> <p>É uma lista que não é ordenada aleatoriamente, mas o resultado de um cosmos ou aplicação de uma ordem.</p>
García Ejarque	Catálogo	<p>Série ordenada de cada uma das descrições das peças que compõem uma coleção...</p> <p>Catálogo dos livros e outros materiais bibliográficos de uma biblioteca com referência ao local que cada um nele ocupa, elaborado e arranjado de tal forma que qualquer um pode identificar um livro cujos dados conhecidos, descobrir quais obras a biblioteca possui de um determinado autor ou sobre um determinado tópico e ajudar na sua seleção²³.</p>	<p>Permite identificar e localizar cada um dos elementos da 'coletânea'²².</p>

²¹ No original: “Catálogo és la Liste d’objets [...], souvent accompagnée d’une description permettant d’identifier ceux-ci, et ordonnée selon un classement méthodique qui aide à les choisir, à les retrouver dans l’ensemble dont ils font partie. [...] 1. Liste descriptive et ordonnée de l’ensemble des documents composant le fonds [...] qui permet au lecteur localiser et d’obtenir ceux-ci à partir de clés de recherche (ou "points d’accès") telles que l’auteur, l’éditeur, le titre ou le sujet” (RODRÍGUEZ PARADA, 2007, n. p.).

²² No original: “En un catálogo consta toda la colección que conforma la biblioteca. Se trata de una lista no dispuesta al azar, sino que es el resultado de un cosmos o aplicación de un orden. Permite identificar y localizar cada uno de los elementos del fondo” (RODRÍGUEZ PARADA, 2007, n. p.).

²³ No original: “Serie ordenada de cada una de las descripciones de las piezas que constituyen una colección... Catálogo de los libros y demás materiales bibliográficos de una biblioteca con remisión al lugar que cada uno ocupa en ella, elaborado y dispuesto de forma que cualquiera pueda

Dictionnaire Encyclopédique du Livre	Inventário	1. Registro de documentos que constituem as coleções de uma biblioteca... O inventário é o registo com valor contabilístico e administrativo que certifica que os documentos são propriedade da biblioteca... Um inventário "retrospectivo" que os documentos são propriedade da biblioteca... Um inventário "retrospectivo" pode seguir a ordem de classificação das coleções nas prateleiras...	É um 'certificado' de propriedade (às vezes também indicando o valor material da propriedade).
Dictionnaire Encyclopédique du Livre	Inventário	2. Catálogo de uma biblioteca listando um determinado conjunto de documentos. Aconteceu que alguns catálogos receberam o título de Inventário, enquanto seu design e sua organização os relacionam plenamente com o "gênero" do catálogo. [...] 4. Inventário após a morte: documento autenticado estabelecido após a morte de uma pessoa e contendo a lista de Seus pertences ²⁴ .	Indica a localização dos documentos ²⁵ .
García Ejarque		1. Liquidação de bens e outras coisas pertencentes a uma pessoa ou comunidade feita com ordem e precisão. 2. Papel ou documento em que se escrevem essas coisas. 3. Livro de inventário. Operação periódica destinada a verificar a integridade de uma coleção documental de acordo com a entrada descritiva e ordenada de suas peças. Em uma biblioteca geralmente é feito de acordo com o catálogo topográfico ²⁶ .	

Fonte: RODRÍGUEZ PARADA, C. Los catálogos e inventários em la historia del libro y de las bibliotecas. *BID - textos universitaris de biblioteconomia i documentació*, n. 18, juny 2007.

identificar un libro cuyos datos conoce, averiguar qué obras posee la biblioteca de un determinado autor o sobre un determinado tema, y ayudar a su selección" (RODRÍGUEZ PARADA, 2007, n. p.).

²⁴ No original: "1. Registre de documents que constituent les collections d'une bibliothèque... L'inventaire est le registre à valeur comptable et administrative qui atteste que les documents sont propriété de la bibliothèque... Un inventaire "rétrospectif" peut suivre l'ordre de classement des collections sur les rayons... 2. Catalogue d'une bibliothèque recensant un ensemble particulier de documents. Il est arrivé que certains catalogues se soient vu attribuer le titre d'Inventaire, alors que leur conception et leur organisation les apparentent pleinement au "genre" catalogue. [...] 4. Inventaire après décès: document notarié établi après le décès d'une personne et donnant la liste de ses biens" (RODRÍGUEZ PARADA, 2007, n. p.).

²⁵ No original: "Um inventario: Es un 'certificado' de propiedad (que a veces indica, además, el valor material de los bienes). Señala la localización de los documentos" (RODRÍGUEZ PARADA, 2007, n. p.).

²⁶ No original: "1. Asiento de bienes y demás cosas pertenecientes a una persona o comunidad hecho con orden y precisión. 2. Papel o documento en que están escritas dichas cosas. 3. Libro de inventarios. Operación periódica encaminada a comprobar la integridad de una colección documental de acuerdo con el asiento descriptivo y ordenado de sus piezas. En una biblioteca suele hacerse de acuerdo con el catálogo topográfico" (RODRÍGUEZ PARADA, 2007, n. p.).

Rodríguez Parada (2007) conclui que o inventário se refere a um instrumento administrativo e de controle que permite identificar a posição e a perda ou não de bens. Já o catálogo se refere à lista ordenada de obras e/ou documentos existentes em uma biblioteca²⁷.

Chartier (1998, p. 73) esclarece que, inicialmente, o catálogo era denominado de biblioteca, representando os “[...] livros que contêm os catálogos dos livros das bibliotecas”. Ainda, segundo o referido autor:

Graças à difusão dos catálogos, o mundo fechado das bibliotecas singulares pode ser transformado em um universo infinito de livros assinalados, recenseados, visitados, consultados e, eventualmente, emprestados. [...] Uma ‘biblioteca’ não é apenas o inventário de livros reunidos em um lugar específico; ela pode ser o inventário de todos os livros já escritos sobre qualquer tema, ou mesmo pelos autores de uma dada nação (CHARTIER, 1998, p. 74).

De acordo com Chartier (1998), três dessas bibliotecas datam de período anterior a 1550, sendo elas:

[...] o *Catalogus illustrium virorum Germaniae suis ingeniis et lucubrationibus omnifariam exornantium*, de Johann Trithem (Mayença, 1495), a *Bibliotheca Universalis, sive Catalogus omnium scriptorum locupletissimus, in tribus linguis, Latina, Graeca et Hebraica*, de Conrad Gesner²⁸ (Zurique, 1545), e a *Illustrium Maioris Britanniae Scriptorum*, de John Bale (Ipswich, 1548). Vários traços são comuns a essas três obras: são redigidas em latim, reúnem basicamente autores antigos, privilegiam obras escritas em línguas clássicas (CHARTIER, 1998, p. 74-5, grifos do autor).

²⁷ Nos primórdios da história, “[...] encontramos alguns remanescentes de listagens de livros, mas não se sabe que uso se fazia delas. Na literatura grega, há referências a coleções de livros pertencentes a indivíduos ou a bibliotecas. Calímaco, bibliotecário da Biblioteca de Alexandria, ficou famoso, na história da Biblioteconomia, porque compilou uma listagem de obras, em 250 a.C. Não se chegou, porém, a determinar, com exatidão, se esta listagem era um catálogo da biblioteca ou uma bibliografia da literatura grega. Os gregos, entretanto, nos ensinaram a referir-nos às obras literárias pelo nome do autor e esta foi a sua maior contribuição para a catalogação bibliográfica” (FIUZA, 1987, p. 44). Na Idade Média não houve avanço significativo, sendo frequentes listagens de obras com traços de inventário. No século XIII foi registrada movimentação proveniente dos mosteiros ingleses com o intuito de elaborar “[...] um catálogo coletivo de seus acervos” (FIUZA, 1987, p. 44). No século XIV começaram a aparecer os símbolos como indicativo da localização das obras nas estantes e indicações mais precisas, como ainda, a indicação daquelas de diferentes características, como, por exemplo, autoria, encadernadas em conjunto. O desenvolvimento das atividades intelectuais, científicas e acadêmicas impulsionaram, nos séculos XV e XVI, o aprimoramento da organização dos acervos das bibliotecas, devido ao aumento de obras impressas decorrentes da criação e do desenvolvimento da tipografia (FIUZA, 1987).

²⁸ “Gesner publicou, em 1545, uma bibliografia arranjada alfabeticamente por autor, à qual foi acrescentada em 1548, um índice de assunto. Esta bibliografia pretendia ser universal e citar todas as obras impressas publicadas no mundo. Gesner sugeriu que as bibliotecas usassem esta bibliografia, acrescentando números de chamada para localização das obras nas estantes” (FIUZA, 1987, p. 44-5).

No ano seguinte, 1551, Antonio Francesco Doni publicou *La seconda libreria*, desta vez apresentando obras não impressas, ou seja, vistas em manuscritos, o que sugere dúvidas quanto ao seu conteúdo. Em 1557, Doni reuniu as duas obras, adicionando “[...] um terceiro tratado, já existente em 1551, consagrado ‘à fundação das academias, junto com os seus nomes, divisas, emblemas e obras produzidas por todos os acadêmicos’” (CHARTIER, 1998, p. 77). As obras desses autores serviram de inspiração para outros, que produziram seus próprios catálogos em língua vulgar, impressos ou manuscritos, em diferentes formatos, informando a autoria, os nomes e detalhes, resumos e ou excertos, de diferentes obras (CHARTIER, 1998).

Santos (2012) se refere ao aumento da quantidade de livros em decorrência das mudanças sociais e intelectuais ocorridas entre os séculos XIII e XV, que culminaram com a criação das universidades, levando à exigência de uma atuação mais eficiente das bibliotecas. Daí surge a necessidade de um catálogo que permitisse a identificação das obras pelo título, a autoria e sua localização nas bibliotecas existentes. Esse catálogo é atribuído, por Santos (2012, p. 185), “[...] a franciscanos ingleses, na segunda metade do século XIII”.

Outro vocábulo utilizado para referir-se aos catálogos é livreria, que se associa à obra *Libreria* de Antonio Francesco Doni, publicada em 1550, em Veneza, trazendo como traço marcante o fato de ser publicada fora do padrão da linguagem culta e trazer uma relação das obras publicadas em língua vulgar, diferentemente das anteriormente citadas, que privilegiavam o latim. O formato também foi inovador, pois a obra foi impressa em tamanho reduzido, permitindo mais fácil manuseio (CHARTIER, 1998)²⁹.

De acordo com Amado (1997) surge, no século XVII, o Índice-catálogo, que adotava o modelo da Biblioteca do Vaticano. Isso favoreceu a divulgação de informações entre as principais bibliotecas existentes, configurando também um instrumento de controle e vigilância. Uma importante observação do autor acerca

²⁹ Ilustram essa informação as observações de Battles (2003) de que “[...] é difícil calcular com precisão o tamanho de uma biblioteca europeia típica antes do Renascimento, pois os catálogos que chegaram até nós, além de raros, não são de muita utilidade. [...] os catálogos medievais eram, em sua maioria, compostos apenas de listas abreviadas de volumes. Com freqüência, eles nem sequer eram encadernados separadamente, mas apenas simples com rabiscos nas capas ou nas margens de livros da coleção. Num tempo em que superfícies escritas eram valiosos artigos produzidos a duras penas, não era de se esperar que alguém fosse gastar energias na produção de um instrumento periférico. Tipicamente, o catálogo limitava-se a listar apenas os volumes encadernados da biblioteca, cada um deles podendo conter duas, três e até mesmo oito obras individuais” (BATTLES, 2003, p. 79).

desses Índices-catálogos é que “não correspondendo exactamente ao conjunto das obras existentes na biblioteca, indicam a sensibilidade do bibliotecário face ao que as circunstâncias lhe parecem indicar como aconselhável” (AMADO, 1997, p. 28-9). Amado (1997) destaca ainda que os catálogos tinham finalidades diversas, e cita os índices-catálogos como repositórios de informações selecionadas pelos bibliotecários; e os denominados de índices-catálogos de livrarias, que continham as listagens de matérias direccionadas ao ambiente externo, visando a divulgação da imagem de biblioteca.

Mckitterick (2008) atribui a desorganização encontrada nas bibliotecas - juntando manuscritos, impressos e obras de diferentes autores e épocas em um mesmo volume -, durante vários séculos, às preferências dos seus bibliotecários, cuja administração era marcada por percepções e interesses próprios sem seguir uma lógica mais pragmática na distribuição e ou organização das obras que favorecessem os escassos leitores.

Corroborando com essas informações, Strout (1956) observa que na Biblioteca de Glastonbury (século XI) frequentemente os volumes eram qualificados de maneira imprópria, com vocábulos que descreviam seu estado físico, como, por exemplo, inútil, legível, velho e bom. Não raro, os volumes eram agrupados por tamanho dos livros.

Santos (2012) se refere ao aumento da quantidade de livros em decorrência das mudanças sociais e intelectuais ocorridas entre os séculos XIII e XV, que culminaram com a criação das universidades, levando à exigência de uma atuação mais eficiente das bibliotecas. Daí surge a necessidade de um catálogo que permitisse a identificação das obras pelo título, a autoria e sua localização nas bibliotecas existentes. Esse catálogo é atribuído, por Santos (2012, p. 185), “[...] a franciscanos ingleses, na segunda metade do século XIII”.

Essa situação impulsionou o desenvolvimento de formas de catalogação³⁰ das obras disponíveis nas bibliotecas. Mckitterick (2008) indica que as classificações por assunto foram criadas no século XVII, desenvolvidas por eruditos e livreiros. Esse sistema não foi considerado muito prático, uma vez que agrupava as obras em grandes grupos (rubricas), exigindo subgrupos (classes e subdivisões) cada vez mais

³⁰ “Catalogar significa descrever minuciosamente as características de uma unidade documentária e determinar seus pontos de acesso, de tal modo que o usuário possa reconhecer, no caso de um livro, por exemplo, quem é o autor, qual é o título, o local de publicação, a editora, a data de publicação, quantas páginas têm e outras particularidade” (ROCHA, 2010, p. 21).

extensos. Isso sem mencionar as dificuldades decorrentes da falta de padronização dos tamanhos das encadernações.

Em 1830, Thomas Watts criou um sistema bibliográfico específico para o *British Museum*, sendo a Bíblia o seu ponto de partida, em decorrência, pode-se supor, do fato de ter sido o primeiro livro impresso. Algumas instituições, como, por exemplo, a Biblioteca de Wren, mantinham as obras provenientes de coleções juntas, sem considerar a catalogação por assunto, mas sim sua identificação pelo proprietário original. Outras as organizavam pelo idioma, como, por exemplo, a do *Trinity College*. Há ainda a classificação por data de publicação, que é relacionada aos incunábulo, introduzida em 1639 e estabelecida em 1688 (MCKITTERICK, 2008)³¹³².

De acordo com Maurice J. Freedman³³ (*apud* FIUZA, 1987), pode-se considerar como figuras mais expressivas no desenvolvimento da catalogação e influentes no âmbito anglo-americano, cujo pensamento marcou o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira, Antonio Panizzi, Charles Coffin Jewett e Charles Ami Cutter.

Em 1831, Panizzi foi contratado para supervisionar a revisão do catálogo do Museu Britânico, ocasião em que propôs suas 91 Regras para catalogação, cujos principais aspectos podem ser resumidos da seguinte maneira:

³¹ De acordo com a Biblioteca da Ajuda [2018?], uma das mais antigas de Portugal: “Este termo – com origem no latim (in) cunabulum: (no) berço – designa um livro impresso com caracteres móveis, fundidos em metal, entre a invenção da prensa e o fim do séc. XV, isto é: até 31 de Dezembro de 1500 (inclusive), data arbitrária mas necessária. [...]. Um incunábulo tem a aparência de um livro manuscrito medieval: é compacto, não apresentando ainda a folha de rosto, a qual viria a incluir título, autor, local e oficina de impressão, e referência tipográfica do impressor/livreiro. Esta hierarquização da informação do livro, complementada pela introdução de paginação, capítulos, ilustração e outros elementos, surge por volta de 1540. As páginas são impressas recto verso, em papel (desde o séc. XIII) ou pergaminho, apresentando o texto a 2 ou 3 colunas de 30 a 70 linhas cada. [...]. Só um número muito reduzido de incunábulo contém ilustrações e em alguns encontra-se a capitular maiúscula, após impressão. O aspecto do livro, tal como o conhecemos, fixa-se entre 1530 e 1550”.

³² “O termo *incunabula* foi introduzido por Bernard von Mallinckrot, de Münster, em 1639, mas só é estabelecido, e, *Incunabula typographiae* de Cornelius van Beughem, livreiro-editor holandês, em 1688. Num primeiro tempo, esse termo pouco se relacionava com a arrumação das bibliotecas, embora Johann Saubert tenha distinguido os livros impressos até 1500, em sua história da biblioteca de Nuremberg em 1643. Hoje, graças a bibliógrafos e bibliotecários como Henry Bradshaw ou Robert Proctor na Inglaterra, ou Marie Pellechet na França, ou J. W. Holtrop em Haia, a separação dos incunábulo em relação ao resto de uma biblioteca é geralmente respeitada” (MCKITTERICK, 2008, p. 104).

³³ FREEDMAN, M. J. Must we limit the catalog. *Library Journal*, v. 101, n. 3, p. 322-4, 1984.

1. um livro deve ser considerado e representado no catálogo, não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de um determinado autor;
2. todas as obras de um autor, e suas edições, devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições;
3. todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ter entradas sob seu título original, numa ordem prescrita (edições cronologicamente, traduções por língua etc.) de maneira que a pessoa em busca de um livro em particular, encontre-o junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor serviria a seus objetivos.
4. referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada (FIUZA, 1987, p. 47).

Jewett elaborou um código de catalogação para a biblioteca da *Smithsonian Institution*, resultante da adaptação das regras de Panizzi para as necessidades norte-americanas. Essa ação resultou na idealização de “[...] um sistema de reprodução de fichas por meio de placas estereotipadas de cobre para dar maior flexibilidade ao catálogo, bem como permitir maior cooperação entre as bibliotecas” (FIUZA, 1987, p. 47-8).

Em 1876, Cutter criou uma codificação que Mckitterick (2008, p. 101) chamou de “[...] catálogo dicionário”, que agrupava informações diversas sobre as obras, tais como os nomes dos autores, seus títulos, os assuntos e o tipo de literatura. Sob a influência de Panizzi e Jewett, Cutter elaborou 368 Regras para catalogação, estabelecendo o objetivo do catálogo e os meios para atingi-los, conforme segue:

O catálogo deve ser um instrumento hábil para:

1. permitir que uma pessoa encontre um livro do qual conhece:
 - A — O Autor
 - B — O título
 - C — O assunto
2. mostrar o que a biblioteca tem:
 - D — de um determinado autor
 - E — de um determinado assunto
 - F — de uma determinada espécie de literatura
3. ajudar na escolha de um livro:
 - G — com respeito à sua edição
 - H — com respeito a seu caráter (literário ou tópico).

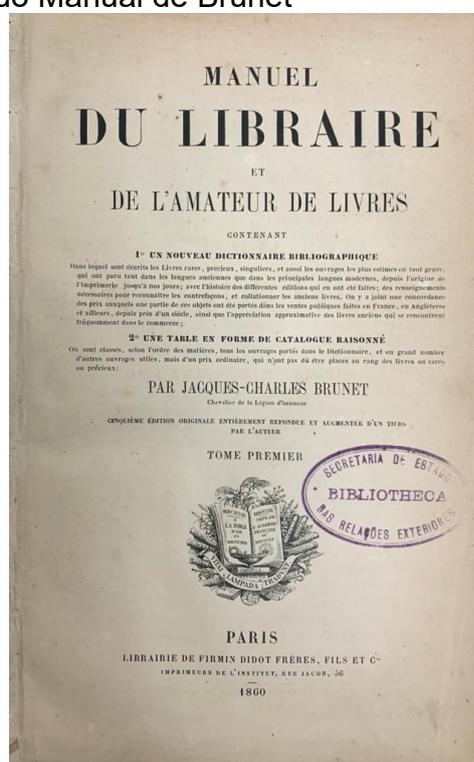
Para atingir tais «objetos», o catálogo deve contar com os seguintes ‘Meios’:

1. Entradas de autor, com as referências necessárias (A e D)
2. Entradas de título ou referências ao título (B)
3. Entradas de assunto, referências cruzadas (C e E)
4. Entrada de forma e língua (F)
5. Transcrição da edição e imprensa, com notas, quando necessário (G)
6. Notas especiais (H) (FIUZA, 1987, p. 47-8).

Jacques Charles Brunet foi reconhecido por compilar o *Manuel du libraire et de l'amateur des livres* em 1810, considerado:

[...] um catálogo universal erudito de 'livros raros', 'preciosos', 'singulares' e 'estimados', desde a origem da imprensa até o século XVIII, com informações sobre as diferentes edições (assinalando inclusive as melhores), contrafações, notas de raridade e preço, além de comentários esparsos de diversas naturezas, entre os quais encadernação, tiragem, conteúdo, dados biográficos, informações e anedotas acerca de algum gravador, editor, livreiro etc. Os cinco primeiros volumes são um catálogo alfabético de autor e título e o sexto um índice de assunto. Ainda que universal, a concentração maior é de títulos franceses e em latim (DINIZ, 2012, p. 17).

Figura 5 – Página inicial do Manual de Brunet



Fonte: BRUNET, J-C. *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*. 5. ed. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et Cie, 1860/1865. 6 v. Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

Brunet elaborou um sistema de organização bibliográfica denominado de *Table méthodique*, que distinguia as seguintes classes: Teologia, Jurisprudência, História, Filosofia e Literatura. Essas classes eram representadas por algarismos romanos e árabicos, como ainda por letras (BARBOSA, 1969). Segundo Piedade (1983), esse sistema influenciou, à época, as classificações adotadas na Biblioteca Nacional de Paris, na Biblioteca de *Sainte Geneviève*, também em Paris, e no *British Museum* londrino. Brunet foi também escritor, erudito, bibliófilo e bibliógrafo reconhecido. De acordo com Diniz (2012), Brunet elaborou diversos catálogos de vendas de livros e de estudos bibliográficos.

Neste estudo, destaca-se que o médico Carlos Costa adotou a classificação de Brunet para elaboração do catálogo das obras da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que foi produzido de maneira incompleta em 1877, sendo reformulado e complementado com as obras entradas até 1889, cuja publicação ocorreu no ano de 1892 (COSTA, 1892). O autor utilizou a classificação de Brunet, ainda que a considerando imprópria devido à complexidade e falta de notação, porém citando como auxílio o trabalho do médico e bibliógrafo John Shaw Billings, que organizou e geriu a *Library and Museum of the Office of the Surgeon General of the United States Army*, a partir de 1865, refazendo o trabalho de catalogação³⁴ e indexação³⁵ das obras da instituição. Billings respondeu também pela elaboração do *Index Medicus*, que reunia mensalmente as informações acerca da literatura médica (MORAES, 2002).

As Regras adotadas por Billings podem ser resumidas da seguinte maneira:

- I. Esses títulos foram selecionados para assuntos para os quais se presume que a maioria dos médicos falantes de inglês educados procurariam em uma ordem alfabética.
- II. Onde houver dúvida entre dois ou mais títulos de assunto, referências cruzadas são fornecidas.
- III. Quando uma palavra inglesa e uma palavra latina ou grega são de uso comum para designar o mesmo assunto, a palavra inglesa é preferida e as referências são dadas das outras.
- IV. Como regra, substantivos em vez de adjetivos são selecionados para contos de assunto. Exceções ocorrem a isso na nomenclatura anatômica, como 'ducto lacrimal'; 'Glândula tireóide'.
- V. Em nomes de sujeitos derivados de nomes pessoais, estes últimos precedem, como 'doença de Addison'; 'trompa de Eustáquio'.
- VI. Doenças ou lesões locais são, via de regra, colocadas sob o nome do órgão ou localidade afetada [...].
- VII. Os casos em que uma doença é complicada ou imediatamente seguida por outra são colocados sob o nome da primeira doença com o subtítulo 'Complicações e sequelas'.
- VIII. Quando o assunto principal de um artigo é a ação de um determinado remédio em geral, ou sua ação em várias doenças, ele é indexado sob o nome do remédio; mas se se referir à sua ação em apenas uma doença, é indexado sob o nome da doença.
- IX. A quantidade de subdivisão feita sob os principais títulos depende muito do número de referências a serem classificadas.
- X. Via de regra, as referências são dadas de gerais para específicas, mas não o inverso. [...].

³⁴ "Catalogar significa descrever minuciosamente as características de uma unidade documentária e determinar seus pontos de acesso, de tal modo que o usuário possa reconhecer, no caso de um livro, por exemplo, quem é o autor, qual é o título, o local de publicação, a editora, a data de publicação, quantas páginas têm e outras particularidade" (ROCHA, 2010, p. 21).

³⁵ "A indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento por meio do processo de análise de assunto e à representação desse conteúdo por meio de conceitos" (RUBI, 2009, p. 81).

XI. Sob o nome de um órgão serão encontrados os livros e artigos relativos à anatomia e fisiologia desse órgão. Seguem-se geralmente as anomalias e malformações do órgão, depois as suas doenças, depois os seus tumores e, por último, os seus feridas e ferimentos.

Trabalhos ou artigos anônimos são inscritos em ordem regular sob a primeira palavra do título e não um artigo ou preposição. Os títulos russos e japoneses são transliterados e uma tradução geralmente é anexada. Os nomes gregos são transliterados para uniformidade do tipo.

Na indexação de periódicos e transações, a regra geral tem sido que apenas artigos originais devem ser indexados, mas ocasionalmente artigos importantes são indexados em vários periódicos; e às vezes uma reimpressão é indexada quando o original não está na Biblioteca.

A Lista de Abreviaturas de Títulos de Periódicos prefixada a este volume mostra os periódicos e transações que foram indexados até o momento. A coluna da direita exibe os volumes ou números que a Biblioteca possui e, negativamente, as deficiências, que desejo ardentemente suprir. A Lista de Abreviaturas é paginada separadamente para que possa ser encadernada por si mesma, se desejado, para uso com volumes sucessivos (BILLINGS, 1880, p. 3-4, tradução livre do autor)³⁶.

Não se pode deixar, no entanto, de citar Melvil Dewey, cuja primeira edição da sua *Classificação Decimal* foi publicada em 1876. Dewey dividiu o conhecimento em

³⁶ No original: "The following points have been kept in view in the selection and arrangement of the subject-headings: I. Those titles have been selected for subjects for which it is presumed that the majority of educated English-speaking physicians would look in an alphabetical arrangement. II. Where there is doubt as between two or more subject-headings, cross-references are given. III. Where both an English and a Latin or Greek word are in common use to designate the same subject, the English word is preferred, and references are given from the others. IV. As a rule, substantives rather than adjectives are selected for subject-headings. Exceptions occur to this in anatomical nomenclature, as 'Lachrymal duct'; 'Thyroid gland'. V. In names of subjects derived from personal names, the latter precede, as 'Addison's disease'; 'Eustachian tube'. VI. Local diseases or injuries are as a rule placed under the name of the organ or locality affected, as 'Kidney (Abscess of)'; 'Neck (Wound of)'. There are exceptions to this, in accordance with Rule I, e.g. 'Abscess (Perinc)Jhritic'. VII. Cases in which one disease is complicated with or immediately followed by another are placed under the name of the first disease with the sub-heading 'Complications and sequela;'. VIII. When the main subject of an article is the action of a given remedy in general, or its action in several diseases, it is indexed under the name of the remedy; but if it relates to its action in but one disease, it is indexed under the name of the disease. IX. The amount of subdivision made under the principal subject-heads depends very greatly upon the number of references to be classed. X. As a rule, the references are given from general to more special heads, but not the reverse. It is presumed, for instance, that those who wish to consult the literature on "Aphasia" will turn to "Brain (Diseases of)" and "Nervous System (Diseases of)", as well as to "Aphasia", without being directed to do so by a cross-reference under the latter title. XI. Under the name of an organ will be found the books and papers relating to the anatomy and physiology of that organ. Following this usually come the abnormalities and malformations of the organ, then its diseases, then its tumors, and, lastly, its wounds and injuries. Anonymous works or papers are entered in regular order under the first word of the title not an article or preposition. Russian and Japanese titles are transliterated, and a translation is usually appended. Greek names are transliterated for the sake of uniformity in type. In indexing journals and transactions, the general rule has been that only original articles should be taken, but occasionally important papers are indexed in several periodicals; and sometimes a reprint is indexed when the original is not in the library. The List of Abbreviations of Titles of Periodicals prefixed to this volume shows the journals and transactions which have been indexed to the present time. The right-hand column exhibits the volumes or numbers possessed by the Library, and, negatively, the deficiencies, which it is my earnest desire to fill. The List of Abbreviations is separately paged in order that it may be bound by itself, if desired, for use with succeeding volumes.

nove grandes classes³⁷, adotando uma décima classe para obras que congregassem diferentes assuntos, como, por exemplo, as enciclopédias. Para tanto, o bibliotecário utilizou uma representação numérica com três casas, em que cada uma delas subdividida em outras nove classes, que também poderiam ser subdivididas em outras nove classes, e assim por diante. Ao longo do tempo têm surgido novas edições dessa classificação com aprimoramentos, sendo que a segunda edição data de 1885 (PIEADADE, 1983).

Diversos autores se destacaram nos estudos dos catálogos, dada sua importância para as bibliotecas e o contexto histórico. Entre eles pode se destacar Ellis (1957), que avaliou o acervo da primeira Biblioteca Pública Oficial de São Paulo, criada em 1824 pelo então Presidente da Província, Lucas Antônio Monteiro de Barros. A autora obteve acesso a uma cópia datilografada, reproduzindo o inventário da biblioteca e do catálogo manuscrito datado de 1878³⁸, verificando que o acervo foi constituído pela aquisição das 1.059 obras do falecido bispo da Diocese de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, e outras 3.162 obras pertencentes ao Convento dos Franciscanos, já franqueadas ao clero e aos estudantes. O primeiro inventário da biblioteca foi organizado em 1826 pelo seu primeiro bibliotecário, o padre José Antônio do Reis. Entretanto, sua integridade foi questionada.

Silva e Silva (2015), que também pesquisaram tal acervo, explicam que o padre

[...] teve como uma das primeiras preocupações a redação de um inventário das obras, não por causa da grande quantidade delas ou para facilitar o seu trabalho, mas sim para que ele pudesse se defender de algumas acusações de má administração que vinha sofrendo (SILVA; SILVA, 2015, p. 184).

³⁷ As classes principais são: 000 Generalidades, 100 Filosofia e disciplinas relacionadas, 200 Religião, 300 Ciências Sociais, 400 Línguas, 500 Ciências Puras, 600 Tecnologia (Ciências Aplicadas), 700 Artes, Recreação e Artes Cênicas, 800 Literatura (Belas Letras) e 900 Geografia, Biografia, História (PIEADADE, 1983).

³⁸ “Dessa documentação foram enviadas cópias datilografadas para a Exposição Histórica do Parque Ibirapuera, comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, por ordem do Exmo. Sr. Diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Dr. E. Vilhena de Moraes, das quais nos servimos para os primeiros estudos sobre o Inventário da Primeira Biblioteca Pública oficial de São Paulo. Tentamos encontrar uma cópia manuscrita daquele inventário na Biblioteca e no Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo, pois os livros da referida Biblioteca constituíram o núcleo inicial da Biblioteca daquele Instituto Universitário. Nada conseguimos nesse sentido. Encontramos, somente o catálogo manuscrito da Biblioteca daquela escola, do ano de 1878, o que muito nos auxiliou. Embora com certa dificuldade, fizemos o confronto entre a cópia datilografada do Inventário mencionado e o catálogo de 1878 e pudemos corrigir certas falhas existentes no primeiro — erros de datilografia” (ELLIS, 1957, p. 387).

Ellis (1957) indica que as obras foram organizadas em treze grandes grupos: Escritura Sagrada e Santos Padres; Liturgia; Teologia Natural Dogmática e Moral; Direito Canônico; Direito Natural e Civil; Teologia Mística; Sermonários; Filosofia, Matemática, História Natural e Física; Retórica e Poética; Geografia; Dicionários e Artigos das Línguas; História Universal e Particular; e Miscelânea. Do total de 4.221 volumes, as temáticas que apresentaram maior quantidade de obras por assunto foram:

[...] em primeiro lugar, História Universal e Particular, com 270 obras; em seguida, Miscelânea, com 201; Teologia Natural, Dogmática e Moral com 193; Sermonários, com 186; Direito Canônico, com 175; Direito Natural e Civil, com 131; Filosofia, Matemática, História Natural e Física, com 114; Teologia Mística, com 86; Escritura Sagrada e Santos Padres, com 69; Liturgia, com 38; Retórica e Poética, com 18; Dicionário e Artigos das Línguas, com 17 e Geografia, com 15 (ELLIS, 1957, p. 394).

Silva e Silva (2015) observam que ao final do referido inventário consta uma lista com 37 títulos e 308 volumes destinados à venda, constando também o preço pago por ocasião da aquisição e o de venda. Os autores observaram alguns aspectos que dificultaram uma análise mais aprofundada do documento, entre elas:

1. Não apresenta nenhum tipo de ordenação, nem mesmo alfabética;
2. Para as obras descreve apenas cinco elementos: título, sobrenome do autor, formato da obra, número de volumes e número de volumes faltantes (quando ocorre);
3. As obras, independente do seu idioma, tiveram seus títulos traduzidos para o português;
4. Os grandes títulos, comuns em obras do período, aparecem (praticamente) sempre abreviados, além de traduzidos;
5. Quando a obra é precedida por uma de título igual, este é substituído por 'Do.', 'Da', 'Do.s' e 'Da.s' – abreviaturas respectivamente de 'dito', 'dita', 'ditos' e 'ditas' – que podem substituir ou o título inteiro ou parte dele;
6. Quando o autor de uma obra é o mesmo da obra precedente, seu nome/sobrenome é substituído pela palavra 'mesmo' ou pela forma abreviada 'm.mo';
7. Em obras de autoria não identificada ou anônima, o nome do autor vem substituído por *** (asteriscos) (SILVA; SILVA, 2015, p. 187).

Em levantamento sobre o desenvolvimento histórico dos catálogos, Ferraz (1991) faz algumas observações interessantes, entre outras, tais como:

- a) o catálogo de Alcuim foi elaborado para a Biblioteca Monástica de York e apresentava obras que de fato não constavam da coleção representada;
- b) com o passar do tempo, as grandes coleções de livros e catálogos com seus inventários eram mais frequentes em mosteiros, catedrais e universidades;
- c) com a evolução da sociedade, as grandes coleções de livros e as bibliotecas passaram a oferecer suporte à educação da população;

- d) nos séculos XVII e XIX era mantida na biblioteca somente uma edição de cada obra, sendo as edições diferentes enquadradas em duplicidade e, por isso, descartadas;
- e) no século XVIII, somente a melhor edição da obra de um autor deveria ser mantida na biblioteca e as demais descartadas.

Azevedo (2007, 2008, 2012), em pesquisa sobre o Gabinete Português de Leitura (GPL), inaugurado em 1837, busca identificar o perfil dos leitores mediante análise do catálogo do acervo de obras disponíveis na instituição. O primeiro catálogo do acervo do GPL foi publicado em 1840. Ressalta-se que o catálogo analisado pelo autor data de 1844, do qual constavam 2.827 obras, sendo 1.474 no idioma português, 1.234 no francês e 77 no inglês. Os leitores se dividiam em duas categorias: os acionistas, necessariamente portugueses, arcando com pagamento semestral de taxa estipulada pelo próprio GPL, e subscritores, que deveriam ser indicados por um acionista e aprovados pela diretoria do GPL, podendo ser de qualquer nacionalidade, sujeitos ao pagamento de taxa pelo período de três, seis ou doze meses, de acordo com seu interesse (AZEVEDO, 2012). Esses leitores, na maior parte, eram médicos, advogados, indivíduos ligados ao comércio, com elevada formação acadêmica e conhecimentos de francês e/ou inglês. Entre as obras disponíveis estavam: novelas (421), literatura (312), história (296), poesia (181), política (109), teologia e culto (98), medicina (68), viagens (67), direito (61), teatro (61) e comércio (41), “[...] de várias praças do Império e da Europa” (AZEVEDO, 2008, p. 26).

Bessone (2014) abordou as bibliotecas particulares, buscando evidenciar a relação entre leitores e livros no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1870 e 1920, mediante pesquisa em bibliotecas, envolvendo, entre outros, documentos biográficos, periódicos, inventários e leilões. De acordo com a autora, advogados e médicos constituíam um público expressivo, entre outros profissionais, que adotavam os livros como “[...] um importante instrumento de trabalho” (BESSONE, 2014, p. 34). Até o século XIX predominavam obras em língua francesa, que orientavam a teoria e a prática médica, atendendo aos currículos adotados pelas escolas locais. Ao abordar as bibliotecas particulares, inseridas no ambiente doméstico, a autora observa que muitas delas eram formadas, além das aquisições diretas, por heranças, doações e leilões, o que dificultava uma análise mais apurada, uma vez que nem sempre havia

registros detalhados das obras e suas características. Em algumas situações, os livros eram doados a instituições cujos proprietários eram vinculados³⁹.

Azevedo e Ferreira (2021, p. 220) ressaltam a importância dos catálogos, destacando que estes “[...] podem ser estudados [...] com o objetivo de compreender a história da formação de determinada biblioteca”, o que vai ao encontro do objetivo do estudo que se propõe.

O cenário apresentado mostra que o catálogo é mais amplo e informativo do que se pode supor à primeira vista, uma vez que traz indícios importantes sobre a formação de um acervo, sua origem e, possivelmente, sobre a formação dos seus responsáveis, hábitos e interesses destes e dos usuários das bibliotecas durante o período investigado, como ainda, na temática do estudo acerca da formação de uma importante categoria profissional da atualidade, os médicos.

Ademais, o catálogo permite também averiguar os recursos que orientaram sua elaboração, mostrando, algumas vezes, quando diferentes pessoas interferiram na catalogação das obras, por meio de pequenas modificações na forma de registro. Devido a esses registros, podem ser revelados os casos de doações e aquisições, pequenas marcas que indicam a origem das obras e outros aspectos que orientaram as práticas da época, como oferta a uma personalidade daquele material escrito.

A cultura e as práticas da época de elaboração do catálogo podem evidenciar a formação acadêmica e o conhecimento de outros idiomas dos autores, dado o trabalho de tradução de algumas obras ou mesmo os comentários provenientes das temáticas abordadas. Em bibliotecas especializadas, como a da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, torna-se possível transparecer sua adequação ao currículo escolar, como também, justificar as exigências para acesso dos alunos ao curso, entre elas o conhecimento de outros idiomas, como francês e inglês, e disciplinas não diretamente relacionadas à prática médica, como física, química e outras.

³⁹ Pode-se tomar como exemplo o caso de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, cujo testamento determinava que os livros fossem doados a instituições “[...] às quais Perdigão era vinculado”, no caso, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (BESSONE, 2014, p. 60).

2 RAÍZES DA SAÚDE NO BRASIL: UMA JORNADA PELOS CUIDADOS MÉDICOS ANTES DA CRIAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

“Este Brasil he já outro Portugal” (CARDIM, 1925, p. 104).

O capítulo apresenta um panorama geral das condições ambientais e de saúde vigentes no Rio de Janeiro no período colonial e, posteriormente, as transformações ocorridas por ocasião da vinda da família real portuguesa no ano de 1808.

Na época, a influência da religião era tão acentuada que se estendia à saúde, atribuindo o adoecimento do corpo a questões espirituais e impedindo o desenvolvimento e aprimoramento da medicina. Em um cenário bastante precário, os religiosos desenvolveram práticas de cuidados, medicamentos e fórmulas utilizadas para tratamentos, sendo pioneiros na organização de enfermarias para acolhimento e tratamento de doentes.

No Brasil, os cuidados de saúde congregavam conhecimentos diversos, provenientes de religiosos, indígenas e africanos. A falta de saneamento e educação contribuíram para a precariedade das condições de saúde da população. O país contava com poucos médicos e nenhuma escola até a chegada (1808) da família real, momento em que a sociedade começou a se desenvolver sob vários aspectos, inclusive, pela abertura de escolas de medicina que somente foram alçadas a condição de faculdades na década de 1830.

2.1 A saúde e a prática médico-cirúrgica desde o período colonial

Entre os séculos XVI e XVIII, a doença e a saúde em Portugal eram tratadas sob o prisma da religiosidade e da medicina, de forma nem sempre harmoniosa, sendo que essa visão se estendeu ao cenário brasileiro. Havia uma tentativa clara de subordinar o corpo humano a aspectos moralizantes, conjugando efeitos da alma e do corpo no adoecimento (ABREU, 2017).

Um exemplo dessa premissa é o caso dos jesuítas, que

[...] se destacaram no contexto da expansão ultramarina pelas práticas de cura exercidas entre os indígenas. A cura do corpo, ao mesmo tempo em que minorava os sofrimentos de índios e colonos, assumia um sentido de edificação religiosa e valorava os feitos missionários jesuíticos. Para a

Ordem, a assistência ao corpo era parte integrante da assistência à alma. Ao lado das orações e curas divinas, os membros da Companhia de Jesus utilizavam de mezinhas e aplicavam sangrias e purgas, em acordo com a tradição hipocrático-galênica, segundo a qual a doença provinha do desequilíbrio dos humores⁴⁰ ou temperamentos (ABREU, 2017, p. 123).

Maia (2012) destaca que os portugueses, com os avanços da navegação de longo curso, propiciaram a inclusão e o uso de diferentes tipos de especiarias oriundas do Ocidente, que alteraram substancialmente a farmacopeia ocidental. O mesmo ocorreu com o Brasil, visitado por naturalistas e outros estudiosos da natureza enviados para analisar e avaliar a fauna e a flora locais. Entre as ervas e plantas brasileiras que passaram a ser utilizadas pela farmácia portuguesa podem ser citadas: cajá, caju, copaíba, jenipapo, jaborandi, tabaco e jalapa, entre outras. O autor ressalta que, além dos médicos, naturalistas e boticários⁴¹, os jesuítas também contribuíram na busca do conhecimento sobre a arte de curar com o uso de práticas medicamentosas e farmacêuticas locais (MAIA, 2012).

Edler e Fonseca (2005) complementam, explicando que a falta de médicos, de remédios e hospitais na colônia eram frequentes motivos de reclamação dos portugueses e que estes recorriam às diferentes formas de tratamento encontradas no local. O intercâmbio entre o conhecimento dos indígenas e dos físicos⁴², cirurgiões e boticários portugueses tornou-se, portanto, inevitável. Os colonizadores, então:

Observavam, imitavam, experimentavam e descreviam as propriedades terapêuticas das novas espécies e seus usos, e divulgavam-nas na metrópole, ampliando os saberes sobre a Matéria Médica. Mais tarde, tal saber retornava à colônia em compêndios de farmacopéia, informando a atividade de boticários profissionais, religiosos ou leigos (EDLER; FONSECA, 2005, p. 6).

⁴⁰ “Hipócrates de Cós, famosíssimo médico do século V a.C., cuja influência de sua obra o levou a ser citado por filósofos como Platão e Aristóteles, desenvolveu em seu tratado *Da Natureza do Homem* a tese que define o corpo humano como constituído por quatro humores: sangue, fleuma, bile amarela e bile negra. Para o médico de Cós, esses são os princípios elementares da *physis* do homem, e aquilo que determina a sua higidez ou a sua corrupção. Ele afirma, ainda, que cada um desses quatro humores corresponde a cada uma das estações do ano, e age conforme tais climas. Assim, estes humores aumentam e diminuem com o ritmo das estações: fleuma, fria e úmida, predomina no inverno; sangue, quente e úmido, na primavera; bile amarela, quente e seca, no verão; e bile negra, fria e seca, no outono” (RODRIGUES, 2020).

⁴¹ BOTICÁRIOS, “Os farmacêuticos do fim da Idade Média e início da Idade Moderna eram chamados de “boticários”. Um dos primeiros registros desse termo consta de um livro francês de 1270, que descrevia as profissões da época. “Boticário” vem de “botica”, uma loja onde são comercializados gêneros mercantis diversos, o que remete à noção de que, antes, as drogas não eram vendidas em um estabelecimento fixo (MUSEU DO UNIVERSO DA FAMÁCIA, [2024]).

⁴² FÍSICO, “A denominação de físico é devida à ideia de a medicina ser tida como física. Equivale de modo geral ao médico” (BRASIL, 2021).

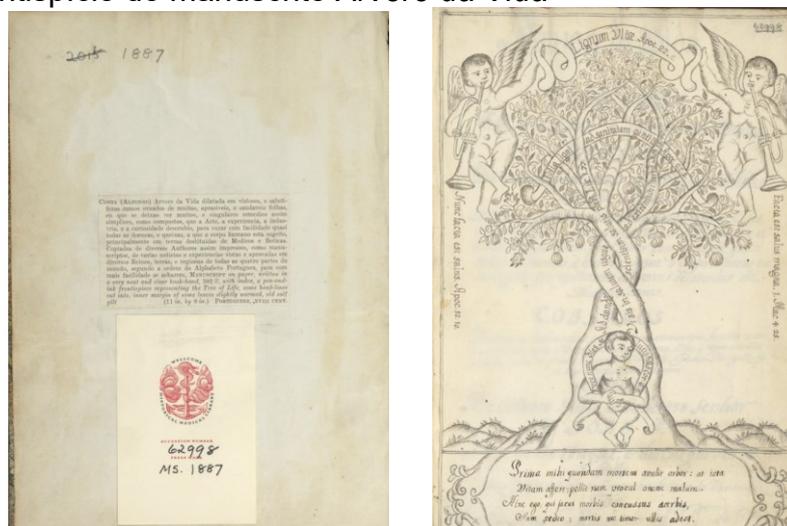
De acordo com os referidos autores, essa foi também uma forma de legitimar algumas práticas populares, trazendo-lhes um caráter erudito. Isso convinha à classe médica e aos religiosos, que lutavam de maneira explícita contra as práticas informais e populares, muitas vezes, qualificando-as pejorativamente de feitiçaria (EDLER; FONSECA, 2005).

A fluidez entre o domínio da medicina e aquele da feitiçaria, com o emprego de cadáveres humanos e de animais associados ao universo demoníaco, como o sapo, o cão negro, o morcego e o bode na produção de remédios, impunha aos portadores de diploma a tarefa de distinguir o procedimento 'científico', das crenças populares 'supersticiosas'. Nesta tarefa encontravam o apoio da Igreja e das ordenações do Reino (EDLER; FONSECA, 2005, p. 7).

Corroborando com tal informação, foram compiladas pelos jesuítas duas obras com organização das fórmulas de medicamentos produzidos na Companhia de Jesus: a coleção *Árvore da Vida* e a *Collecção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil compostas, e experimentadas pelos melhores médicos e boticários mais célebres que tem havido nessas partes aumentada com alguns índices de notícias muito curiosas e necessárias para a boa direção, e acerto contra as enfermidades*.

A coleção *Árvore da Vida* foi organizada pelo padre Affonso da Costa da Companhia de Jesus da província de Goa, cuja primeira parte se encontra depositada no *Welcome Institute for the History of Medicine*, em Londres. Não se tem, até o momento, informações acerca da segunda parte do manuscrito (MAIA, 2012).

Figura 6 – Frontispício do manuscrito *Árvore da Vida*



Fonte: COSTA, A. *Árvore da Vida*. c.1720.

Já a *Colleção de Várias Receitas* encontra-se depositada no Arquivo Geral da Companhia de Jesus em Roma, no fundo *Opera Nostrorum*⁴³, de 1766, porém sem publicação. Não se conhece o responsável pela organização das mais de duzentas receitas oriundas de diversos colégios jesuítas, mas há suposição de se tratar de um jesuíta (VIOTTI; FRANÇA, 2019).

De acordo com Viotti e França (2019), os objetivos de tal trabalho foram resguardar as receitas para que não se perdessem e também manter o segredo de sua elaboração para que não caíssem em mãos estranhas. Os autores adicionam um outro elemento e se manifestam, nesse sentido, da seguinte maneira:

Preocupado, inclusive, [...] com um outro aspecto mais prosaico, o prejuízo que a divulgação causaria aos rendimentos das boticas dos colégios, o irmão recomenda: 'Pelo que lhe peço que seja muito acautelado e escrupuloso em não revelar alguns destes segredos; pois em consciência não se pode fazer, advertindo que são coisas estas da Religião, e não suas'. A se ter em conta a advertência, é possível supor que a obra, mesmo que viesse a ser impressa, não deveria circular amplamente, fora do ambiente dos colégios; é possível supor, igualmente, que tenha sido escrita num período em que não se cogitava a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, ocorrida em 1759, na medida em que o autor parte do princípio de que a compilação seria distribuída pelos colégios da ordem espalhados pelo mundo de língua portuguesa (VIOTTI; FRANÇA, 2019, p. 8).

Em esclarecimento às atividades de cuidados de saúde desenvolvidas pelos jesuítas, Leite (2011) lembra que a esses religiosos não era permitido o estudo da medicina⁴⁴ ou mesmo praticar atos da profissão, como, por exemplo, as sangrias. Há ainda outro ponto a ser considerado, que diz respeito ao 'homicídio involuntário'. Sob esse aspecto, Leite (1938) explica que para o médico a morte de um paciente é parte

⁴³ Há o registro e descrição física da obra 'Colleção de varias receitas de segredos particulares des principaes boticas da nossa companhia de Portugal, da India, de Macao e do Brazil compostas e experimentadas pelos melhores medicos e Boticarios mais celebres. Roma, M.DCC. LXVI. 20x13 cm., 5 cm., 603 p.', porém não foi possível o acesso devido a sua não digitalização (SOCIETY OF JESUS, 2022).

⁴⁴ "Desde a Idade Média até o período Moderno, todos os padres das ordens regulares não tinham a permissão de estudar nas universidades nem o Direito Civil nem a Medicina. Isto porque, em tempos passados, muitos padres se aproveitavam de sua formação nessas disciplinas para fazer ganho temporal em detrimento do compromisso de suas regras. Assim, no Segundo Concílio de Latrão (1139), foi decretado, para todas as ordens regulares, que não se pudessem estudar essas disciplinas para evitar que os padres enveredassem por essa via secular. [...]. Essa regra imposta aos padres regulares desde 1139 estendia-se também aos padres da Companhia de Jesus. Nas suas Constituições, a proibição acerca do estudo do direito civil e da medicina subjazia na questão de saber se os padres podiam ou não professar essas disciplinas em suas escolas. Isto fazia com que os padres não somente não pudessem aprender a medicina nas universidades como também não pudessem nem professá-la, já que não tinham conhecimento para tal, e muito menos praticá-la" (LEITE, 2011, n. p.).

do risco profissional, enquanto para o religioso este é um fato inaceitável. Em síntese, a prática de atos médicos e/ou cirúrgicos que resultem em morte, para os religiosos, são categorizadas como homicídio, motivo da proibição. Entretanto, aos Irmãos coadjutores⁴⁵ leigos era permitido realizar sangrias, desde que houvesse urgência (LEITE, 1938). Portanto, suas práticas eram baseadas no que Leite (2011) denomina de 'Baixa Medicina', que era aquela praticada pelos barbeiros e boticários⁴⁶. Assim, apesar das proibições, muitos jesuítas realizaram cirurgias e sangrias, tendo como exemplos os padres José de Anchieta⁴⁷ e João Gonçalves (LEITE, 1938).

Na falta de hospitais, os religiosos constituíram enfermarias junto aos seus colégios, recebendo os doentes que necessitavam de assistência⁴⁸. Nas aldeias indígenas, os jesuítas providenciaram instalações para enfermarias e a construção de uma casa isolada que servisse de hospital. Além disso, foram também, juntamente com outras ordens religiosas, responsáveis pela fundação e manutenção das

⁴⁵ "Os coadjutores (temporais e espirituais) eram aqueles que possuíam somente os três votos obrigatórios da ordem, ou seja, o voto de pobreza, o voto de castidade e o voto de obediência às constituições e superiores da Companhia. Os padres eram aqueles que possuíam todos os votos, ou seja, os três já mencionados mais o voto de obediência ao Papa. Os padres ocupavam-se somente dos ofícios religiosos, ao passo que eram os coadjutores os que se ocupavam dos ofícios temporais. Na perspectiva caridosa da Companhia de Jesus, os coadjutores deveriam levar a termo aqueles trabalhos manuais, humilhantes, que faziam claramente parte da formação do noviço, como era o caso dos ofícios da cirurgia e da farmácia" (LEITE, 2011, n. p.).

⁴⁶ Por ocasião da sua chegada ao Brasil, em 1549, juntamente com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, os jesuítas encontraram um ambiente inóspito, com diferentes doenças tropicais. Não tinham médicos suficientes, ou mesmo barbeiros e boticários, que permitissem a atuação frente a esse cenário (LEITE, 1937).

⁴⁷ Ao se referir às práticas farmacêuticas e médicas da época colonial, Leite (1938, p. 585) destaca os dons atribuídos ao Padre Anchieta da seguinte forma: "No século XVI, quem obteve o maior renome nestas matérias foi Anchieta. Há quem o condecure com os títulos de clínico, cirurgião, higienista, parasitologista, psicoterapeuta, naturalista, ginecólogo, e até parteiro, ainda que não nos pareça que este último título se possa definitivamente sustentar, dado que só consta de dois casos, e neles Anchieta não interveio junto da parturiente, mas só com a criança recém-nascida e abandonada".

⁴⁸ A chegada dos portugueses ao Brasil implicou também na 'importação' de doenças provenientes da Europa, Ásia e África, provocando alta mortalidade entre os indígenas e entre os colonizadores. Entre as doenças introduzidas podem ser citadas a varíola, cólera-morbo, febre amarela e febre tifoide, além de malária, sífilis e outras doenças venéreas, rubéola, escarlatina, tuberculose, lepra, entre outras. Essas doenças foram causas de epidemias e grande número de mortes entre indígenas, portugueses e africanos escravizados. O adoecimento era relacionado às condições climáticas, de acordo com as orientações hipocráticas da época (ABREU; NOGUEIRA; KURY, 2018).

Misericórdias⁴⁹⁵⁰. Apesar dos serviços prestados na assistência médica e hospitalar aos nativos, estrangeiros e colonizadores, os jesuítas foram expulsos em decorrência da reforma pombalina de 1759 (SANTOS FILHO, 1947).

As Misericórdias, não raro, eram instaladas simultaneamente à fundação de uma cidade ou logo em seguida a esta, entretanto, essas datas permanecem incertas. No caso do Rio de Janeiro há registro do seu funcionamento já em 1582, tendo a responsabilidade pela sua fundação atribuída ao padre José de Anchieta, porém não se tem certeza, uma vez que há também apontamentos de que ele foi apenas um dos responsáveis pela construção de “[...] acomodações hospitalares complementares, que consistiam em cabanas de pau a pique construídas pelos indígenas” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 31). Essas instituições culminaram por atuar na prestação de auxílio social, jurídico e médico às populações mais necessitadas, entre elas os presos e os pobres que não tinham recursos para se defender ou alimentar, dadas as condições sociais e sanitárias vigentes (RUSSELL-WOOD, 1981).

A reforma promovida por Pombal propiciou a Portugal a condição de avançar no campo pedagógico, atentando para aspectos de educação pública. Entre os anos de 1770 e 1772, o Marquês foi responsável pela implantação do Colégio dos Nobres e pela reforma da Universidade de Coimbra, impondo uma orientação voltada às “[...] ciências naturais e a experimentação, [...], mais aberta a um pensamento racional e empírico, e disseminar uma nova mentalidade na sociedade” (VILLALTA, 1999, p. 117).

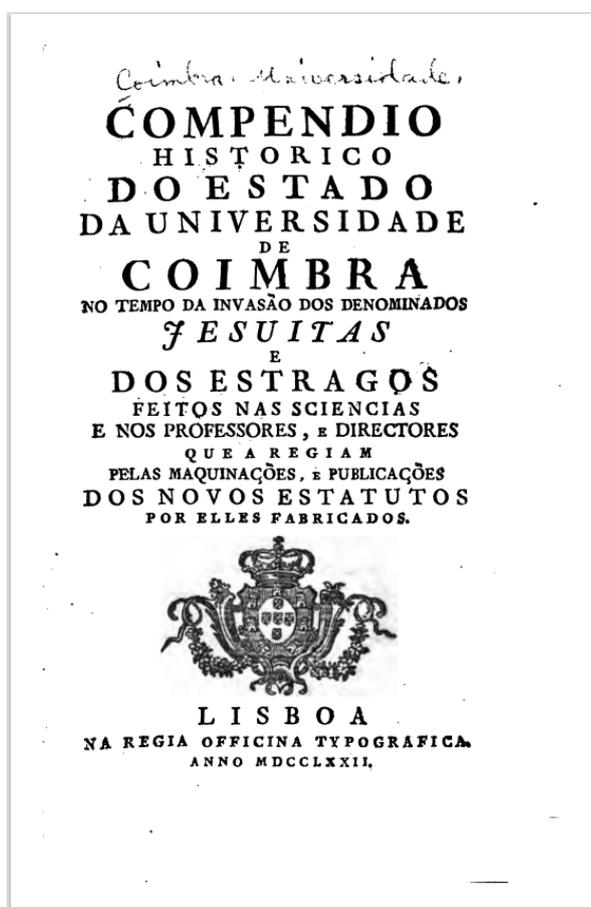
Em 1772 foi elaborado um *Compêndio*, alinhado com a reforma pombalina, acusando os jesuítas de intromissão com resultados negativos no sistema de ensino da Universidade de Coimbra, estendendo os danos aos ‘Estudos Menores’, ou seja,

⁴⁹ “A Santa Casa de Misericórdia foi criada em Portugal, em 1498, com o objetivo de prover o conforto espiritual e material aos necessitados e seu modelo difundiu-se pelos domínios portugueses da Ásia, África e do Brasil” (ABREU; NOGUEIRA; KURY, 2018, p. 52).

⁵⁰ As Misericórdias foram estabelecidas pela “[...] IRMANDADE de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, foi consagrada no dia 15 de agosto de 1498 em uma capela da catedral de Lisboa. Segundo a tradição, os fundadores foram um grupo de leigos e um frade trinitário. A nova irmandade foi aprovada pela Regente D. Leonor e confirmada por seu irmão, o Rei D. Manuel I. Estabeleceram-se os estatutos e o número inicial de membros foi limitado a cinquenta nobres e cinquenta plebeus. O objetivo expresso da irmandade era proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados. Dessa origem modesta a irmandade, conhecida popularmente como a Santa Casa da Misericórdia ou simplesmente a Santa Casa, espalhou-se por todo o mundo de fala portuguesa. As filiais iam desde Nagasaki, no Japão, a Ouro Preto, no interior do Brasil” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 1, grifos do autor).

àqueles prévios ao nível universitário. Basicamente, essa foi uma demanda patrocinada pelos homens de ciência, segundo Viotti (2012). Nesse documento também foram criticados os não licenciados em medicina, o que atingiu a todos aqueles não formados pelas universidades (VIOTTI, 2012). Entre outros aspectos, o documento ressaltava a importância do estudo da anatomia em cadáveres e a importância de idiomas como o inglês, o italiano e o francês para o aprimoramento da formação dos alunos (MIRANDA, 2017).

Figura 7 – Compêndio sobre os malefícios proporcionados pelos jesuítas ao ensino português



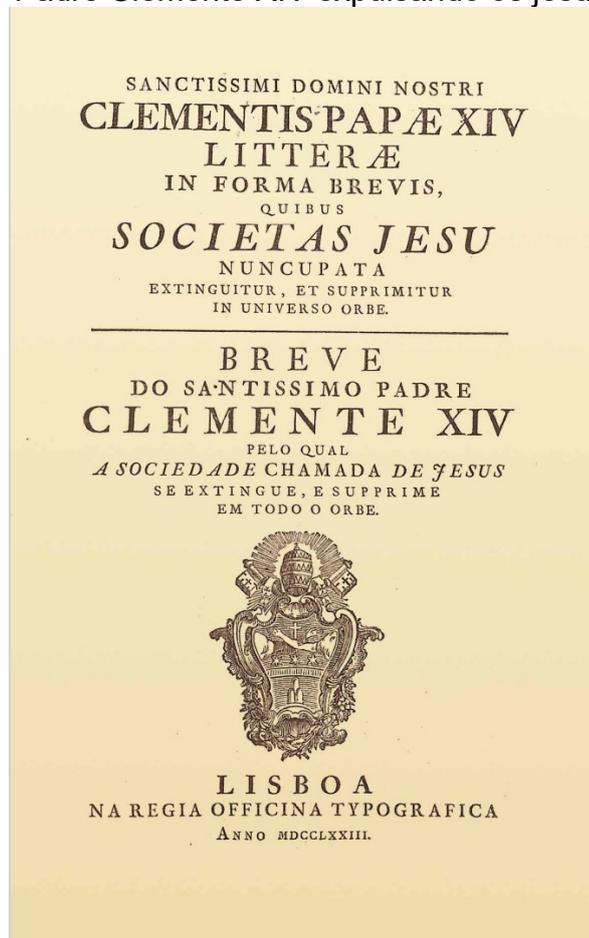
Fonte: *COMPENDIO historico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados.* Lisboa: Universidade de Coimbra, 1772.

Abaixo é transcrito trecho da Carta Régia de d. José I ao Bispo do Maranhão, ordenando a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, atendendo à manifestação de D. Clemente XIV.

Declarei os Regulares da Companhia chamada de Jesús habitantes nestes reinos e seus Domínios, por notórios Rebeldes, Traidores, Adversários e

Agressores que tinham sido e eram contra a Minha Real Pessoa e Estado; contra a paz pública dos Meus Reinos e Domínios; e contra o bem comum dos Meus Fieis Vassallos: Ordenando que como tais fossem tidos, havidos e reputados. E Mandando que efetivamente fossem como foram expulsos de todos os meus ditos Reinos e Domínios (SANTOS FILHO, 1947, p. 33)

Figura 8 – Breve⁵¹ do Padre Clemente XIV expulsando os jesuítas



Fonte: *SANCTISSIMI domini nostri Clementis Papae XIV litterae informa brevis, quibus Societas Jesu nuncupata extinguitur, et supprimitur in universo orbe = Breve do Santíssimo Padre Clemente XIV pelo qual a Sociedade chamada de Jesus se extingue, e suprime em todo o orbe*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773.
 Acervo: Arquivo Nacional.

O *Compendio* sugeria também alterações nos estatutos da Universidade, que foram providenciados logo após a sua aprovação pelo rei. Os novos estatutos foram promulgados em 1773 e trouxeram mudanças nos métodos de ensino, modernizando-os nos trabalhos práticos e na adoção de livros, muitos deles antes proibidos. Houve

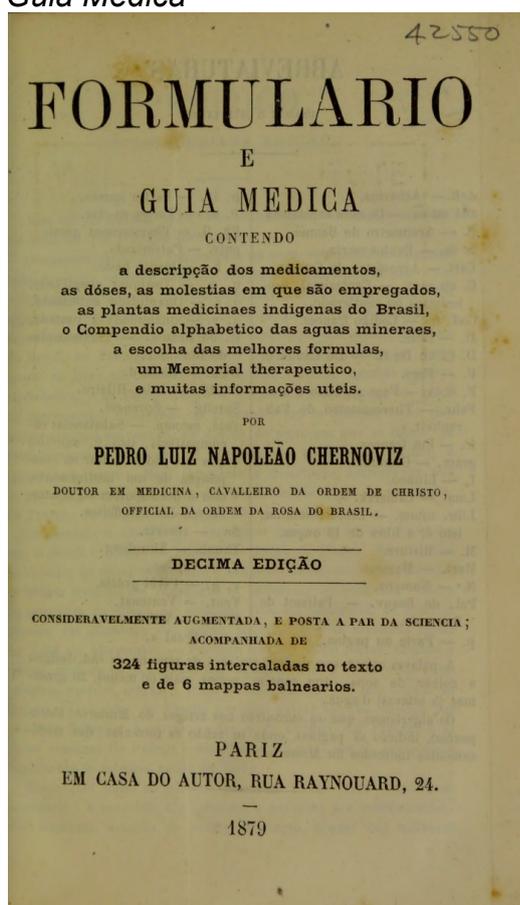
⁵¹ “BREVES: surgiram como documentos pontifícios a partir do século XV, durante o pontificado de Eugénio IV. Distinguem-se das bulas por serem instrumentos destinados a comunicar resoluções com mais rapidez e menos formalismos. Um breve apostólico ou breve pontifício é um tipo de documento circular assinado pelo Papa e referendado com a impressão do Anel do Pescador. Refere em geral atos administrativos da Santa Sé. Geralmente os breves não contêm nem preâmbulo nem prefácio e tratam de um único tema” (BRASIL, 2018, n. p.).

também a criação das Faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia. Nos estudos de Medicina o currículo mostrou valorização da anatomia e de aspectos práticos, entre outros (MIRANDA, 2017). A Faculdade de Filosofia substituiu o Colégio das Artes, que passou a incluir “[...] a Física Experimental, a Química e a História Natural” (VILLALTA, 1999, p. 117).

Os reflexos de tais ações não se fizeram sentir imediatamente na colônia. Isso pode ser constatado pelo fato de que,

Durante as três primeiras décadas do século XIX, ao analisarmos o exercício das práticas médicas, junto com licenças para médicos, cirurgiões e boticários, havia licenças para sangradores, parteiras e curandeiros. Devido à escassez de médico, um recurso muito utilizado neste período era um manual médico com informações sobre patologias e suas respectivas formas de tratamento, denominado *Manual de Chernoviz* [FIG. 9]. Dr. Chernoviz era um médico polonês, formado em 1837, na França, em Montpellier, onde conheceu alguns colegas brasileiros. Em 1840, veio para o Rio de Janeiro, e por aqui ficou até 1855, quando voltou para Paris com a esposa e vários filhos brasileiros (MOREIRA JÚNIOR; FIGUEIREDO; VIEIRA, 2012, p. 12).

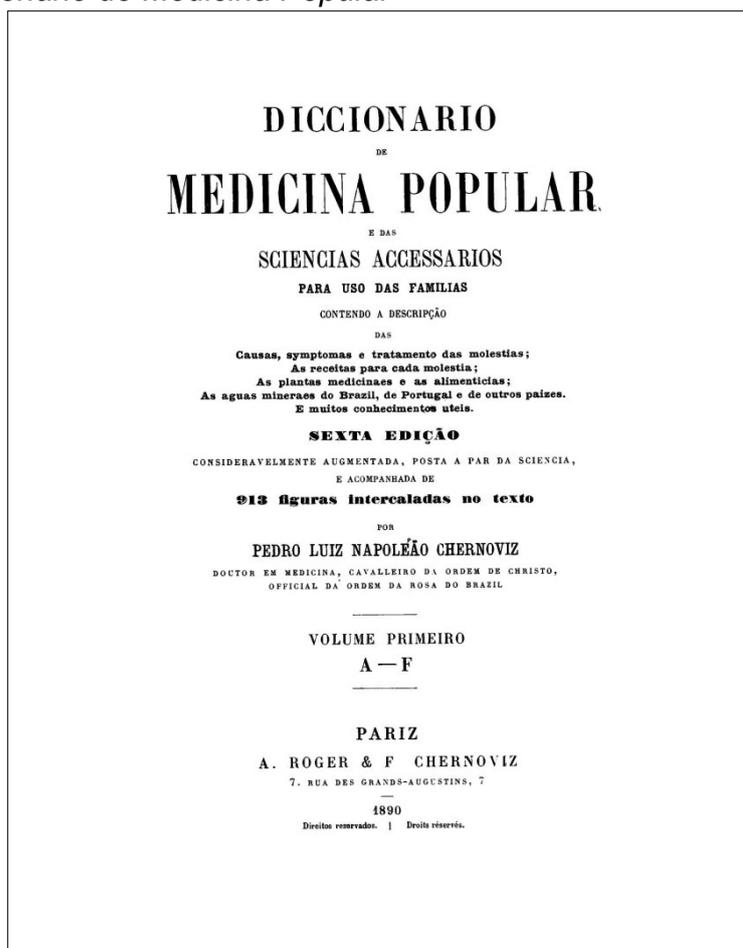
Figura 9 – *Formulário e Guia Médica*



Fonte: CHERNOVIZ, P. L. N. *Formulario e Guia Medica contendo a descrição dos medicamentos, as doses, as moléstias em que são empregados, as plantas medicinaes indígenas do Brasil, o Compendio alfabético das aguas mineraes, a escolha das melhores formulas, um Memorial therapeutico, e muitas informações uteis*. 10. ed. Pariz: Em casa do Autor, Rua Raynouard, 24, 1879.

Almeida (2010) explica que a intenção desses manuais era promover a autoinstrução, combatendo, portanto, o charlatanismo, que crescia dada a falta de profissionais de saúde devidamente formados. Outra obra de Chernoviz, o *Diccionario de Medicina Popular*, também alcançou sucesso à época de sua edição em 1842, tendo várias edições subsequentes.

Figura 10 – *Diccionario de Medicina Popular*



Fonte: CHERNOVIZ, P. L. N. *Diccionario de Medicina popular e das sciencias accessarios para uso das familias contendo a descripção das Causas, symptoms e tratamento das moléstias; As receitas para cada moléstia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As águas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes*. Sexta Edição consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras Intercaladas no texto. Volume Primeiro A – F. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

Ao comentar as duas obras, Guimarães (2004) assevera que o primeiro era dedicado aos iniciados em medicina, enquanto o segundo era dirigido àqueles sem qualquer conhecimento, ou seja, leigos, visando fornecer-lhes orientações mínimas em diferentes situações, abordando também aspectos relativos à importância de se ter uma botica doméstica para uso familiar. Essas obras contribuíram, assim, para

facilitar e reforçar a atuação de “[...] leigos letrados: boticários, curiosos, fazendeiros e de sinhás-mães de família, que praticavam a medicina, por inquietação com sua clientela: agregados e escravizados, libertos e pobres livres”, favorecendo a “[...] sua interação com a medicina acadêmica, com as práticas populares de cura e com a sociedade senhorial marcada pela rentabilidade do trabalho escravo” (GUIMARÃES, 2004, p. 2).

A despeito dessas intenções, Almeida (2010, p. 52) destaca que:

“[...] os membros da Academia Imperial de Medicina entraram em conflito com Chernoviz, na medida em que passaram a reprovar o ‘movimento de popularização do conhecimento médico’, a fim de buscar a consolidação do ensino médico e do profissional da medicina”.

Os curandeiros, muitos deles com autorização para o exercício de suas práticas, outros tantos acusados de charlatanice⁵², também eram presença frequente entre os cuidadores locais, sendo que estes aliavam conhecimentos oriundos dos indígenas e africanos, ou de práticos (SCHWARCZ, 2005). Ao considerar esses indivíduos, a autora destaca que:

‘Práticos’ e ‘proto-médicos’⁵³ não passavam, por sua vez, de simples iniciantes, geralmente mestiços, analfabetos e cuja atuação não levava a qualquer posição de maior prestígio social. Constituíam pequena minoria no meio da multidão de curandeiros, parteiras, boticários, dentistas e sangradores que abundavam em vista da carência absoluta de médicos e cirurgiões (SCHWARCZ, 2005, n. p.).

⁵² “[...] o debate em torno do charlatanismo médico nas primeiras décadas do século XIX estava além dos casos de impostura que provavelmente existiam, tanto por parte dos curadores quanto por parte dos médicos. [...] em se tratando da construção da hegemonia da medicina no Brasil é provável que existissem muitas formas do que poderia ser considerado como charlatão, variando assim o seu significado. Quando os médicos conclamavam guerra contra os charlatões poderiam estar se referindo, em alguns casos, aos próprios médicos que reproduziam certas práticas que eram reconhecidas como pertencentes a curadores. Ou então faziam referência às práticas populares de cura propriamente ditas, enfatizando a desqualificação dos curadores. Provavelmente os casos de queixas vindas da população, [...], referiam-se aos charlatões que se utilizavam da impostura enganando as pessoas ao fazê-las pensar que lidavam com um curador. Todavia, o que todas essas formas possuem em comum é o significado pejorativo que carrega a palavra ‘charlatão’. [...] para o contexto das primeiras décadas do século XIX, o que era reputado como charlatão no discurso médico representava todas as práticas que a medicina pretendia repudiar como um sinal de que ainda estava formando uma unidade de seu conhecimento e precisava se afirmar. Entretanto, é o curador que permanecerá como o previsível charlatão ao longo do século” (ALMEIDA, 2010, p. 57-8).

⁵³ Os proto-médicos eram certificados pela “[...] junta perpétua do Proto-Medicato, que aqui se fazia representar por deputados e enfermeiros diplomados em Coimbra. Esses profissionais tinham como função policial o exercício de qualquer atividade ligada à cura, além de habilitar com ‘cartas de autorização’ todos aqueles que quisessem praticar tal ‘arte’. Para a obtenção da licença poucos requisitos eram necessários: um certificado comprovando o aprendizado junto a outro profissional e um exame sumário feito diante da junta que, na maioria dos casos, acabava aprovando todos os candidatos” (SCHWARCZ, 2005, n. p.).

A Junta do Protomedicato atuou até 1808, com sua extinção oficial datada de 7 de janeiro de 1809. As atribuições dessa Junta se referiam a fiscalização da

[...] prática médica dos cirurgiões, cirurgiões-barbeiros, barbeiros, sangradores, veterinários, enfermeiros, dentistas e parteiras, e o ensino médico-cirúrgico no Brasil, além da concessão de cartas de examinação, licenças de curadores e vistos em diplomas de faculdades médicas estrangeiras, e do controle de hospitais civis e militares (CABRAL, 2011a, n. p.).

Segundo Fagundes (2016), nesse período já era possível identificar a atuação de curadores na obtenção de cargos públicos, como também a exigência de pagamentos pelos serviços prestados. Contudo, a chegada da família real promoveu o restabelecimento dos cargos de cirurgião-mor e físico-mor⁵⁴, o que propiciou a instalação da Fisicatura-mor no Brasil como instituição máxima na fiscalização das atividades médicas. “Os oficiais da Fisicatura podiam ser identificados principalmente por meio de dois cargos: o do físico-mor, que prescrevia e fabricava remédios e o do cirurgião-mor, que fazia intervenções cirúrgicas” (FAGUNDES, 2016, p. 49). A Fisicatura-mor foi extinta em 1828 (CABRAL, 2011a).

Fagundes (2016) ressalta que a Fisicatura também favoreceu a concessão de benefícios a diferentes profissionais, entre eles médicos e curadores, permitindo que aqueles que fossem fiscalizados pelo órgão gozassem do privilégio de reclamar o pagamento de seus honorários mesmo em caso de morte dos pacientes, por meio de cobrança junto aos testamentários. Isso ocorria porque a prática preconizada não era cumprida, uma vez que qualquer indivíduo poderia recorrer à Fisicatura munido de uma declaração de um mestre, atestando sua condição para atuar. Essa situação permitia que diferentes profissionais, inclusive curandeiros, atuassem na arte da cura. Em suma, a aprovação da Fisicatura legitimava a atuação de populares sem formação reconhecida na área médica.

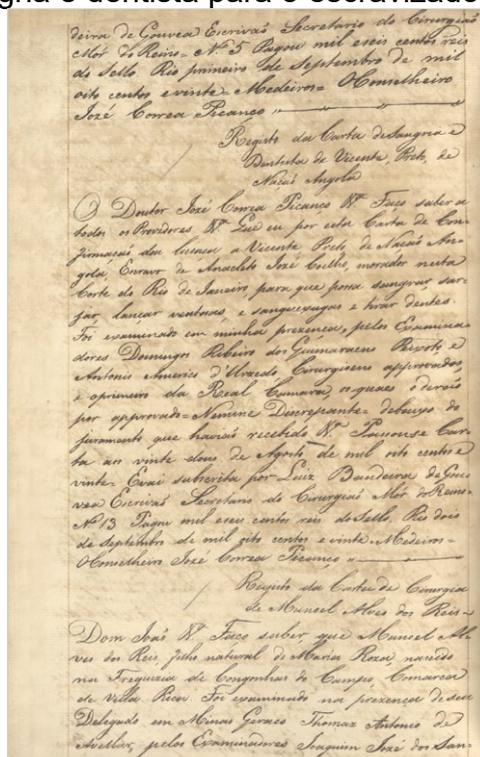
Esse estado de coisas perdurou por algum tempo, sendo um exemplo desse cenário a carta expedida pelo físico-mor José Correia Picanço em favor do escravizado Vicente, autorizando-o a realizar sangrias e arrancar dentes, cujo texto é transcrito:

Registro da carta de sangria e dentista de Vicente, Preto de Nação Angola.

⁵⁴ FÍSICO-MOR, Autoridade responsável pela prática e fiscalização da medicina (BRASIL, 2021).

O doutor José Corrêa Picanço V.S.^a Faço saber a todos os provedores que eu por esta carta de confirmação dou licença a Vicente, preto de nação Angola, escravo de Anacleto José Coelho, morador desta corte do Rio de Janeiro, para que possa sangrar, sarjar, lançar ventosas e sanguessugas e tirar dentes⁵⁵. Foi examinado em minha presença, pelos examinadores Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto e Antônio Américo d' Azevedo, cirurgiões aprovados e o primeiro da Real Câmara, os quais deram por aprovado [...] debaixo de juramento que haviam recebido V.S.^a Passou-se conta aos vinte e dois de Agosto de mil oitocentos e vinte = e vai subscrita por Luís Bandeira de Gouveia Escrivão Secretário do Cirurgião Mor do Reino = [...] pagou mil e seis contos de réis do selo. Rio dois de Setembro de mil oitocentos e vinte = Medeiros = o Conselheiro José Corrêa Picanço (BRASIL, 1820, 2021).

Figura 11 – Carta de sangria e dentista para o escravizado Vicente



Fonte: BRASIL. Arquivo Nacional. *Registo da carta de sangria e dentista de Vicente, Preto de Nação Angola*. 2 set. 1820. Acervo: Arquivo Nacional.

⁵⁵“SANGRAR, SARJAR, LANÇAR VENTOSAS E SANGUESSUGAS: a arte da sangria foi frequentemente utilizada na Europa para quase todas as doenças e, desde o século XVI, se conhece essa prática na América portuguesa. Os indígenas também recorriam à escarificação e à sangria, valendo-se de diversos objetos cortantes [...]. Os indivíduos que atuavam como sangradores eram, em sua grande maioria, africanos escravizados, forros e pobres livres. Foi comum a associação popular entre as funções de sangradores e barbeiros. Os barbeiros não exerciam o rotineiro corte de cabelos e barbas, dedicando-se antes a aplicação de sanguessugas e extração de dentes no âmbito de uma ‘medicina popular’. Todas estas técnicas intencionavam depurar o sangue do doente, pois se acreditava que o ‘mal’ residia no sangue. Sangrar significava abrir as veias do paciente, desviando o fluxo sanguíneo e, conseqüentemente, a doença para fora do corpo. A técnica das sanguessugas consistia na aplicação de vermes de água doce com ventosas naturais sobre a pele do doente para sugar o sangue. As sarjas eram aberturas feitas na carne com lancetas onde se punham as ventosas, vasos de metal ou vidro que eram aplicados para ‘dilatam o ar interno do corpo’. O paciente, muitas vezes em estado debilitado, saía destas seções em situação precária de saúde. Para realizar tais procedimentos, exigia-se a licença concedida pela Junta do Protomedicato, criada em 1782 e substituída em 1808 pela Fisicatura-mor, para centralizar a fiscalização de assuntos relacionados à prática médica” (BRASIL, 2021).

Em 1826, já começava a ser discutida na Câmara dos Deputados a extinção da Fisicatura-mor, discussões alimentadas, principalmente, pelas reclamações de brasileiros e pelo antilusitanismo crescente, uma vez que a instituição era claramente associada aos interesses portugueses (MOREIRA JÚNIOR; FIGUEIREDO; VIEIRA, 2012).

Em 1828, com a extinção da Fisicatura-mor, as suas atribuições foram transferidas para a Câmara Municipal e outras instituições ligadas a medicina. Ao final do mesmo ano, foram definidas como funções da Câmara Municipal: “[...] inspeção sobre a saúde pública, incluindo exames e visitas em lojas de comestíveis, boticas e lojas de drogas” (PIMENTA, 2004, p. 70). Contudo, somente em 1830 foram definidos aspectos relativos aos “[...] cemitérios, enterros, venda de gêneros e remédios, hospitais e casas de saúde e moléstias contagiosas”, como ainda explicitada a proibição de exercício de atividades por boticários, parteiras ou sangradores sem a apresentação da licença junto à Câmara, podendo ser aplicada multa ao contraventor (PIMENTA, 2004, p. 70)⁵⁶.

A transformação das escolas em faculdades no ano de 1832 propiciou uma ação mais explícita dos médicos quanto à restrição da atuação de populares nas artes da cura. Cresceram o poder e o prestígio dos médicos, decrescendo aquele atribuído aos terapeutas populares. Iniciou-se também uma fase de perseguição àqueles que atuavam sem o reconhecimento oficial (FAGUNDES, 2016).

Ao longo dos anos, continuou a batalha dos profissionais acadêmicos contra aqueles sem formação, porém, somente em 1841 a Câmara conseguiu que os fiscais de cada região enviassem uma relação dos profissionais autorizados a atuar e isso levar a identificação daqueles em situação irregular, coibindo sua atuação. Mesmo

⁵⁶ “[...] apenas quem já tinha a sua carta deveria se dirigir à Câmara para registrá-la. [...] quem já não as possuísse estaria exercendo um ofício ilegalmente. Mais do que isso: os curandeiros não eram citados. Portanto, depois de 1828, essa categoria nem sequer era considerada. Ao contrário do que acontecia na época do físico-mor, os conhecimentos sobre as plantas medicinais nativas e as moléstias mais comuns de determinada região já não garantiriam a legitimidade de suas práticas. É verdade que pouquíssimos curandeiros se interessaram em entrar para o mundo oficial das curas, quando isso foi possível. Outras categorias [...] estavam um pouco mais empenhadas no processo de legalização de suas atividades, seja por tentarem se destacar da concorrência com títulos oficiais, seja por terem aprendido a sua arte com mestre aprovado, passando a achar que tinham que seguir o mesmo trajeto. Sangradores e parteiras se dirigiram à Câmara Municipal para se oficializar, mas a resposta variava entre ‘não há lugar’ e ‘requeira a quem compete’. O problema era que isso não competia a ninguém, entre 1828 e 1832” (PIMENTA, 2004, p. 70-1).

não autorizados, vários desses indivíduos anunciavam seus serviços nos jornais locais (PIMENTA, 2004)⁵⁷.

O ano de 1844 foi marcado por uma legislação que cuidou de organizar o sistema educacional brasileiro por meio de decretos imperiais, que se refletiram na organização e reforma do ensino superior, especialmente voltado para a formação de médicos, advogados e engenheiros (AMARAL, 2007).

Diante do exposto, pode-se inferir que, ao longo do tempo, a saúde no Brasil sofreu com a falta de educação da população, a precariedade da estrutura das escolas e a formação dos professores, marcada pela intervenção do governo e da Igreja, o que resultou em adoecimentos, baixa qualidade de vida e elevada mortalidade. Esse quadro geral foi alterado com a chegada da família real, porém, em aspectos demandados pela sua própria necessidade e menos em prol da população local, evidenciando a insuficiência das ações para a formação de uma sociedade mais hegemônica.

2.2 A chegada da família real no Rio de Janeiro

A ideia de mudança da Corte para o Brasil já era cogitada anteriormente à ameaça de invasão francesa, sustentada pela consciência da importância financeira e econômica da colônia e pelo risco oferecido pela Espanha ao trono lusitano (LAHUERTA, 2009). Por outro lado, Schultz (2008, p. 15) afirma que “tais acontecimentos não tinham precedentes na história dos impérios europeus. Nunca antes um governante europeu visitara uma colônia, e menos ainda lá estabelecera residência”. Apesar do reconhecimento de que o monarca “[...] era identificado [...] como o elemento que constituía o centro político”, tal atitude enfraquecia o regime monárquico e o sistema colonial vigente (SCHULTZ, 2008, p. 15). Essa mudança servia aos interesses da monarquia portuguesa de se livrar das pressões exercidas

⁵⁷ “Tomemos como exemplo os remédios para tratar o ‘vício da embriaguez’. Mesmo depois do fim da Fisicatura-mor, uma licença para curar as pessoas que sofriam desse mal foi concedida. E durante boa parte do período estudado, a oferta e a procura por esses medicamentos eram bem evidentes nos anúncios do Jornal do Commercio (JC). Em 1840, um mesmo anúncio repetiu-se de janeiro a dezembro: ‘Elias Coelho Martins: o autor da descoberta milagrosa para curar bêbados, faz ciente ao respeitável publico que continua a fazer curativos tanto para as bebidas brancas quanto para o vinho’ (JC, 25.6.1840)” (PIMENTA, 2004, p. 74).

pelos franceses e ingleses, porém, a justificativa se tornava mais frágil ao levantar questionamentos acerca da capacidade da monarquia em proteger seus domínios (SCHULTZ, 2008). Em relação à divergência de opiniões, Malerba (2000) ressalta que permanece a falta de consenso, sendo que há defensores do risco inerente à possibilidade de invasão francesa e outros de que havia uma oportunidade a ser aproveitada. Para Meirelles (2015, p. 8), essa “[...] não foi uma medida tomada às pressas. Ao contrário, já era um projeto político arquitetado pela monarquia portuguesa desde o século XVI, que ganhava força sempre nos momentos de instabilidade política da Coroa”. A consecução de tal mudança parece se assentar mais em uma questão de oportunidade do que na emergência de uma invasão ou do risco francês à monarquia portuguesa. Isso parece ser acentuado pelos investimentos realizados após a chegada da Família Real, pois estes pareciam indicativos da intenção de permanência dos nobres na localidade (LAHUERTA, 2009).

O relato de Moraes (2008) parece corroborar com essa teoria, pois se encontravam nos porões do navio todos os artefatos de uma tipografia, previamente encaixotados, tal como havia sido encomendado à Inglaterra por d. Rodrigo de Sousa, futuro Conde de Linhares, para atender à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Fato que também não parecia desconhecido de D. João, pela forma como foi elaborado o despacho que legitimou a implantação da Imprensa Régia. Moraes (2008) destaca que:

Tudo se passou como se se tratasse de dar novas funções a uma repartição existente, a Secretaria dos Negócios Exteriores e da Guerra. Na verdade, era o que acontecia. A administração não fora interrompida com a mudança da corte para o Brasil. Continuou a funcionar sem interrupção, com as mesmas praxes e rotinas, como continuou a existir a monarquia portuguesa. A única mudança era o ligar (sic) da sede do governo (MORAES, 2008, p. 38).

Há algum conflito nessa informação de Moraes (2008), pois Santos (2008) afirma que o embarque dos prelos e tipos ocorreu por engano, uma vez que estes não haviam sido descarregados quando da sua chegada a Lisboa, tendo sido equivocadamente acondicionados na nau Medusa em que embarcou a família real na sua viagem para o Brasil.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil trouxe um contingente de 15.000 pessoas além da família real, que necessitavam se instalar adequadamente na Colônia. Faziam parte desse grupo José Corrêa Picanço, reconhecido médico pernambucano formado e lente jubilado (aposentado) da Universidade de Coimbra,

que atuava como primeiro cirurgião do reino, além do também médico Câmara Vieira (MONTEIRO, 2018; MOREIRA JÚNIOR; FIGUEIREDO; VIEIRA, 2012; NASCIMENTO, 1929). Malerba (2000, p. 235) lembra que os componentes da comitiva real “[...] traziam consigo, mais do que sua vasta parentela e criadagem, o peso do nome de casas nobres, centenárias muitas delas”, que buscavam sobreviver da mesma forma que em Portugal, ou seja, sem efetivamente trabalhar, mas ocupando cargos e obtendo regalias decorrentes da renda proporcionada pela colônia.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, especialmente para a cidade do Rio de Janeiro, motivou uma revisão das disposições que limitavam o desenvolvimento da localidade, inclusive sob o aspecto educacional (BARRA, 2006).

Uma séria dificuldade encontrada por ocasião da chegada da corte portuguesa ao Brasil foi a escassez de médicos, pois aqueles que desejassem atuar na área da saúde necessitavam se deslocar para a Europa para obter formação adequada. A experiência e o treinamento eram desestruturados, sem padronização, com elevada variação entre os praticantes. O aprendizado ocorria pelo acompanhamento de outros cirurgiões ou mentores. Não havia, portanto, respaldo científico para as práticas médicas, baseadas frequentemente em “[...] atividades empíricas” (MOREIRA JÚNIOR; FIGUEIREDO; VIEIRA, 2012, p. 10).

Essas informações são corroboradas por Schwarcz (2005), que ressalta que na Universidade de Coimbra, principal escola de formação de médicos em Portugal, a pesquisa era incipiente e os lentes se dedicavam mais à leitura da teoria do que a observar os pacientes e acompanhar a evolução do seu quadro clínico. Além disso, nas aulas práticas, a anatomia era estudada por comparação, tomando como modelo um animal. Ribeiro (2010) explica que essa prática decorria do fato de ser proibida a dissecação de cadáveres nas aulas da matéria pela autoridade religiosa. Dessa forma, os alunos recorriam a desenhos ou realizavam seus estudos de anatomia em animais mortos, sendo os mais frequentes os carneiros.

Schwarcz (2005) observa ainda que:

Se o anacronismo e as ineficiências do ensino médico português eram patentes, pode-se então imaginar a situação brasileira. Impedida durante trezentos anos de fundar instituições de ensino superior, a Colônia sofria com a falta de pessoal especializado e de conhecimentos científicos mais atualizados (SCHWARCZ, 2005, n. p.).

Convém ressaltar ainda que:

O ensino da Medicina em Portugal era considerado de vanguarda até o início do século XVI. Daí para frente, os cursos universitários, em especial o de Coimbra, pararam no tempo. Criou-se, por ação do fanatismo religioso, toda a sorte de barreiras para tudo quanto significasse revolução científica, chegando Portugal no século XVIII a ser considerado o *Reino da estupidez*⁵⁸, título da obra crítica e irônica de autoria do médico nascido no Brasil e formado em Coimbra, Francisco de Mello Franco (RIBEIRO, 2010, p. 219, grifos do autor).

Neste ponto, é válido lembrar a explicação de Armitage⁵⁹ (2011) acerca das condições instaladas em Portugal e relativas à cultura local. Segundo o autor, a Europa reconhecia a insuficiência da literatura portuguesa, devido, especialmente, à falta de escritores lusitanos de expressão nos séculos XIII a XV. A partir do século XVI começaram a surgir novos escritores e poetas, na maioria das vezes talentos impulsionados pelas exitosas navegações. Contudo, a instalação da Inquisição, a

⁵⁸ “No *Reino da Estupidez*, publicado em 1818, Mello FRANCO reproduz as inquietações da atmosfera literária coimbrã de meados dos anos 1780 [...]. O livro, [...], circulou em manuscrito em 1785 [...]. Em sua composição ou circulação teria havido a colaboração de José Bonifácio de Andrada e Silva. O *Reino da Estupidez*, de um lado, arrasa com toda uma tradição cultural letrada conservadora e, de outro, mostra-se claramente filiado à Ilustração, segredando leituras feitas e apropriadas e, ainda, redes de interesse e sociabilidade. No ‘Prólogo’ do livro, fazem-se críticas aos clérigos e ao desrespeito perpetrado pelos canonistas coimbrãos em relação aos direitos que pertenceriam aos monarcas. [...] a sombra do marquês de Pombal se torna bastante evidente no elogio que se faz às reformas feitas pelo mesmo na universidade, à introdução das ciências naturais, embora se frise que, na prática, as inovações se tornaram letra morta nas mãos de grande parte dos professores, com o que reinava a Estupidez” (VILLALTA, 1999, p. 135, grifos do autor).

⁵⁹ “John Armitage nasceu aos 27 de setembro de 1807 em Failsworth, Lancaster, e logo nos primeiros anos de sua infância seus pais se mudaram para Dukinfield, Chester, onde iniciou sua educação. Membro de uma família presbiteriana e unitária, recebeu lição de alguns membros da Congregação Unitária de Oldham [...]. Poucos anos depois, teve que interromper sua instrução para ajudar seu pai na fábrica de algodão pertencente à família. [...]. Pouco antes de completar 21 anos, aceitou o convite para trabalhar na firma mercantil Philips, Wood & Co e foi enviado para a cidade do Rio de Janeiro [...] em 1828. No período de sua estadia (1828-1835), compôs um poema inspirado no Rio de Janeiro [...]. Armitage também escreveu, em sua permanência no Brasil, uma nota dissertativa sobre a escravidão [...]. De sua amizade com Evaristo da Veiga, importante publicista e figura influente na luta política que levou à abdicação de Dom Pedro I, surgiu a oportunidade de participar da diretoria da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional (1831-1832). Apenas na parte final de sua estadia de sete anos no Rio de Janeiro é que escreveu a História do Brasil. Retornando à Inglaterra no dia 6 de julho de 1835 - aos 28 anos - publicou sua história em dois volumes no ano seguinte, e já em 1837 contava com uma excelente tradução para a língua portuguesa. Armitage permaneceu pouco tempo na Inglaterra, embarcando, em 1836, por outra companhia mercantil para a ilha do Ceilão (atual Sri Lanka); tendo obtido sucesso em suas empreitadas comerciais, abriu sua própria firma mercantil [...]. Em 6 de setembro de 1838 se casou com Fanny Henriette [...], com a qual teve seis filhos. [...]. Após dezenove anos no Ceilão, Armitage voltou para a Inglaterra em 30 de agosto de 1855 com o estado de saúde bem comprometido. Durante o tempo em que viveu na ilha, serviu [...] ao governo belga como seu representante consular, foi um dos diretores do Banco regional e membro do conselho legislativo por oito anos. [...]. Após sua chegada em Manchester, onde se estabeleceu ao lado da família e amigos, os problemas de saúde não obtiveram melhora o que levou ao seu falecimento em 17 de abril de 1856, aos 48 anos, em casa” (VARELLA, 2008, p. 120-1).

emigração para a Ásia, África e América, além da morte de parte significativa da nobreza em guerras e expedições, eliminaram esse movimento nascente. Armitage (2011) imputa tal insucesso às bem-sucedidas conquistas portuguesas, pois as famílias continuavam mandando seus filhos nessas expedições com a ambição de se tornarem reconhecidos. A combinação de “[...] fanatismo religioso, nacionalidade, e o amor do ganho” constituíam, segundo Armitage (2011, p. 280), “[...] os três mais fortes incentivos que dominam no peito humano”. Assim, “a decadência da nação seguiu-se logo a da sua literatura” (ARMITAGE, 2011, p. 280)⁶⁰.

De acordo com Miranda (2017), o domínio da religião sobre a educação teve início com o acesso dos inicianos ao ensino secundário do Colégio das Artes, que constituía preparação para o universitário. O corpo docente do Colégio das Artes era formado por professores estrangeiros, denominados de “[...] *bordaleses*, e de alguns portugueses, com fortes vínculos com o magistério do Norte da Europa. Independentemente das autoridades universitárias e impondo a sua orientação pedagógica”, os *bordaleses* se tornaram “[...] os responsáveis pelas cadeiras de maior prestígio dentro da estrutura de ensino do colégio” (MIRANDA, 2017, n. p., grifos do autor). Por outro lado, os professores portugueses recebiam a denominação de *parisienses*. Em disputas de poder e por desconfiança, as partes se enfrentavam de todas as formas e com frequência, comprometendo a situação da instituição e do ensino⁶¹.

Havia, ainda, outro interesse por trás de tal disputa, como se pode notar por meio de trecho da carta expedida pelo confessor da rainha, Miguel de Torres, ao padre Diogo Laines⁶², que afirmava que:

⁶⁰ Armitage (2011, p. 280) complementa, explicando que: “Semelhante a todas as denominações fundadas sobre a violência, o poderio português encerrava em si mesmo o germe da sua destruição. Além da aniquilação da sua nobreza, cuja aristocracia podia contrapesar a do clero, a demasiada extensão dos domínios exauriam as riquezas e a população da metrópole: se os seus habitantes houvessem tido o comércio como objeto essencial, assim como o tinham os holandeses na mesma época, teriam podido enriquecer a metrópole; mas desgraçadamente o espírito cavalheiresco era o que predominava, e a conquista era o fim primário a que se propunham com sacrifícios que agora parecem incríveis”.

⁶¹ Em um desses enfrentamentos, em 1550, professores *bordaleses* foram denunciados à Inquisição e presos, o que levou os demais professores estrangeiros a retornarem a seus países de origem, deixando o ensino no Colégio das Artes a cargo somente dos *parisienses*. Em 1555, depois de vários escândalos e conflitos, D. João III entregou o Colégio à gestão da Companhia de Jesus (MIRANDA, 2017).

⁶² Diogo Laines é o aportuguesamento do nome espanhol Diego Laínez, nascido em Almazán (Soria), em 1512, falecendo em Roma em 1565 (IPARRAGUIRRE, 2018). “Laínez tem uma biografia significativa, [...] cursou a Universidade de Paris, participou do grupo que discutia com o fundador

É coisa sabida que os moços fidalgos aproveitam muito pouco o estudo [...] Era, pois, muito conveniente que eles fossem cuidadosamente educados, e se assim for, sem dificuldade se fará rei quando desejar. Afora este proveito, que o é muito grande, haveria outro muito universal, porque estes moços são, depois de homens feitos, os que hão de governar o reino e administrar os negócios públicos; e tomando nós o cuidado de os instruir, podemos com a graça de Nosso Senhor esperar que daí se colham frutos notáveis (MIRANDA, 2017, n. p.)⁶³.

Ao longo do tempo, o apoio da Igreja à Ordem se tornou cada vez mais expressivo e sua influência sobre a Coroa mais forte. Essas condições fizeram com que a pedagogia jesuíta fosse implantada nas colônias, conformando o sistema educacional local (MIRANDA, 2017).

No caso brasileiro,

[...] o sistema de ensino era todo baseado nos princípios rigorosos do *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, elaborados, especificamente, para as circunstâncias particulares da Colônia. Nesse sistema, além do caráter dogmático de suas instruções, havia, inclusive, o desinteresse, quase geral, pelas ciências e a repulsa pelas atividades técnicas. Essa doutrina, forçosamente, manteve os jovens estudantes brasileiros fechados ao espírito crítico, à liberdade de investigação e às pesquisas científicas. A aplicação de castigos físicos, através de açoites e do uso da palmatória, em menores de dezesseis anos, assegurou, aos jesuítas, o cumprimento de sua orientação educacional. Dessa forma, a pedagogia jesuítica, com severas penas disciplinares, contribuiu para a formação de meninos obedientes e submissos aos conceitos morais e culturais que os inicianos tinham como dignos e corretos (MIRANDA, 2017, n. p., grifos do autor).

Somente após a expulsão dos jesuítas é que a educação no Brasil, no que concerne aos estudos menores, começou a sofrer mudanças, recebendo, inclusive, professores portugueses para lecionar nas escolas régias implantadas (MIRANDA, 2017).

os Exercícios Espirituais, foi assessor teológico do Papa durante o Concílio de Trento, convocado por Paulo III, tendo sido, ainda, vigário-geral da Ordem dos Jesuítas após a morte de Loyola, em 1556, e representou a Igreja Católica no Colóquio de Poissy (1561), na polêmica contra os calvinistas, do qual saiu a sua obra máxima, intitulada *Disputationes Tridentinae*” (MESQUIDA, 2013, p. 239). Suas principais obras foram: *Disputationes Tridentinae*, *Quaestiones theologicae de vectigalibus*, *Essortazioni sopra l'Essamine della Compagnia*, *Votum tridentinum inedito sul matrimonio*, *Excerpta theologica an liceat filiis inconsultis vel invitis parentibus ingredi religionem: Exhortationes, contiones* (IPARRAGUIRRE, 2018).

⁶³ Assim, os jesuítas não só assumiram o Colégio das Artes, mas também, implantaram outros e criaram os Estudos Universitários em Évora, controlando o sistema educacional local, o que foi seguido pelo aumento significativo do patrimônio dessa ordem (MIRANDA, 2017). Esse patrimônio, em parte, se devia à isenção de impostos, gerando cobiça e má vontade de eclesiásticos de outras ordens, “[...] muitos deles seus declarados inimigos” (VILLALTA, 1999, p. 118).

A falta de instituições de ensino superior no Brasil foi atribuída, muitas vezes, à presença dos jesuítas e ao interesse destes em manter o monopólio da educação local (DORNELAS, 2019). Entretanto, durante o período colonial foram feitas várias solicitações para a instalação de universidades no Brasil, destacando-se aquele datado de 1670 e reiterado em 1674 e 1681, assinado pelos próprios jesuítas (FILGUEIRAS, 1990).

Filgueiras (1990) a este respeito informa que:

Na realidade, porém, os inicianos mantiveram em Salvador uma Universidade de Fato, até à época de sua expulsão, em 1759, nos moldes da Universidade de Évora, funcionando no antigo Colégio dos Jesuítas. A imponente cátedra de sua Aula Magna [FIG. 12], em jacarandá, pode ser ainda hoje vista no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.

O âmbito das atividades ditas *universitárias* dos jesuítas baianos era, todavia, limitado, restringindo-se aos estudos de gramática, letras, filosofia e teologia. Mesmo assim, a oposição em formalizar a criação de uma universidade e prerrogativas, e receosa de uma possível competição a milhares de quilômetros de distância (FILGUEIRAS, 1990, p. 225, grifos do autor).

Figura 12 – Cátedra da Aula Magna dos jesuítas em Salvador



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Museu de Arte Sacra. [20--]. Disponível em: <https://mas.ufba.br/catedra-de-aula-magna-0>. Acervo: Museu de Arte Sacra | UFBA.

Cunha (2002) observa que os jesuítas mantinham um ensino voltado para a formação de padres que atuassem nas atividades missionárias e para suprir as necessidades das elites locais. A autora cita os seguintes cursos: Artes, criado em

1572, na Bahia; Filosofia, criado em 1638, no Rio de Janeiro; Cursos Superiores, criado em 1687, em Olinda; Teologia e Artes, criado em 1688, no Maranhão; Artes, criado em 1695, no Pará; Filosofia e Teologia, criado em 1708, em São Paulo; e Filosofia e Teologia, criado em 1753, em Mariana. Apesar do nível de ensino superior não ser reconhecido por Portugal, tais cursos tinham essa modalidade. Ainda, para aqueles que não tivessem inclinação ou desejo de seguir o sacerdócio, o caminho era o das universidades europeias (CUNHA, 2002). Outra solicitação de que se tem notícia ocorreu em 1768, originada na província de Minas Gerais, para a criação de um curso de Medicina (CARVALHO, 2008). Villalta (1999, p. 141) relata a rejeição pela Corte “[...] a um pedido da câmara de Sabará para a criação de uma Aula de Cirurgia”.

Por outro lado, o contexto de invasão pelas tropas napoleônicas em que se deu a saída da família real de Portugal impedia a vinda de profissionais para a colônia, tornando-se necessário formar localmente os especialistas de que se precisava. Esse foi o principal impulso para a criação das escolas de medicina, entre outras instituições, no Brasil. Importa ressaltar que as escolas formariam somente cirurgiões, cabendo à Universidade de Coimbra a prerrogativa da formação de ‘físicos’ (SCHWARCZ, 2005). Assim, as primeiras escolas de medicina do Brasil colônia foram fundadas logo após a chegada da família real, sendo elas: Escola de Cirurgia da Bahia (1808) e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1809) (JACÓ-VILELA *et al.*, 2004). Essas escolas eram de caráter técnico-profissional, pois a formação de médicos continuava a ser prerrogativa de Portugal (DORNELAS, 2019).

Apesar das medidas de modernização da cidade e da mudança de *status* da antiga colônia, Algranti (1988, p. 35) destaca que as instituições e ações desenvolvidas estavam inseridas “[...] na antiga política colonial de fortalecer no Brasil um Estado extremamente dependente, vinculado às organizações de Lisboa, sem autonomia ou criatividade próprias”. Dessa forma, a expectativa era de que o Brasil tivesse uma burocracia parcial, ao modelo português, tornando-se “[...] uma extensão da metrópole cumprindo definitivamente sua condição colonial” (ALGRANTI, 1988, p. 35). O que é corroborado por Azevedo (1994), que afirma que tais ações, no campo da educação, tinham caráter eminentemente utilitarista, uma vez que buscavam atender às necessidades mais urgentes da população, mais urbanizada, como também à reorganização da Marinha e do Exército de D. João, por meio de um ensino técnico-profissional.

3 CURANDO CONHECIMENTO: A SAGA DA ESCOLA DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

“Documentos são vestígios” (BLOCH apud SCHWARCZ, 2002a, p. 8).

O capítulo discorre sobre a instituição da Escola de Medicina no Rio de Janeiro e sobre a implantação da sua biblioteca, destaca as condições que contribuíram para a alteração de sua nomenclatura, além de apresentar a análise do Catálogo elaborado em 1892.

O embrião da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi a escola médico-cirúrgica, com implantação da cadeira de Anatomia, configurando um curso de formação técnica. O longo caminho percorrido pela escola até se tornar faculdade foi marcado também pelas diversas mudanças de locais físicos e algumas dificuldades entre as instituições e personagens envolvidos, alterações de currículo e duração dos cursos.

A biblioteca, por sua vez, somente foi fundada por ocasião da elevação da escola a faculdade. O acervo inicial da biblioteca foi constituído por teses defendidas pelos alunos, seguida por doações e aquisições de obras sobre diferentes temas. Além disso, as instalações eram precárias e inadequadas. Com o passar do tempo, foram melhoradas as condições físicas e aumentado o acervo, porém com dificuldades no tocante a verbas para atualização. O interesse e a frequência na biblioteca aumentaram e os jornais passaram a noticiar os eventos relevantes, incluindo a aquisição de obras.

Vários bibliotecários passaram pela biblioteca, porém, um dos mais elogiados e relevante para a história foi o dr. Carlos Costa, que levou a termo a exposição médica e a elaboração de um catálogo com informações detalhadas das obras ali disponíveis. O referido catálogo data de 1892 e sua análise é apresentada sob os aspectos de organização das obras por data de publicação, local de procedência e idioma.

3.1 A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

A instituição da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro foi precedida pelo estabelecimento de uma cadeira de Anatomia, por meio do Decreto de

2 de abril de 1808, que não menciona em seu texto a criação de uma instituição de ensino superior, conforme pode ser constatado (BARROSO, 2015):

Hei por bem nomear a Joaquim da Rocha Mazarem, Lente da nova Cadeira de Anatomia, que se vai estabelecer, com declaração que vencera, desde o dia que principiari as suas lições, o mesmo ordenado, que se arbitrar para os outros Lentes, que eu mandar crear no Hospital, aproveitando a presente estação, principiando logo a sua escola de Anatomia. D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocias Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido e faça executar Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1808.
Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor (BRASIL, 1808).

A cadeira de Anatomia foi, assim, considerada o embrião da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, que somente foi fundada, oficialmente, por Carta Régia assinada em 5 de novembro de 1808 (BARROSO, 2015; JACÓ-VILELA *et al.*, 2004; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2022).

A escola estava situada no antigo Colégio dos Padres Jesuítas, na sede do Hospital Real Militar e Ultramar, no morro do Castelo, na região central do Rio de Janeiro (BORGES, 2008). Barroso (2015) observa que, inicialmente, a escola foi instalada em uma unidade hospitalar já existente e que a primeira cadeira homologada foi a de Anatomia.

Figura 13 – Hospital Real Militar da Corte



Fonte: CABRAL, D. *Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro*. 30 ago. 2011b. In: BRASIL. Arquivo Nacional. Dicionário da Administração Pública Brasileira.

Em decorrência de Salvador ter sido o primeiro porto de parada da família real, estudiosos do assunto inferem que a escola do Rio de Janeiro tenha adotado as mesmas diretrizes (BORGES, 2008; CABRAL, 2011b). Entretanto, Brenes (1991, p. 137) ressalta que “O currículo desta escola era mais amplo do que o da Bahia, precisando de sede maior; por isso a escola foi mudada do Real Hospital Militar de Ultramar para a Santa Casa”. Na ocasião, foi nomeado Joaquim da Rocha Mazarém⁶⁴ para a cadeira de Medicina Operatória e Arte Obstétrica (BRENES, 1991). Para os alunos havia a exigência de conhecimento do idioma francês e o pagamento de uma taxa de matrícula⁶⁵ (LOBO, 1964).

De acordo com Barroso (2015), a presença da Corte trouxe à Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro vantagem, pois a necessidade de

⁶⁴ “Joaquim da Rocha Mazarem nasceu na Vila e Praça de Chaves (Portugal), em 12 de dezembro de 1775. Estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro em 1808, e foi lente de anatomia, medicina operatória e arte obstétrica, bem como de fisiologia na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Retornou a Portugal em 1821, onde foi cirurgião da Armada e da Casa Real, lente da cadeira de obstetricia e diretor da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa, e chefe da enfermaria Santa Bárbara no Hospital Nacional e Real de São José. Faleceu em Lisboa, em 21 de abril de 1849” (MAZAREM, 2023). Sua produção intelectual inclui: ‘Requerimento encaminhado ao Ministerio do Imperio, solicitando merce do habito da Ordem de Cristo; solicitando atestado de boa conduta’, Tradução de ‘Novo ensaio sobre a arte de formular’, ‘Requerimento encaminhado ao Ministerio do Imperio, solicitando um aviso ao desembargador corregedor do civil para que recolha sua sentença de despejo até que sua causa seja decidida; solicitando licença de um ano para ir a Portugal com sua esposa enferma, ‘Tratado de Inflammção, Feridas, e Ulceras, extrahido da Nosographia Cirúrgica de Anthelmo Richerand, Doutor, Cirurgião em Chefe adjunto do Hospital de S. Luiz, Cirurgião-mór da Guarda de Paris, Professor de Cirurgia, Membro da Sociedade da Escolla de Medicina de Paris, oferecido ao Príncipe Regente Nosso Senhor por Joaquim da Rocha Mazarem, Cavalleiro na Ordem de Christo, Lente da Regia Cadeira de Medicina Operatória, Primeiro Cirurgião do Numero da Armada Real e Cirurgião da Primeira e Segunda Enfermaria do Hospital Real dos Exércitos e Armada’, tradução de ‘Novo ensaio sobre a arte de formular. Por Jean Louis Marie Alibert’, tradução de ‘Indagações Physiologicas sobre a vida, e a morte. Por Xavier Bichat, Medico do Hospital de Paris, Professor de Anatomia, de Physiologia, e de Medicina, Membro de muitas sociedades sabias’, ‘Instituição Vaccinica’, ‘Compendio de obstetricia por Joaquim da Rocha Mazarem, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Cirurgião da Real Camera, e Professor de Obstetricia no Hospital Nacional, e Real de S. José’, tradução de ‘Indagações Physiologicas sobre a vida e a morte’, de Bichat, ‘Anuario clinico de arte obstetricia’, ‘Elementos de medicina forense applicada aos phenomenos da reprodução, para uso dos Alumnos da arte obstetrica’, ‘Compilação de doutrinas obstetricas em fôrma de compendio, para a instrução dos que se dedicação ao estudo desta arte, ‘Recopilação da arte dos partos, ou quadro elementar obstetricio para instrução das aspirantes que freqüentão o curso de partos’, ‘Quadros synopticos das molestias das mulheres de parto e recém-nascidos’, ‘Obstetrical Clinique in St. Joseph’s Hospital by Dr. Mazarem’, ‘Do Atlas de Estampas da Arte Obstetricia do Doutor Dietr. Wilh. Heinr’, ‘Considerações sobre o perigo causado pelas sepulturas dentro das cidades’ (MAZAREM, 2023).

⁶⁵ Lobo (1964, p. 16) destaca o trecho das instruções remetidas por José Corrêa Picanço, Cirurgião-Mór do Reino, a Manoel José Estrêla, nomeado como professor da escola de Medicina, a serem adotadas no curso da escola baiana: “Não admitirá praticante sem ter conhecimento da língua Francesa como se requer no Hospital de Lisboa, pela dispensa que houve do Latim. O praticante pagará pela matrícula seis mil e quatrocentos reis ao seu professor”.

formar um corpo médico qualificado favoreceu a oferta de disciplinas na instituição, entre elas medicina clínica, teórica e prática, e da obstetrícia, que não eram ofertadas na escola baiana.

Borges (2008) explica que as disciplinas nessas escolas foram criadas e organizadas ao longo do tempo, desde sua fundação. Isso aconteceu mediante ordens régias e decretos imperiais, que determinavam não só a sua criação, mas também regulamentavam a formação médica.

O curso tinha a duração, inicialmente, de quatro anos (ESCOLA..., [201-]). Segundo Lobo (1964), as disciplinas eram: anatomia e fisiologia, terapêutica cirúrgica e particular, medicina cirúrgica e obstetrícia, medicina, química, elementos de matéria médica e farmácia. As lições eram teóricas e a prática se restringia a demonstrações realizadas pelos professores (ESCOLA..., [201-]).

Da mesma forma que o curso na escola baiana, seguiam-se os princípios de *Monsieur de La Fay*⁶⁶. Ao concluir o curso, os alunos recebiam as certidões, mas era necessário submetê-las ao cirurgião-mor do Reino para obtenção do diploma definitivo e exercício da profissão. Tal como na Bahia, essa prática perdurou até 1826 (CABRAL, 2011b).

Em 1810, visando aprimorar a formação dos alunos, o príncipe regente estabeleceu que três estudantes da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica deveriam complementar seus estudos em instituições europeias, preferencialmente na escola de Edimburgo (FONSECA, 2012).

Em 1811, com a chegada do médico Vicente Navarro de Andrade⁶⁷ da Europa, onde estivera estudando medicina, foi proposto que este elaborasse um projeto de

⁶⁶ Em outro ponto, Lobo (1964, p. 17) destaca as instruções para uso de tal obra: “[...] o professor de Cirurgia dará as suas lições pelos princípios da Cirurgia de Monsieur La Fay. Este compendio assaz luminoso mereceu a contemplação dos sábios da Europa, abrangendo todas as partes da Cirurgia, é o mais apto para o ensino público, porque depois que este abalisado escritor publicou a sua obra se adeantaram mais os conhecimentos da Arte cujos conhecimentos se acham dispersos em obras e coleções acadêmicas”.

⁶⁷ “Vicente Navarro de Andrade, Barão de Inhomirim – Nasceu na vila de Guimarães, em Portugal, a 26 de fevereiro de 1776 e faleceu em Pariz a 23 de abril de 1850, sendo doutor em medicina pela universidade de Coimbra, professor jubilado da antiga escola de medicina do Rio de Janeiro, do conselho do Imperador, medico da imperial câmara, commendador da ordem da Rosa e da de Christo. Clinicava em Portugal quando foi escolhido pela universidade, onde graduou-se, para uma viagem científica á Europa. Depois de estar sete annos na França, passou aos Estados Unidos da America do Norte e dahi ao Brazil, cuja constituição adoptou. D. Pedro I foi-lhe muito affeiçoado e por causa disso fez ele ainda uma viagem á Europa depois da abdicação desse príncipe. Era versado em varias línguas e nas sciencias financeiras, e medico distincto. Sabe-se que escreveu, tanto na língua vernácula, como em francez, diversas obras sobre medicina, finanças, politica e litteratura e também poesias. Nada, porém, publicou. Apenas conheço de sua pena: - *Plano de*

reforma dos cursos de medicina vigentes. O plano de reforma foi denominado de “Plano de Organização de Uma Escola Médico-Cirúrgica que por Ordem de Sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor traçou e escreveu o Dr. Vicente Navarro de Andrade” (LOBO, 1964, p. 19). De acordo com o médico, eram necessários alguns conhecimentos prévios por parte dos alunos que ingressavam no curso Médico-Cirúrgico, destacando-se: “[...] latim, filosofia racional e moral, geometria, elementos de álgebra e física e química (para matrícula no 3.º ano)” (LOBO, 1964, p. 20).

A proposta de Navarro de Andrade era bastante detalhada e ambiciosa, incluindo disciplinas variadas.

Quadro 2 – Proposta de Navarro de Andrade para a Escola Médico-Cirúrgica

Curso	Disciplinas
Curso médico	1º ano: anatomia e fisiologia 2º ano: patologia geral, terapêutica, semiótica, higiene 3º ano: explicação dos sistemas de história natural, botânica médica, matéria médica, farmácia 4º ano: patologia médica especial 5º ano: clínica, medicina legal, história da medicina
	Parte complementar: no 3º ano: operações cirúrgicas, arte obstetrícia e clínica interna no 4º ano: patologia especial cirúrgica e clínica interna no 5º ano: clínica externa
Curso cirúrgico	Até o 3º ano as matérias são comuns ao curso médico 4º ano: operações cirúrgicas e arte obstetrícia e patologia especial cirúrgica 5º ano: clínica cirúrgica
	Matérias complementares e preparatórias: no 1º ano: física no 2º ano: química no 3º ano: patologia interna especial no 4º ano: clínica externa no 5º ano: clínica interna
Curso farmacêutico	Estudantes que frequentarem um ano e foram aprovados em química na escola da Academia Militar podem se matricular como estudantes boticários no 3º ano do curso médico-cirúrgico; sendo aprovados nas disciplinas do curso médico-cirúrgico frequentam mais um ano como praticantes na botica da escola; se aprovados receberiam as cartas para exercer as funções de boticários.

Fonte: LOBO, F. B. *O ensino da Medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964. v.1. p. 19-20.

organização de uma academia medico-cirurgica que, por ordem de sua alteza real o príncipe regente, nosso senhor, traçou e escreveu, etc. Rio de Janeiro, 1812 [...]. – *Parecer* dado por consulta do governo imperial acerca da epidemia de Macacu no anno de 1830 – Veio nos Annaes Brasilienses de Medicina [...]. – *Reflexões* sobre a Indicação, apresentada á junta do Banco do Brazil pelo deputado da mesma Fructuoso Luiz da Motta, e enviadas á mesma junta pelo conselheiro, etc. – Publicadas com a dita Indicação” (BLAKE, 1883, p. 367).

Essa proposta era bastante superior ao praticado nas escolas brasileiras, entretanto, não logrou êxito, uma vez que “as intrigas palacianas, o despeito e as rivalidades profissionais impediram que êle fosse aprovado” (LOBO, 1964, p. 20).

O plano seguinte foi proposto pelo médico Manoel Luiz Alvares de Carvalho, que fizera parte da comitiva de D. João e, em 1812, fora alçado a Cirurgião Mor honorário do Reino, assumindo também o cargo de ‘Diretor dos Estudos Médico-Cirúrgicos da Côrte e Estado do Brasil’ (FONSECA, 2012; LOBO, 1964). O projeto de reforma do ensino médico foi aprovado em abril de 1813 e tornou-se conhecido como reforma de Manoel Luiz ou do ‘Bom Será’⁶⁸ (LOBO, 1964).

Destacou-se entre as várias mudanças promovidas aquela referente

[...] ao estatuto profissional dos alunos recém-formados: terminados os exames do quinto ano, os aprovados recebiam a carta de ‘cirurgião aprovado’, sendo que os bons estudantes que desejassem repetir as matérias do quarto e quinto anos receberiam a graduação de ‘formados em cirurgia’, que correspondia a uma espécie de bacharelado na área (SCHWARCZ, 2005, n. p.).

Aqueles alunos que obtivessem o título de ‘formados em cirurgia’ teriam acesso a alguns benefícios bastante atraentes para a época, tais como: “[...] colocação preferencial em vagas de cargos públicos; permissão de tratar todas as doenças em lugares onde não houvesse médicos; participação automática no Colégio Cirúrgico e na Academia de Medicina do Rio de Janeiro”, bem como nas “[...] instituições similares a serem criadas no Brasil” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 18).

Nascimento (1929) explica que para a obtenção do título de ‘formados em cirurgia’ era necessária a aprovação com distinção e a repetição dos dois últimos anos do curso eram dependentes de aprovação plena nas matérias dos primeiros anos. Além disso, o curso não recebia apoio das autoridades portuguesas e a conclusão dos dois últimos anos era dificultada, obrigando os estudantes a recorrerem ao Físico Mor e ao cirurgião para intercederem junto às autoridades portuguesas.

Por outro lado, segundo Schwartzman (2001, p. 18), “o grau de Doutor em medicina seria conferido a qualquer cirurgião com graduação que apresentasse uma dissertação em latim e fosse aprovado nos exames indicados pelo Físico Mór”.

Nascimento (1929, p. 37) ressalta que “[...] os diplomas conferidos não correspondiam aos obtidos em Coimbra; e, continuando insuficientes os que assim se

⁶⁸ A expressão ‘bom será’ se referia à parte do texto em que estava grafado que “Bom será que [os alunos] entendam as línguas francesa e inglesa...” (ESCOLA..., [201-]).

diplomavam, prosseguiu-se na concessão de licença aos práticos que se habilitassem perante as autoridades sanitárias”. A despeito das mudanças continuaram a receber autorização para atuação os cirurgiões barbeiro e sangrador, parteiras, dentistas e boticários (NASCIMENTO, 1929; SCHWARCZ, 2005).

De acordo com o plano de estudos, o curso passou a ser de cinco anos com a distribuição de disciplinas sintetizadas da seguinte forma:

Quadro 3 – Proposta de Manoel Luiz para a Escola Médico-Cirúrgica

Curso	Disciplinas
Curso médico	1º ano: anatomia, química, farmácia, matéria médica e cirúrgica sem aplicações 2º ano: fisiologia 3º ano: higiene, etiologia, patologia, terapêutica 4º ano: instruções cirúrgicas e operações, lições e prática da arte obstétrica 5º ano: prática de medicina, lições do quarto e obstetrícia

Fonte: LOBO, F. B. *O ensino da Medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964. v.1. p. 21-22.

Em 1820, o diretor da escola, José Maria Bomtempo, propôs nova reforma do ensino, conhecida como Reforma José Maria Bomtempo⁶⁹, por meio da qual o currículo do curso foi novamente alterado, passando a contar com a seguinte distribuição de disciplinas (BORGES, 2008):

- 1º ano: anatomia;
- 2º ano: fisiologia e patologia;
- 3º ano: matéria médica, higiene geral e particular, terapêutica geral;
- 4º ano: instruções cirúrgicas e medicina operatória;
- 5º ano: medicina clínica (ESCOLA..., [201-], n. p.).

De acordo com Fonseca (2012), essa reforma previa também que a cada ano fossem transmitidas à Secretaria de Estado competente informações acerca do

⁶⁹ “Nasceu em Lisboa, Portugal, em 15 de agosto de 1774. Formou-se em medicina e filosofia pela Universidade de Coimbra, em 1798. Foi nomeado juiz comissário da Junta do Protomedicato e físico-mor de Angola em 1799, tendo permanecido nesta função por oito anos. Médico da Real Câmara e juiz comissário do Tribunal do Protomedicato, foi transferido para o Brasil como delegado do físico-mor do Reino, em 1809. Foi lente de cadeira de medicina clínica, teórica e prática, na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, criada em 1808, e encarregado da direção do Laboratório Químico-Prático, criado em 1812. Fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador da Imperial Ordem da Rosa, foi designado médico da Real Câmara e, posteriormente, diretor da Academia Médico-Cirúrgica, que presidiu até ser jubilado, em 1820. Escreveu obras importantes para a medicina, como *Compêndios de matéria médica* (1814), *Compêndios de medicina prática* (1815) e *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro* (1825). Adquiriu a cidadania brasileira, permitida pela Constituição de 1824, e tornou-se membro honorário da Academia Imperial de Medicina, servindo ao imperador d. Pedro I por vinte anos, como clínico e cirurgião. Morreu no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1843” (BRASIL, 2016).

desempenho dos alunos e da instituição. Foi exigido ainda que os alunos frequentassem aulas de botânica e química durante um ano, contudo em 1821 as disciplinas de fisiologia e anatomia foram unificadas, assim como as de operações e arte obstetrícia. Em 1822, tal medida foi revista e as disciplinas de fisiologia e anatomia foram novamente separadas (ESCOLA, [201-]).

Em 1826, D. Pedro I autorizou que os diretores das escolas de medicina outorgassem os diplomas, chamados de 'cartas de cirurgião', aos alunos, porém manteve a autoridade sobre a grade curricular dos cursos, mediante decretos imperiais (BORGES, 2008). Maia (1995) explica que tal decisão decorreu da insatisfação externada por professores e alunos quanto aos poderes concedidos aos Físico-Mor e ao Cirurgião-Mor, que resultou na promulgação de uma lei específica, com o seguinte teor:

LEI – de 9 de setembro de 1826.

Manda passar cartas de cirurgião, e de cirurgião formado aos que concluírem os cursos das escolas de cirurgia do Rio de Janeiro e da Bahia.

D. Pedro I por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos súbditos, que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Haverão cartas de cirurgião, ou cirurgião formado, todos aquelles, que nas escolas de cirurgia do Rio de Janeiro, e Bahia, já têm concluído com aprovação, ou concluírem em diante, o curso de cinco, ou seis anos, na conformidade dos seus estatutos.

Art. 2.º As cartas serão passadas pelos Directores das escolas, ou pelos Lentes, que suas vezes fizerem; escriptas em linguagem vulgar; assignadas pelos Lentes de pratica medico-cirurgica; subscriptas pelos Secretarios; impressas em pergaminho; e selladas com sello pendente de fita amarela.

Art. 3.º As formulas das cartas serão em tudo conformes ás que vão lançadas no fim desta Lei: e o sello será o que escolher cada uma das ditas escolas.

Art. 4.º Serão dadas e passadas gratuitamente, com a única despeza da impressão, e pergaminho, que pagarão os estudantes.

Art. 5.º Os que conseguirem a carta de cirurgião poderão livremente curar de cirurgia em qualquer parte do Império, depois que com ella se apresentarem á autoridade local.

Art. 6.º Os que obtiverem a carta de cirurgião formado, poderão igualmente exercitar a cirurgia, e medicina em todo o Império, feita a apresentação na fórmula do artigo antecedente.

Art. 7.º Ficam revogadas todas as leis, alvarás e decretos, regimentos do Physico-Mór e Cirurgião-Mór do Império, e os estatutos das sobreditas escolas, na parte, em que se oppozerem á execução desta (RIO DE JANEIRO, 1880, p. 8-9).

Segundo Fonseca (2012), a concessão de diplomas pelas escolas causou desconforto entre os cirurgiões portugueses pela perda de poder, contudo foram

mantidas as atribuições relativas às autorizações para práticos. A explicação para tal situação reside no fato de que

[...] o controle sobre as formas de credenciamento para o exercício da medicina era visto como peça fundamental na batalha pelo monopólio sobre a clientela e a consequente exclusão institucional de outras categorias de curadores, às quais se imputavam práticas de charlatanismo. As reformas do ensino médico refletiam, assim, passo a passo, as tentativas de fixar as bases comuns necessárias ao pleno exercício daquela atividade profissional (FONSECA, 2012, p. 300-1).

Em 1829 foi fundada a Sociedade de Medicina⁷⁰, que teve seus estatutos baseados naqueles da Academia de Medicina de Paris, cuja aprovação ocorreu em 30 de junho de 1829, sendo seu principal objetivo “[...] as questões de saúde pública relativas a inspeções sanitárias em escolas, fábricas, vacinação, banhos públicos, enfim, à higiene da população” (FONSECA, 2012, p. 298). Entretanto, seu reconhecimento somente ocorreu em 15 de janeiro de 1830, por meio de Decreto Imperial firmado pelo Marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, também ministro dos Negócios do Império (FONSECA, 2012).

A primeira incumbência da Sociedade de Medicina foi analisar as propostas para alteração do ensino médico. A partir daí foi elaborada a proposta de reforma que passou a vigorar em 1832 (SCHWARCZ, 2005). Nesse mesmo ano, a escola passou a ser denominada Faculdade de Medicina, formando também farmacêuticos e parteiros, além de ter o curso aumentado em um ano e mais três disciplinas acrescidas ao currículo (BORGES, 2008):

- 1º ano** Física Médica, Botânica Médica, Princípios elementares de Zoologia.
- 2º ano** Química Médica e Princípios elementares de Mineralogia, Anatomia Geral e Descritiva.
- 3º ano** Anatomia, Fisiologia.
- 4º ano** Patologia Externa, Patologia Interna, Farmácia, Matéria Médica, Terapêutica e Arte de Formular.

⁷⁰ O embrião da Sociedade de Medicina é creditado ao médico mineiro Joaquim Candido Soares de Meirelles, doutorado em Paris, pela ideia de criação de uma associação médico-literária, que promovesse os estudos médicos e os progressos da ciência. Meirelles encontrou apoio às suas ideias nos médicos Luiz Vicente De-Simoni, italiano que atuava na enfermaria da Santa Casa da Misericórdia, o médico José Martins da Cruz Jobim, também brasileiro, o médico francês Jean Maurice Faivre e José Francisco Xavier Sigaud, também médico e responsável pela publicação do primeiro jornal médico brasileiro, o ‘Propagador das Sciencias Medicas’ ou ‘Annaes de Medicina’, Cirurgia e Pharmacia (NASCIMENTO, 1929).

⁷¹ A Sociedade de Medicina, por Decreto Regencial de 8 de maio de 1835, referendado por Joaquim Vieira da Silva e Souza, ministro dos Negócios do Império, foi transformada em Academia Imperial de Medicina e, atualmente, é a Academia Nacional de Medicina (FONSECA, 2012; MAIA, 1995).

5º ano Anatomia Topográfica, Medicina Operatória e Aparelhos, Partos, Moléstias de mulheres peçadas e paridas e de meninos recém-nascidos.

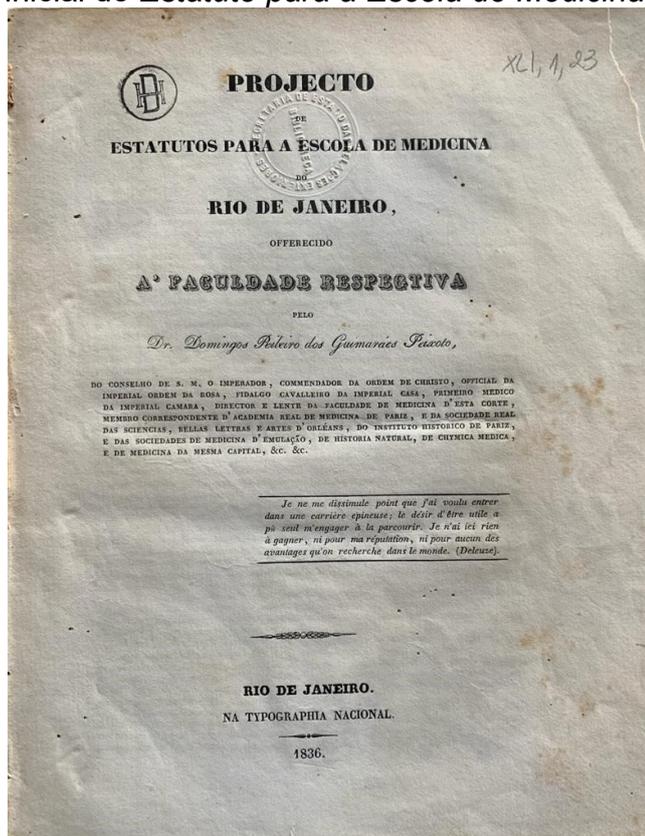
6º ano Higiene, História da Medicina, Medicina Legal.

Complementares ao currículo médico havia as cadeiras de Clínica Médica Interna, Anatomia Patológica e Clínica Médica Externa, que eram distribuídas ao longo do curso (BORGES, 2008, p. 149-50, grifos do autor).

A despeito de todas as reformas, as faculdades ainda padeciam de desorganização e falta de condições adequadas. Contudo, os professores, mesmo tendo reconhecida a precariedade de sua formação, que se refletia nas aulas, foram alçados a doutores por meio de decreto expedido em 1832 (SCHWARCZ, 2005).

Em 1836, o médico Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto⁷² elaborou o *Projecto de Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro*, organizado em doze títulos e vários capítulos, cuja síntese é apresentada no Quadro 4.

Figura 14 – Página inicial do *Estatuto para a Escola de Medicina*



Fonte: PEIXOTO, D. P. G. *Projecto de Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, oferecido á Faculdade respectiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836. Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

⁷² “[...] do Conselho de S. M. o Imperador, Commendador da Ordem de Christo, Official da Imperial Ordem da Rosa, Fidalgo Cavalleiro da Imperial Casa, Primeiro Medico da Imperial Camara, Director e Lente da Faculdade de Medicina d’esta Corte, membro correspondente d’Academia Real de Medicina de Pariz, e da Sociedade Real das Sciencias, Bellas Lettras e Artes d’Orleans, do Instituto Historico de Pariz, e das Sociedades de Medicina d’Emulação, de História Natural, de Chymica Medica, e de Medicina da mesma Capital, &c. &c.” (PEIXOTO, 1836, n. p.).

Quadro 4 – Síntese da organização dos Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro – Peixoto, 1836

Continua

Título	Descrição	Capítulo	Descrição	Secção
I	-	Único	Da Faculdade de Medicina, e suas atribuições.	
II	Dos empregados da Escola de Medicina.	I	Do Director.	-
		II	Dos lentes proprietários, e substitutos.	
		III	Do tesoureiro.	
		IV	Do secretario.	
		V	Do bibliothecario.	
		VI	Dos porteiros, continuos, e serventes.	
III	Dos estabelecimentos da Escola.	Único	-	I. Disposições gerais. II. Clinicas. III. Bibliotheca. IV. Secretaria.
IV	Da disciplina da Escola.	I	Dos exames dos preparatórios.	-
		II	Das matriculas.	
		III	Do ensino.	
		IV	Das habilitações para os exames escolares.	
		V	Dos exames escolares.	
		VI	Das theses.	
		VII	Do grau de Doutor em Medicina	
		VIII	Dos diplomas.	
		IX	Das férias.	
V	Dos prêmios e promoções acadêmicas.	Único	-	I. Dos prêmios. II. Das promoções.
VI	Dos concursos.	I	Do concurso para os lugares de substitutos.	I. Dos requisitos necessários para poder concorrer.
				II. Dos preliminares para o concurso.
				III. Do jury para o concurso.
				IV. Das provas e forma para o concurso.
				V. Da declaração solemne do candidato para o lugar de substituto, e de algumas outras disposições anexas ao concurso.
		II	Do concurso para o lugar de lente proprietário.	-
		III	Do concurso para escolha de hum medico, que deva viajar à custa do Estado.	
		IV	Do concurso para os prêmios do curso medico.	

Quadro 4 – Síntese da organização dos Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro – Peixoto, 1836

				Conclusão
Título	Descrição	Capítulo	Descrição	Secção
VII	Disposições relativas as pessoas, que se apresentarem com títulos profissionaes, obtidos em outras escolas.	I	Dos que tendo obtido título de formatura, pretenderem o de Doutor na Escola fluminense.	I. Das pessoas compreendidas na Resolução da Assembleia Geral Legislativa de 27 de outubro de 1835. II. Dos que ficão compreendidos na disposição do art. 14 da Lei. III. Disposições relativas aos indivíduos compreendidos nas duas secções precedentes.
		II	Dos que tendo obtido diplomas em escolas estrangeiras, quizerem habilitar-se para exercer no Império a sua profissão.	
VIII	Dos que tendo sido examinados e aprovados em Pharmacia, Cirurgia, ou algum dos ramos desta última arte, pelos extinctos juízos dos Physico e Cirurgião Móres do Império, e lhes faltarem seus títulos, por não os haver tirado, durante o exercício daquelas autoridades, os quizerem obter para poderem exercer sua profissão.	Único	-	
IX	Dos que tendo-se habilitado para o exame de Pharmacia, antes da promulgação da Lei, quizerem obter o competente título, em virtude da Resolução da Assembleia Geral Legislativa de 29 de julho de 1835.	Único	-	-
X	Do Almanak Academico.	Único	-	-
XI	Da polícia da Escola.	I	Dispozições geraes.	-
		II	Dos lentes, e substitutos	
		III	Do tesoureiro, e bibliothecario	
		IV	Dos estudantes	
XII	Das vestes e das insígnias acadêmicas.	Único	-	-

Fonte: PEIXOTO, D. P. G. *Projecto de Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, oferecido à Faculdade respectiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836. p. 1-43.

Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

No que se refere à biblioteca, o Título II, que agrupa os artigos 35 a 40, dispõe sobre as atribuições do bibliotecário, destacando que este deveria ser um médico, recebendo remuneração anual de 600\$000 réis, se responsabilizado por elaborar dois catálogos das obras disponíveis na biblioteca. Além disso, somente poderia emprestar qualquer livro com autorização expressa do diretor, teria um auxiliar também médico, responsabilizando-se “[...] pelo regular andamento da Bibliotheca, e aceio dela”, entre outros aspectos (PEIXOTO, 1836, p. 8).

Já em relação às instalações da biblioteca, conforme o Título III, além das disposições sobre as instalações físicas, há também menção à necessidade de livros sobre medicina e sobre outras disciplinas relativas aos cursos preparatórios, ciências e humanidades, como também periódicos científicos (PEIXOTO, 1836).

Por fim, no Título XI, há previsão de punição para o bibliotecário que, em decorrência de negligência ou incompetência, permitir que alguma obra se extravie ou seja danificada (PEIXOTO, 1836).

Ao final, no Título XII, são apresentadas as vestes talares⁷³ para os membros da instituição. As primeiras são indicadas aos lentes (professores) e as seguintes aos doutores em medicina. Esses trajes deveriam ser usados no exercício da atividade acadêmica (PEIXOTO, 1836). As vestes talares tinham um simbolismo bastante evidente, de distinguir os professores dos alunos, visando a hierarquização dessa relação.

⁷³ “A expressão ‘talar’ vem do latim talus, que significa calcanhar. São vestimentas cujo comprimento vai até os calcanhares. É um traje que simboliza poder, dando especial representatividade a quem o usa. Essa vestimenta era utilizada no século VI a.C., em Roma. Quando as legiões romanas saíam para as suas conquistas bélicas, os Collegiati acompanhavam os legionários para reconstruir o que fosse destruído pela ação guerreira usando, nesses deslocamentos, uma túnica negra. Assim, essa túnica, beca ou toga representa a reconstrução, o reinício, o recomeço. Posteriormente foi levada para a Inglaterra pelos bizantinos e depois incorporada também na França. As associações de classe (guildas) as utilizavam para diferenciar os membros que detinham um maior conhecimento científico, considerados os professores, os titulares, que transmitiam o seu conhecimento. No meio acadêmico, foi na França que a beca foi inicialmente inserida nas instituições universitárias, no século XIII, junto à criação da figura do reitor, com a ideia de diferenciar as pessoas, dando importância para os cargos” (COLÉGIO BRASILEIRO DE CIRURGIÕES, 2023).

Figura 15 – Vestes talaras para lentes



Fonte: PEIXOTO, D. P. G. *Projecto de estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, oferecido á Faculdade respectiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836.
Acervo: Biblioteca Histórica do Itamaraty.

A reforma de 1854, denominada de Reforma Bom Retiro, nome motivado pela participação do Ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz, então Visconde do Bom Retiro, ampliou o número de disciplinas do curso de medicina para dezoito, incluindo Anatomia Geral e Patológica, Patologia Geral, Química Orgânica e Farmácia, gerando o seguinte currículo:

- 1º ano** Física Geral, Química e Mineralogia, Anatomia Descritiva.
- 2º ano** Botânica e Zoologia, Química Orgânica, Fisiologia, Anatomia Descritiva II.
- 3º ano** Fisiologia, Anatomia Geral e Patológica, Patologia Geral, Clínica Externa.
- 4º ano** Patologia Externa, Patologia Interna, Partos, Moléstias de mulheres peçadas e de recém-nascidos, Clínica Externa.
- 5º ano** Patologia Interna, Anatomia Topográfica, Medicina Operatória e Aparelhos; Matéria Médica e Terapêutica, Clínica Interna.
- 6º ano** Higiene e História da Medicina, Medicina Legal, Farmácia, Clínica Interna (BORGES, 2008, p. 150).

Além dessas alterações, o curso foi subdividido em três partes (BORGES, 2008):

- a) Ciências Acessórias, que incluía Física, Química e Mineralogia, Botânica e Zoologia, Medicina Legal e Farmácia;

- b) Ciências Cirúrgicas, envolvendo Anatomia Descritiva, Geral e Topográfica, Patologia Externa, Medicina Operatória e Aparelhos, Partos, Moléstias de mulheres peçadas e de recém-nascidos, Clínica Externa;
- c) Ciências Médicas, incluindo Fisiologia, Patologia Geral, Patologia Interna, Matéria Médica e Terapêutica, Higiene, História da Medicina e Clínica Interna.

O Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (BRASIL, 1879) estabeleceu nova reforma do ensino médico, dessa vez elaborada por uma comissão de professores da Faculdade de Medicina, tomando como referência o modelo alemão. A reforma Leôncio de Carvalho, referindo-se a Carlos Leôncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império,

[...] se caracterizou pela abolição do juramento católico na colação de grau, podendo o ser sobre qualquer credo religioso, pela autorização para que mulheres⁷⁴ fossem diplomadas, pela instalação do curso de Odontologia e pela ampliação do curso médico para 26 cátedras [...].

Foram incorporadas ao currículo as seguintes cadeiras: Anatomia associada à Fisiologia; Clínica Oftalmológica; Clínica Médica de Adultos; Clínica Cirúrgica de Adultos; Clínica de Moléstias Médicas e Cirúrgicas de Crianças; Moléstias Cutâneas e Sifilíticas; e Moléstias Mentais (BORGES, 2008, p. 150).

A referida reforma também propiciou o reconhecimento da psiquiatria como especialidade médica, o que levou a medicina mental a se tornar independente da cadeira de medicina legal (PERES *et al.*, 2011). Braga (2018) complementa, afirmando que tal reforma favoreceu a prática de cursos livres sobre diferentes especialidades médicas, como ainda oportunizou o ensino prático, que, até então, era incipiente. Ademais, “as faculdades de medicina passam a ser vistas como local privilegiado de constituição de um saber científico” (BRAGA, 2018, p. 66).

Em 1884, Vicente Cândido Figueira de Sabóia, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, implementou modificações e novos estatutos para as faculdades brasileiras, mantendo o Curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas com duração de seis anos, Farmácia em três anos, Obstetrícia e Ginecologia em dois anos, e Odontologia em três anos (BORGES, 2008).

⁷⁴ “Em 1887, Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) se torna a primeira mulher a se graduar no País na Faculdade de Medicina da Bahia, embora tenha iniciado seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e depois, por motivos familiares, se transferido para a faculdade em que se formou” (MOTTA, 2014).

Uma informação interessante é que ao longo do tempo a instituição sofreu com restrições de recursos, conforme revela extrato de uma das sessões da Câmara dos Deputados, de 1887.

Figura 16 – Reunião da Câmara dos Deputados com proposta de redução dos recursos destinados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Os côrtes propostos à rubrica—Material para as faculdades de medicina—foram baseados em minuciosa investigação sobre as despesas feitas nos annos anteriores, tendo-se em consideração que os laboratorios já estão hoje sufficientemente providos de material.

Para demonstrar que não foi a commissão arbitraria, observarei que na Allemanha a quantia pedida para o custeio dos laboratorios de medicina é de 38:000\$ e sommadas as diversas consignações indicadas pela commissão para a Faculdade do Rio de Janeiro para o exercicio de 1888, ainda fica para o custeio de seus laboratorios com a quantia de 55:000\$000.

Fonte: ANNAES do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, Sessão em 27 de junho de 1887, p. 247. Acervo: Biblioteca Nacional.

Por fim, a reforma patrocinada pelo Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, em 1891, denominada de Reforma Benjamin Constant⁷⁵. Ela foi responsável por alterar a denominação da instituição para Faculdade de Medicina e Farmácia, ampliar o número de disciplinas para 29 e as distribuiu em doze seções e seis séries. Posteriormente, em 1893, ocorreu nova seriação das disciplinas, que foram organizadas da seguinte maneira:

- 1º ano** Física Médica, Química Inorgânica Médica, Botânica e Zoologia Médica, Anatomia Descritiva (1ª parte).
- 2º ano** Anatomia Descritiva (2ª parte), Histologia, Química Orgânica e Biológica, Fisiologia (1ª parte).
- 3º ano** Fisiologia (2ª parte), Patologia Geral, Anatomia e Fisiologia Patológicas, Química Analítica e Toxicológica, Clínica Propedêutica, Clínica Dermatológica e Sifiligráfica.
- 4º ano** Patologia Médica, Patologia Cirúrgica, Matéria Médica, Farmacologia e Arte de Formular, Clínica Propedêutica, Clínica Cirúrgica (2ª cadeira), Clínica Oftalmológica.

⁷⁵ “[...] novos regulamentos decretados por Benjamin Constant, Ministro do Governo Provisorio, vieram facilitar o funcionamento das *Faculdades Livres*, cuja criação permittira a reforma do Conselheiro Leoncio de Carvalho, approvada pelo decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, chamada do *ensino livre*. Por essa reforma o título de *Faculdade Livre* podia ser pelo Governo concedido, *ad referendum* do Poder Legislativo, ás instituições particulares que, observando os programmas officiaes, funcionassem por 7 annos consecutivos, tendo, nesse periodo conferido o gráo academico a. pelo menos, 40 alumnos. A reforma Benjamin Constant, ordenada pelo decreto n. 1.232 H, de 2 de janeiro de 1891, aboliu todas essas exigencias, reduzindo á constituição de um patrimonio de 50 contos e a uma frequencia de 30 alumnos, pelo menos, no espaço de 2 annos, os requisitos para que possam gosar as Faculdades Livres das regalias conferidas pela Lei” (OCTAVIO, 1918, p. 18, grifos do autor).

- 5º ano** Operações e Aparelhos, Anatomia Médica e Cirúrgica, Terapêutica, Clínica Cirúrgica (1ª cadeira), Clínica Médica (1ª cadeira), Clínica Pediátrica.
- 6º ano** Higiene, Medicina Legal, Obstetrícia, Clínica Médica (1ª cadeira), Clínica Obstétrica e Ginecológica, Clínica Psiquiátrica e de Moléstias nervosas (BORGES, 2008, p. 151).

Convém ressaltar que a escola funcionou em diferentes locais, sem contar com unidade própria até 1918. Inicialmente, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro funcionou no Hospital Militar localizado no Morro do Castelo. Havia, no entanto, um desconforto causado pela oposição dos militares, pois os professores desejavam tomar toda a instalação do hospital para ministrar aulas (MAIA, 1995). Outros conflitos entre as duas administrações, do curso e do hospital, foram decorrentes do

[...] Decreto de 22 de maio de 1810 [que] submeteu o boticário do Laboratório Farmacêutico do Hospital ao lente da cadeira de matéria médica e o alvará de 2 de março de 1812, [que] criou a junta de direção médico-cirúrgica e administrativa do Hospital, inspecionando essa direção os estudos estabelecidos nas aulas do mesmo Hospital. Frei Custódio Campos foi presidente desta junta e por tal função, meramente administrativa e sem nenhuma relação com o ensino, foi considerado também diretor da Escola Médico-Cirúrgica. Confusão igual surgiu da ação do Barão de Goiana, Picanço, cujo retrato foi oferecido à Faculdade pelo Barão de Vila Barra, como Primeiro Diretor da Academia Médico-Cirúrgica, muito embora tivesse sido ele somente cirurgião-mor do Reino (MAIA, 1995, p. 39).

Em 1813, com o aumento do número de disciplinas, as atividades foram transferidas para a Santa Casa de Misericórdia. Essa mudança não solucionou as dificuldades, considerando-se que havia desentendimentos entre médicos e freiras quanto ao atendimento a mulheres, pela falta de maternidade e de enfermaria feminina, pela proibição de que os médicos assistissem ou fizessem partos e realizassem exame de toque vaginal, entre outros aspectos (MAIA, 1995).

Octavio (1918) resalta que, em 1832, a Faculdade de Medicina

[...] continuava funcionando em duas pequenas salas, abafadas e escuras do Hospital da Misericórdia, onde não podiam as aulas funcionar livremente e nem espaço havia para gabinetes e laboratórios. Dahi foi pouco depois, graças a reclamações insistentes do seu primeiro Director, o Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, removida para o antigo Collegio dos Jesuítas, no Morro do Castello (OCTAVIO, 1918, p. 15).

Em 1836, novamente a escola foi transferida, dessa vez para o extinto Hospital Militar, porém o ensino de clínica médica e cirúrgica permaneceu na Santa Casa. Em 1844, a distribuição das atividades da escola fez com que fossem ocupados três

endereços distintos: o Hospital Militar, o sobrado da casa da rua Santa Luzia e a Santa Casa (ESCOLA..., [201-]).

Em 1850 houve nova mudança, algumas disciplinas e a administração da escola foram transferidas para a rua dos Barbons, atualmente denominada Evaristo da Veiga. Os serviços administrativos, a biblioteca e as disciplinas de laboratório, em 1856, foram transferidas para o antigo prédio do Recolhimento das Órfãs da Irmandade da Misericórdia, na rua Santa Luzia, mantendo-se as clínicas na Santa Casa da Misericórdia (MAIA, 1995).

Ao longo do tempo continuou a saga da instituição para aceder a uma sede própria e mais adequada às suas necessidades, o que somente aconteceu em 1918 com a construção do prédio da Praia Vermelha (MAIA, 1995).

Apesar de o período proposto para análise neste estudo se esgotar em 1889, destaca-se que a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, fundada em 1809, teve sua denominação alterada seis vezes, conforme segue (ESCOLA..., [201-]):

- a) Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1813);
- b) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832);
- c) Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro (1891);
- d) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1901);
- e) Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (1920);
- f) Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1937);
- g) Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965).

3.2 A biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

De acordo com Magalhães (1932), a fundação da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro data de 3 de junho de 1831. O primeiro acervo da instituição foi constituído pelas teses defendidas pelos alunos, pois não havia disponibilidade de recursos financeiros para aquisição de publicações naquela época. Lobo (1982) corrobora com tal informação, e esclarece que na ocasião houve a sugestão para organização da biblioteca baseando o início do seu acervo nas teses defendidas pelos alunos.

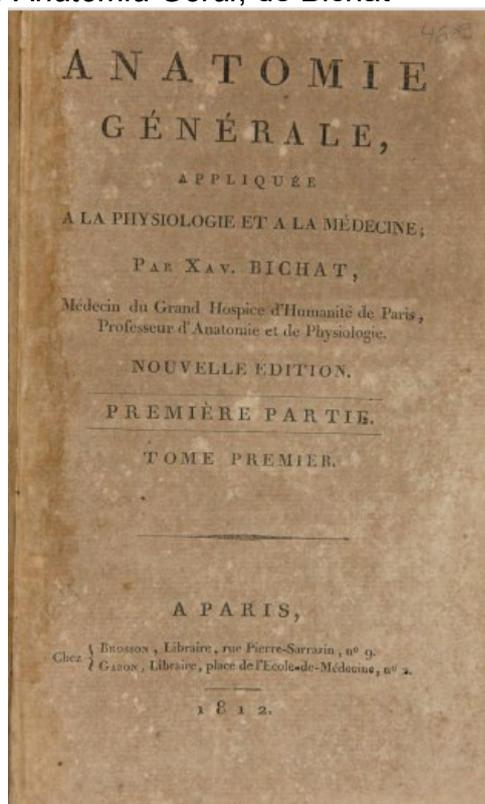
O acervo deve ter se tornado mais expressivo nos dois anos seguintes, pois em 1833 o médico Domingos de Azeredo Coutinho Duque Estrada foi nomeado bibliotecário com a remuneração anual de 600\$000, destacando-se que sua dedicação não seria exclusiva (LOBO, 1982). Nesse mesmo ano foi solicitado aos médicos do interior que apresentassem informações sobre as epidemias vigentes, cujos relatos comporiam um setor da biblioteca, modestamente representado por uma estante ao fundo da sala (MAGALHÃES, 1932).

Lobo (1982) explica que o acervo da biblioteca ainda era modesto, mesmo com as doações e as teses, que eram poucas. Para tentar contornar a situação, em maio de 1834 foi proposta a ida à Europa dos professores Valladão Pimentel, Francisco Júlio Xavier e José Martins da Cruz Jobim para aquisição de exemplares de interesse da instituição. A relação elaborada pela comissão da escola incluía 159 livros nas áreas de química e mineralogia, física, botânica, zoologia, anatomia, fisiologia, parto, doenças infantis, higiene, história da medicina, farmácia, materiais médicos, patologia, clínica externa, clínica interna e medicina legal, além de oito publicações entre jornais e outros tipos de trabalhos escritos.

Contudo, a iniciativa era dependente de aprovação governamental, o que culminou com a decisão de que o representante do governo em Paris executaria a aquisição dos exemplares. A escola se dispunha a gastar os recursos (1:000\$000) que tinha em caixa, porém o governo, em março de 1835, assumiu o compromisso de custear os 5.118 francos referentes aos custos dos livros encomendados (LOBO, 1982; MAGALHÃES, 1932).

Em 1836, de acordo com relato de Lobo (1982), não foi concluída a compra prometida pelo governo, o que levou a instituição a utilizar os 8:540\$000 disponíveis em seu caixa para a aquisição dos livros. Esses recursos foram suficientes apenas para parte da compra, uma vez que os recursos oriundos do governo para a Faculdade foram cortados nesse período. O autor indica que em 1839 o acervo da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro era composto por 1.392 volumes, incluindo livros, folhetos, impressos e jornais, dentre eles *Anatomie Générale* de Bichat de 1812 (LOBO, 1982).

Figura 17 – Capa do livro *Anatomia Geral*, de Bichat



Fonte: BICHAT, Xavier, 1711-1802. *Anatomie générale: appliquée à la physiologie et à la médecine*. A Paris: Chez Brosson, 1812. t.1. Acervo: Biblioteca da Fiocruz.

Em 1842, estando a Faculdade sob a direção de Jobim, a biblioteca contava com “[...] duas grandes estantes, e uma escada apropriada, tudo comprado por 310\$000” (MAGALHÃES, 1932, p. 41-2). Convém ressaltar que Jobim, dedicado a outros interesses, se afastava com frequência das atividades da Faculdade, levando Joaquim José da Silva a atuar como interino, porém sem autonomia ou o conhecimento e desempenho social atribuídos a Jobim (MAGALHÃES, 1932).

Dois anos depois, em 1844, o bibliotecário Duque Estrada se envolveu em um sério escândalo administrativo, acusado pelo desaparecimento de livros, o que culminou na sua demissão (MAGALHÃES, 1932). De acordo com Lobo (1982), a situação teve início em 1842, quando foi realizado um inventário do acervo da biblioteca, a pedido de Jobim. Foi constatada a falta de diversas publicações, o que levou Jobim a acusar Duque Estrada, imputando-lhe responsabilidade pelo ocorrido. Os argumentos de defesa de Estrada incluíam a importância do empréstimo das obras a alunos e professores, além de ser essa mobilidade uma função implícita de uma biblioteca. A defesa apresentada não foi suficiente para convencer Jobim, que optou pela abertura de um inquérito contra o bibliotecário, oficiando ao governo e demitindo-

o no ano de 1844. “Duque Estrada defendeu-se como pôde, conseguiu que as obras fossem recolhidas, com exceção de um atlas que não pôde localizar, mas indenizou. Apesar disto a exoneração foi mantida” (LOBO, 1982, p. 36).

Tornou-se bibliotecário, em substituição a Duque Estrada, o médico Ludgero da Rocha Ferreira Lapa, que durante os anos de estudos se viu envolvido em movimentos de indisciplinas. A carreira de Ludgero progrediu e mais tarde o médico se tornou diretor do ‘Arquivo Medico Brasileiro’, que, de acordo com Magalhães (1932, p. 44), era um “[...] jornal bem informado das coisas medicas do Brasil e da Europa”.

Em 1854 a biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro recebeu da Faculdade de Medicina da Bahia 2.880 teses defendidas pelos seus alunos, que foram incorporadas ao acervo local. “Em 1859, excluídas as teses do Rio e da Bahia, o acervo da Biblioteca era: 3.423 volumes, em 1.238 obras de 530 autores” (LOBO, 1982, p. 26).

Contudo, em relatório do Ministério do Império de 1858, pode-se verificar que era considerado insatisfatório o acervo da Biblioteca da Faculdade de Medicina, sendo solicitado aos lentes que apresentassem uma relação das obras mais modernas para composição de um acervo mais adequado aos alunos.

Figura 18 – Trecho do relatório do Ministério do Império de 1858 sobre o acervo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

“A bibliotheca da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, para incremento da qual era outr'ora destinado o producto das matriculas de todos os alumnos, conta apenas 3,423 volumes, em 1,238 obras de 580 autores, sendo muitas de edições atrasadas.”

“As multiplicadas descobertas em cada dia feitas nos numerosos ramos da nossa sciencia, ou dão lugar a novos livros, ou obrigão os autores a novas edições, em virtude do que chegão ás vezes a corrigir erros das primeiras, ou a modificar pelo menos suas antigas opiniões e doutrinas.

Daqui se infere bem facilmente a necessidade de successivas provisões desses meios em que se vê quem quer acompanhar os progressos da medicina,¹⁾ e como seja entre nós o preço dos livros excessivamente elevado, maximè em relação ás possibilidades da maior parte dos estudantes, é obvio que abastecer a nossa bibliotheca de volumes que prestem aos alumnos, com as lições dos professores, uma completa instrucção, será fazer grande serviço a esta faculdade, ao paiz e á humanidade.

Por isto o Sr. director pedio a cada lente uma relação das obras modernas concernentes á sua cadeira, para solicitar do Sr. ministro do imperio a encommenda dellas; alguns dos Srs. lentes, porém, ainda não satisfizerão esta palpitante necessidade. Releva aqui notar que, além desses livros, será conveniente abrir na Europa e nos Estados-Unidos assignaturas dos jornaes mais importantes das sciencias ensinadas nesta faculdade.

Fonte: BRASIL. *Ministério do Império*: Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 1858. p. 3. Acervo: Biblioteca Nacional.

Em 1860, a Faculdade passa a contar com as assinaturas dos seguintes jornais: “[...] *Revue Française de Médecine, Annales de Médecine, The Lancet*” (MAGALHÃES, 1932, p. 65).

Com o passar do tempo, a biblioteca passou por melhorias, tanto no acervo, quanto nas instalações. Foram adquiridas teses publicadas em Paris durante o período de 1861 a 1867. Em 1883 o acervo recebeu 1.116 obras, sendo 2.123 volumes e 124 periódicos de ciências médicas (LOBO, 1982).

A frequência à Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tornou-se assunto de interesse dos jornais, que passaram a noticiar a frequência de público ao estabelecimento de forma detalhada, como pode ser observado nas ilustrações dessas publicações.

O jornal *A Instrução Publica*, de 5 de outubro de 1873, informa que entre os dias 14 e 30 de setembro recorreram à instituição 194 leitores, em diferentes períodos do dia. A maior parte da frequência (78,35%) ocorreu durante o período diurno. Em ambos os horários, diurno e noturno, as obras mais solicitadas foram da Seção Médica, representando 51,03% das solicitações no período diurno e 45,76% no período noturno.

Figura 19 - Anúncio de frequência da Biblioteca da Faculdade de Medicina em 5 de outubro de 1873

∴

Do *Diario Official* transcrevemos o seguinte mappa.

Mappa demonstrativo dos leitores que frequentaram a bibliotheca da faculdade de medicina do Rio de Janeiro e das obras consultadas, de 14 a 30 de Setembro de 1873.

SETEMBRO DE 1873	DURANTE O DIA							Total.
	14	15	16	17	18	19	20	
Leitores..	25	24	32	27	18	26		152
<i>Obras pedidas.</i>								
Secção accessoria.....	2	1	7	..	4	5		19
Secção medica.....	20	19	18	17	11	14		99
Secção cirurgica.....	3	3	5	6	4	8		29
Literatura.....	1		1
Theses.....	10	7	9	6	5	9		46

SETEMBRO DE 1873	DURANTE A NOITE							Total.
	14	15	16	17	18	19	20	
Leitores.....	5	10	11	6	3	7		42
<i>Obras pedidas</i>								
Secção accessoria.....	1	..	1		2
Secção medica.....	3	8	8	2	2	3		27
Secção cirurgica.....	1	..	1	2	..	3		7
Literatura.....	1	..		1
Theses.....	..	6	2	6	4	4		22

Observações

No dia 14 a bibliotheca não funcionou por ser domingo.
 Bibliotheca da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1872.—O bibliothecario, Dr. *José Pinto de Sá*.

∴

Fonte: A *INSTRUÇÃO PUBLICA*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 40, 5 de outubro de 1873. p. 371.
 Acervo: Biblioteca Nacional.

Em 1880, o jornal *Gazeta de Notícias* informava de maneira detalhada a frequência do público à biblioteca. A maior frequência (93,31%) ocorreu no horário diurno, permanecendo como as obras mais consultadas aquelas da seção médica (35,56%), seguida pelas obras da seção cirúrgica (23,70%).

Figura 20 – Anúncio de frequência da Biblioteca da Faculdade de Medicina em 23 de abril de 1880

Durante a 1^a quinzena do corrente mez foi a Bibliotheca da Faculdade de Medicina d'esta côrte frequentada por 269 leitores, dos quaes 251 durante o dia e 18 á noite, que consultaram 59 obras da secção de sciencias accessorias, 96 da de sciencias medicas, 64 da secção cirurgica, 9 de miscellanea e 42 theses.

Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 111, 23 de abril de 1880a. n. p. Acervo: Biblioteca Nacional.

A divulgação das estatísticas das bibliotecas demonstra ao público uma visão abrangente e transparente do funcionamento dessas instituições. Isso permite avaliar seu desempenho, apresentando métricas como: número de usuários, circulação de livros, consultas ao acervo, entre outros. Isso possibilita determinar a qualidade dos serviços oferecidos, identificar áreas de melhoria, orientar novas aquisições, alterar estrutura física e alocação de recursos, tudo com a finalidade de atender melhor às necessidades dos usuários. Mostrar os números e resultados demonstra responsabilidade e compromisso com as partes interessadas.

Em 1882, a *Gazeta de Notícias* destaca a ampliação e melhoria do espaço destinado à biblioteca, proporcionando maior conforto e condições de utilização do ambiente pelos interessados, com destaque para a atuação do dr. Carlos Costa na iniciativa, conforme trechos da matéria:

Figura 21 – Ampliação do espaço físico da biblioteca

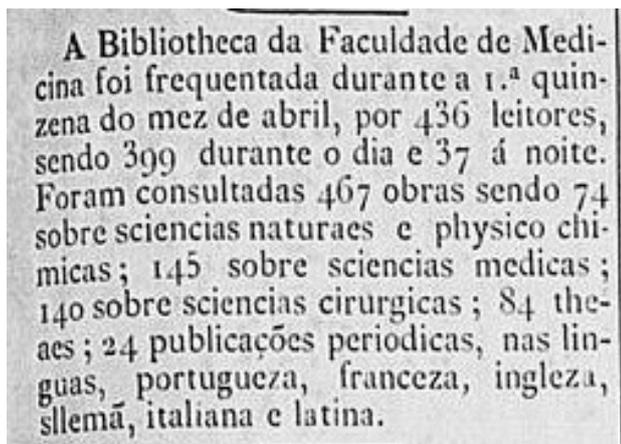
<p>ESCOLA DE MEDICINA</p> <p>UMA VISITA A' BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO</p> <p>A bibliotheca da faculdade de Medicina tem acompanhado de perto o movimento ascendente que ultimamente tem sido impresso a toda nossa escola. Durante muitos annos ella teve uma vida obscura, viveu quasi ignorada, escondida em um espaço excessivamente acanhado.</p>	<p>O local que se lhe offerecia, e em que funcionou até o fim do anno passado, era ainda acanhado, e, além de humido, inconveniente pela bulha que faziam os estudantes que frequentavam as aulas estabelecidas sobre ella, e que não podia deixar de perturbar aos que estudavam na bibliotheca.</p> <p>O Sr. Dr. Carlos Costa, que em 1880 foi nomeado bibliothecario, fazendo ver á directoria esses inconvenientes, requereu solcito que á bibliotheca fosse cedido o andar superior.</p> <p>Foi satisfeito esse justo pedido pelo novo e prestimoso director da faculdade o Sr. conselheiro Saboia, fazendo remover para o edificio da escola as aulas que uhi funcionavam e o museu anatomo-pathologico.</p>
--	--

Fonte: VINELLI, K. *Escola de Medicina: uma visita à Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1882. p. 2. Acervo: Biblioteca Nacional.

Em 1883, o jornal *Diário do Brazil* indicava o aumento da frequência dos interessados à Biblioteca da Faculdade de Medicina. A título de comparação, pode-se

utilizar a frequência citada nos anúncios anteriores que evidenciam que, em relação a outubro de 1873, mais do que dobrou a frequência à biblioteca, registrando um crescimento de 124,74% de leitores, sendo que de abril de 1880 a abril de 1883 foi registrado aumento de 62,08% no número de leitores.

Figura 22 – Anúncio de frequência da Biblioteca da Faculdade de Medicina em 18 e 19 de abril de 1883

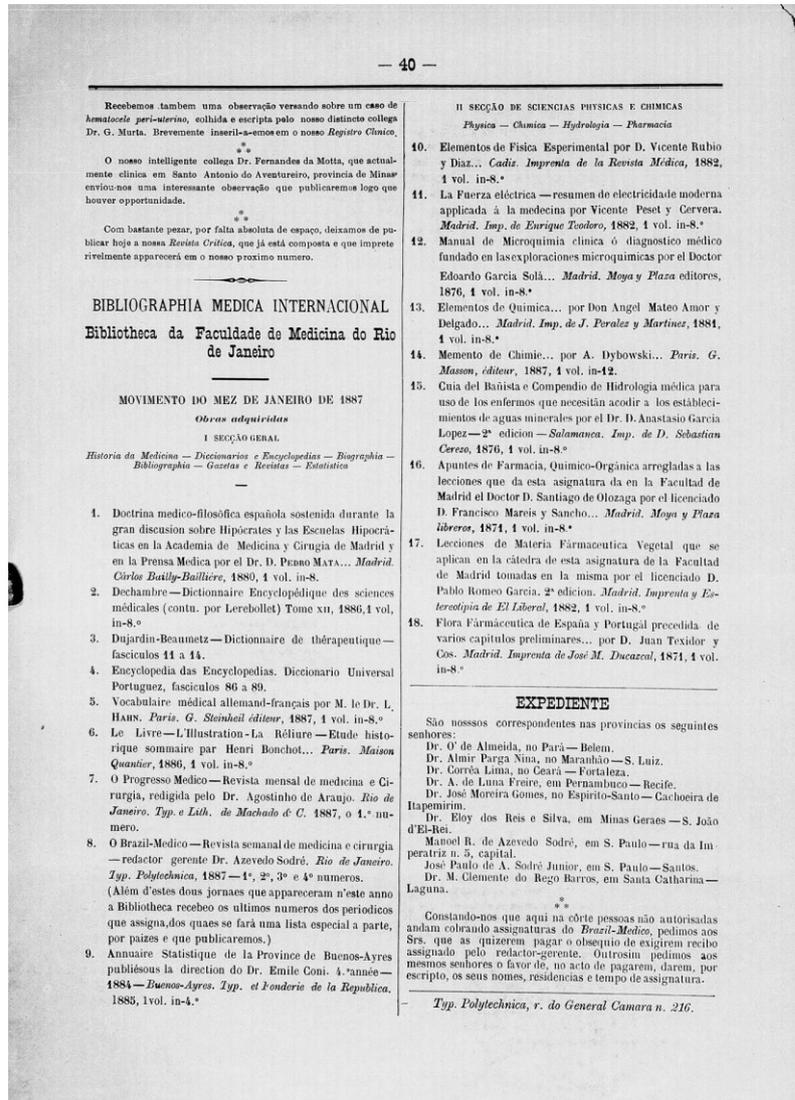


A Bibliotheca da Faculdade de Medicina foi frequentada durante a 1.^a quinzena do mez de abril, por 436 leitores, sendo 399 durante o dia e 37 á noite. Foram consultadas 467 obras sendo 74 sobre sciencias naturaes e physico chemicas; 145 sobre sciencias medicas; 140 sobre sciencias cirurgicas; 84 theaes; 24 publicações periodicas, nas linguas, portugueza, franceza, ingleza, allemã, italiana e latina.

Fonte: *DIARIO DO BRAZIL*. Rio de Janeiro, n. 47, 18 e 19 de abril de 1883. p. 3. Acervo Biblioteca Nacional.

A Biblioteca passou também a apresentar informações de interesse do público, indicando as aquisições de obras por meio da imprensa, com destaque para obras internacionais, conforme pode ser constatado pelo anúncio da revista semanal *O Brazil-Medico*, de 1887.

Figura 23 – Obras adquiridas pela Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – janeiro 1887



Fonte: *BIBLIOGRAPHIA Medica Internacional*. Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Movimento do mez de janeiro de 1887, obras adquiridas. *O Brazil-Medico*: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1887. p. 40. Acervo: Biblioteca Nacional.

O serviço de divulgação de novas aquisições é uma ferramenta estratégica utilizada pelas bibliotecas com o objetivo de manter os usuários informados sobre os materiais recém-adquiridos. Isso atesta o desenvolvimento da coleção, a busca por material atualizado e o atendimento às necessidades identificadas pelas estatísticas.

Entretanto, essa publicidade causou incômodo nos deputados, que no mesmo ano tentavam impor limitações ao crescimento e à atualização da biblioteca, por meio da redução dos recursos financeiros a ela destinados. Em algumas situações a alocação de recursos em livros e bibliotecas é interpretada como gasto e não investimento.

Figura 24 – Proposta de redução dos recursos financeiros destinados à Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Reduzimos a consignação para compra de livros para a Bibliotheca a 4:000\$000. D'ali não pôde resultar perturbação de ensino. O mais que pôde acontecer é comprar-se menos livros e encadernar-se menor numero de theses. Mas isto mesmo não se dará, porque a bibliotheca está montada e para a compra de livros novos a quantia de 4:000\$ é mais que sufficiente. Notarei de passagem que na obra do Dr. Louis Fiaux, publicada em 1877 li que a consignação para a bibliotheca da Faculdade de Medicina de Pariz é por anno de 6.000 francos.

O SR. S. MASCARENHAS: — Mas considere V. Ex. o preço dos livros lá e cá.

O SR. MATTOSO CAMARA: — Considere tambem V. Ex. que a verba que propomos é quasi que o dobro da de lá.

Fonte: ANNAES do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, Sessão em 27 de junho de 1887. p. 247. Acervo Biblioteca Nacional.

É importante destacar que parte dos recursos destinados à biblioteca eram aplicados na encadernação⁷⁶ de teses e outros documentos.

Figura 25 – Recursos financeiros destinados à encadernação de teses e outros documentos da biblioteca

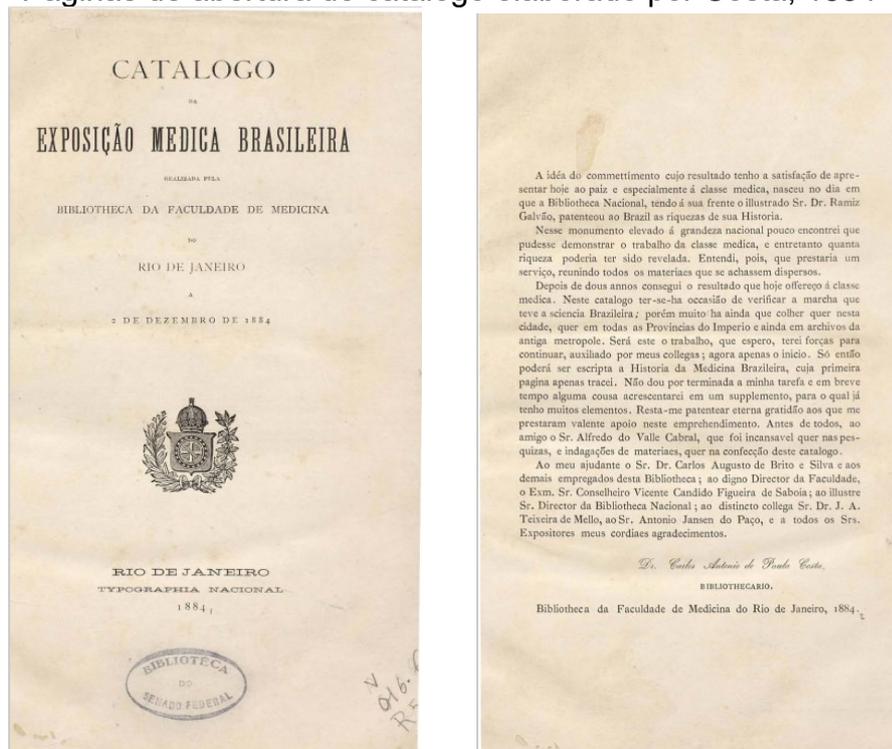
<p>O ministerio do imperio solicitou do da fazenda o pagamento das seguintes contas e folhas, relativas aos mezes de Junho e Julho ultimos:</p> <p>De materiaes fornecidos para as obras do edificio destinado ao Instituto dos Meninos Cegos, na importancia de 1:367\$400;</p> <p>Das despesas feitas na Academia das Bellas Artes, na de 771\$440;</p> <p>Do que despendeu o porteiro da Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte, com o asseio da repartição e entrega do expediente, na de 11\$100;</p> <p>De encadernações que se fizeram no Instituto dos Surdos-Mudos para a bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na de 200\$000;</p>	<p>Vão ser pagas as seguintes quantias:</p> <p>De 1:830\$, importancia das subvenções e consignações, correspondentes ao mez de maio ultimo de varias escolas particulares.</p> <p>De 300\$, de gratificações e consignações relativas ao dito mez, concedidas a cursos nocturnos.</p> <p>De 132\$360, de fornecimentos feitos, em março findo, ao internato do imperial collegio de Pedro II.</p> <p>De 65\$200, de encadernações que, para a bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, se fizeram no Instituto dos Surdos-Mudos.</p>
---	--

Fonte: DIARIO PORTUGUEZ. Rio de Janeiro, 1885. p. 2; GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 176, Sabbado 25 de junho de 1887. n. p. Acervo: Biblioteca Nacional.

⁷⁶ De acordo com Gonçalves (2008), paralelamente à história do livro e das artes gráficas começa a história da encadernação. Bem anterior à invenção da imprensa, a encadernação surge da necessidade de protegerem-se os pesados códices de pergaminhos copiados ou escritos nos claustros medievais. Posteriormente, foram criadas as caixas de madeira para a guarda das placas de argila. Com os códices aparecem as capas rígidas, algo semelhantes às atuais. No século XIX, a França inicia a industrialização do cartão laminado e com isto surge o aparecimento da encadernação industrial, revolucionando a arte da encadernação. Nesse contexto a encadernação já passava a ter dupla função: de proteção e de embelezamento do livro.

Em 1884, por iniciativa do então bibliotecário Carlos Antônio de Paula Costa, foi organizada uma exposição que divulgava o acervo da biblioteca, ocupando cinco salas e apresentando mais de 4.000 obras, conforme registro de Sousa Lima na Memória Histórica do ano de 1884 (*apud* LOBO, 1982). Para tanto, foi elaborado um catálogo com 638 páginas.

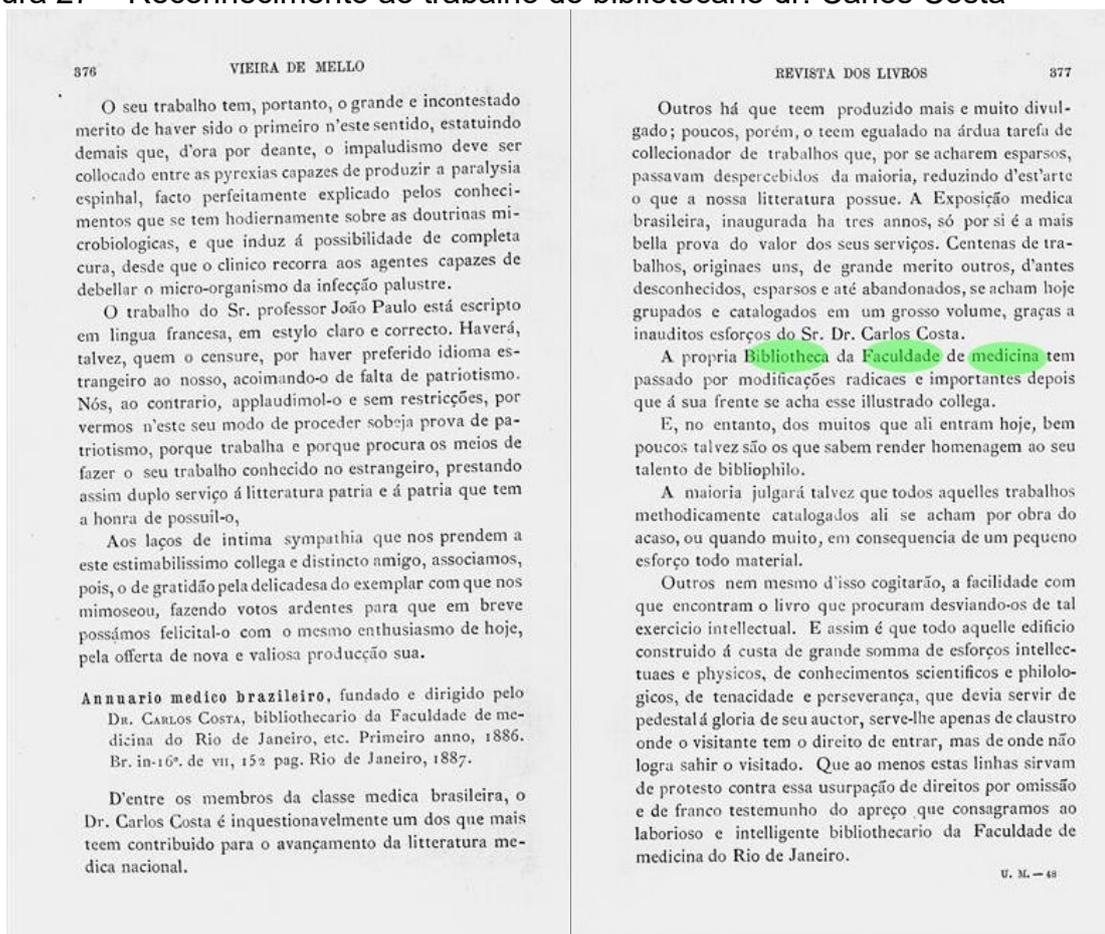
Figura 26 – Páginas de abertura do catálogo elaborado por Costa, 1884



Fonte: COSTA, C. A. P. *Catalogo da Exposição Medica Brasileira realizada pela Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1884*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221719>. Acesso em: 3 maio 2022. Fonte: Biblioteca do Senado Federal.

O excelente trabalho realizado pelo dr. Carlos Costa, como bibliotecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi reconhecido publicamente, conforme se pode constatar no texto da União Médica, de 1887. No texto publicado é ressaltado o esforço intelectual do bibliotecário na organização do acervo, catalogação das obras e empenho no desenvolvimento da biblioteca.

Figura 27 – Reconhecimento ao trabalho do bibliotecário dr. Carlos Costa



Fonte: *UNIÃO MÉDICA*. Rio de Janeiro, n. 8, 1887. p. 876-7. Acervo: Biblioteca Nacional.

Apesar da atuação de destaque do dr. Carlos Costa à frente a biblioteca, é importante mencionar que antes dele o local contou com a atuação de outros profissionais, conforme registrado por Lobo (1982). O bibliotecário desempenha um papel importante na organização, manutenção e difusão da informação em ambientes de bibliotecas. Suas responsabilidades são variadas e abrangem várias áreas, incluindo a gestão de coleções, serviços de referência, organização do espaço físico, promoção de recursos e serviços, além de colaboração com usuários para atender às suas necessidades de informação.

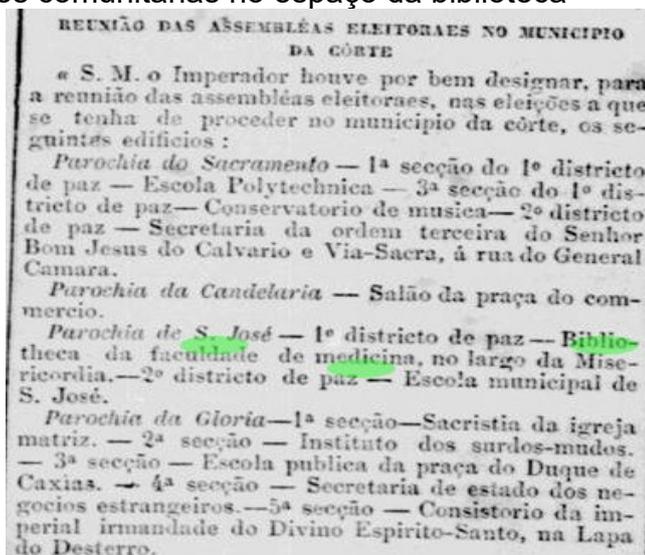
Quadro 5 – Bibliotecários e auxiliares da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Ano	Bibliotecário	Auxiliar
1833	Domingos de Azeredo Coutinho Duque Estrada	-
1844	Ludgero da Rocha Ferreira Lapa	-
1854	Saturnino de Sousa e Oliveira	-
1857	-	Joaquim Cristovão dos Santos
1858	Joaquim Cristovão dos Santos	-
	-	João Fortunato Saldanha da Gama
1866	-	Antônio Homem Bandeira do Amaral
1869	-	Bernardino Teixeira de Carvalho Junior
1873	José Pinto de Sá	Carlos Guido Verdosa
1878	-	Demerval José da Fonseca
1880	Carlos Antônio de Paula Costa	-
1884	-	Carlos Augusto Brito e Silva

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas referências: LOBO, F. B. A biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no Império. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, n. 334, p. 19-37, jan.-mar. 1982. e MAGALHÃES, F. O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – 1832-1932. Rio de Janeiro: Typ. A. P. Barthel, 1932.

Por fim, foi descoberto em publicações periódicas a divulgação do uso do espaço da biblioteca como local de reuniões comunitárias. Isso caracteriza que, além de atender aos alunos do curso de medicina, a biblioteca também funcionava como espaço para atender às necessidades da comunidade, como as Reuniões das Assembleias Eleitorais do Município da Corte.

Figura 28 – Reuniões comunitárias no espaço da biblioteca



Fonte: *JORNAL DO COMMERCIO*. Rio de Janeiro, n. 197, quinta-feira 17 de julho de 1884. Acervo: Biblioteca Nacional.

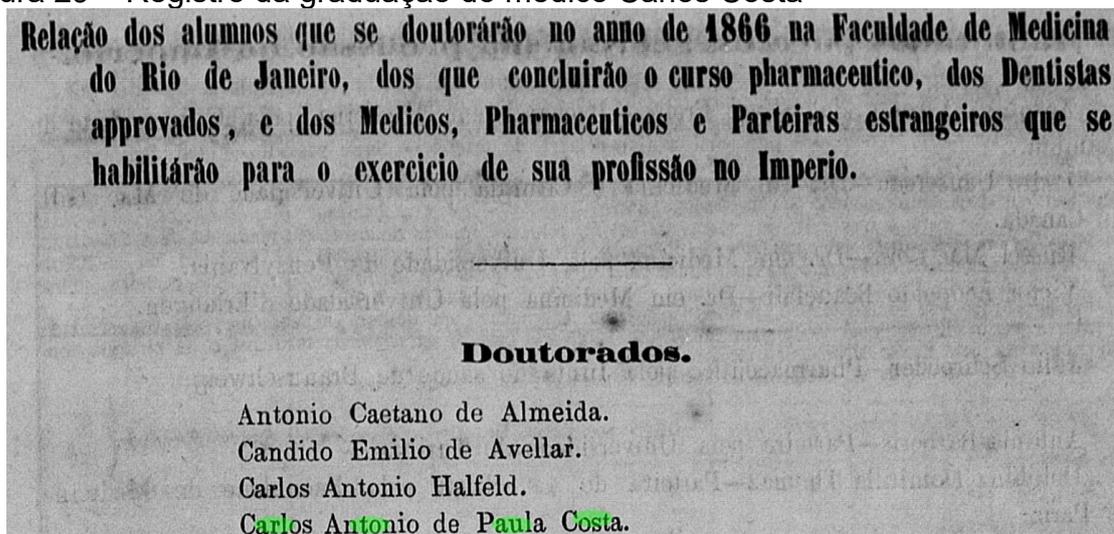
Em 1892 foi publicado um catálogo das obras da biblioteca, também pelo dr. Carlos Costa, preenchendo a lacuna deixada pela obra incompleta publica em 1887 pelo mesmo (COSTA, 1892).

Referido catálogo de 1892 é objeto de análise no capítulo a seguir, visando identificar a organização da biblioteca e também as obras disponíveis aos estudantes e docentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro naquela época. Contudo, antes de adentrar à análise torna-se oportuno traçar um perfil do bibliotecário que assumiu tal empreitada.

3.3 O médico e bibliotecário dr. Carlos Costa

O médico Carlos Antônio de Paula Costa nasceu em 2 de setembro de 1844, no Rio de Janeiro (REVISTA DO IHGB, 1892), formou-se em medicina no ano de 1866, de acordo com registro no Relatório da Repartição dos Negócios do Império (BRASIL, 1866).

Figura 29 – Registro da graduação do médico Carlos Costa



Fonte: BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro, 1866. p. 5. Acervo Biblioteca Nacional.

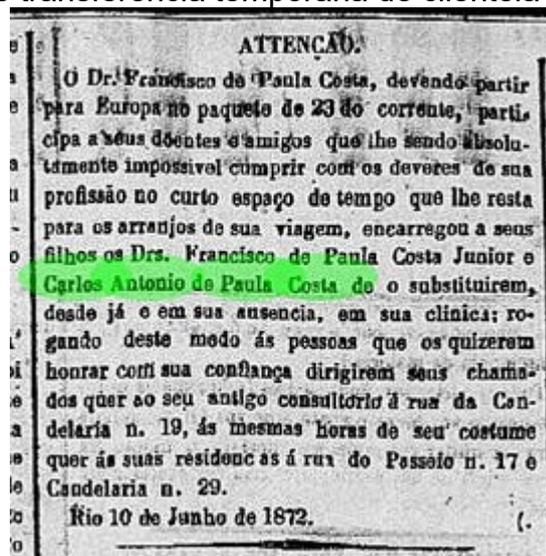
O evento foi divulgado à sociedade por meio do Jornal do Commercio, em edição de 4 de dezembro de 1866.

Figura 30 – Notícia da graduação do Dr Carlos Costa no *Jornal do Commercio*

Fonte: *JORNAL DO COMMERCIO*. Rio de Janeiro, Terça-feira 4 de dezembro de 1866. p.1 Acervo: Biblioteca Nacional.

O dr. Carlos era filho do também médico Francisco de Paula Costa que, em 1872, decidiu por transferir, temporariamente, a ele e ao irmão o atendimento de sua clientela por ocasião de uma viagem à Europa, o que foi informado à sociedade local por meio de anúncio em coluna denominada 'Publicações a Pedido' do *Diário do Rio de Janeiro*.

Figura 31 – Anúncio de transferência temporária de clientela



Fonte: *DIARIO DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro, n. 161, 1872. p. 2. Acervo: Biblioteca Nacional.

O médico Carlos Antônio de Paula Costa foi nomeado bibliotecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por meio de Decreto expedido em 6 de março de 1879, registrada tal nomeação de maneira sucinta no Relatório da Repartição dos Negócios do Império de mesmo ano.

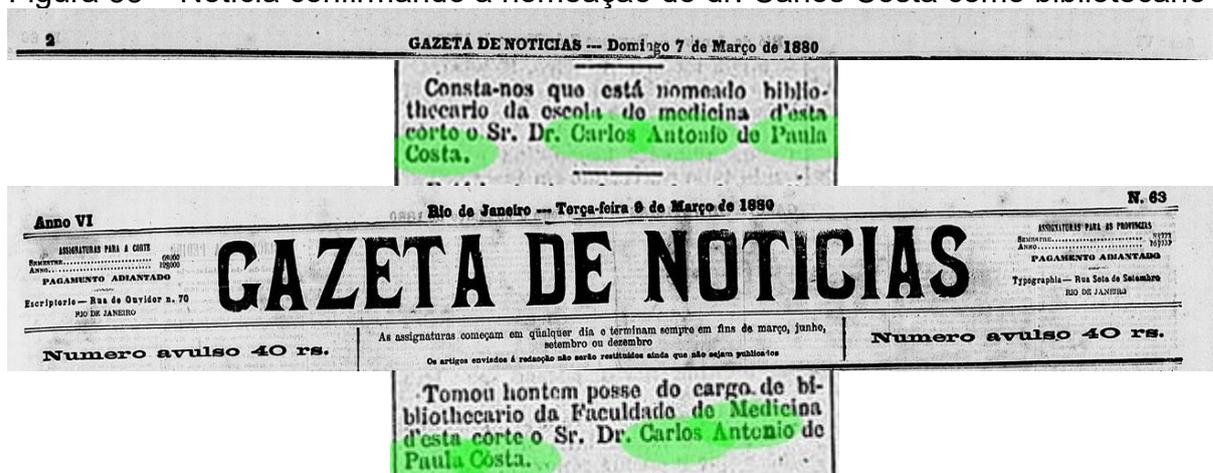
Figura 32 – Nomeação do dr. Carlos Costa como bibliotecário

Por Decreto de 6 de março ultimo foi nomeado o Dr. Carlos Antonio de Paula Costa para o logar de Bibliothecario, vago pelo fallecimento do Dr. José Pinto de Sá.

Fonte: BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro, 1879. Acervo: Biblioteca Nacional.

No ano seguinte, 1880, a *Gazeta de Notícias* reproduziu a informação e sua posse nas edições nº 66 e nº 68, de 7 e 9 de março, respectivamente, em pequenas notas, conforme pode ser observado:

Figura 33 – Notícia confirmando a nomeação do dr. Carlos Costa como bibliotecário



Fonte: *GAZETA DE NOTÍCIAS*. Rio de Janeiro, Domingo 7 de março de 1880b. p. 2; 1880c, p. 1. Acervo: Biblioteca Nacional.

Como em qualquer atividade laboral que envolva o contato entre diferentes indivíduos, a atuação do bibliotecário também foi objeto de manifestações contrárias. Em 1883 foi publicada uma pequena nota no jornal *Gazeta da Tarde* indicando insatisfação dos alunos (sem menção aos motivos) quanto à conduta do dr. Carlos Costa à frente da Biblioteca.

Figura 34 – Relato de queixas de alunos contra o dr. Carlos Costa

Temos constantemente recebido queixas de diversos alumnos da Escola de Medicina protestando contra o modo de proceder do bibliothecario da escola, que nunca estando no seu posto, priva-os da frequencia na respectiva bibliotheca.
Ao Sr. ministro do imperio para informar.

Fonte: GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, n. 293, segunda-feira 17 de dezembro de 1883a. n. p. Acervo: Biblioteca Nacional.

A nota gerou indignação no dr. Carlos Costa, que a respondeu prontamente, no dia seguinte, de maneira bastante dura, o que, ficou claro, desagradou o redator, que também se manifestou por nota, no mesmo jornal.

Figura 35 – Resposta do dr. Carlos Costa à reclamação de alunos apresentada à Gazeta da Tarde

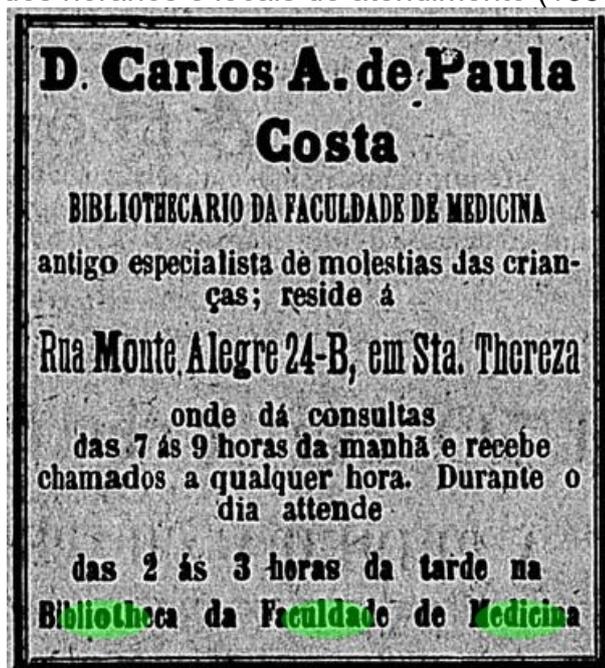
○ Sr. Dr. Carlos Costa, bibliothecario da Faculdade de medicina, á reclamação que fizemos, hontem, em a nossa folha, respondeu da seguinte fórma pela imprensa da manhã:
« Em resposta á noticia que appareceu hontem na Gazeta da Tarde, enviei a seguinte carta, que abaixo transcrevo, á redacção do mesmo jornal, e não desço mais a nenhuma outra explicação, porquanto só tenho que dar contas de meus actos ao Sr. director da Faculdade, que bem sabe se cumpro com meus deveres.
« Declaro a V. S. que é falsa a noticia que se refere ao bibliothecario da Faculdade de medicina e desafio que indique os nomes dos estudantes que, diz a mesma noticia, foram queixar-se a essa redacção de não cumprir com seus deveres o mesmo bibliothecario.
Quanto ao infame calumniador que usou do nome dos estudantes, desprezo-o, porque o acho indigno do tacão de minha bota.
DR. CARLOS COSTA.
Rio, 18 de Dezembro de 1883.»

Decididamente S. S. deixou, por instantes, a luva de pellica do cavalleiro, o que é admiravel em quem teve o curso completo de uma academia, e por conseguinte devia primar pela delicadeza, para responder-nos com phrases onde a cortezia foi despresada.
Porém nós não estranhamos; já estamos acostumados aos reptos de orgulho com que, quasi sempre, o empregado publico responde ás arguições justas que lhe faz a imprensa, quando elle não se distingue no cumprimento dos seus deveres.
Embora S. S. não desça mais a nenhuma explicação, nós é que não deixaremos constantemente de exigil-a, não obstante S. S. só ter que dar contas dos seus actos ao Sr. director da faculdade, que pode ser muito boa pessoa, mas que no fim de contas não é o publico.
Quem paga, quer ser bem servido, nós affirmamos que o bibliothecario da escola de medicina é máu empregado.
Não vai á bibliotheca que lhe foi confiada e isso com prejuizo dos que estudam.
Quanto a S. S. provocar-nos a que declinemos os nomes dos estudantes que vieram reclamar contra o seu procedimento, é natural que não sigamos o seu pedido, pois não somos denunciantes.
Isso nunca.
Apenas accusamos os falsos Achilles embora não usem da alpercata antiga e firmem a sua estatura em bellos tacões Milliés.

Fonte: GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, n. 294, terça-feira 18 de dezembro de 1883b. p. 2. Acervo: Biblioteca Nacional.

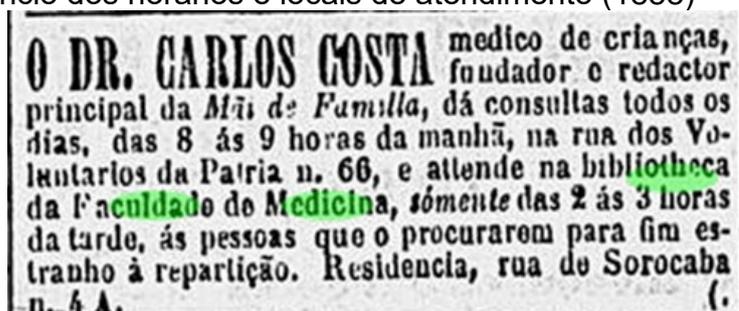
Em outras publicações, percebe-se a contradição da resposta do médico, pois mesmo empenhado no trabalho como bibliotecário e laborando arduamente para melhorar as condições da biblioteca, o dr. Carlos Costa não deixou de atender a sua clientela, fazendo-o, ora em consultório externo à Faculdade, ora nas instalações da própria biblioteca, como pode ser observado nos anúncios.

Figura 36 – Anúncio dos horários e locais de atendimento (1885)



Fonte: O PROGRAMMA-AVISADOR. Rio de Janeiro, 1885. p. 3. Acervo: Biblioteca Nacional.

Figura 37 – Anúncio dos horários e locais de atendimento (1888)



Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Segunda-feira, 16 de abril de 1888. p. 3. Acervo: Biblioteca Nacional.

Considerando que o bibliotecário acumulava suas atividades da Faculdade com as de consultório, é plausível que a reclamação dos alunos não fosse infundada, tendo em vista que sua ausência devido a atendimentos médicos externos parecia afetar, mesmo que parcialmente, o funcionamento da biblioteca.

Além disso, o dr. Carlos Costa foi também alvo de outras situações menos lisonjeiras, não raro evidenciadas publicamente, como se pode observar em matéria jornalística de 1886, em que o médico explana ao redator do jornal 'O Paiz' um relato sobre sua trajetória profissional ilibada como médico higienista junto à sociedade. Entretanto, percebe-se que em algum momento essa atuação foi descredibilizada, o que gerou justificativa em longa manifestação. Isso levou o redator à decisão de apresentar o texto.

Figura 38 – Trecho da explanação ao redator de 'O Paiz' sobre sua trajetória no campo da higiene pública

Podéria ainda registrar aqui outros muitos serviços idênticos, que tenho prestado; podéria, por exemplo, lembrar que, durante dez annos, exercei *gratuitamente* o cargo de delegado da Junta de Higiene e de presidente da Commissão Sanitaria da freguezia da Candelaria, por cujos serviços nunca tive retribuição alguma de qualquer natureza, e nem tan-pouco meus dedicados companheiros desta commissão, Drs. Custodio dos Santos, Caetano de Arsujo (de saudosa memoria), Frederico Marinho, Ribeiro de Mendonça, Gabizo e Paulo Fonseca, commissão e tu que entendeu acompanhar em sua digna retirada o Exm. Sr. Barão de Ibituruna, actual inspector geral de Hygiene Publica.

Fonte: COSTA, C. Secção Livre: Hygiene Publica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 7 de Abril de 1886. p. 2. Acervo: Biblioteca Nacional.

Entre reconhecimentos e questionamentos, durante sua carreira, o dr. Carlos Costa foi agraciado com diferentes honrarias e postos no âmbito das ciências e letras, tais como: médico do Hospital Militar do Andarahy (1867), da Santa Casa de Saúde de Nossa Senhora da Ajuda e do Hospital Militar (1876); fundador e um dos principais redatores do periódico *A Mãe de Família* (1879); Cavaleiro da Ordem de Christo (1873); juiz de paz (1873); presidente da 'Philarmonica Fluminense' (1874); Cavalleiro da Imperial Ordem da Rosa (1876); presidente da Sociedade Propagadora da Instrucção às Classes Operarias da Freguesia de S. João Baptista da Lagoa (1876); presidente da 'Commissão Sanitaria Parochial' da Candelaria (1880); subdelegado da 'Freguezia da Lagôa' (1889); presidente da 'Sociedade de Hygiene do Brazil' (1894), entre outros (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO,

1876, 1877, 1880; CARULA, 2011; *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 1876; *JORNAL DO COMMERCIO*, 1872, 1873, 1874, 1889).

Blake (1883) acrescenta, ainda, que o dr. Carlos Costa foi membro da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e fundador da Associação de Saneamento da Capital.

Entre as obras de sua autoria, Blake (1883) enumera: Iridiotomia (1866), Curso de higiene popular para as classes operárias (1877), A vida normal e a saúde (1880), A mãe de família (1880-1), Movimento científico médico brasileiro (1887-1889), Da sífilis infantil no Brasil (1890), Da fecundação (1866), Da ação abortiva do sulfato de quinino (1874), Breves palavras sobre algumas medidas higiénicas a tomar em relação aos vinhos e outras bebidas fermentadas à venda no Rio de Janeiro (1876), Higiene dos artistas – Na Reforma (1878) e Higiene popular (1879).

Caldeira (1983) apresentou estudo acerca dos bibliógrafos brasileiros em que se baseia nos levantamentos realizados por Reis⁷⁷, em 1942, e Basseches⁷⁸, em 1978, constatando que é atribuída a autoria de três bibliografias ao dr. Carlos Costa por Reis e nove por Basseches. O referido autor esclarece que “entende-se por bibliógrafo uma pessoa que tenha compilado uma ou mais bibliografias sobre determinado assunto ou outros instrumentos bibliográficos como guias, catálogos, índices” (CALDEIRA, 1983, p. 38). O vocábulo parece ter mantido o sentido ao longo do tempo, conforme expresso por Silva (1890, p. 337) que afirma que se trata de “O que é perito na bibliografia, ou que sobre ella tem escripto”, bem como por Figueiredo (1913, p. 239) que apresenta duas grafias – “Bibliógrapho, ou bibliógrafo” – se referindo a “Aquelle que escreve acerca de livros. Aquelle que é versado em bibliografia”.

O dr. Carlos Costa se aposentou como bibliotecário em 1903, falecendo em 8 de março de 1915, aos 70 anos de idade, por arteriosclerose (BRASIL, 1903; O PAIZ, 1915).

⁷⁷ REIS, Antônio Simões dos. Bibliografia das bibliografias brasileiras. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1942, 196 p. (Coleção BI: Bibliografia, 1).

⁷⁸ BASSECHES, Bruno. A Bibliography of Brazilian Bibliographies/Uma Bibliografia das Bibliografias Brasileiras. Detroit, Mich. Blaine Ethridge Books, 1978. 185 p.

O trabalho desenvolvido pelo dr. Carlos Costa como bibliotecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi amplamente reconhecido e torna-se relevante destacar que a ausência de recursos tecnológicos e humanos qualificados, como se tem atualmente, evidenciam o empenho e o esforço envolvidos para a catalogação de mais de doze mil obras, considerando-se o catálogo da biblioteca e aquele da exposição. O trabalho foi executado com uma qualidade admirável e as pequenas falhas constatadas nesta análise se tornam irrelevantes.

A qualidade do seu trabalho à frente da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi tão marcante que a cada referência ao seu nome surge agregado o título de bibliotecário antes que o de médico, uma vez que nunca declinou da profissão médica, ou da menção a outras funções e/ou cargos exercidos.

4 EXPLORANDO OS TESOUROS DA BIBLIOTECA: O CATÁLOGO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO COMO FRUTO DO ACESSO AO CONHECIMENTO

“[...] mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo” (SCHWARCZ, 2002a, p. 8).

A análise do Catálogo de 1892 da Biblioteca da Faculdade de Medicina⁷⁹, publicado pelo bibliotecário e médico dr. Carlos Costa, permite compreender não apenas a riqueza do acervo, mas também contextualizar a época, o conhecimento disponível e as influências intelectuais e científicas daquela sociedade.

Figura 39 – *Catálogo Sistemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*



Fonte: COSTA, C. *Catálogo Sistemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo Dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. VII-XII. Acervo: Biblioteca do Senado.

Pela organização temática das seções do catálogo é possível mapear o conhecimento com intuito de levantar quais áreas do saber eram priorizadas, influenciando a educação médica daquele período.

A cronologia das publicações revela o desenvolvimento do pensamento e das descobertas no decorrer do tempo. Permite também observar mudanças de paradigmas, avanços científicos e conhecimentos médicos, além de movimentos culturais e intelectuais. Associar as obras a períodos históricos específicos ajuda a

⁷⁹ Daqui por diante o Catálogo de 1892 da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, será referido apenas como 'Catálogo'.

compreender como a sociedade, a política e os eventos históricos influenciaram a produção intelectual da época.

A procedência das obras no catálogo oferece informações sobre trocas culturais, relações comerciais e influências entre diferentes regiões, países ou culturas. As aquisições por meio de compra ou doação possibilitam ainda conhecer como o acervo se desenvolveu, inclusive com pistas sobre os antigos patronos, intelectuais proeminentes, e origem dos investimentos financeiros que influenciaram a formação da biblioteca.

O idioma dos itens evidencia conexões culturais, influências externas e a difusão da ciência em diferentes regiões do mundo. Identificar obras traduzidas ou textos escritos em diferentes idiomas destaca o impacto da transculturalidade no acesso ao conhecimento e na disseminação de ideias.

Convém reconhecer que no século XIX a produção de um catálogo para biblioteca enfrentava uma série de desafios, muitos dos quais estão relacionados às dificuldades técnicas, organizacionais, de recursos humanos e financeiros inclusive.

Ainda não existia no Brasil profissionais especializados para a tarefa, nem regras de catalogação bibliográfica, o que dificultava a padronização das informações e a busca eficiente por livros. Isso levou o autor do catálogo da biblioteca da Faculdade de Medicina a utilizar o *Manuel du libraire et de l'amateur des livres*, de Jacques Charles Brunet, à época muito difundido na França (PIEDADE, 1983).

A elaboração dos catálogos era feita manualmente. As atualizações precisavam ser realizadas de forma simultânea, o que era demorado e propenso a erros. O crescimento do acervo demandava constantes revisões e expansões do catálogo, o que exigia esforço adicional de atenção e recursos consideráveis.

Estes e outros obstáculos foram enfrentados não só na Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas por várias bibliotecas de outras instituições no período do Império. Nesse contexto, pode-se destacar o estudo dos relatórios e catálogos, realizado por Nelson Schapochnick (1999), em *Os Jardim das delícias*, acerca de instituições como: Sociedade Germânica, *British Subscription Library*, Bibliotheca Fluminense, Gabinete Português de Leitura e Biblioteca Nacional. Stefanie Freire (2023), em *Biografia de uma biblioteca: o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1938)*. Tal estudo buscou compreender a trajetória da biblioteca do IHGB, por meio de pesquisa em documentos, atas, relatórios e catálogos da Instituição.

Em suma, produzir um catálogo bibliográfico era um desafio multifacetado, demandava recursos consideráveis, esforço manual extenso, limitações técnicas e conceituais que, comparados aos métodos modernos, eram significativamente mais complexos.

O estudo do catálogo da biblioteca da Faculdade de Medicina é uma forma de compreender o universo em torno dessa tão nobre Instituição e reconhecer os esforços invitados pelo médico Carlos Costa para torná-lo possível.

Nessa perspectiva, apresenta-se a seguir a organização temática das seções do catálogo, a cronologia das publicações, o local de procedência das obras e por fim o idioma dos itens que o compõem.

4.1 Classificação temática das seções

A classificação bibliográfica por seções, classes e subclasses temáticas é um sistema organizacional utilizado em bibliotecas para categorizar e organizar o material disponível em estrutura hierárquica. Isso permite a localização mais rápida e eficiente de materiais similares. Ao agrupar materiais relacionados em categorias específicas, a biblioteca ajuda os usuários a encontrarem informações de seu interesse com maior facilidade, pois os itens relacionados estão próximos na disposição física (NAVES; KURAMOTO, 2006).

Por outro lado, alguns tópicos ou áreas de estudo podem se sobrepor a várias classes ou subclasses temáticas, dificultando a classificação precisa e levando a uma dispersão de materiais relacionados (PIEDADE, 1983).

Presume-se que classificação bibliográfica por classes e subclasses temáticas é valiosa para organizar vastas coleções de materiais, mas também apresenta desafios relacionados à compreensão, atualização e representação precisa de tópicos interdisciplinares. É essencial equilibrar a estrutura organizacional com a flexibilidade para acomodar a diversidade do conhecimento humano.

O Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro publicado em 1892 classifica os 9.117 registros da biblioteca em nove seções, que são categorizadas em 34 classes organizadas em temas específicos de cada uma delas.

Quadro 6 – Seções e classes das obras constantes do Catálogo

Continua

Nº	Secção	Classes	Subclasses
1ª	Seção Geral	I – História da Medicina	1º Obras Geraes 2º Ensino medico 3º Faculdades de Medicina 4º Academias e Associações medicas
		II - Diccionarios e encyclopedias	1º Diccionarios a – Diccionarios de Medicina b – Diccionarios de ciencias e artes c - Glossario 2º Encyclopedias
		III - Biographias	-
		IV - Bibliographias	-
		V – Gazetas, revistas e anuários	-
		VI - Memorias	-
		VII – Relatorios e congressos	1º Relatorios 2º Congressos
		VIII – Estatistica e demographia	-
		IX - Polygraphias	-
		X – Teses (constituirão um catalogo especial)	-
2ª	Sciencias Physicas e Chímicas	XI - Physica	1º Tratados geraes 2º Obras especiaes 3º Calor 4º Optica 5º Electricidade 6º Magnetismo 7ºAcustica 8ºMeteorologia

Quadro 6 – Seções e classes das obras constantes do Catálogo

Continua

Nº	Secção	Classes	Subclasses
2ª	Sciencias Physicas e Chimicas	XII – Chimica	1º Chimica inorgânica a – Obras geraes b – Obras especiaes 2º Chimica organica a – Obras geraes b – Obras especiaes 3º Chimica analytica inorganica e organica 4º Chimica biologica e chimica clinica 5º Chimica industrial 6º Chimica agricola 7º Metallurgia
		XIII - Hydrologia	-
		XIV - Pharmacia	-
3ª	Sciencias Naturaes	XV – História Natural	1º Tratados geraes 2º Obras 3º Viagens e Explorações 4º Geologia 5º Paleontologia 6º Mineralogia 7º Botanica a – Obras geraes b – Obras especiaes c – Flora de diferentes paizes d - Agricultura 8º Zoologia a – Obras geraes b – Obras especiaes 9º Arte veterinaria 10º Anthropolgia e ethnographia

Quadro 6 – Seções e classes das obras constantes do Catálogo

Continua

Nº	Secção	Classes	Subclasses
4ª	Anatomia e Physiologia Normaes	XVI	1º Anatomia descriptiva a – Obras geraes b – Obras especiaes 2º Histologia
		XVII – Physiologia	1º Obras geraes 2º Obras especiaes 3º Embryologia
5ª	Sciencias Medicas	XVIII – Pathologia	1º Pathologia geral 2º Bacteriologia 3º Pathologia medica a – Obras geraes b – Processos mórbidos geraes c – Molestias do systema nervoso – Hypnotismo d – Molestias mentaes e – Molestias dos aparelhos circulatorio e lymphatico f – Molestias do sangue g – Molestias por vicio de nutrição h – Molestias infectuosas h1 – Tuberculose h2 – Beriberi h3 – Cholera-morbus h4 – Febre amarela h5 – Febre typhoide h6 – Peste do oriente h7 – Typho h8 – Febres eruptivas h9 – Molestias palustres h10 – Molestias dos paizes quentes h11 – Molestias parasitarias i – Molestias do aparelho respiratorio j – Molestias do aparelho digestivo e anexos j1 – Obras geraes j2 – Molestias da boca, pharinge e esophago j3 – Molestias do estomago j4 – Molestias do pancreas

Quadro 6 – Seções e classes das obras constantes do Catálogo

Continua

Nº	Secção	Classes	Subclasses
5ª	Ciencias Medicas	XVIII – Pathologia	j5 – Molestias dos intestinos j6 – Molestias do figado j7 – Molestias dos rins j8 – Molestias do peritoneo k - Dermatologia k1 – Elephantiasis dos Arabes e dos Gregos l – Molestias venereas e syphiliticas m – Molestias das crianças n – Molestias chronicas e dos velhos o - Epidemias
		XIX – Anatomia e physiologia pathologicas	-
		XX – Clinica medica civil e militar	-
		XXI – Materia medica e therapeutica	1º Materia medica 2º Materia therapeutica a – Obras geraes b – Obras especiaes c – Electrotherapia d – Hydrotherapia e – Aerotherapia f – Dosimetria g – Homœopathia h – Metallotherapie
XXII - Hygiene	1º Em geral a – Tratados geraes b – Obras especiaes sobre vários assumptos 2º Assistencia publica 3º Alimentação publica, etc. 4º Hygiene da infância 5º Hygiene profissional 6º Salubridade publica 7º Vaccina 8º Hospitais e outros estabelecimentos hygienicos 9º Hygiene do exercito 10º Hygiene naval 11º Climatologia		

Quadro 6 – Seções e classes das obras constantes do Catálogo

Continua

Nº	Secção	Classes	Subclasses
5ª	Sciencias Medicas	XXIII – Medicina legal	1º Medicina forense 2º Toxicologia
6ª	Sciencias Cirurgicas	XXIV - Pathologia	1º Obras geraes 2º Alterações formativas dos elementos anatomicos dos tecidos a – Inflamação b – Tumores c - Cancer 3º Lesões mecânicas dos elementos anatomicos e dos tecidos a – feridas a1 – feridas simples a2 – feridas complicadas a3 – feridas envenenadas a4 – feridas por armas de fogo 4º Infecção purulenta 5º Molestias virulentas e microbicas 6º Lesões dos elementos anatomicos devidos a alteração da nutrição e da innervação a – gangrenas b – ulceras c – fistulas d - ainhum 7º Lesões dos elementos anatomicos e dos tecidos por diminuição ou exageração da temperatura ambiente a - Queimaduras 8º Lesões cirúrgicas do tecido connectivo e seus derivados a – Phlegmões, abcessos, etc. b – Lesões dos tendões, músculos, etc. 9º Molestias dos ossos e das articulações 10 Molestias do systema vascular (artérias, veias e lymphaticos) 11 Molestias das vias aereas (larynge, trachéa, fossas nasaes etc.) 12 Molestias dos olhos 13 Molestias do aparelho da audição 14 Molestias do aparelho digestivo e annexos

Quadro 6 – Seções e classes das obras constantes do Catálogo

Continua

Nº	Secção	Classes	Subclasses
6ª	Ciencias Cirurgicas	XXIV - Pathologia	15 Molestias dos órgãos genito-urinarios 16 Molestias das crianças 17 Traumatismos 18 Corpos estranhos 19 Hernias 20 Vicios de conformação
		XXV – Anatomia cirúrgica topográfica – Medicina operatória – Aparelhos – Arte Dentaria	1º Anatomia cirúrgica e topográfica 2º Aparelhos 3º Medicina operatória <ul style="list-style-type: none"> a) – Obras geraes b) – Operações que se praticam na cabeça c) – Operações que se praticam no aparelho respiratorio d) – Operações que se praticam no aparelho digestivo e annexos e) – Operações que se praticam nos tegumentos, ossos e articulações f) – Operações que se praticam no aparelho vascular g) – Operações que se praticam nos órgãos genito-urinarios h) – Hemostasia cirurgica i) – Orthopedia j) – Autoplastia k) – Anesthesia cirurgica 4º Arte dentaria
		XXVI – Clinica cirúrgica civil e militar	a) – Clinica cirúrgica civil b) – Clinica cirúrgica militar
7ª	Ciencias Obstetricas e Gynecologicas	-	1º - Obstetricia 2º - Gynecologia 3º - Teratologia

Quadro 6 – Seções e classes das obras constantes do Catálogo

				Conclusão
Nº	Secção	Classes	Subclasses	
8ª	Sciencias Mathematicas	XXVII – Mathematicas em geral	-	
		XXVIII – Astronomia	-	
9ª	Sciencias Philosophicas, sociaes, politicas, etc.	XXIX – Philosophia	-	
		XXX – Instrucção publica – Educação etc.	-	
		XXXI – Historia – Archeologia – Geographia	-	
		XXXII – Litteratura	-	
		XXXIII – Sciencias sociaes e jurídicas	-	
		XXXIV – Artes e Industrias		

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo Dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. VII-XII.

Acervo: Biblioteca do Senado.

Tal como advertido pelo próprio dr. Carlos Costa (1892, p. V) no texto introdutório do Catálogo – “Alguns erros typographicos não puderam ser evitados, mas não julgamos necessário uma errata, porquanto o leitor facilmente os corrigirá”, observa-se falha na numeração das seções, sendo que até a quinta seção a indicação permanece correta, porém as seções seguintes (sexta, sétima, oitava e nona) recebem numeração incorreta.

Outro exemplo é o erro evidente na data de obra em que consta o ano de 1952, conforme pode ser analisado.

Figura 40 – Erro evidente em data de obra

7002. — Mémoire sur la nécessité d'extraire les corps étrangers et les esquilles dans le traitement des plaies par armes à feu par Hutin — Vide : *Memoires d'Academie Nationale de Medecine, Paris, J. B. Baillière, 1952, Tome 16.*

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 427.
Acervo: Biblioteca do Senado.

Após tais ressalvas, passa-se à distribuição da quantidade de títulos por seção e grupos de classes.

Tabela 1 – Distribuição dos títulos por seções e classes segundo o Catálogo

Secção	Classes	Quantidade de volumes	%
1 ^a	I - X	952	10,44
2 ^a	XI - XIV	765	8,39
3 ^a	XV	841	9,22
4 ^a	XVI – XVII	804	8,82
5 ^a	XVIII – XXIII	3471	38,07
6 ^a	XIV – XXVI	1461	16,03
7 ^a	-	517	5,67
8 ^a	XXVII – XXVIII	20	0,22
9 ^a	XXIX - XXXIV	286	3,14
Total	34	9.117	100,00

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. VII-XII.
Acervo: Biblioteca do Senado.

A maior (38,07%) concentração de obras é observada na '5^a Secção – Sciencias Medicas', seguida pela '6^a Secção – Sciencias Cirurgicas' (16,03%) e pela '1^a Secção – Secção Geral' (10,44%), já as demais seções representam percentuais inferiores a 10% do volume total de obras.

Uma menção importante se refere à quantidade de títulos que compõem o acervo indicado no Catálogo, pois Costa (1892) destaca que

Elle [o catálogo] encerra as obras que possui a Bibliotheca, entradas até o ano de 1889, e as que posteriormente foram adquiridas até o fim do anno corrente constituirão um suplemento, que esperamos será dado á luz em principio do anno futuro e assim todos os anos faremos outro-tanto.

Não se encontram também as obras que já estão consignadas no catalogo da Exposição Medica Brasileira, publicado em princípios do anno de 1885.

Formarão outro catalogo especial as theses, quer de nossas Faculdades (de 1885 em diante, por estarem as anteriores consignadas no catalogo da

Exposição Médica) quer das estrangeiras, americanas e europeas (COSTA, 1892, p. IV).

Essa explanação permite perceber que o acervo da biblioteca era maior do que o constante do Catálogo organizado, uma vez que uma quantidade significativa de obras e teses foram direcionadas para a Exposição Médica e não mencionadas no Catálogo como parte do acervo.

Outro fato que contribui para isso é a divulgação da solicitação pública do dr. Carlos Costa para que as pessoas fizessem doações ou empréstimos à exposição, apesar daquelas já realizadas anteriormente, indicando oferta de várias obras pelos próprios autores.

Figura 41 – Solicitação do dr. Carlos Costa para doação ou empréstimo à exposição

**Exposição medica brazi-
leira**

Devendo realizar-se impreterivelmente no dia 2 de dezembro do corrente anno a abertura desta exposição, o bibliothecario da Faculdade de Medicina, Sr. Dr. Carlos Costa, reitera o pedido já feito por diversas vezes a todos os collegas medicos e pharmaceuticos, de concorrerem com trabalhos manuscriptos ou impressos, proprios ou de outros, e outrosim estende o mesmo pedido a todas as pessoas, embora extranhas á sciencia, mas que possuam bibliothecas de medicos fallecidos, etc.

A bibliotheca da Faculdade de Medicina onde se effectuará a exposição, situada no largo da Misericordia n. 7, está aberta todos os dias uteis, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde e das 6 ás 9 da noite.

Fonte: *DIARIO DO BRAZIL*. Rio de Janeiro, n. 47, 18 e 19 de abril de 1883. n. p.
Acervo: Biblioteca Nacional.

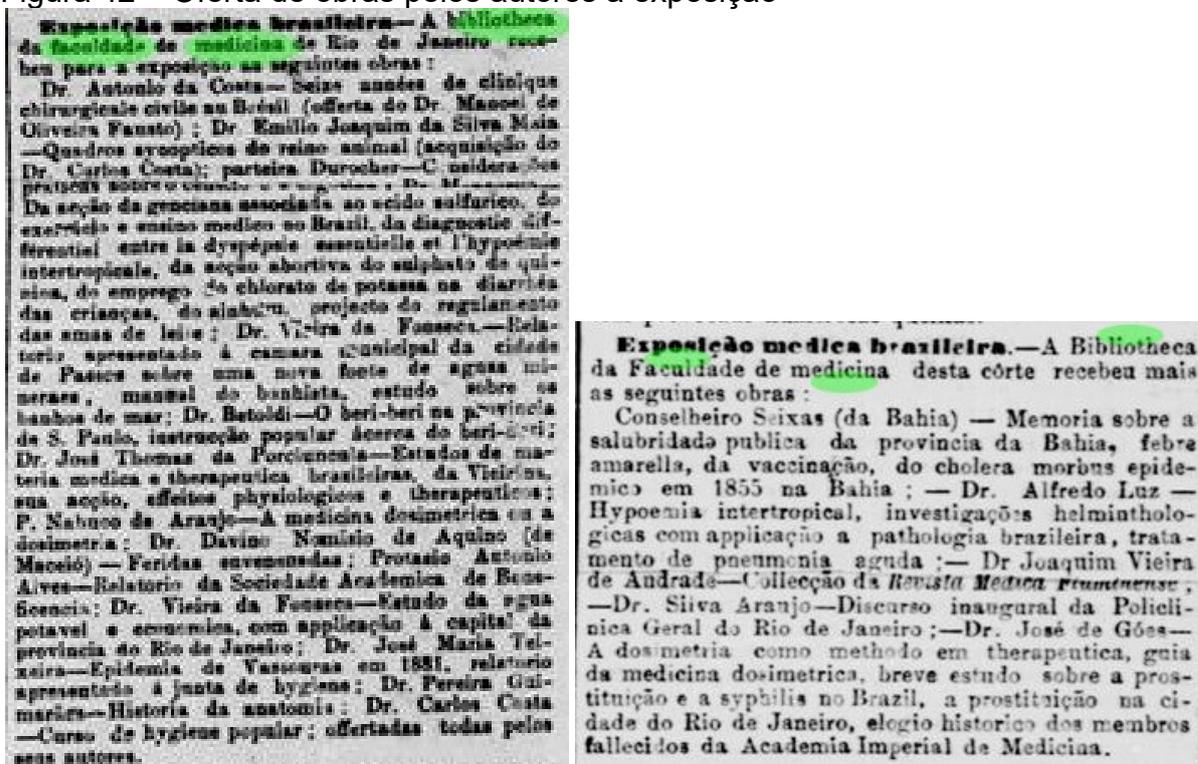
A publicação permite inferir que a solicitação de oferta de obras é ampla e se estende a obras de autoria ou não dos cedentes, não informando, também, em que circunstâncias poderia haver (ou não) sua devolução. Outro aspecto evidenciado é referente a solicitações anteriores, que, possivelmente, tiveram início com contato pessoal e verbal, passando, a seguir, pela formalização em jornal.

As campanhas de doação de livros configuram uma prática comum como forma de colaborar com o desenvolvimento do acervo de uma biblioteca. As doações

frequentemente trazem uma variedade de títulos, abrangendo diferentes gêneros, temas e áreas do conhecimento, enriquecendo a diversidade do acervo. Receber livros doados reduz os custos associados à aquisição de novos materiais (FIGUEIREDO, 1998). Isso pode ser consequência tanto da falta de recursos quanto da necessidade de realocação de investimento em outras áreas da biblioteca.

As campanhas de doação não apenas fornecem livros, mas também promovem o envolvimento da comunidade, criando um senso de pertencimento e participação ativa na melhoria da biblioteca local.

Figura 42 – Oferta de obras pelos autores à exposição



Fonte: *JORNAL DO COMMERCIO*. Rio de Janeiro, Quinta-feira 29 de Agosto de 1872. n. p. Acervo Biblioteca Nacional.

A percepção de que o acervo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro era maior do que a quantidade de obras constantes do Catálogo em análise é corroborada pela matéria do periódico *Brazil*, de 1884.

Figura 43 – Matéria sobre a exposição médica organizada pelo dr. Carlos Costa

EXPOSIÇÃO MEDICA BRAZILEIRA

No edificio da bibliotheca da Faculdade de Medicina inaugurou-se antehontem a 1ª exposição medica, iniciada pelo Sr. Dr. Carlos Costa.

A' chegada de Suas Magestades já se achavam presentes os Srs. presidente do conselho, ministros da agricultura, justiça e estrangeiros, membros do corpo diplomatico e consular, director e lente da faculdade, alguns medicos e outras pessoas convidadas.

O discurso de inauguração foi pronuciado pelo Sr. Dr. Carlos Costa, que, depois de demonstrar a importancia da exposição agradeceu á Suas Magestades a honra da sua presença e declarou inaugurada a exposição.

A exposição é dividida em classes, sendo a 1ª historia da medicina, contendo obras geraas sobre medicina e ensino medico, faculdades academia e associações medicas; a 2ª contém dictionarios; 3ª biographias, documentos collectivos e biographias especiaes; a 4ª é de bibliographia; a 5ª é de gazetas e revistas; a 6ª é de estatistica; a 7ª é de physica, obras geraas e especiaes, sobre calorico, optica, electricidade, magnetismo, acustica e meteorologia; a 8ª de chimica organica, inorganica, biologica e industrial; a 9ª de hydrologia; a 10ª pharnacia; a 11ª de historia natural, obras geraes e especiaes sobre geologia, mineralogia, botanica, zoologia e antropologia; a 12ª de physiologia; a 13ª pathologia—obras sobre pathologia geral medica, molestias do systema nervoso e aparelhos circulatorio e lymphatico.

São 2.987 as obras expostas, e algumas raras, podendo ser citadas entre outras a medicina theologica (de 1794); o tratado unico da constituição pestilencial de Pernambuco (1694), e reflexões sobre meios mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro (1808).

Ao Sr. Dr. Carlos Costa cabe toda a gloria deste bello commetimento; ha talvez dous annos que luta dia a dia, que trabalha incessantemente para conseguir esta exposição, não se poupando a fadigas, esforços e sollicitações para que a sua idéa fosse realisada com o maior lustre e brilhantismo como effectivamente se acha organisa a essa interessantissima exposição.

Felicitemos-o por tão louvavel commetimento.

Fonte: *BRAZIL*. Rio de Janeiro, n. 286, 1884b, p. 2. Acervo: Biblioteca Nacional.

A matéria indica que 2.987 obras foram direcionadas à exposição, explicitando algumas delas consideradas raras, com destaque para duas publicações dos séculos XVII e XVIII respectivamente (*BRAZIL*, 1884b, p. 2).

Em relação ao *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco*, do autor Joam Ferreyra da Rosa, publicado em 1694, a *Gazeta Litteraria* (1884a) o evidencia por ser considerado o primeiro livro sobre a febre amarela escrito por um médico europeu, com descrição exata da patologia. Ressalta-se que a febre amarela é uma doença endêmica das regiões tropicais, o que revela a importância da abordagem, até então quase desconhecida na região europeia.

Figura 44 – Dados catalográficos da obra (1694)

— Tratado unico da constituicam pesti-
lencial de Pernambuco. Composto por
Joam Ferreyra da Rosa, assistente no
Recife de Pernambuco. *Lisboa, na Off.
de Miguel Manescal*, 1694, in-4.º — Exp.:
Dr. Alfredo d'Aquino Fonseca.

Fonte: GAZETA LITTERARIA. Rio de Janeiro, 1884a.p. 403. Acervo: Biblioteca Nacional.

Sobre a obra *Medicina Theologica*, de 1794, a *Gazeta Litteraria* (1884b) afirma que sua raridade é atribuída à proibição de que foi alvo logo após sua publicação, sob a alegação de que era perigosa e heterodoxa, escandalizando a muitos. Apesar de não haver registro de autoria na obra, o jornal a atribui ao Dr. Francisco de Mello Franco. Após a proibição houve grande procura pelos exemplares remanescentes, favorecendo o aumento dos preços e exigindo cautela nessas transações. Freitas (2017) acrescenta que o livro ganhou notoriedade pela polêmica gerada com sua publicação em Lisboa no final do século XVIII. O texto criticava os confesores por considerarem pecadores aqueles que sofriam de doenças físicas, que deveriam, na verdade, serem tratadas pela medicina. Logo após o lançamento, a censura régia proibiu a obra e apreendeu seus exemplares. Um aspecto interessante é que, a despeito de diferentes tentativas de se identificar o autor, possivelmente para aplicar-lhe alguma sanção, este conseguiu se manter intocado e desviar-se de todas as diligências adotadas pela polícia. Outro aspecto é que não há menção à suspensão da proibição e nem dos meios pelos quais a obra chegou ao acervo direcionado à exposição, afirma o autor.

Figura 45 – Dados catalográficos da obra (1794)

2651. Medicina Theologica, ou supplica humilde, feita a todos os senhores confessores e directores, sobre o modo de proceder com seus penitentes na emenda dos peccados, principalmente da lascivia, colera, e bebidice. *Lisboa, na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1794*, in-4.º — Exp.: Bibl. Nac.

Sem nome de auctor; mas escripta pelo Dr. Francisco de Mello Franco.

Apezar de licencçada, foi esta obra prohibida logo depois da sua publicação, porque assim que foram expostos á venda os exemplares « levantou-se tal clamor contra a sua doutrina, diz Innocencio da Silva, por parte de muitos animos pios e zelosos, que para logo a qualificaram abertamente de perigosa, e de heterodoxa, que as queixas chegaram até o Throno, e o Governo apressou-se em dar prompta satisfação aos escandalisados. A obra foi mandada recolher... Da prohibição do livro seguiu-se o resultado quasi inevitavel nestes casos. Tomou corpo a fama da obra, cresceu o desejo de a ver, e decuplicou-se o valor dos poucos exemplares que por então escaparam ao confisco. Os que vinham ao mercado, procurados com soffreguidão, eram vendidos muito em segredo, &. Quanto ao auctor, não se pouparam por parte do Ministerio e das auctoridades suas subordinadas, diligencias para o descobrir; e si fosse conhecido é provavel que lhe teria sahido cara a ousadia. Porém as medidas cautelosas com que elle tractára de prevenir-se contra a perseguição, que por ventura receiára desde logo, foram tão prudentemente combinadas, que conseguiu tornar inefficazes todas as pesquisas da Policia, por aquelles tempos tão activa e vigilante sob as ordens do famigerado intendente Diogo Ignacio de Pina Manique, e poude conservar-se a coberto de qualquer desaguisado. »

Innocencio da Silva ainda a respeito da obra de Mello Franco dá curiosas e na verdade interessantes particularidades.

Os exemplares são muito raros e no Rio de Janeiro só se conhece o que é exposto.

Fonte: *GAZETA LITTERARIA*. Rio de Janeiro, 1884b. p. 404.

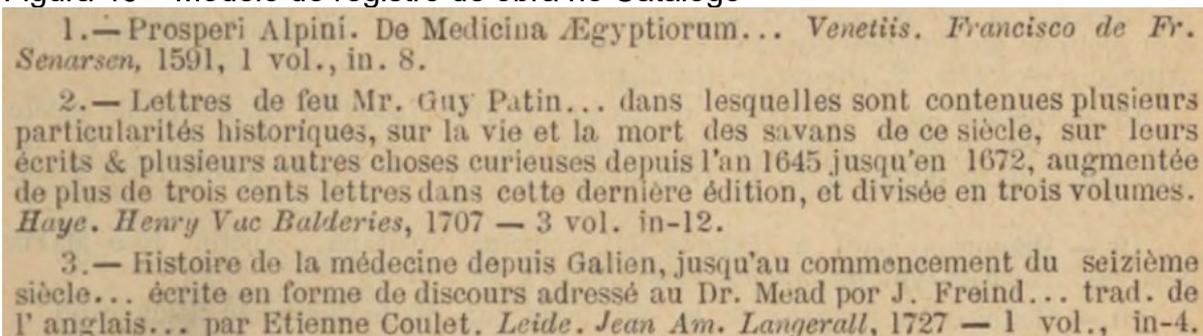
Acervo: Biblioteca Nacional.

Esses dados permitem estimar que o acervo da biblioteca era, na realidade, excluindo-se as teses, superior a doze mil obras. Possivelmente, as obras direcionadas à exposição foram todas relativas à medicina, enquanto a biblioteca agregava acervo variado, podendo (ou não) haver obras em duplicidade na biblioteca que foram encaminhadas ao evento.

Ainda sobre a publicação (*BRAZIL*, 1884b, p. 2), não se pode deixar de mencionar que na Exposição Médica Brasileira estiveram presentes personalidades de reconhecida posição política, como o Imperador D. Pedro II e D. Teresa Cristina, bem como ministros, diplomatas e lentes da faculdade. Isso denota o prestígio não só do evento, mas também da instituição e do Médico e Bibliotecário Carlos Costa.

O Catálogo é organizado pela listagem em ordem numérica crescente das obras, em algarismos arábicos, contendo título, local de impressão, ano de impressão, número de volumes e formato, além de outras informações pertinentes a cada uma delas.

Figura 46 – Modelo de registro de obra no Catálogo



Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 1.
Acervo: Biblioteca do Senado.

Em relação à temática abordada nas obras, estas são condizentes com o currículo proposto pela Sociedade de Medicina para o curso de medicina em 1832⁸⁰, acrescidas de temas de interesse geral, como, por exemplo, faculdades de medicina, academias e associações médicas, biografias e memórias, entre outros.

Em síntese, a identificação por classificação temática emerge como uma peça chave no quebra-cabeça da catalogação bibliográfica. Este processo transcende a mera localização física das obras, revelando-se como um instrumento que desbloqueia as portas do conhecimento contido nas páginas amareladas pelo tempo.

Essa forma de organização simplifica a busca por informações específicas, além de permitir que usuários de bibliotecas tracem paralelos entre diferentes obras, identificando padrões e tendências que podem passar despercebidos em uma análise isolada. A organização temática não é apenas uma prática logística, trata-se de uma ferramenta necessária para quem busca compreender não apenas o conteúdo individual de cada livro, mas um panorama mais amplo de ideias, considerando concepções temáticas.

Pode se considerar que o entendimento mais profundo e interconectado do vasto tesouro de sabedoria que essas obras representam celebra a riqueza e complexidade do conhecimento médico disseminado no Brasil no século XIX. Analisar

⁸⁰ “**1º ano** Física Médica, Botânica Médica, Princípios elementares de Zoologia. **2º ano** Química Médica e Princípios elementares de Mineralogia, Anatomia Geral e Descritiva. **3º ano** Anatomia, Fisiologia. **4º ano** Patologia Externa, Patologia Interna, Farmácia, Matéria Médica, Terapêutica e Arte de Formular. **5º ano** Anatomia Topográfica, Medicina Operatória e Aparelhos, Partos, Moléstias de mulheres peçadas e paridas e de meninos recém-nascidos. **6º ano** Higiene, História da Medicina, Medicina Legal. Complementares ao currículo médico havia as cadeiras de Clínica Médica Interna, Anatomia Patológica e Clínica Médica Externa, que eram distribuídas ao longo do curso” (BORGES, 2008, p. 149-50, grifos do autor).

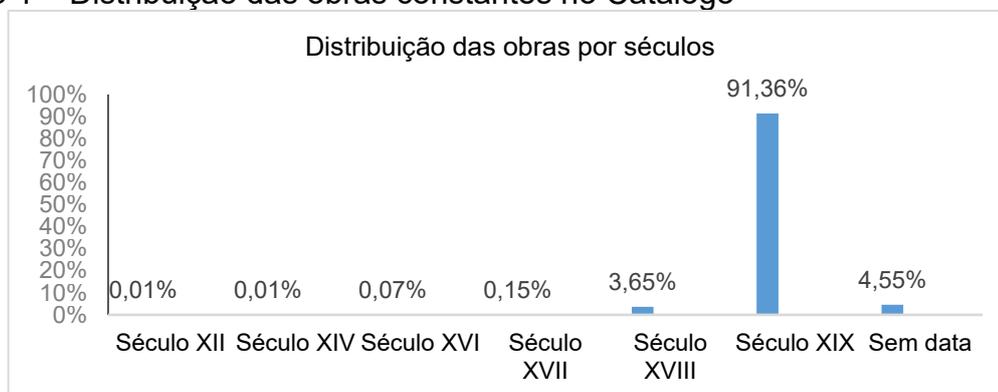
o acervo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por classificação temática permitiu levantar o quantitativo por conteúdo, inclusive o que era priorizado no ensino da medicina, bem como a influência europeia existente na área médica e sua relação com o currículo do curso no período.

4.2 Cronologia das publicações

A importância da cronologia das publicações dos livros transcende a sutil linha temporal de eventos literários, estabelecendo-se como um elemento evidente na compreensão mais profunda e contextualizada da produção de escritos em diferentes épocas. Cada obra, ao ser lançada em determinado período, carrega consigo não apenas a expressão intelectual de seu autor, mas também reflete e é moldada pelo contexto histórico, cultural e social do momento de sua publicação (MARTINS, 2001). Nesta exploração sobre a relevância das datas de publicação dos livros, adentra-se nas camadas temporais que compõem a narrativa do acervo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, contido no Catálogo, desvendando como o cronograma de lançamento de obras se entrelaça de maneira intrínseca com a compreensão mais ampla da história da biblioteca e do conhecimento médico difundido à época.

A organização cronológica das 9.117 obras constantes do Catálogo em análise permitiu organizar tais registros por séculos, visando demonstrar a sua evolução, conforme pode ser compreendido pelo gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição das obras constantes no Catálogo



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

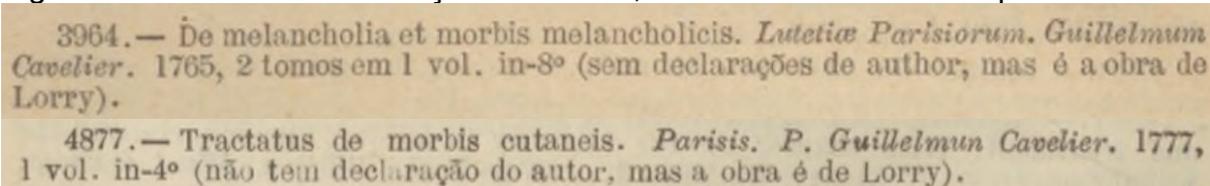
Encontrou-se no século XII um tratado de doenças infantis, a obra mais antiga constante do Catálogo, seguida por outra do século XIV sobre distúrbios gástricos e pulmonares. No século XVI foram identificadas apenas sete obras. No século XVII foram registradas quatorze obras, datadas do período de 1613 a 1698.

Rodrigues (2011) observa que, da mesma forma que qualquer outro item colecionável, o livro também possui sua carga simbólica, tornando-se uma manifestação tangível da cultura e do conhecimento. Possuir livros raros ou antigos confere prestígio a quem os detém. Isso implica na potencial transferência de significado e importância do objeto para o proprietário, representando uma apropriação do poder inerente à peça. Nesse sentido, é muito provável que a Faculdade buscasse expressar esse pensamento, refletindo por meio do acervo da biblioteca, o prestígio de uma instituição que recebia estudantes pertencentes às famílias consideradas importantes do império brasileiro.

O século XVIII registra aumento expressivo do número de obras catalogadas, atingindo 333 diferentes títulos entre os anos de 1704 e 1799. Essas obras podem ser remanescentes do acervo do antigo Colégio dos Padres Jesuítas, que funcionava na sede do Hospital Real Militar e Ultramar, local em que foi instalada inicialmente a Escola Médico-Cirúrgica.

Em duas obras cujos registros datam de 1765 e de 1777 há indicação de falta de autoria, contudo, as mesmas são atribuídas a determinado autor pelo bibliotecário, sem que seja oferecida qualquer explicação para tal afirmação.

Figura 47 – Obra sem declaração de autoria, mas atribuída a autor específico



Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 247, 296.
Acervo: Biblioteca do Senado.

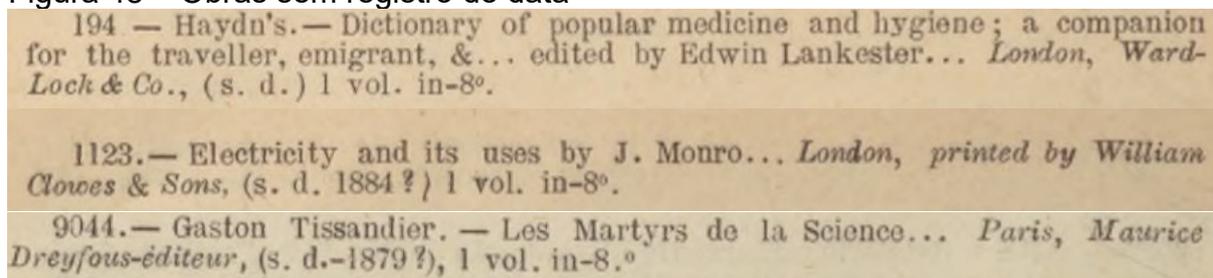
A falta de autoria é mencionada por Neves (1999) como atitude deliberada daqueles que tinham interesse em importar obras que não necessariamente seriam permitidas segundo a censura, com o intuito de burlar a fiscalização. Silva e Silva (2015) indicam também a falta de autoria em obras constantes do inventário da Biblioteca Pública Oficial de São Paulo, indicando que, muitas vezes, estas eram

organizadas, ou mesmo publicadas, sem indicação de autoria ou anonimamente. A autoria pode ter sido omitida pelo próprio autor ou pelo bibliotecário, ou ainda considerada pouco relevante, uma vez que, à época, era comum a busca por obras pelo ano de publicação e ou pelo título. Isso, no entanto, não descarta outras motivações como as já assinaladas.

No caso das imagens apresentadas, trata-se de Anne-Charles Lorry⁸¹. Pela falta de normas de editoração da época, era comum a indicação de autoridade não aparecer na folha de rosto. Muitas vezes era necessário analisar o verso da folha de rosto, assinatura em textos introdutórios, colofão, entre outros locais do livro, a fim de localizar a autoria da obra.

No grupo das obras sem data (s. d.), constituído por 415 títulos, destaca-se que foram incluídas aquelas em que o autor adicionou o ponto de interrogação (?) após menção de uma data, considerando-se que isto indica falta de registro preciso e/ou dúvida em relação à data de publicação. Ressalta-se que o autor do Catálogo não faz qualquer comentário ou observação nesse sentido, como ainda os registros apresentam variações – algumas vezes estão entre parênteses, outras não e nem sempre são apresentadas em conjunto com as iniciais ‘s. d.’

Figura 48 – Obras sem registro de data



Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 14, 78, 546-7, 550. Acervo: Biblioteca do Senado.

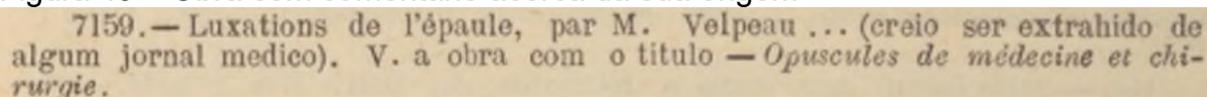
Uma explicação possível para as variações encontradas nesse grupo de obras e em outros pode residir na menção de Costa (1892, p. V) de que: “Em todo o nosso trabalho fomos poderosamente auxiliados pelo digno sub-bibliotecário dr. Carlos Augusto de Brito e Silva”. Essa situação pode ser decorrente do auxílio recebido,

⁸¹ “Anne-Charles Lorry, médico real do monarca Luís XVI. Aluno de Jean Astruc, Anne-Charles Lorry (1726-1783) foi um dos primeiros dermatologistas a compreender a pele como um órgão propriamente dito, em inter-relação com outros órgãos” (FERREIRA; WEBER; BONAMIGO, 2021).

mostrando que o auxiliar não seguiu as indicações adotadas inicialmente, ou ainda por divergências nas informações constantes das obras.

Outro apontamento interessante nas obras registradas sem data se refere ao comentário apostado pelo bibliotecário acerca da origem de uma obra com indicação de consulta a outra. É possível supor que o bibliotecário atribuiu a publicação a periódico médico devido a características que indicariam publicações constantes neste tipo de veículo de comunicação.

Figura 49 – Obra com comentário acerca da sua origem



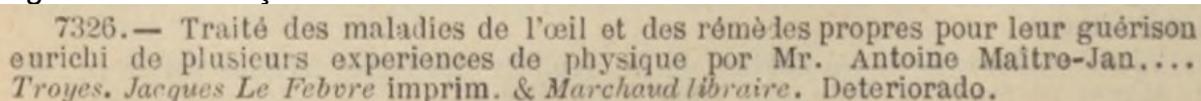
7159. — Luxations de l'épaule, par M. Velpeau ... (creio ser extrahido de algum jornal medico). V. a obra com o titulo — *Opuscules de médecine et chirurgie*.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 436.

Acervo: Biblioteca do Senado.

Como pode ser observado, há registro também do estado físico das obras. O juízo de valor expresso no comentário já havia sido considerado pouco apropriado por Strout (1956). A indicação de deterioração da obra pode remontar a sua origem, época de publicação ou revelar armazenamento e/ou manuseio inadequados, o que permanece no campo da suposição, pois não há detalhamento quanto aos danos apresentados. Atualmente, a análise bibliológica⁸², considera importante registrar todas as marcas existentes num exemplar, a deterioração inclusive, pois além de ajudar a identificar a unicidade do item torna-se um meio de conhecer a trajetória daquela peça e ainda comprovar propriedade no caso de roubo ou extravio.

Figura 50 – Indicação de obra deteriorada



7326. — Traité des maladies de l'oeil et des remèdes propres pour leur guérison eurichi de plusieurs experiences de physique por Mr. Antoine Maitre-Jan... Troyes. Jacques Le Febvre imprim. & Marchaud Libraire. Deteriorado.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 444.

Acervo: Biblioteca do Senado.

Além disso, pode-se observar a indicação acerca do tamanho de uma obra, porém sem comentários sobre número de páginas ou dimensão destas. Não se pode excluir que essa observação esteja relacionada a um juízo de valor, considerando-se

⁸² Através do exame do item, folha a folha, página por página, conferindo sua numeração, reclamos e assinaturas, perscrutando a página impressa ou gravada para ressaltar as características materiais que atribuem importância à edição e às marcas do tempo, personaliza-se o exemplar (PINHEIRO, 2012, p.4)

que, à época, não havia qualquer padronização para formatos de documentos e que cartas não denotavam, necessariamente, correspondência, mas sim manifestações em formato talvez mais informal, sem o rigor de uma obra considerada científica. Outra possibilidade era, para o caso da necessidade de deslocamento da obra, informar ao interessado da dificuldade de movimentação da mesma devido as grandes dimensões.

Figura 51 – Indicação do tamanho da obra, sem registro da dimensão

7844. — Surgical operation Chart enumerating the Instruments and appliances usually requisite for the Performance of each of the ordinary major and minor operations in Surgery designed for the use of House Surgeons, Junior Practitioners and Surgical Dressers arranged and tabulated by L. Heppenstal Ormsly... London, Baillière Tendam and Cox.
Uma carta grande.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 477.
Acervo: Biblioteca do Senado.

Strout (1956) e Mckitterick (2008) já haviam mencionado a prática de organizar as obras pelo seu tamanho físico, mas, pela falta de detalhes na informação, não se pode inferir qual seja o significado atribuído à expressão “uma carta grande”, no caso de se referir ao número de páginas ou a dimensão do suporte utilizado (COSTA, 1892, p. 477).

Os séculos XII, XIV, XVI, XVII e XVIII somaram 3,89% das obras e aquelas sem data representaram 4,55% do acervo registrado no Catálogo em análise, totalizando 8,44% do total de obras. Esses grupos de títulos se mostraram pouco expressivos no que concerne à criação da faculdade e sua biblioteca.

Além disso, a presença dessas obras deixa dúvidas quanto ao momento e a forma como elas foram incorporadas ao acervo da biblioteca da instituição, permitindo inferir que possam ter sido provenientes de doações, aquisições ou que já se encontrassem disponíveis desde a criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1809). Argumentação essa apresentada também por Motta (2000) ao se referir à necessidade de implantação de uma estrutura compatível com a presença da família real em solo brasileiro.

Já o século XIX, correspondente ao período de criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apresenta o maior volume de obras e agrega os anos em que houve maior expansão do seu acervo. O volume de obras pode estar relacionado à estruturação do curso, às mudanças curriculares, ao ingresso de maior número de

alunos e melhor qualificação dos professores, motivando a necessidade de atualização das práticas médicas e do ensino local.

Inicialmente, foram identificados 8.346 títulos no período, contudo, durante a tabulação dos dados, observou-se uma falha na numeração das obras que favoreceu o registro de 101 títulos a mais do que aqueles de fato constantes no Catálogo, que apresenta o registro numerado como 2.899 seguido pelo 3.000.

Figura 52 – Erro na numeração das obras do Catálogo

2898. — Lettres Physiologiques par le professeur Carl Vogt... Première édition française de l'auteur. Paris, C. Reinwald & Comp. éditeurs. 1875, 1 vol. in-8.^o
 2899. — Felippo Lussana — Fisiologia umana applicata alla medicina. Padova, tip. edit. F. Sacchetto. 1878 — 1881, 4 vols. in-8.^o
 3000. — Cours de Physiologie générale du Museum d'Histoire Naturelle... Leçons sur les Phénomènes de la vie communs aux animaux et aux végétaux par Claud. Bernard... Paris, Librairie J. B. Baillière & Fils. 1878 — 1879, 2 vols. in-8.^o
 3001. — Essai de Physiologie Générale appliquée à l'étude de la vie et de la mort par le Dr. Elie Goubert. Paris, G. Masson, éditeur. 1879, 1 vol. in-8.^o

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 195.
 Acervo: Biblioteca do Senado.

Outra anormalidade que se constatou foi decorrente de duplicidade de registro de quatorze obras, com algumas delas incluídas em três categorias distintas.

Figura 53 – Indicação de registro de obra em mais de uma classe do Catálogo

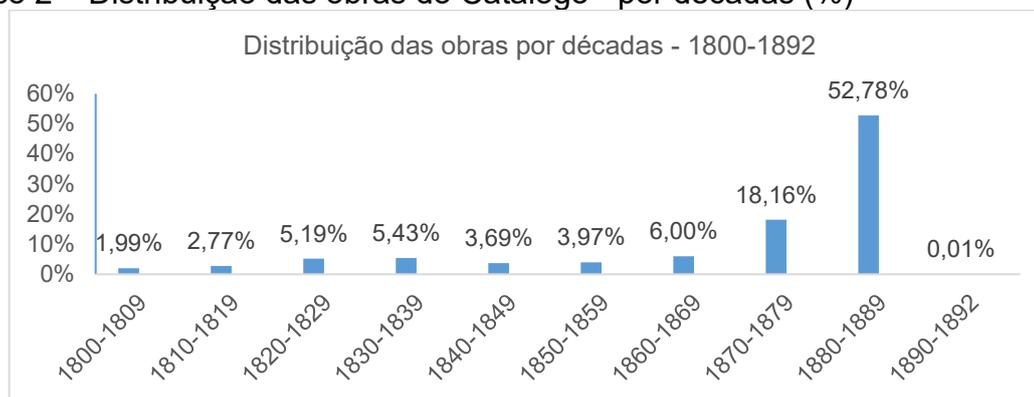
1010. — Le livre de la nature ou leçons élémentaires de physique, de chimie, de minéralogie, de géologie, de botanique, de physiologie et de zoologie par le Dr. Frédéric Schoedler... Traduit de l'allemand par Adolphe Scheler... Paris, C. Rein-Wald, lib. édit. 1872 — 1 vol., in-8.^o. (V. Chimica e Botanica.)
 1323. — Traité de chimie minérale et organique comprenant la chimie pure et ses applications par Ed. Willm et M. Hanriot... Paris, J. Masson, édit. 1888, 2 vols. in-8.^o.
 (No § de chimica inorganica já está registrada esta obra, que é em 4 volumes).

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 71, 87, 92.
 Acervo: Biblioteca do Senado.

A encadernação conjunta de obras de diferentes autores ou mesmo de diferentes assuntos, possivelmente, explica tal ocorrência. Strout (1956), Battles (2003) e Mckitterick (2008) já haviam mencionado tal prática em bibliotecas mais antigas, gerando dificuldades e desorganização do acervo. Essa prática pode ter contribuído para aumento das dificuldades na organização e catalogação das obras e também para a ocorrência das anormalidades registradas.

Excluídas as obras sem data e as anormalidades, restaram 8.231 títulos distribuídos entre os anos de 1800 e 1892. Para facilitar a análise e compreensão da evolução do acervo da biblioteca optou-se por organizar os dados em décadas, respeitadas as datas de impressão de cada obra.

Gráfico 2 – Distribuição das obras do Catálogo - por décadas (%)



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado. Total = 99,99%, diferença decorrente de arredondamentos.

Observa-se que até 1869 o acervo da biblioteca apresentava um volume de títulos com crescimento modesto, atingindo o máximo de 6,00%. Entretanto, na década seguinte, 1870-1879, esse volume triplicou (18,16%), atingindo seu maior patamar (52,78%) na década de 1880-1889. Cabe lembrar que nesse período ocorriam as reformas Leôncio de Carvalho e Benjamim Constant que ampliaram o currículo das especialidades médicas do curso (BRAGA, 2018; BORGES, 2008), o que pode ter refletido na atualização e expansão do acervo da biblioteca. Além disso, no Brasil as atividades de impressão e edição cresciam junto com o aumento do comércio de livros. A troca de impressos e indivíduos entre a Europa e a América, juntamente com a adaptação de escritores e profissionais do mundo editorial, também contribuiu significativamente para esse desenvolvimento (GRANJA, 2021).

Considerando-se que a primeira obra relacionada no Catálogo data de 1800, a primeira década, por consequência, compreende o período de 1800 a 1809, que agrupa 164 títulos, conforme pode ser observado. Os anos de 1801 e 1803 agrupam as maiores (12,80% cada) quantidades de títulos, enquanto o ano de 1807 apresenta a menor quantidade de obras (6,71%).

Tabela 2 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1800 a 1809

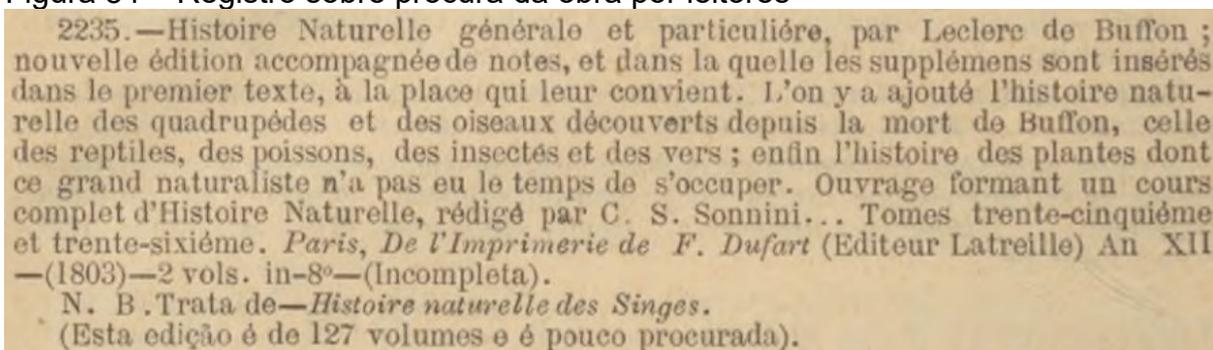
Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1800	17	10,36
	1801	21	12,80
	1802	12	7,32
	1803	21	12,80
	1804	15	9,15
	1805	16	9,76
	1806	15	9,15
	1807	11	6,71
	1808	17	10,36
	1809	19	11,58
Total*	-	164	99,99

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Diferença decorrente de arredondamentos.

Na figura abaixo, a referência evidencia apenas dois dos 127 volumes mencionados no registro, o que limita identificar pelo Catálogo o conteúdo específico dos outros exemplares. Isso pode ter influenciado na procura reduzida pelo restante da coleção. No entanto, é difícil avaliar com precisão, tendo em vista desconhecer os motivos que levaram o autor a destacar os referidos volumes.

Figura 54 – Registro sobre procura da obra por leitores



Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 154. Acervo: Biblioteca do Senado.

Nesse período, foi registrada a presença de obra incompleta devido à ausência de algumas folhas. O desconhecimento do número de folhas de cada volume e seu conteúdo inicial dificultam qualquer inferência sobre o impacto dessa falta no conteúdo do segundo volume.

Figura 55 – Registro de obra incompleta e com folhas faltantes

7803.—A system of operative surgery, founded on the basis of anatomy by Charles Bell... London, printed for Laugman, Hurst,... 1807, 2 vols, in-8.º (Faltam no 2º vol. as primeiras folhas. Incompleto.)

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 474. Acervo: Biblioteca do Senado.

A distribuição dos 228 títulos foi registrada durante a década de 1810 a 1819, mostrando aumento de 39,02% do número de obras em relação à década anterior. Esse aumento pode se relacionar à instalação da Academia Médico-Cirúrgica ocorrida em seguida à chegada da família real no Rio de Janeiro.

Os anos de 1818 e 1819 apresentaram as maiores (15,35% cada) quantidades de títulos registrados, enquanto o ano de 1814 apresentou a menor quantidade de registros (3,07%). Apesar da biblioteca não existir oficialmente nesse período, é muito provável que algum acervo, mesmo que de forma “embrionária”, já existisse para dar suporte às atividades de ensino.

Tabela 3 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1810 a 1819

Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1810	21	9,21
	1811	20	8,77
	1812	22	9,65
	1813	17	7,46
	1814	7	3,07
	1815	26	11,40
	1816	22	9,65
	1817	23	10,09
	1818	35	15,35
	1819	35	15,35
Total	-	228	100,00

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Durante a década de 1820 a 1829 apresenta-se a distribuição dos 427 títulos registrados. O ano de 1829 apresentou a maior quantidade (12,41%) de obras e o ano de 1822 foi o que apresentou a menor (7,49%) quantidade de registros. Com relação ao aumento (187,28%) substancial do número de obras no acervo da biblioteca, também pode estar relacionado às necessidades do ensino das práticas médicas e estruturação de um currículo para a formação dos alunos. Nesse momento, a coleção começava a se consolidar ainda mais.

Tabela 4 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1820 a 1829

Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1820	39	9,13
	1821	38	8,90
	1822	32	7,49
	1823	40	9,37
	1824	46	10,77
	1825	51	11,94
	1826	39	9,13
	1827	40	9,37
	1828	49	11,47
	1829	53	12,41
Total*	-	427	99,98

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

Acervo: Biblioteca do Senado.

*Diferença decorrente de arredondamentos.

O período apresenta algumas características das obras que são destacadas no Catálogo. Em registros de obras compostas por vários volumes são indicados os assuntos tratados em cada volume.

Figura 56 – Indicação dos assuntos abordados em cada volume de obras compostas por vários volumes

2265. — Iconographie du Règne Animal de G. Cuvier ou représentation d'après nature de l'une des espèces les plus remarquables et souvent non encore figurées, de chaque genre d'animaux, avec un texte descriptif mis au courant de la science ouvrage pouvant servir d'atlas à tous les traités de zoologie par M. F. (Felix) E (Edouard) Guérin Méneville.... A Paris, chez J. B. Baillière. 1829-1838, 7 vols. in-8.º

Nota — O 1º vol. trata de *mamifères*, avec le portrait de Cuvier; o 2º des *oiseaux*, o 3º des *Reptiles*, o 4º des *Poissons*, o 5º des *Mollusques et Zoophytes*, o 6º *Annélides, Crustacés et Arachnides*, o 7º *Insectes* avec le portrait de Latreille.

8061. — Mélanges de Chirurgie Etrangère par une société de Chirurgiens en Genève composée de MM. J. P. Maunoir, C. T. Maunoir, Professeurs F. Mayor, C. G. Perchier, J. C. Morin, J. P. Dupin, F. Olivet, docteurs en chirurgie.... Genève. J. J. Paschoud. Impr. libr. et à Paris. 1824-1826 3 vols. in-8.º

Nota. — O 1º volume trata de — a — *grossesse accompagnée d'ascite* mem. de Scarpa; b — *paracanthese de l'abdomen* par le Dr. Cruich; c — *sur les produits de l'inflammation aigue* par Thomas Dawler; d — *lipome considerable estirpé* par Astley Cooper; e — *De l'osophaotomie* par Berlinghieri; f — *Blessures des nerfs* par Denmark; par Wasdrop; g — *Bronchicite* par Hutchison; h — *dilatation artificielle de l'uretère* par H. T. Thomas, G. Birt; i — *calculs extraits de l'urètre et de la vessie* par Astley Cooper; j — *estirpation totale de la matrice* mem. de Sautes; k — *Fractures non consolidées* par Wardrop, par Earle; l — *maladies de la glande lacrimale* par Toood; m — *Notice sur deux nerfs de l'oeil humain* par Frasmondi; n — *usage de sic lacrymal* par Jeri; o — *Description d'un nouvel instrument pour operer la cataracte* par Giorgi. — O 2º vol. trata de — *squirre, cancer, fungus tumeurs* e o 3º de — *Aneurismes — Ligatures des artères*.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 156, 490. Acervo: Biblioteca do Senado.

Alguns itens receberam o destaque de 'raro'. Porém, não houve atribuição da motivação para tal qualificação, sendo possível supor que isso talvez se devesse ao fato de se tratar, em todos os casos, de traduções e impressão local, o que permite agregar a dificuldade em relação à demanda tipográfica e autorização para publicação. Por outro lado, a raridade pode ter sido atribuída ao autor do livro, S. F. Lacroix⁸³, tendo em vista a sua importância no campo da matemática. Rodrigues (2006) entende que dentre os critérios que colecionadores utilizam para classificar as obras raras, encontram-se os exemplares de pessoas de destaque na vida pública ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento (biologia, matemática, física e outras).

Figura 57 – Obras destacadas como raras

8812.—Tratado elementar de arithmetica por S. F. Lacroix, traduzido do francez para uso da Imperial Academia Militar. *Rio de Janeiro, typ. Nacional, 1824, 1 vol. in-8º (raro).*

8813.—Elementos de geometria de S. F. Lacroix, traduzido do francez para uso da Imperial Academia Militar, por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. *Rio de Janeiro, typ. Nacional, 1824, 1 vol. in-8º (raro).*

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 535.
Acervo: Biblioteca do Senado.

Em outra obra há o cuidado em informar que ela está incompleta, como no exemplo apresentado, em que há a informação acerca do número total de volumes. Coleções em volumes incompletas muitas vezes são caracterizadas por extravio de itens ou mesmo acervo doado já com a ausência de exemplares.

Figura 58 – Informação de que a obra está incompleta

2266. — Histoire Naturelle des Poissons par M. le B.^{on} Cuvier.... et par M. Valenciennes..... *Paris, Strasbourg, Bruxelles, F. G. Levrault. 1828-1840, 18 vols. in-8º; sendo 15 de texto, 1 des planches des tomes 13, 14 e 15 e mais dous de Planches sem especificação.*

Nota — Esta obra está incompleta, deveria ter 22 vols.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 156.
Acervo: Biblioteca do Senado.

⁸³ Sylvestre François Lacroix, nascido em Paris em 28 de abril de 1765 e falecido em Paris em 24 de maio de 1843, foi um renomado matemático francês. Ele é reconhecido como o autor do *Tratado de Cálculo Diferencial e Integral* (originalmente intitulado *Traité du calcul différentiel et du calcul intégral*, publicado por Courcier, Paris, entre 1797 e 1798), exercendo uma influência significativa durante o século XIX (GARNICA; GOMES; ANDRADE, 2012).

O costume de encadernar livros é identificado também nos registros do Catálogo. Diversos métodos de junção e guarda de papéis foram criados para unir e preservar documentos, sendo a encadernação uma técnica criada com o propósito de resguardar determinados tipos de suportes (BUCHARD, 1999). A encadernação de diferentes obras em um mesmo volume era frequente e foi registrada por diversos autores desde períodos antigos sem, contudo, apresentar um motivo ou critério adotado, além de preferência dos organizadores do catálogo e/ou comodidade decorrente do tamanho das obras agrupadas (BATTLES 2003; MCKITTERICK 2008; STROUT 1956). Na prática, a encadernação facilitava a acomodação das peças nos locais de guarda e ainda promovia a conservação do seu conteúdo, tendo em vista que as capas, na maioria das vezes elaboradas em material resistente, agiam como escudo protetor do miolo. Além disso permitia aos proprietários a personalização com suas marcas de posse.

Figura 59 – Registro de encadernação de duas obras em um mesmo volume

1282. — L'art de préparer les chlorures de chaux, de soude et de potasse suivi de détails sur les moyens d'apprécier la valeur réelle de ces produits, leur application aux arts, à l'Hygiène Publique, à la désinfection des ateliers, des salles des Hôpitaux, des fosses d'aisances etc ; à la préparation de divers médicamens et au traitement de diverses maladies, terminé par des considérations et des faits sur l'emploi du chlore dans divers cas et pour combattre la phthisie etc, par A. Chevallier, Paris, Béchet Jeune. 1829, 1 vol, in-8°. (No mesmo volume se encontram 33 pp. de um trabalho do mesmo author sob o titulo de *nouvelles observations sur les emplois des chlorures et du chlore*).

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 89.
Acervo: Biblioteca do Senado.

Durante a década de 1830 a 1839 foi registrada a distribuição dos 447 títulos. Essa década apresenta quantidade de obras bastante próxima à da década anterior, indicando equilíbrio entre os períodos, apesar de já ter havido a elevação da escola a faculdade, o que pode ter favorecido a manutenção dos investimentos da instituição em relação à biblioteca. As maiores quantidades de obras foram registradas nos anos de 1833, 1836 e 1837 (11,18%, 11,63% e 11,18%, respectivamente), com a menor (7,16%) quantidade registrada no ano de 1831.

Tabela 5 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1830 a 1839

Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1830	42	9,39
	1831	32	7,16
	1832	44	9,84
	1833	50	11,18
	1834	46	10,29
	1835	46	10,29
	1836	52	11,63
	1837	50	11,18
	1838	47	10,51
	1839	38	8,50
Total*	-	447	99,97

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Diferença decorrente de arredondamentos.

Entre 1840 e 1849, o Catálogo apresenta a incorporação de 304 títulos. Em relação à década anterior, foi registrada redução na quantidade de obras, o que pode ser decorrente de falta de verbas para aquisição de obras, queda nas doações e dificuldades com o currículo e identificação de publicações mais adequadas ou até mesmo atualizadas, considerando-se as limitações vigentes de censura e de política portuguesa. O ano de 1840 foi o que apresentou a maior quantidade (15,13%) de obras registradas e o ano de 1848 foi aquele que apresentou o menor (6,91%) volume de obras.

Tabela 6 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1840 a 1849

Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1840	46	15,13
	1841	40	13,16
	1842	31	10,20
	1843	22	7,24
	1844	26	8,55
	1845	32	10,53
	1846	33	10,85
	1847	31	10,20
	1848	21	6,91
	1849	22	7,24
Total*	-	304	100,01

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Diferença decorrente de arredondamentos.

Em obra datada de 1846 há o registro de se tratar de raridade. Pinheiro (2009, p.31), afirma que “cada livro é um universo restrito de manifestações culturais –

originais e acrescentadas”. Rodrigues (2006) agrega a subjetividade no conceito do raro atribuído a esses objetos, justificando-se na maioria das vezes pelo fato de que tais livros merecem tratamento diferenciado, considerando seu valor histórico, cultural, monetário ou mesmo a dificuldade em obterem-se exemplares.

Figura 60 – Indicação de se tratar de obra rara

6789. — *Traité des poisons, ou toxicologie appliquée à la médecine légale, à la physiologie et à la thérapeutique*; par Ch. Flandin. Paris, Bachelier, Victor Masson, Chamerot, libraires, 1846, 3 vol. in-8°. (rara.)

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 413.

Acervo: Biblioteca do Senado.

Em relação à década de 1850 a 1859, o Catálogo apresenta a distribuição dos 327 títulos registrados, indicando que houve um discreto (7,56%) aumento no número de obras em relação à década anterior. A maior quantidade (14,07%) de obras registradas ocorreu no ano de 1857 e a menor (6,73%) em 1852. Nesse período, ocorria a reforma Bom Retiro no currículo do curso de medicina (BORGES, 2008) e, apesar do aumento de disciplinas, as condições de ensino eram consideradas inadequadas. Isso, possivelmente, afetava o desenvolvimento do acervo da biblioteca.

Tabela 7 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1850 a 1859

Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1850	23	7,03
	1851	24	7,34
	1852	22	6,73
	1853	39	11,93
	1854	29	8,87
	1855	43	13,15
	1856	29	8,87
	1857	46	14,07
	1858	39	11,93
	1859	33	10,09
Total	-	327	100,01

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Diferença decorrente de arredondamentos.

Em obra datada de 1856, há indicação de que está incompleta e só tem o primeiro volume, porém não indica a quantidade de faltantes, conforme pode ser identificado. Como já mencionado anteriormente, obras incompletas muitas vezes significam que foram adquiridas por meio de doação, e em muitos casos já chegam

incompletas. Outra possibilidade que não se pode desconsiderar é a consequência da ação de furto ou extravio.

Figura 61 – Registro de obra incompleta

9025.— Os portugueses perante o mundo apresentados pelo Dr. Mello Moraes (A. J. de)... Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1856, 1 vol. in-8.º Incompleta, só tem o 1.º vol.

Fonte: COSTA, C. Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 549. Acervo: Biblioteca do Senado.

Na década que compreende o período de 1860 a 1869, apresenta-se a distribuição dos 228 títulos registrados. O período revela um crescimento de 51,07% no número de obras no período em relação a década anterior. A maior quantidade (12,75%) de obras registradas no período ocorreu no ano de 1869 e a menor (5,67%) em 1863. Nota-se que até esse momento a biblioteca manteve um crescimento tímido, porém constante.

Tabela 8 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1860 a 1869

Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1860	47	9,51
	1861	43	8,70
	1862	43	8,70
	1863	28	5,67
	1864	52	10,53
	1865	45	9,11
	1866	58	11,74
	1867	56	11,34
	1868	59	11,94
	1869	63	12,75
Total*	-	494	99,99

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Diferença decorrente de arredondamentos.

Diferente dos períodos anteriores, a década de 1870 a 1879 apresenta a distribuição dos 1.495 títulos registrados. Nesse momento há crescimento considerável (202,63%) do acervo da biblioteca, possivelmente relacionado a estabilização do currículo e das normas vigentes para os cursos, estabelecendo também maior qualidade e regularidade no fluxo de alunos. A maior quantidade (20,00%) de obras registradas ocorreu no ano de 1879 e a menor (3,68%) em 1871. Esse crescimento em relação aos períodos anteriores supostamente já sinalizava que

a biblioteca necessitava de uma organização sistemática e conseqüentemente da implantação de um instrumento de busca que permitisse a identificação, localização e organização técnica do acervo. A organização “doméstica” certamente já não atendia mais às demandas da biblioteca e aos anseios da Faculdade, o que pode ter culminado na contratação de um profissional que se dedicasse ao importante trabalho que viria acontecer na década seguinte, no caso o dr. Carlos Costa.

Tabela 9 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1870 a 1879

Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1870	76	5,08
	1871	55	3,68
	1872	100	6,69
	1873	86	5,75
	1874	136	9,10
	1875	135	9,03
	1876	153	10,23
	1877	218	14,58
	1878	237	15,85
	1879	299	20,00
Total*	-	1.495	99,99

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

As notas desempenham um papel interessante na catalogação de acervos bibliográficos, pois fornecem informações adicionais e contextuais sobre os itens catalogados. Elas enriquecem a descrição do material e fornecem informações complementares que ajudam na compreensão, identificação, uso e seleção dos itens por parte dos usuários da biblioteca.

Algumas peculiaridades são indicadas em relação a obras específicas. Em registro do ano de 1875 há menção de um determinado intervalo de tempo, porém em seguida há também o destaque de que falta um ano nesse intervalo.

Figura 62 – Obra registrada com intervalo de tempo e indicação de ausência de um ano determinado

472. — *Annales des maladies de l'oreille, du larynx, du nez et du pharynx*, fondées par Mm. Isambert, Krishaber, Ladreit de Lacharrière, publiés par A. Gouguenheim... Paris, G. Masson, éditeur, 1875-1886. N.B. — Falta o anno de 1883.

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 36. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em registro de dados meteorológicos brasileiros, atendendo à solicitação do governo italiano, há o registro da assinatura dos lentes envolvidos. Infere-se que esse tipo de registro demonstra as relações diplomáticas existentes entre o Brasil e a Itália e, ainda, os interesses científicos e a troca de conhecimentos entre ambas as nações.

Figura 63 – Registro da existência de assinaturas na obra

1172. — Dados meteorológicos de observações feitas no Brazil, Memoria preparada em virtude de requisição do Ministerio do Imperio e para satisfação de um pedido do Governo de Italia por uma commissão de lentes da Escola Polytechnica. Publicação official. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1876, 1 vol., in-4º.
E' assignado por D. Jorge Eugenio de Lossio e Seibnitz, Antonio de Paula Freitas, Alvaro Joaquim de Oliveira.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 81. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em vários registros pode ser observada a indicação da presença de ilustrações, tal como no exemplo apresentado. Ribeiro (2003) entende que o conhecimento humano é transmitido pela linguagem, que pode ser não verbal (sem o uso de palavras) e encontrada em muitas manifestações: na pintura, figuras e por outros elementos. O autor ainda afirma que a utilização de recursos ilustrativos como instrumento pedagógico tendem a apresentar resultados satisfatórios. Esse tipo de recurso, identificado por meio das notas de catalogação dos acervos bibliográficos, enriquece a descrição da peça, levando mais informações ao conhecimento dos usuários e ampliando o critério de escolha no levantamento e seleção dos materiais de interesse.

Figura 64 – Indicação da presença de ilustrações na obra

1084. — Bibliothèque des merveilles publiée sous la direction de M. Edouard Charton. — Le téléphone, le microphone, et le phonographe par le Comte Th. Du Moncel, membre de l'Institut, deuxième édition — Ouvrage illustré de 74 figures dessinées sur bois par B. Bonnafoux. Paris, Librairie Hachette & Comp., 1878, 1 vol. in-8º.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 76. Acervo Biblioteca do Senado.

Os exemplares incorporados ao acervo da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, registrados durante a década de 1880 a 1889, apresenta a distribuição dos 4.344 títulos. Nesse período ocorreu o maior volume de obras registradas no Catálogo, indicando aumento de 190,57% na quantidade de obras

acrescentadas ao acervo em relação à década anterior. A maior quantidade (13,51%) de obras foi registrada em 1886 e a menor (4,60%) em 1889. É nessa década que são apresentadas, com maior frequência, as indicações de oferta de obras (doação) por autores, tradutores, pelo próprio bibliotecário e pelo Imperador. Parece ser este um período de maior reconhecimento da biblioteca como local de importância para toda a sociedade, merecendo o apreço de todos os envolvidos, não somente alunos e professores.

Tabela 10 – Distribuição das obras do Catálogo - década de 1880 a 1889

Século	Anos	Nº de títulos	%
XIX	1880	420	9,67
	1881	389	8,95
	1882	531	12,22
	1883	519	11,95
	1884	410	9,44
	1885	484	11,14
	1886	587	13,51
	1887	478	11,00
	1888	326	7,50
	1889	200	4,60
Total*	-	4.344	99,98

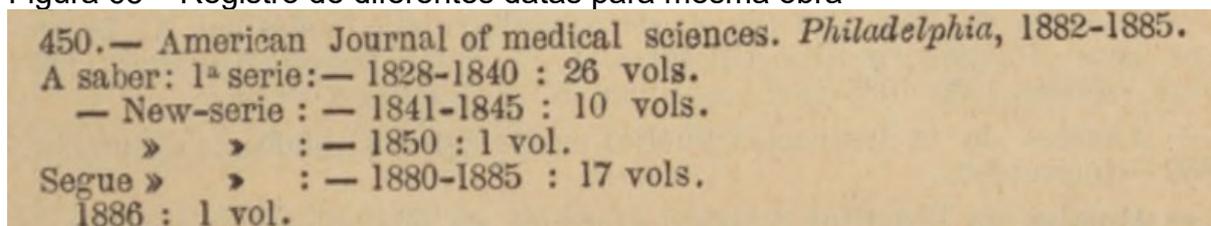
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Diferença decorrente de arredondamentos.

Algumas notas podem informar sobre o estado físico do item, ajudando os usuários a saberem se o material está danificado, incompleto ou chamar a atenção para alguma característica diferencial, ampliando o critério de escolha dos usuários de uma obra em detrimento da outra.

Em 1882 há o registro de um item com indicação de intervalo de tempo, porém, em seguida, é acrescentada uma série com anos distintos, conforme pode ser conferido.

Figura 65 – Registro de diferentes datas para mesma obra



Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 36. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em 1883, outro registro mostra um intervalo de tempo determinado, contudo, ao final, entre parênteses há indicação de que a obra apresenta outros volumes.

Figura 66 – Registro de continuidade fora do intervalo de tempo indicado

456.— J. Liebig — *Annalen der chemie*. Herausgegeben von H. Kopp. A. W. Hofmann A. Kekulé... *Leipzig anl. Heidelberg. C. F. Winter, 1883-1888* (continua).

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 36. Acervo: Biblioteca do Senado.

Notas podem conter descrição histórica do item, seu contexto de produção, mencionar edições anteriores ou ainda dar crédito aos doadores, agregando valor à compreensão do material.

O próprio bibliotecário ofertou obra à biblioteca, como pode ser constatado na imagem que apresenta tal registro.

Figura 67 – Oferta de obra pelo bibliotecário

5094.— Nuovi documenti per la storia delle malattie veneree in Italia della fine del quattrocento alla metà del cinquecento per A. Corradi... *Milano, fratelli Rechiedei, edit.* 1884, 1 vol. in-8.º
Offerta do Dr. Carlos Costa.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 308. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em alguns casos são citadas edições anteriores da obra, porém não há informação se a biblioteca as tem, conforme pode ser observado.

Figura 68 – Indicação de edições anteriores da obra

1110.— *Formulaire pratique de l'électricien* par E. Hospitalier... Première année, 1883 et 2^{me} année 1884. *Paris, G. Masson, edit.*, 1885, 2 vols. in-8.º.

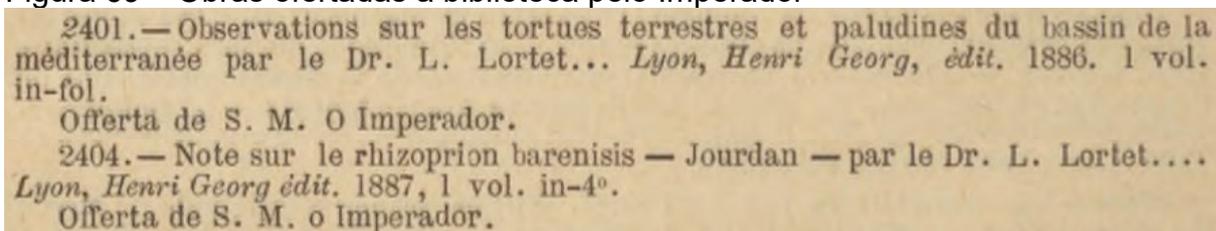
Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo r. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 77. Acervo: Biblioteca do Senado.

O apreço do Imperador pela literatura é explicitado na oferta de obras à biblioteca⁸⁴. De acordo com Schwarcs (1998), o Imperador sobressaiu como um

⁸⁴ Nessa vertente é que se torna mais evidente a participação de D. Pedro II no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como frequentador e incentivador da instituição. A participação do Imperador no IHGB não era meramente figurativa, tanto que no período de 1849 a 1889 chegou a presidir mais de quinhentas sessões na instituição. Esse modelo de mecenato e de valorização da cultura copiava outros mais antigos e os europeus contemporâneos. O principal gênero literário enfatizado era o romantismo, focando nas condições favoráveis da natureza e dos costumes, mas

grande incentivador das artes e da literatura no Brasil, proporcionou apoio financeiro a artistas, escritores e profissionais de diversas áreas científicas, com o objetivo de promover a construção de uma identidade cultural própria. Além de refletir um interesse pessoal do monarca, essa iniciativa fazia parte de uma estratégia mais ampla voltada para a coesão nacional e o fortalecimento das instituições governamentais. A autora complementa que uma característica notável foi a iniciativa do Imperador em propor a criação de gramáticas e dicionários dedicados aos idiomas nativos, embarcando em estudos do tupi e do guarani. Dentre os beneficiados pelo apoio real, destacam-se cientistas como Martius, pesquisadores como Lund e Gorceix, naturalistas como Couty, Goeldi e Agassiz, geólogos como O. Derby e Charles Frederick Hartt, o botânico Glaziou, o cartógrafo Seybold, além de diversos outros naturalistas que estiveram no país. D. Pedro também financiou profissionais de diversas áreas, abrangendo advogados, agrônomos, arquitetos, aviadores, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e vários pintores, conforme pode ser constatado nas notas do Catálogo.

Figura 69 – Obras ofertadas à biblioteca pelo Imperador

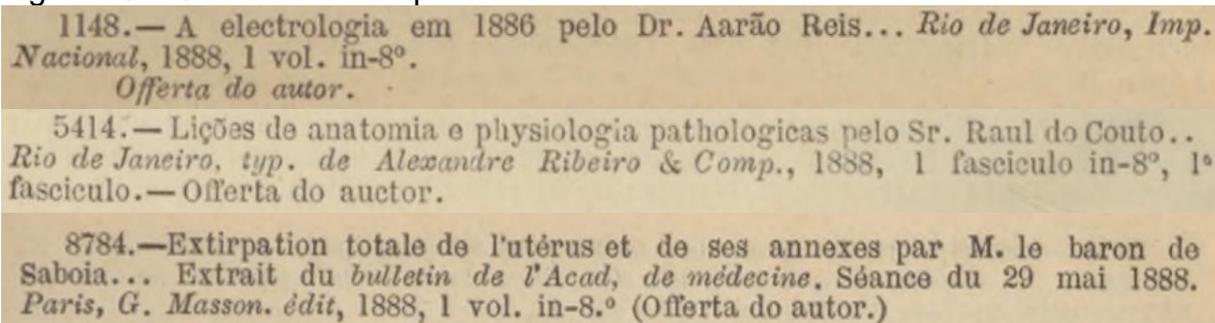


Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 164. Acervo: Biblioteca do Senado.

Há também registro da oferta de obras à biblioteca pelos próprios autores, conforme registrado em três diferentes entradas no Catálogo analisado.

também, destacando as populações indígenas e suas práticas, reconhecidamente os mais autênticos habitantes locais. (SCHWARCZ, 1998, p. 312). D. Pedro II era um “Poliglota, assíduo correspondente e sócio de várias instituições internacionais [...] tinha junto ao trono uma biblioteca, um museu, além de um laboratório e seu famoso observatório astronômico. Interessado na educação, o imperador freqüentava concursos nas escolas de Medicina, Politécnica, Militar e Naval” (SCHWARCZ, 1998, p. 352).

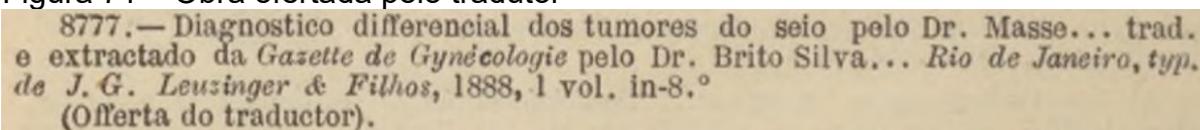
Figura 70 – Obras ofertadas pelos autores à biblioteca



Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 79, 328, 553. Acervo: Biblioteca do Senado.

Os tradutores também fizeram oferta das obras sob sua responsabilidade à biblioteca. As traduções eram formas importantes de atualização do conhecimento, devido à dificuldade de acesso aos textos originais, como ainda à demora dos meios de transporte e, muitas vezes, à falta de recursos das instituições para a sua aquisição. De acordo com Reis (2015), muito se traduziu à época, tanto material de teor literário quanto técnico-científico. A maioria dos textos eram traduzidos do francês, mas também do inglês e do alemão. Naquela época, segundo a lei, o tradutor era considerado autor ou coautor daquele texto em língua portuguesa (CASTELLANOS, 2012). Oliveira (1997, p. 37), acrescenta que essas traduções “eram manuais a serem usados na Academia Real Militar e na Guarda Marinha, nos cursos de Cirurgia e Medicina e nas preleções avulsas. Esses manuais eram, na quase totalidade, traduções de obras francesas”.

Figura 71 – Obra ofertada pelo tradutor⁸⁵



Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 532. Acervo: Biblioteca do Senado.

De modo geral, a realização de uma doação ocorre dentro de um cenário que abrange filantropia, caridade, fraternidade, assistência social e beneficência,

⁸⁵ “Carlos Augusto de Brito e Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1860. Doutor em medicina pela faculdade da mesma cidade em 1883, foi logo nomeado ajudante do bibliothecario da mesma faculdade” (BLAKE, 1893).

normalmente motivada por princípios de altruísmo, empatia, compaixão, generosidade, bondade e solidariedade (SOUZA; FREITAS, 2019). Outra suspeita é de que o doador tinha o intuito de integrar-se à história da biblioteca e conseqüentemente da faculdade. O registro da doação em alguma medida eterniza o nome do doador como parte da construção e desenvolvimento de uma instituição, que já nascia com o potencial de ser e fazer história.

Já as notas de remissiva são informações que ajudam os usuários a encontrarem materiais relacionados a duas ou mais áreas (classes) de conhecimento. Elas ainda podem estabelecer conexões entre materiais similares, apontando para outros itens que podem ser de interesse para quem está consultando, como obras do mesmo autor, volumes sequenciais em uma série ou assuntos relacionados, tornando a pesquisa mais precisa (MEY, 1995). Nesse caso, classificação em grandes categorias causou alguma dificuldade nos casos em que algumas obras apresentavam temas que poderiam ser atribuídos a diferentes categorias, ocasionando o registro naquele que o bibliotecário considerou pertinente, porém com a referida observação.

Em suma, as notas desempenham um papel significativo na catalogação de acervos bibliográficos, pois fornecem informações adicionais e esclarecimentos sobre os materiais catalogados. Elas possuem diferentes finalidades, porém sempre contribuindo para uma melhor compreensão e utilização do acervo.

Figura 72 – Indicação de obra com temas pertinentes a mais de uma categoria

1274.— Chimie inorganique et organique, botanique, zoologie. Notes servant à la préparation de l'examen du 1^{er} doctorat... par Lewis-Nicholas Worthington... Paris, A. Davy, 1889, 1 vol. in-8^o (póde ser incluído também na secção de historia natural).
(N. B. Estão incluídas nesta classe algumas obras de] chimica organica, que não podiam ser separadas na classificação.)

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 88. Acervo: Biblioteca do Senado.

Por fim, a obra com data mais recente no Catálogo é de 1892. Isso confirma a suspeita de que até a publicação impressa do referido Catálogo houve atualizações simultâneas, o que comprova o cuidado e atenção do dr. Carlos Costa em produzir um Catálogo de qualidade com o máximo de compatibilidade do que existia na biblioteca.

Figura 73 – Obra mais recente registrada no Catálogo

8707 — Manuel des maladies des femmes : leçons cliniques professées par Lombe Atthill... ouvrage traduit sur la 6^me édition par le dr. P. P. Lavoie. (De Québec) H. Laucereyys, lib. 1892, 1 vol. in-8.^o

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 528. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em síntese, as diferentes obras registradas no Catálogo mostram a abordagem a temas variados, em épocas diversas, mas também o uso dos recursos de traduções de diferentes idiomas para acesso às temáticas abordadas. É caracterizada também a inclusão de obras ofertadas por diferentes personalidades, entre elas o Imperador, autores e tradutores, na modalidade de doação. O aumento expressivo do acervo nas últimas décadas pode ser explicado, pelo menos parcialmente, pelo incremento das relações do Brasil, que se tornou sede da Coroa portuguesa a partir de 1808 e também pela abertura de instituições administrativas e escolas, entre outros tipos de instalações, que exigiam suporte literário para seu desenvolvimento.

A análise da cronologia permitiu entender como o crescimento quantitativo do acervo no decorrer das décadas pode ter influenciado na elaboração de um instrumento compatível com o funcionamento da biblioteca.

Além disso, percebe-se que o desenvolvimento da coleção, em consequência das mudanças e reformas ocorridas no currículo do curso de medicina, o aumento do número de alunos frequentando a biblioteca, o acesso às obras estrangeiras e o crescimento da produção bibliográfica local, foram fatores que resultaram na produção de um Catálogo que contribuisse para a eficiência operacional e organização geral da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, promovendo o acesso à informação de maneira eficaz e facilitando a experiência dos usuários.

Nesse sentido, a identificação cuidadosa das datas de publicação revela-se como uma âncora temporal na catalogação de livros e no desenvolvimento de uma biblioteca. Ao estabelecer o contexto cronológico de cada obra é traçada a evolução do pensamento e das ideias ao longo do tempo, além de oferecer um conteúdo substancial para a compreensão das transformações sociais, políticas e culturais que permearam cada período histórico.

A identificação das datas de publicação é fundamental para autenticar e preservar a integridade histórica das obras. Ao reconhecer o contexto temporal de uma publicação, os pesquisadores podem evitar anacronismos e interpretar com

maior precisão as motivações por trás das palavras e dos estilos de linguagens impressos. Além do mais, no caso do acervo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o mapeamento de características intrínsecas registradas cronologicamente no Catálogo, como doações, traduções, aspectos físicos, entre outras, favoreceu o diálogo com o passado. Assim, abre-se de fato as portas para um entendimento mais profundo e contextualizado da memória e da evolução da medicina no Brasil e do legado médico científico.

4.3 Local de procedência das obras

O registro da procedência de livros de um modo geral favorece o entendimento da história da impressão, do desenvolvimento das artes gráficas, das práticas editoriais e das redes intelectuais em cada momento da história. Martins (2001) afirma que o conhecimento do local de publicação de um livro revela informações sobre a geografia do impresso e permite a identificação de características tipográficas que podem ser úteis para a datação e autenticação de exemplares. O autor relata que os tipógrafos como os Aldo, os Elzevier e os Didot, responsáveis pela composição e impressão de textos, foram figuras-chave na produção de livros. Conhecer o local em que esses profissionais exerciam sua atividade, bem como os períodos históricos, não apenas destaca centros importantes de produção literária, mas também lança luz sobre as relações de intercâmbio intelectual que se desenvolviam nessas regiões. Além disso, o registro do local de publicação permite entender o contexto cultural, político e social em que uma obra foi produzida. As mudanças nos centros de publicação refletem transformações históricas, como movimentos artísticos, revoluções, migrações de intelectuais e a disseminação do conhecimento (MARTINS, 2001). O local de publicação tem sido um elemento importante na identificação e no rastreamento de obras literárias, enriquecendo a compreensão desde os manuscritos até as origens dos livros impressos.

A invenção da prensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg no século XV na Alemanha foi um marco revolucionário na história da comunicação e da disseminação do conhecimento. Gutenberg desenvolveu um método de impressão que utilizava letras móveis, permitindo a produção em massa de livros e materiais impressos. Isso representou uma transformação radical na forma como a informação

era compartilhada e disseminada na Europa. A partir da Alemanha, a tecnologia de impressão de Gutenberg se espalhou para outros países, como Itália e França, onde teve um impacto cultural e intelectual profundo (MARTINS, 2001).

O autor ainda afirma que na Itália a imprensa de tipos móveis chegou por volta da década de 1460. O país já possuía uma rica tradição intelectual e cultural, e a chegada da impressão acelerou ainda mais o intercâmbio de ideias e conhecimento. As cidades italianas, como Veneza, tornaram-se centros importantes de produção de livros, impulsionando o Renascimento e a disseminação das obras clássicas greco-romanas. A imprensa permitiu a reprodução em massa desses textos, democratizando o acesso ao conhecimento e catalisando avanços nas áreas da filosofia, ciência, arte e literatura.

Na França, a imprensa de Gutenberg chegou por volta do final do século XV. Assim como na Itália, a França viu um rápido crescimento na produção de livros e materiais impressos. Paris se tornou um importante centro de publicação e disseminação de obras, contribuindo significativamente para o desenvolvimento cultural e intelectual do país. A disponibilidade de livros impressos permitiu a propagação de ideias políticas, filosóficas e religiosas, desempenhando um papel fundamental nos debates intelectuais da época (DARNTON; ROCHE, 1996).

Ainda sobre os locais onde os livros eram publicados, foram identificadas na análise do objeto desse trabalho mais de duzentas diferentes localidades de procedência das obras, entendidas aqui como o local de impressão da obra, de acordo com o registro no Catálogo.

Visando facilitar a compreensão e identificação de alguns dos locais indicados, foi utilizado como instrumento de consulta, o *Consortium of European Research Libraries (CERL) Thesaurus*, entidade que congrega recursos de diversas bibliotecas que se concentram na história dos livros, o que possibilitou a identificação dos nomes das localidades utilizadas e suas variações, como também sua localização geográfica.

Um tesouro é uma ferramenta de indexação e organização de informações que contém um conjunto de termos e conceitos organizados hierarquicamente. Ele é usado para facilitar a recuperação de informações em bases de dados, bibliotecas, sistemas de informação e outros contextos em que a organização e a busca de informações são essenciais (FARIA; PERICÃO, 1988). A importância de um tesouro reside na sua capacidade de superar problemas de ambiguidade e sinonímia, fornecendo um conjunto estruturado de termos relacionados, como termos mais gerais

e mais específicos, termos relacionados e termos que são variantes linguísticas (LANCASTER, 2003).

O CERL *Thesaurus* ([20--], tradução livre do autor) contém nomes de locais de impressão, nomes pessoais e corporativos constantes em materiais impressos “[...] antes de meados do século XIX - incluindo variantes ortográficas, formas em latim e outras línguas, e nomes fictícios”.⁸⁶ Ainda assim, várias localidades não foram localizadas e/ou passíveis de serem identificadas em sua correspondência.

⁸⁶ No original: “The CERL Thesaurus file contains forms of imprint places, imprint names, personal names and corporate names as found in material printed before the middle of the nineteenth century - including variant spellings, forms in Latin and other languages, and fictitious names” (CERL *THESAURUS*, [20--]).

Figura 74 – Página de apresentação do CERL *Thesaurus*

CERL

Search Browse History Bookmarks Login

CERL Thesaurus
accessing the record of Europe's book heritage

Search the CERL Thesaurus

CERL Thesaurus

The CERL Thesaurus file contains forms of imprint places, imprint names, personal names and corporate names as found in material printed before the middle of the nineteenth century - including variant spellings, forms in Latin and other languages, and fictitious names.

Authority files contributed by CERL member libraries and other libraries/projects concentrating on the history of the book are brought together and made searchable in one single system [click here for a full list of files integrated into the CERL Thesaurus](#). The CERL Thesaurus merges standard and authority forms of names that are used in present day library catalogues without imposing CERL's own authoritative form of name. Instead, standard and variant forms are listed alphabetically with a clear indication of the institutions that use a particular standard form.

Licence

The CERL Thesaurus data is available under the terms of Etalab's Open Licence, which can be considered equivalent to ODC-BY and CC-BY 2.0. Please see [here](#) for the full legal text of the licence in [French](#) or [English](#)

Help Data Policy Datasets Language Contact API Login


Consortium of European Research Libraries
Marsh's Library · St Patrick's Close, Dublin, Ireland · Do8FK79

Fonte: CONSORTIUM OF EUROPEAN RESEARCH LIBRARIES. *CERL Thesaurus*. [20--].

No Catálogo, algumas obras têm os locais indicados com diferentes grafias, tal como no exemplo apresentado, em que Lisboa, capital de Portugal, figura como Olysiptone. Lisboa é a forma atual da resultante do topónimo árabe, sendo que este provém do latim: *Olisipone, ou Olysiptone, ou Olisippone* (CAMÕES INSTITUTO, 2016).

Figura 75 – Identificação do local de procedência: Olysiptone⁸⁷ e Lisboa

260.— Magnum lexicon latinum et lusitanum, etc. etc.... Operat et studio Fr. Emmanuelis Pini Cabralii... Quarta editione correctum a fr. Josepho Antonio Ramalio... *Olysiptone, Regiæ off.*. 1833, 1 vol. in-4º.

264.— Diccionario Italiano e Portuguez, extrahido dos melhores lexicographos antigos e modernos: contendo as phrases italianas mais escolhidas e particularmente as que dão a conhecer a regencia dos verbos etc. por Antonio Prefumo. *Lisboa, typ de Antonio José de Rocha*, 1853, 1 vol. in-4º.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 19. Acervo: Biblioteca do Senado.

Como pode ser observado, a grafia para Paris também é apresentada de forma variada. Ressalta-se que essas diferenças decorrem, principalmente, dos idiomas e da época em que foram impressas as obras.

Faraco (2022) informa que as línguas estão constantemente em evolução no eixo do tempo, sofrendo modificações sucessivas na pronúncia, na morfologia, no significado das palavras, na estrutura das frases e no vocabulário. O autor complementa que não é a língua em si que se transforma, mas sim seus falantes, que, por meio de inúmeras atividades de comunicação, gradual e continuamente, modificam a língua.

⁸⁷ O Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora [2023?] apresenta o vocábulo “olissiponense” como “adjetivo de 2 géneros = 1.relativo ou pertencente a Olisipo, atual Lisboa/2.relativo à cidade de Lisboa/nome de 2 géneros = 1.natural ou habitante de Olisipo/2.natural ou habitante de Lisboa”.

Figura 76 – Identificação do local de procedência: *Parisüs, Parisiis* e Paris

259.— Cornelii Schrevelii. Lexicon manuale Græco-Latinum, Bataviceis, Anglicanis, Parisinisque editionibus collatis ab innumeris quibus scatebat mendis ad Henrici Stephani Normam expurgavit *Parisüs, ex typis Augusti Delalain, bibliopolæ*, 1820, 1 vol. in-8º.

261.— Magnum lexicon novissimum latinum et lusitanum, ad plenissimam scriptorum latinorum interpretationem accomodatam. etc. R.R. P.P. MM. Fr. Emmanuelis Pinii Cabralii et Josephi Antonii Ramalii.... opera et studio Emmanuelis Josephi Ferreira. *Parisiis, Apud J. P. Aillaud, Rio de Janeiro apud Souza & C.* 1835, 1 vol. in-4º.

263.— Novo dictionario francez-portuguez... por José da Fonseca. *Paris, J. P. Aillaud, lib., 1845, 1 vol. in-8º.*

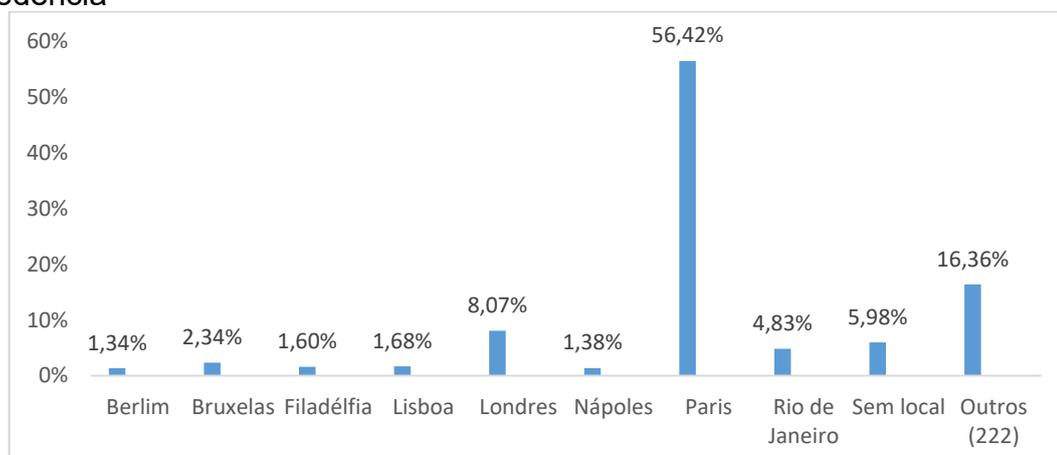
Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 19. Acervo: Biblioteca do Senado.

As obras relativas aos séculos XII e XIV, as mais antigas registradas no Catálogo, foram oriundas da Filadélfia e de Paris, respectivamente. No século XVI Paris (28,57%) e Veneza (28,57%) representaram os locais de procedência de duas obras cada, sendo as demais duas distribuídas entre Antuérpia e Basileia, e uma restante sem local identificado. No século XVIII, Paris representou 48,65% dos locais de procedência das obras registradas no Catálogo, seguida por obras sem local identificado (5,70%), Londres (4,80%), Leiden (4,50%) e Lausanne (3,00%), enquanto as demais 33,35% foram distribuídos entre 52 diferentes localidades. Optou-se por não indicar individualmente cada localidade devido à sua baixa representatividade (<3,00%) e dificuldade de visibilidade em gráficos.

Entre as obras sem data, 50,12% não apresentaram local de procedência, entretanto Paris representou 34,94% daquelas cujo local foi identificado, seguida por Londres (3,13%) e as demais 11,81% foram distribuídas entre 31 diferentes localidades.

Durante o século XIX foram registradas 231 diferentes localidades de procedência das obras registradas no Catálogo, dentre elas, Paris representou 56,42% desses locais, seguida por Londres (8,07%), obras sem local identificado (5,98%) e Rio de Janeiro (4,83%), que apresentaram percentuais mais expressivos. O gráfico apresenta a distribuição das obras pelas principais localidades indicadas no Catálogo. A França já possuía uma longa tradição científica, que remontava ao Iluminismo do século XVIII. Figuras como Voltaire, Diderot e Descartes haviam estabelecido bases para o pensamento científico e a disseminação do conhecimento. Esse legado intelectual favoreceu o desenvolvimento e a produção de livros científicos no século XIX (EISENSTEIN, 1998).

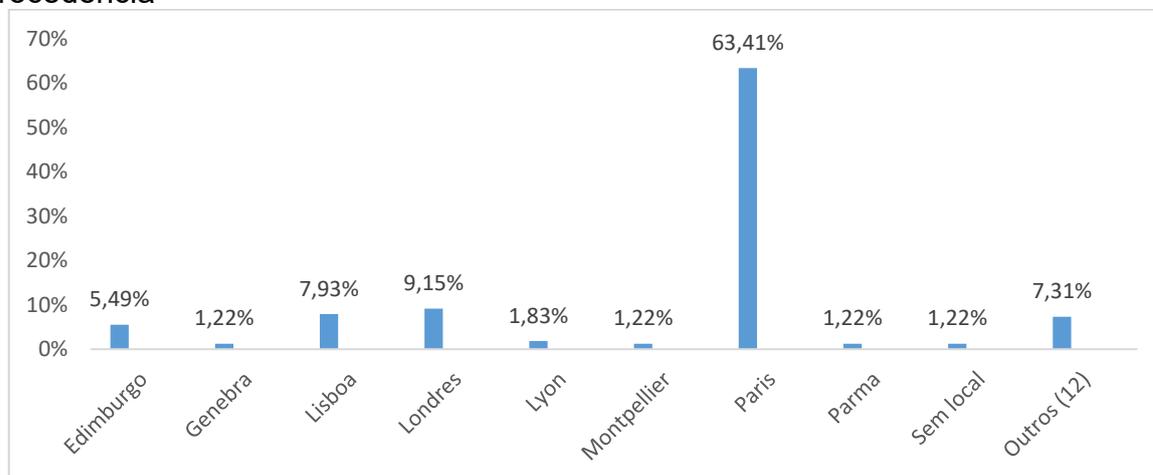
Gráfico 3 – Distribuição das obras do Catálogo – século XIX – por local de procedência



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Ao se analisar a distribuição das obras por décadas, pode-se verificar que Paris surge como localidade mais frequente. Pode-se observar ainda, conforme o gráfico abaixo, a distribuição das 164 obras registradas na década de 1800 a 1809.

Gráfico 4 – Distribuição das obras do Catálogo – 1800-1809 – por local de procedência



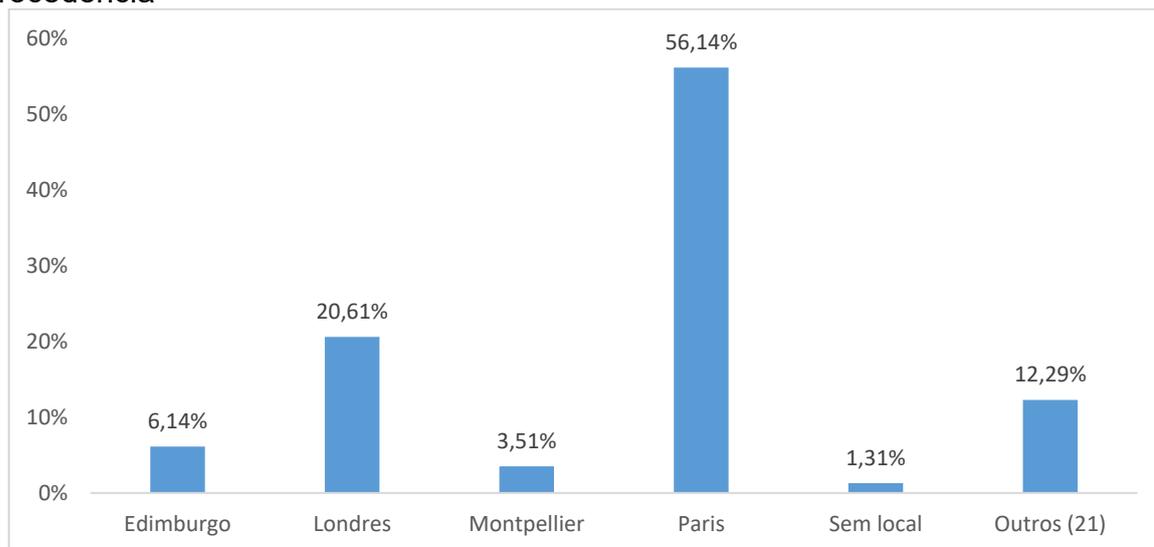
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Fica evidente que Paris é indicada como local de procedência de 63,41% das obras registradas no Catálogo nesse período, seguida por Londres (9,15%), Lisboa (7,93%) e Edimburgo (5,49%) como locais mais expressivos para a procedência de obras. Ressalta-se que doze outras localidades somaram apenas 7,31% das obras

registradas no Catálogo, mostrando a possível dificuldade de acesso a obras de outras localidades.

Na década de 1810 a 1819, é possível identificar a distribuição das 228 peças registradas no Catálogo.

Gráfico 5 – Distribuição das obras do Catálogo – 1810-1819 – por local de procedência

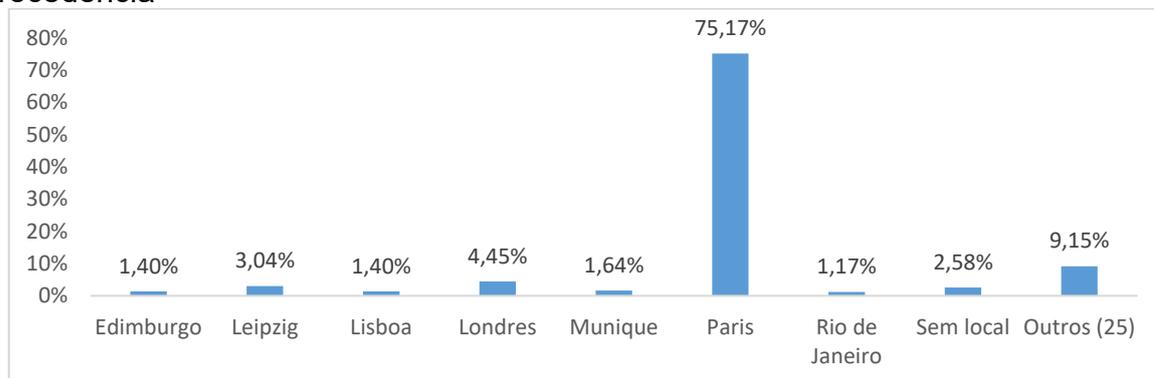


Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Paris foi indicada como local de procedência de 56,14% das obras, seguida por Londres (20,61%), que apresentou crescimento expressivo, Edimburgo (6,14%) e Montpellier (3,51%), que também apresentaram crescimento, porém menos expressivo, em relação à década anterior. As outras 21 localidades representaram 12,29% das obras registradas no Catálogo.

Entre os anos de 1820 a 1829, registrou-se a entrada de 427 exemplares no Catálogo.

Gráfico 6 – Distribuição das obras do Catálogo – 1820-1829 – por local de procedência

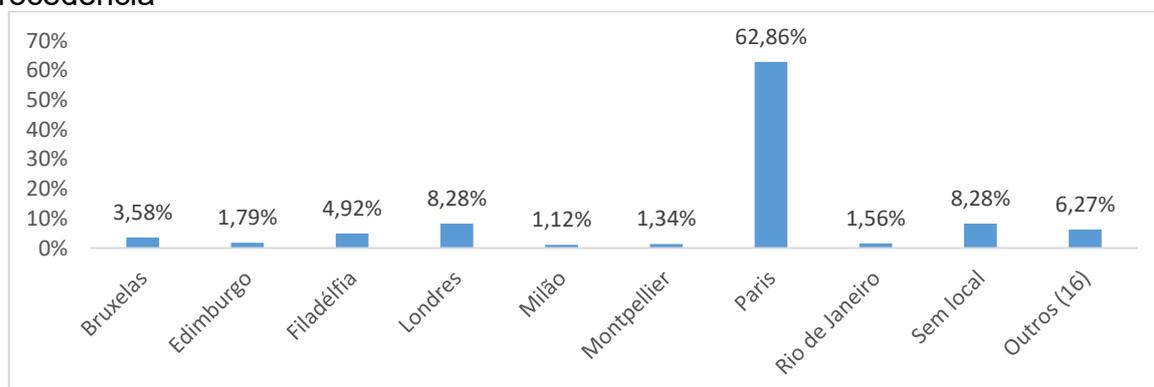


Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Nessa década, Paris representou 75,17% da procedência de obras, seguida em percentuais bastante inferiores, inclusive à década anterior, por Londres (4,45%) e Leipzig (3,04%). Outras localidades, como Munique (1,64%), Edimburgo, Lisboa (1,40% cada) e Rio de Janeiro (1,17%) aparecem com percentuais bastante inferiores às três primeiras localidades citadas. Por outro lado, as obras sem indicação de localidade (2,58%) e o grupo de outras localidades (9,15%) apresentaram crescimento acentuado.

Em seguida, pode-se observar a distribuição das 447 obras registradas no Catálogo durante a década de 1830 a 1839.

Gráfico 7 – Distribuição das obras do Catálogo – 1830-1839 – por local de procedência



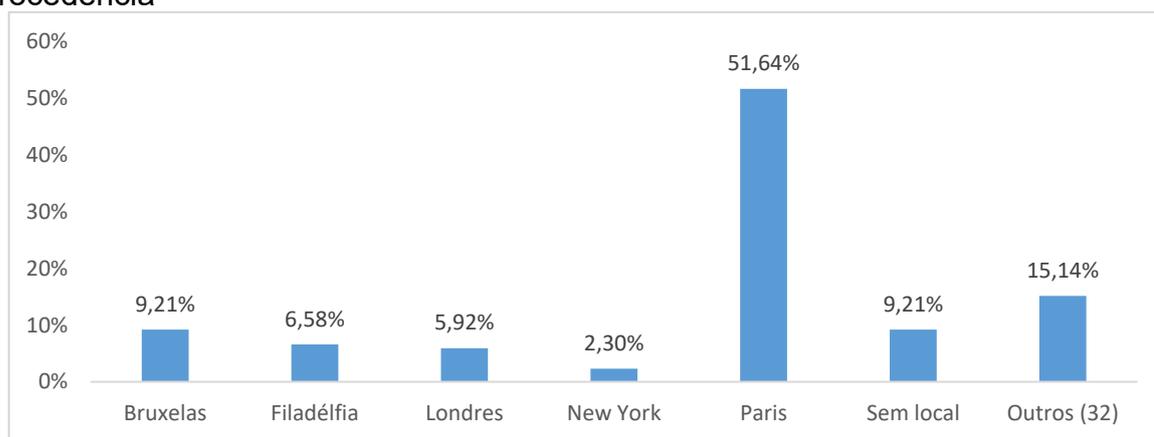
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

No período indicado, mais uma vez Paris se destaca como local de procedência de 62,86% das obras registradas no Catálogo, seguida por Londres (8,28%), Filadélfia

(4,92%), Bruxelas (3,58%), Edimburgo (1,79%), Rio de Janeiro (1,56%), Montpellier (1,34%) e Milão (1,12%). Os registros sem local de procedência representaram 8,28% e o grupo de dezesseis outras localidades somaram 6,27%.

O registro durante a década de 1840 a 1849 soma 304 itens registrados no Catálogo.

Gráfico 8 – Distribuição das obras do Catálogo – 1840-1849 – por local de procedência

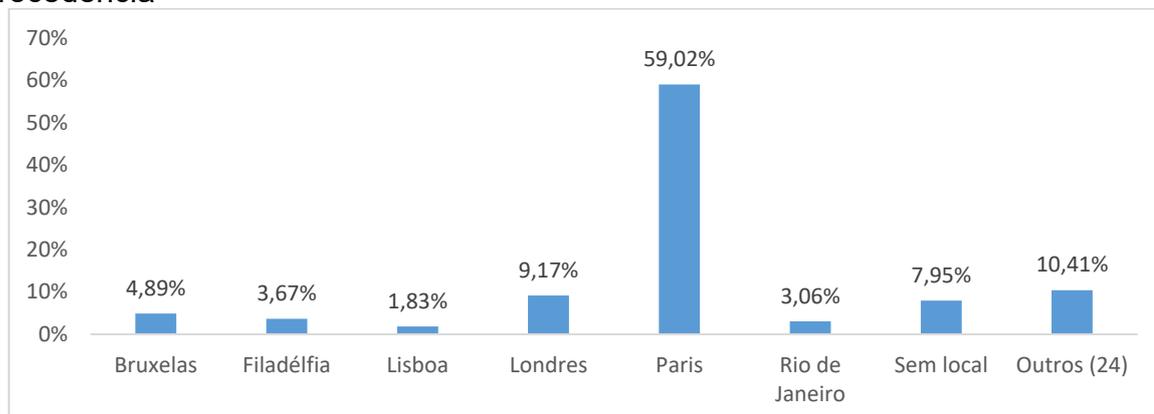


Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Paris foi local de procedência de mais da metade (51,64%) das obras registradas no Catálogo na década em análise, seguida por Bruxelas (9,21%), Filadélfia (6,58%), Londres (5,92% e New York (2,30%). As obras sem indicação de procedência representaram 9,21% e as demais 32 localidades representaram 15,14%. Observa-se que o Rio de Janeiro perdeu representatividade nesses períodos, chegando a ser identificado apenas 0,99% dos locais de procedência e, por esse motivo, inserido no grupo Outros.

A entrada de 327 peças foi registrada no Catálogo durante a década de 1850 a 1859.

Gráfico 9 – Distribuição das obras do Catálogo – 1850-1859 – por local de procedência

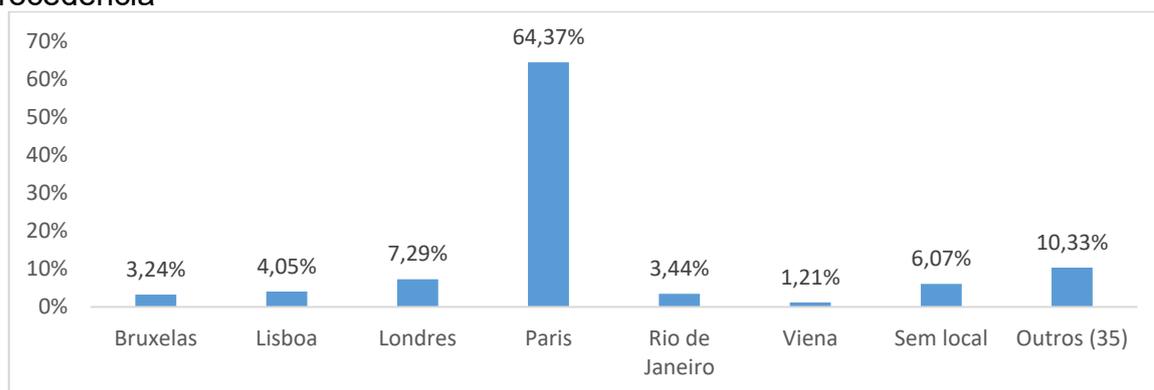


Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Paris seguiu respondendo por mais da metade (59,02%) dos locais de procedência das obras registradas no Catálogo nesse período, seguida por Londres (9,17%), Bruxelas (4,89%), Filadélfia (3,67%), Rio de Janeiro (3,06%) e Lisboa (1,83%). As obras sem local de procedência representaram 7,95% e as demais 24 localidades somaram 10,41%.

Abaixo pode-se observar a distribuição das 494 obras identificadas no Catálogo durante a década de 1860 a 1869.

Gráfico 10 – Distribuição das obras do Catálogo – 1860-1869 – por local de procedência



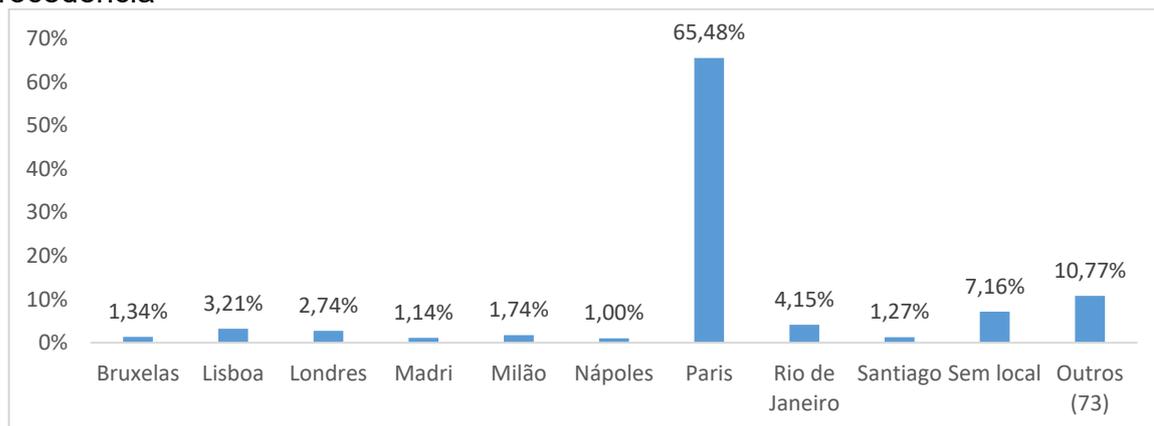
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Paris novamente apareceu como o principal local de publicação representando 64,7% dos locais de procedência das obras identificadas no Catálogo na década em análise, seguida por Londres (7,29%) Lisboa (4,05%), Rio de Janeiro (3,44%),

Bruxelas (3,24%) e Viena (1,21%). As obras sem local de procedência somaram 6,07% e as 35 outras localidades do grupo Outros atingiram 10,33%.

A aquisição das 1.495 obras incluídas no Catálogo durante a década de 1870 a 1879 pode ser observada no gráfico seguinte.

Gráfico 11 – Distribuição das obras do Catálogo – 1870-1879 – por local de procedência

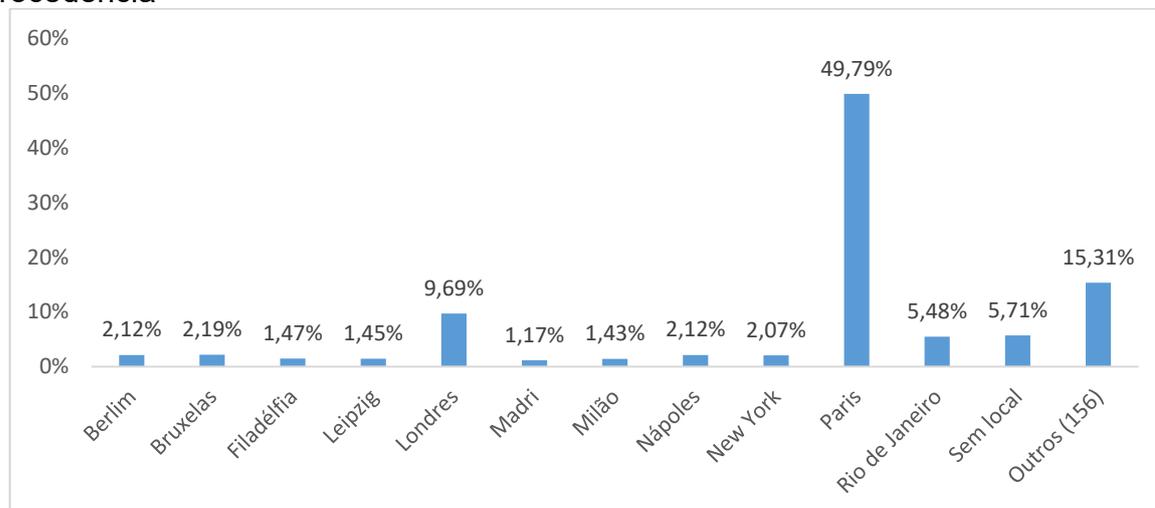


Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

Paris se mantém como principal (65,48%) local de procedência das obras registradas no Catálogo na década, seguida, com diferença expressiva, por localidades como Rio de Janeiro (4,15%), Lisboa (3,21%), Londres (2,74%) Milão (1,74%), Bruxelas (1,34%), Santiago (1,27%), Madri (1,14%) e Nápoles (1,00%). As obras sem indicação de local de procedência representaram 7,16% e o grupo de 73 localidades intitulado Outros representou 10,77%.

Finalmente, apresenta-se a distribuição dos 4.344 itens constantes no Catálogo no período de 1880 a 1889, conforme pode ser observado.

Gráfico 12 – Distribuição das obras do Catálogo – 1880-1889 – por local de procedência



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

Acervo: Biblioteca do Senado.

Paris permaneceu como principal local de procedência das obras registradas no Catálogo na década em análise, porém com menor representatividade do que nas décadas anteriores, representando 49,79%.

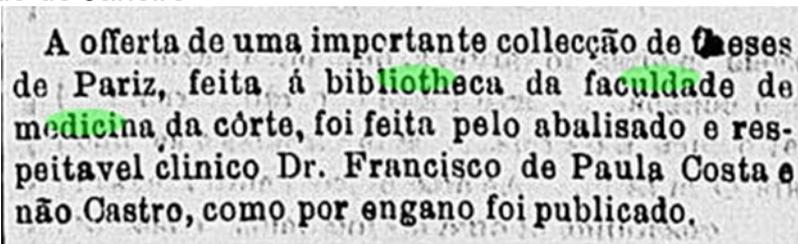
Importante lembrar que, mesmo com a diminuição da representatividade, a presença francesa ainda tinha um impacto significativo no ensino médico no Brasil, onde todo o aparato educacional, incluindo livros, metodologias, regulamentos, currículos e literatura, era importado dessa cultura, conforme frisa Batista (1998).

Observa-se que houve maior diversidade também nos locais de procedência, incluindo Londres (9,69%), Rio de Janeiro (5,48%), Bruxelas (2,19%), Berlim (2,12%), Nápoles (2,12%), New York (2,07%), Filadélfia (1,47%), Leipzig (1,45%), Milão (1,43%) e Madri (1,17%). As obras sem indicação de local de procedência representaram 5,71% e o grupo de 156 localidades componentes do grupo Outros totalizou 15,31%.

Essa diversidade encontra explicação no texto de Vinelli (1882), que assevera que houve expansão na permuta e recebimento de 'theses', bem como a assinatura de mais de 120 diferentes jornais e revistas estrangeiros de diferentes procedências, além da aquisição de livros, relatórios e outros documentos de interesse.

Em 1884 há o registro, incluindo a correção do nome do doador, de incorporação por doação de uma importante coleção de teses oriundas de Paris, conforme registrado no periódico *Brazil*.

Figura 77 – Registro de doação de coleção de teses à Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro



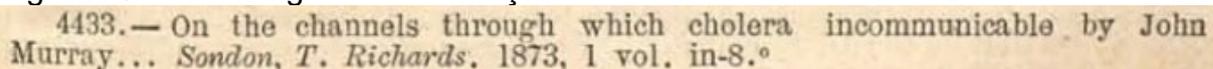
A offerta de uma importante colleção de theses de Pariz, feita á bibliotheca da faculdade de medicina da côrte, foi feita pelo abalisado e respeitavel clinico Dr. Francisco de Paula Costa e não Castro, como por engano foi publicado.

Fonte: BRAZIL. Rio de Janeiro, n. 3, 1884a. p. 2. Acervo Biblioteca Nacional.

O Dr. Francisco de Paula Costa era médico conceituado e pai do bibliotecário dr. Carlos Costa, que viajava à Europa, possivelmente, para atualização da sua prática médica e, por esse motivo, tinha acesso a tais publicações.

Em obra de 1873, percebeu-se o erro de grafia para a localidade de Londres, em inglês *London*, que foi grafada como ‘Sondon’, o que permitiu a classificação adequada da localidade, conforme a identificação seguinte.

Figura 78 – Erro de grafia na indicação da localidade



4433.— On the channels through which cholera incommunicable by John Murray... Sondon, T. Richards, 1873, 1 vol. in-8.º

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 271. Acervo: Biblioteca do Senado.

Por fim, a única obra do ano de 1892 registra como local de procedência Québec.

Observa-se que ao longo de todo o período contemplado pelas obras registradas no Catálogo, Paris foi o principal local de procedência das obras em todas as décadas, o que confirma a posição ocupada pela cidade como um dos principais centros das ciências, especialmente a médica e sua difusão em registros escritos. Algumas localidades, como Londres, Bruxelas, Edimburgo, Filadélfia e Lisboa, entre outras, apresentam menor volume de obras, contudo não se pode descartar a possibilidade de haver procedências diferentes para as traduções e os originais, como ainda diferentes endereços para a mesma empresa tipográfica.

Cooper-Richet (2009), recorda que no começo do século XIX, o mundo lusófono enfrentava mudanças profundas: em Portugal, a guerra contra Napoleão I e, depois, em 1807, a partida da Família Real de Bragança para o Brasil.

A luta pela independência em 1822 trouxe consigo um movimento de modernização política e o surgimento de elites intelectuais e progressistas ávidas por

leitura. Tanto em Portugal quanto no Brasil, a oferta de impressos ainda não atendia plenamente à demanda crescente (MARTINS, 2001).

Martins (2001) registra que a Imprensa Régia, fundada por ordem de Dom João VI nesse período, tinha o propósito de imprimir documentos oficiais, obras literárias, científicas e religiosas. Isso contribuiu para a disseminação do conhecimento e a consolidação de uma esfera pública no Brasil. Com o aumento da demanda por materiais impressos, o século XIX testemunhou a instalação de diversas tipografias em terras brasileiras, a saber: no Rio de Janeiro, entre 1821 e 1822 montaram-se 6 novas tipografias; na Bahia o primeiro estabelecimento data de 1811; em Pernambuco, 1815; no Maranhão e no Pará, 1821; e São Paulo, 1829. Em outras províncias do Brasil a imprensa foi instalada nos seguintes períodos: Piauí, no início da década de 1830; Ceará, 1824; Rio Grande do Norte, 1832; Paraíba, 1826; Alagoas, 1831; Sergipe, 1835; Espírito Santo, 1840; Minas Gerais, 1822; Rio Grande do Sul, 1828; Santa Catarina, 1831; Mato Grosso, 1840; e por fim Amazonas, 1852. Isso impulsionou o desenvolvimento da imprensa, permitindo uma produção mais rápida e acessível de jornais, revistas e livros.

No Catálogo estudado, o Rio de Janeiro somente começa a surgir como localidade de procedência de obras a partir da década de 1820-1829, relacionando-se esse período àquele posterior à instalação de tipografias e autorização para impressão de obras no Brasil.

Ao finalizar a reflexão sobre a relevância da identificação da procedência dos livros e periódicos presentes no Catálogo, fica evidente que este é um elemento essencial para desvendar a trajetória individual de cada obra e reconstruir os fluxos culturais e intelectuais ao longo do tempo. A geolocalização das publicações confere um caráter tangível à história dos livros e lança luz sobre as conexões interculturais que moldaram o desenvolvimento do conhecimento. Ao mapear os locais de publicação, conseguimos visualizar as redes de intercâmbio cultural e intelectual que transcendem fronteiras nacionais, proporcionando uma compreensão mais rica das influências e trocas que deram forma às ideias médico científicas no contexto das décadas iniciais de funcionamento da faculdade.

Além disso, a identificação dos locais de publicação permite a contextualização histórica e social das obras, revelando nuances específicas de diferentes regiões e períodos. Cada cidade ou região de publicação carrega consigo características únicas

que agregam conceitos à interpretação dos textos e oferecem uma visão mais completa das circunstâncias que moldaram sua criação.

Dessa forma, ao atribuir a devida importância à identificação das procedências, não apenas preserva-se a individualidade histórica de cada obra, mas também contribui para a compreensão mais ampla e interconectada da evolução do conhecimento humano. Essa preocupação com a identificação da localização geográfica é, de certa forma, uma celebração da diversidade cultural que permeia a história da escrita e da publicação, assegurando que cada livro seja reconhecido como um elo valioso na teia intrincada do patrimônio literário global.

4.4 Idioma dos itens

O reconhecimento de um idioma no contexto global está ligado à capacidade de influência de um país sobre os demais, à maneira como difunde sua cultura ao redor do mundo e à forma como promove o uso de sua língua (RISSO; MOURA, 2019).

Em uma análise das práticas de leitura, instrução e uso de línguas no Brasil colonial, Villalta (1997) destaca a influência francesa nessas áreas. A partir do final do século XVIII, o francês emerge como concorrente do latim como língua erudita, tendo o inglês seguindo a certa distância. Lages (2020) afirma que estudos que tratam da história da leitura no Brasil, e dos impressos de um modo geral, carregam elementos sobre diversas formas de representação da língua francesa.

Na análise dos idiomas presentes no Catálogo, foram encontradas obras em onze diferentes idiomas: latim, inglês, português, italiano, espanhol, alemão, grego, romeno, sueco, frísio e principalmente francês.

Ao se considerar a distribuição dos exemplares pelos séculos, pode-se observar que no século XII houve o registro de apenas uma obra no idioma inglês; no século XIV repetiu-se o registro de uma única obra, porém no idioma francês; no século XVI o latim foi o idioma de quatro obras registradas, seguida por duas em italiano e uma em francês; no século XVII predominou o latim, com registro de doze obras nesse idioma, uma em inglês e outra em francês. No século XVIII o idioma francês apresenta o maior número de obras (189), seguido pelo latim (107), inglês (18), português (7), alemão (5), espanhol (4) e italiano (3).

Tabela 11 - Distribuição das obras do Catálogo – séculos XII-XVIII e idiomas

Séculos	Idiomas							
	Latim	Inglês	Português	Italiano	Espanhol	Alemão	Francês	Outros*
XII	-	1	-	-	-	-	-	-
XIV	-	-	-	-	-	-	1	-
XVI	4	-	-	2	-	-	1	-
XVII	12	1	-	-	-	-	1	-
XVIII	107	18	7	3	4	5	189	-
Total	123	20	7	5	4	5	192	-

Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*A coluna 'Outros' agrupa as obras nos idiomas grego, romeno, sueco e frisio.

Quanto às obras do século XVIII, mais precisamente 1791 e 1792, há registro de dois livros em francês traduzidos do holandês, conforme pode ser observado no registro do Catálogo. Após a chegada de Dom João VI, e em consequência artistas, engenheiros, mestres, comerciantes, modistas, entre outros, se afirmou entre nós, de modo mais vigoroso, a influência da cultura e das técnicas francesas (FREIRE, 1940). Isso atesta as traduções de outros idiomas não só para o português, mas também para o francês, especialmente.

Figura 79 – Obras traduzidas do holandês

9112. — Dissertation physique de M. Pierre Camper, sur les differences réelles qui presentent les traits de visage chez les hommes de differents pays. et de differents âges ; sur le beau qui caractérise les statues antiques et les pierres gravées suivi de la proposition d'une nouvelle méthode pour dessiner toutes sortes de têtes humaines avec la plus grande sureté, publiée d'après le décès de l'auteur par son fils Adrien Gilles Camper. Traduite du hollandais par Denis Bernard, Quatremère D'Iyondal. *Utrecht, B. Wild J. Altheer*, 1791, 1 vol. in-4.^o

9113. — Discours prononcés (sic) par Feu M. Pierre Camper, en l'académie de Dessain d'Amsterdam, sur le moyen de représenter d'une manière sûre les diverses passions qui se manifestent sur le visage ; sur l'étonnante conformité qui existe entre les quadrupèdes, les oiseaux, les poissons et l'homme ; et enfin sur le Beau Physique, publiés par son fils Adrien Gilles Camper. Traduit de hollandais par Denis Quatremère d'Isjouval. *Utrecht, B. Wild et Altheer*, 1792, 1 vol. in-8.^o (com o retrato do auctor).

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 557. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em relação aos livros dos anos 1737 e 1758, há registros de dois itens em dois idiomas cada um deles, sendo o primeiro em latim e holandês e o segundo em latim e alemão. Neste estudo, optou-se por classificar as duas obras consoante o primeiro idioma de cada uma delas, ou seja, o latim. É válido ressaltar que a partir das primeiras décadas do século XIX, o francês passa a concorrer com o latim como língua culta.

Isso fica evidente pelo processo de inserção da língua francesa na instrução pública, migrando das práticas culturais para as práticas escolares (LAGES, 2020).

Figura 80 – Obras em latim e holandês e em latim e alemão

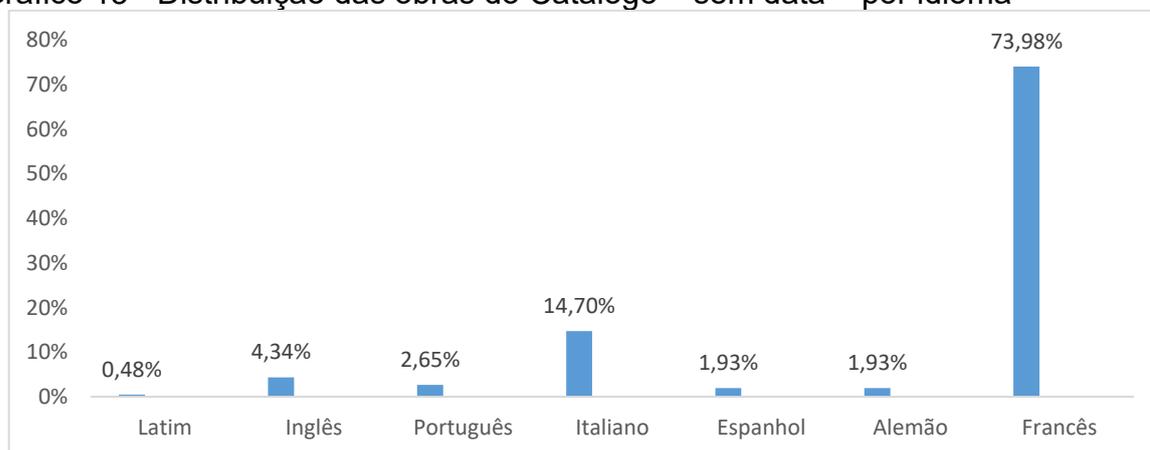
2216.— Joannis Swammerdamii... Amstelaedamensis. Biblia Naturæ sive Historia Insectorum in classes certos redacto, nec non exemplis, et Anatomico variorum animalculorum examine; Aencisque Tabulis Illustrata Insertis Numeratis Rariorum Naturæ Observationibus. Omnia lingua Batava Auctori Vernaculo conscripto Accedit Praefatio in qua vitam Auctoris descripsit. Hermanus Boerhaave... Latinum versionem adscripsit Hæeminismus, David Genbires... *Leydæ Apud Isaacum Severinum, Balduicum Vander, Petrum Vander.* 1737-1738, 3 vols. in-folio (traz o texto em latim e em hollandez).

2219.— Historia Natvralis Ranarvm Nortrarvm in qva omnes earvm proprietates, praesertim qvae ad generationem ipsarvm pertinent, fvsivs enarrantvr cvm Praefatione illvstris viri Alberti v. Haller edidit accvrtatisqve iconibvs ornavit Avgvstvs Iohannes Roesel von Rosenhof... *Nürberg, Johan J. Fleischman.* 1758, 1 vol. in-folio. (Texto em latim e alemão.)

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 152-3. Acervo: Biblioteca do Senado.

Entre as obras sem data foi possível observar a predominância do idioma francês.

Gráfico 13 - Distribuição das obras do Catálogo – sem data – por idioma



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Total = 100,01%; diferença decorrente de arredondamentos.

O idioma francês foi utilizado em 73,98% das obras, seguido pelo italiano com 14,70%, sendo que os demais cinco idiomas somaram 11,33%. De acordo com Martins (2001), nessa época a Itália, em especial, Roma, Veneza e Milão também

havam se estabelecido como grandes centros de difusão da imprensa. O que justifica a presença de livros em língua italiana na Biblioteca da Faculdade de Medicina.

O século XIX agrupa a maior quantidade de obras registradas, totalizando 8.231 títulos, como pode ser observado na distribuição por décadas.

Tabela 12 – Distribuição das obras do Catálogo – século XIX – décadas

Século	Década	Nº de títulos	%
XIX	1800 a 1809	164	1,99
	1810 a 1819	228	2,77
	1820 a 1829	427	5,19
	1830 a 1839	447	5,43
	1840 a 1849	304	3,69
	1850 a 1859	327	3,97
	1860 a 1869	494	6,00
	1870 a 1879	1.495	18,16
	1880 a 1889	4.344	52,78
	1892	1	0,01
Total*	-	8.231	99,99

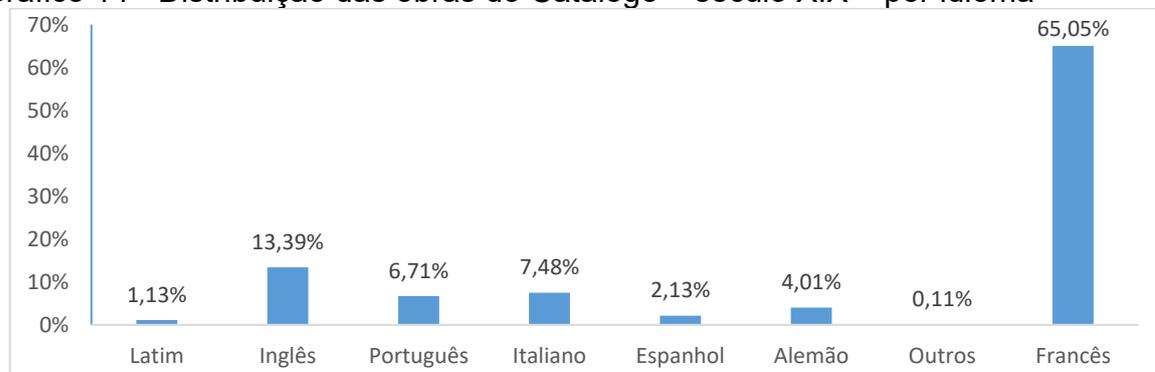
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Diferença decorrente de arredondamentos.

A década de 1880 a 1889 foi a que apresentou maior (52,78%) volume de obras registradas no Catálogo, seguida pela de 1870 a 1879 (18,16%), enquanto as demais oscilaram em percentuais de até 6,00%. Ressalta-se que uma única obra foi registrada no ano de confecção do Catálogo, 1892.

No período correspondente ao século XIX, ou seja, de 1800 a 1892, foram identificadas obras em diferentes idiomas.

Gráfico 14 - Distribuição das obras do Catálogo – século XIX – por idioma



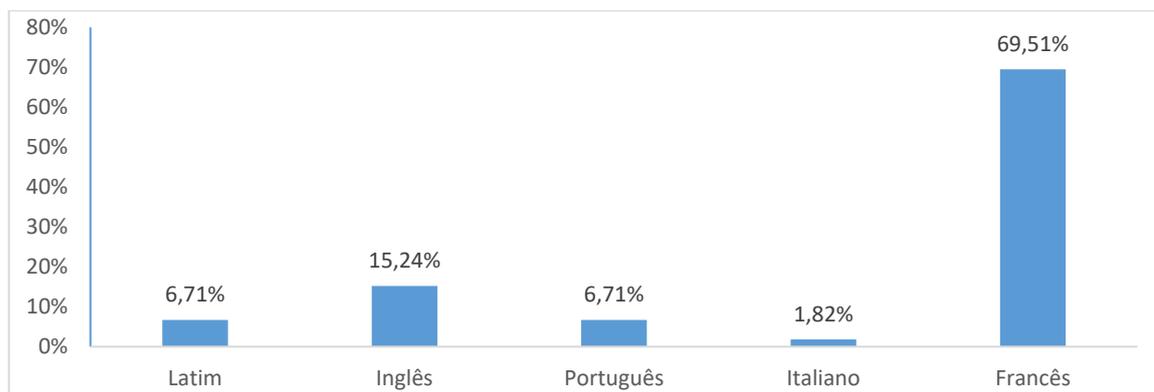
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Total = 100,01%; diferença decorrente de arredondamentos.

**A coluna Outros agrupa as obras nos idiomas grego, romeno, sueco e frísio.

O francês predominou em 65,05% das obras registradas no Catálogo, seguido pelo inglês com 13,39%, o italiano com 7,48%, o português com 6,71% e os demais idiomas representaram 7,38%, incluindo o grupo 'outros', como pode ser observada a distribuição das obras de acordo com o idioma e organizadas por décadas do século XIX. A década de 1800 a 1809 agrupou 164 obras, conforme apresentado no próximo gráfico.

Gráfico 15 - Distribuição das obras do Catálogo – década 1800-1809 – por idioma



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Total = 99,99%; diferença decorrente de arredondamentos.

As obras registradas nessa década se dividiram em cinco idiomas, sendo que 69,51% delas no idioma francês, 15,24% em inglês, 6,71% em latim, outros 6,71% em português e 1,52% em italiano.

Em obra no idioma português há registro de que o Príncipe Regente ordenou a sua tradução do idioma original, qual seja o francês.

Figura 81 – Obra em português traduzida por ordem do Príncipe Regente

2141. — Memoria sobre a moagem dos grãos e sobre outros objectos relativos por Mr. João Luiz Muret, traduzido do francez de ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, por Fr. José Mariano Velloso. Lisboa, typ. Chalcographica e litteraria do Arco do Cégo. 1800, 1 vol. in-4.º

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 148. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em 1808 há o registro de obra traduzida para o francês, cujo idioma original era latim, como pode ser verificado.

Figura 82 – Obra traduzida do latim para o francês

7153.— *Traité de la Necrose trad. du latin de J. Pierre Weidman ... par F. N. Corentin Jonda ... Paris Ausueret. Imp. 1808, 1 vol. in-8^o.*

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 435. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em outra obra do mesmo ano, 1808, há o registro de que são adotados dois idiomas, francês e alemão, e publicados em um mesmo volume. Neste estudo, optou-se por classificar a obra segundo o primeiro idioma, qual seja o francês.

Figura 83 – Obra publicada em francês e alemão em mesmo volume

2025.— *Exposition et défense de ma théorie sur l'organisation végétale, par M. Brisseau — Mirbel... Publié par le Dr. Bilderdyk ouvrage orné de trois gravures. A la Haye chez les Frères Van. Cleef. 1 vol. in-8^o.*

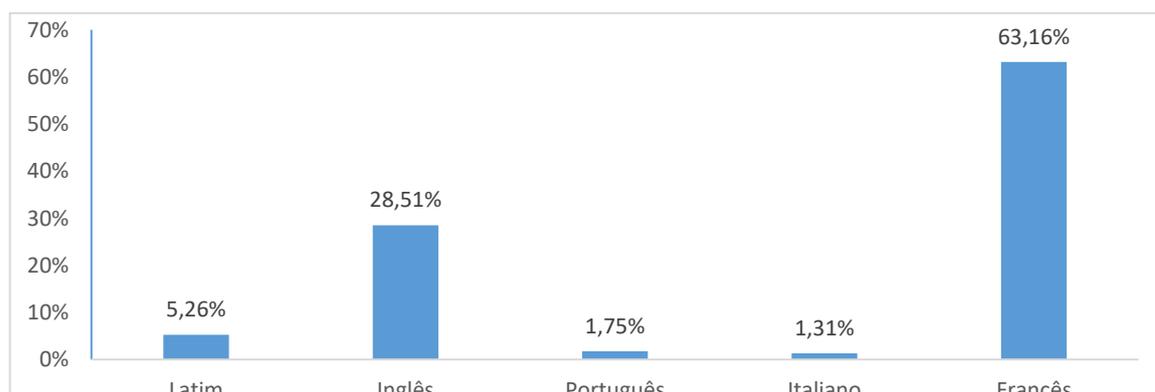
Erläuterung und Vertheidigung meiner Theorie der Gewächsbau von Herrn Brisseau — Mirbel... Herausgegeben von Doctor Bilderdyk. Mit Drei Kupfer tafeln. Im. Haag Bey Den Gebrüde, Van. Cleef, 1808.

(Esta obra é escripta em francez e allemão, e publicada em um mesmo volume).

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 141. Acervo: Biblioteca do Senado.

Entre 1810 e 1819, foram identificadas 228 obras em cinco idiomas.

Gráfico 16 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1810-1819 – por idioma



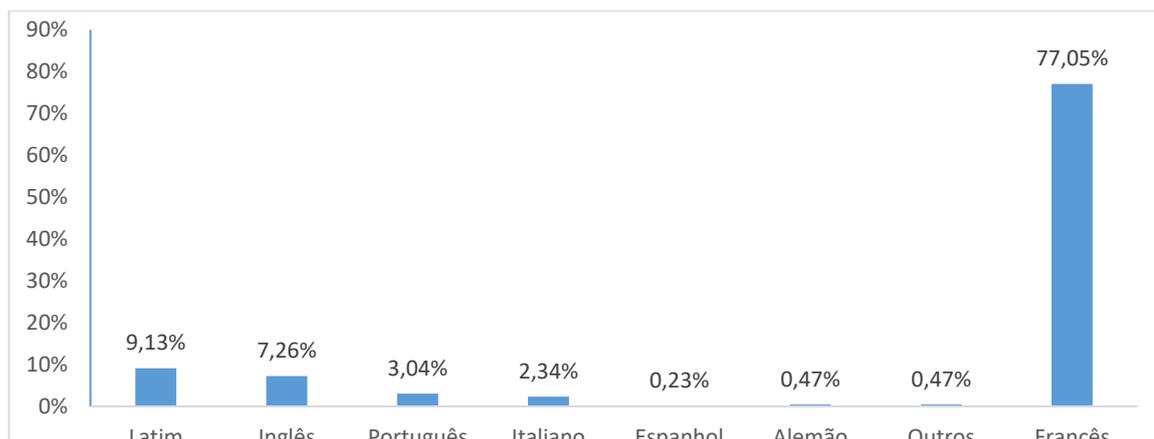
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Total = 99,99%; diferença decorrente de arredondamentos.

O francês foi o idioma utilizado em 63,16% dos exemplares registrados no Catálogo, seguido pelo inglês (28,51%), sendo que o latim, português e italiano representaram os idiomas de apenas 8,32% obras.

Na década de 1820 a 1829 localizou-se 427 obras em diferentes idiomas.

Gráfico 17 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1820-1829 – por idioma



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

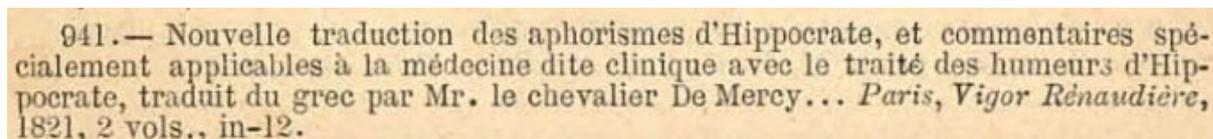
*Total = 99,99%; diferença decorrente de arredondamentos.

**A coluna 'Outros' agrupa as obras nos idiomas grego, romeno, sueco e frisio.

O francês novamente seguiu predominando (77,05%) entre os idiomas utilizados nas publicações registradas no Catálogo, com menor expressão o latim (9,13%), o inglês (7,26%), já o português, italiano, espanhol, alemão e outros idiomas representaram apenas (6,55%).

Em 1821 foi encontrada obra traduzida do grego, relacionada aos ensinamentos de clínica médica atribuídos a Hipócrates de Cós⁸⁸.

Figura 84 – Obra traduzida do grego sobre os ensinamentos de Hipócrates



Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 63. Acervo: Biblioteca do Senado.

⁸⁸ Médico grego, nasceu na Ilha de Cós, aproximadamente em 460 a.C. considerado o pai da Medicina, é o mais célebre médico da antiguidade e o iniciador da observação clínica (FIOCRUZ, [20-]).

Na categoria ‘Outros’ figuram obras nos idiomas latim e grego em vários volumes, sem, no entanto, informar se os textos nos dois idiomas aparecem juntos ou separados nos volumes, como pode ser observado nos registros reproduzidos.

Figura 85 – Obras em latim e grego

943.— Magni Hippocratis Opera Omnia. Editionem curavit D. Carolvs Gottlob Kühn Lipsiae Officina-libraria. Car. Cnoblochii 1825, 3 vols. in-8º (texto em latim e grego).
 944.— Clavdii Galeni.— Opera omnia. Editivnem curavit D. Carolvs Gottlob Kühn... Lipsiae, Off. libr. Cas. Cnoblochii, 1821-1833, 20 tomos, em 22 vols. in-8º (texto em latim e grego).

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 63. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em 1826 há identificação de item no idioma português, que apresenta tradução de texto original em francês.

Figura 86 – Obra em português traduzida do francês

4178.— Observações sobre a doença do scorbuto... por L. Basin... traduzido do francez por... Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1826, 14 pp.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 257. Acervo: Biblioteca do Senado.

Na década de 1830 a 1839 foram encontrados 447 registros em diferentes idiomas no Catálogo em análise.

Gráfico 18 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1830-1839 – por idioma

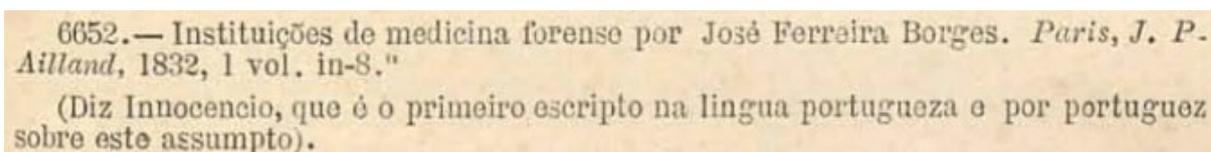


Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. *Total = 100,22%; diferença decorrente de arredondamentos. Acervo: Biblioteca do Senado.

O francês foi idioma de 76,51% das obras registradas no Catálogo, seguido pelo inglês (17,00%) e por outros cinco idiomas com menor expressão, que perfizeram o total de 6,71%.

Em 1832 foi registrada obra no idioma português em que o próprio autor se manifesta informando que é a primeira obra no idioma, escrita por português e sobre o tema, conforme apresentado abaixo.

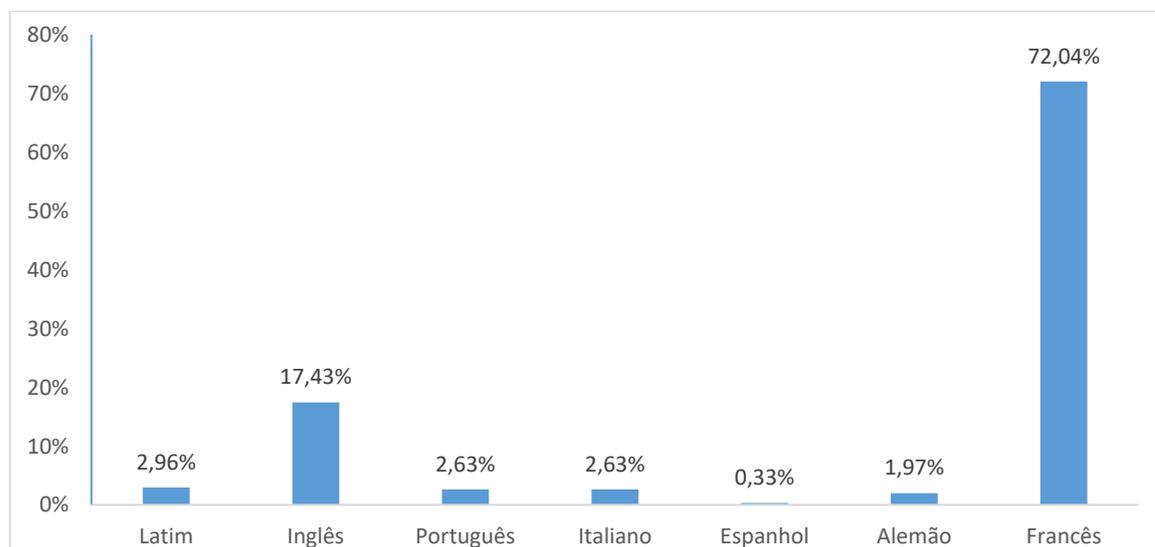
Figura 87 – Obra em português escrita por português



Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 405. Acervo: Biblioteca do Senado.

No período de 1840 a 1849 foram identificados 304 exemplares no Catálogo em sete diferentes idiomas.

Gráfico 19 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1840-1849 – por idioma



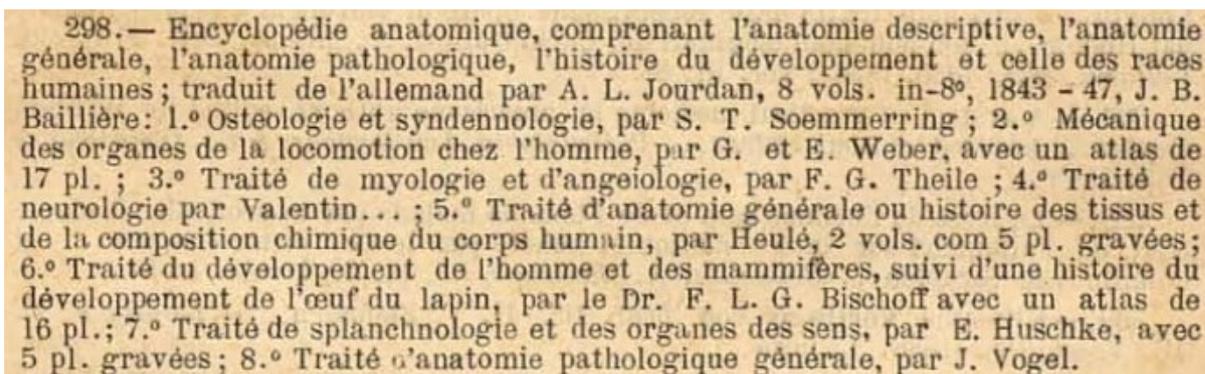
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

*Total = 99,99%; diferença decorrente de arredondamentos. Acervo: Biblioteca do Senado.

O francês se mantém como idioma predominante (72,04%) das obras registradas no Catálogo, sendo o inglês outro idioma expressivo, porém com menor presença (17,43%), enquanto os demais cinco idiomas perfazem apenas 10,52%.

Em 1843 foi encontrado item no idioma francês, com nota dizendo tratar-se de tradução do original em alemão, com indicação do conteúdo de cada um dos sete volumes.

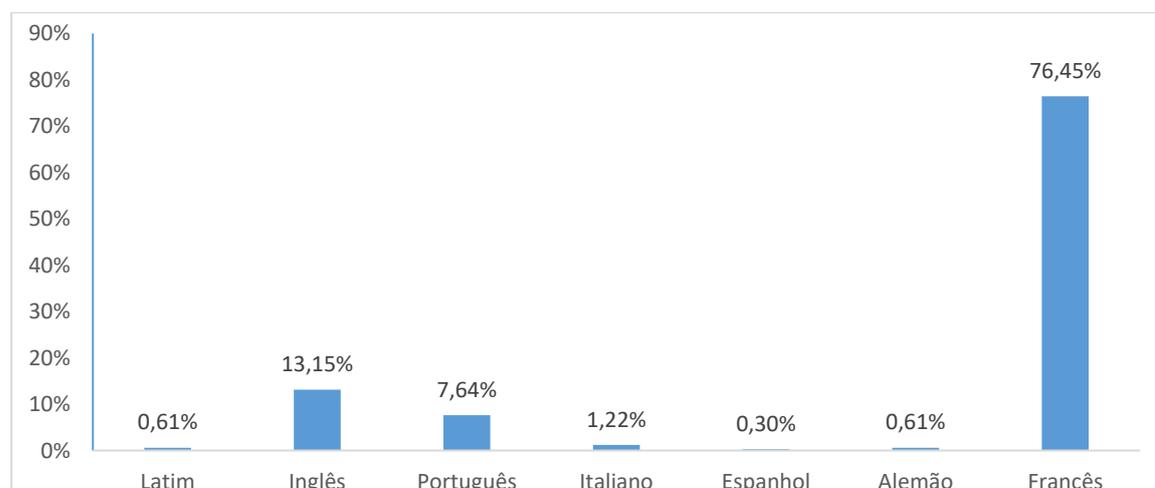
Figura 88 – Obra traduzida do alemão



Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 21. Acervo: Biblioteca do Senado.

Na década de 1850 a 1859 foram registradas 327 obras em sete diferentes idiomas, conforme pode ser observado.

Gráfico 20 – Distribuição das obras do Catálogo – década de 1850-1859 – por idioma



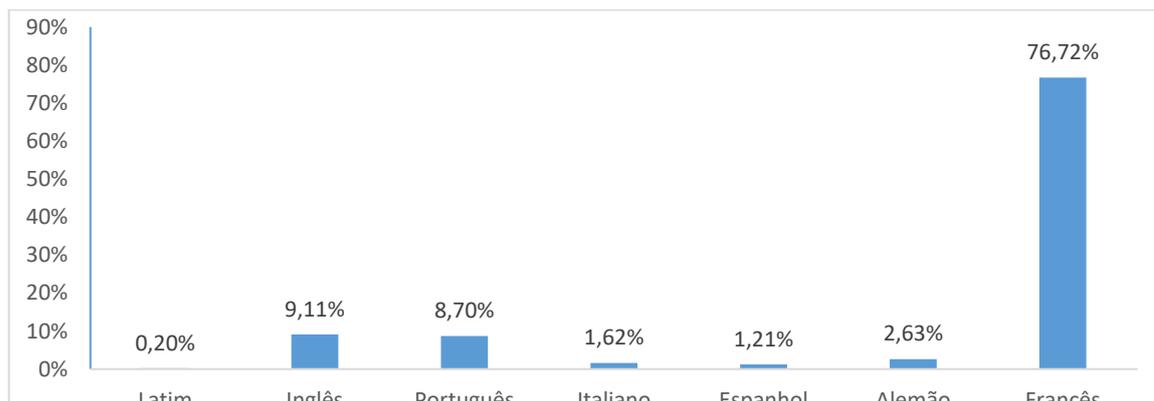
Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Total = 99,98%; diferença decorrente de arredondamentos.

O francês (76,45%) novamente seguiu como o idioma preferencial das obras catalogadas, seguido pelo inglês (13,15%), o português (7,64%) e outros quatro idiomas, representando 2,74%.

Entre os anos de 1860 e 1869 foram observados 494 títulos impressos em sete diferentes idiomas.

Gráfico 21 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1860-1869 – por idioma



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Total = 100,19%; diferença decorrente de arredondamentos.

O francês representou idioma utilizado em 76,72% dos títulos catalogadas, seguido pelo inglês (9,11%), português (8,70%) e outros quatro idiomas que somaram 5,66%.

Em item datado de 1861, no idioma francês, há observação mencionando tradução do alemão.

Figura 89 – Obra em francês traduzida do alemão

350. — Pantheon du 19^{me} Sècle. Biographie des hommes célèbres. Alexandre de Humboldt par Klencke, trad. de l'allemand par le Dr. Burgkly. Bruxelles & Leipzig, A. Lavroix, Verboeckhoven et C., 1861, 1 vol. in-12.

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 27. Acervo: Biblioteca do Senado.

No ano de 1864 há o registro de um dicionário em dois tomos e um volume nos idiomas francês e inglês, conforme pode ser observado. Pode-se inferir que os dicionários assumiam grande importância no período devido ao grande número de

obras editadas em diferentes idiomas, tornando relevante a correspondência entre vocábulos e sua aplicação, inclusive o português de Portugal e aquele praticado no Brasil, que envolvia peculiaridades decorrentes da presença indígena. Ainda, pode-se considerar que o latim, o francês e o inglês eram de domínio mais frequentes das classes sociais mais abastadas e dos religiosos, porém outros idiomas, como, por exemplo, romeno e alemão, eram menos conhecidos e divulgados.

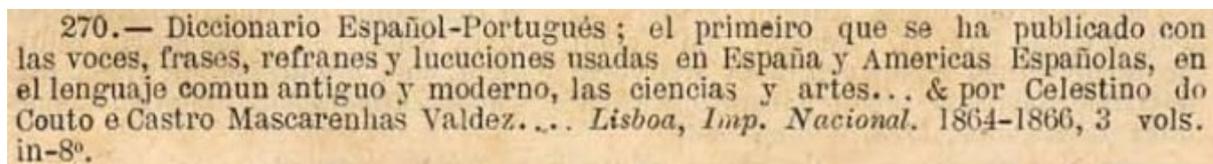
Figura 90 – Dicionário em francês e inglês



Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 19. Acervo: Biblioteca do Senado.

No mesmo ano é registrado também outro dicionário, dessa vez nos idiomas espanhol e português.

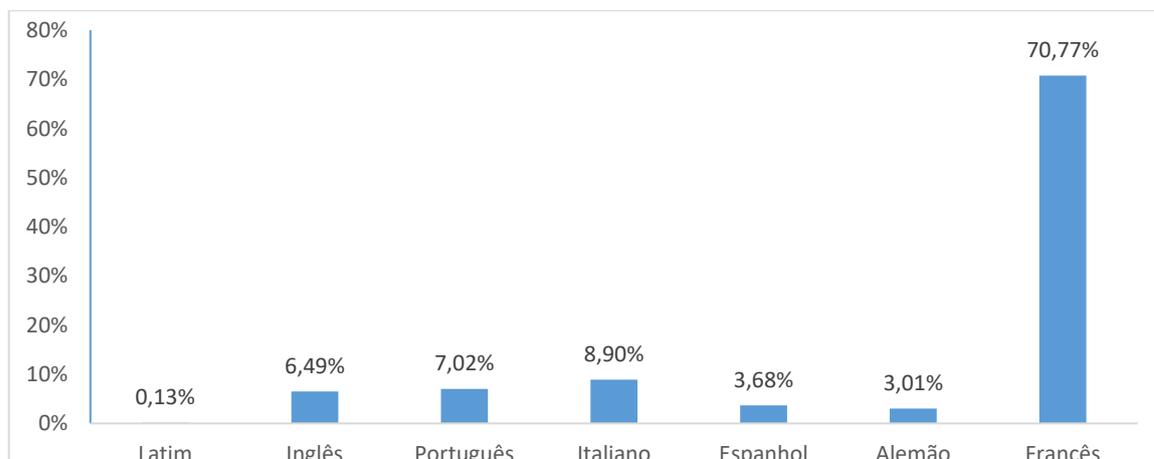
Figura 91 – Dicionário em espanhol e português



Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 19. Acervo: Biblioteca do Senado.

Na década de 1870 a 1879 foram registradas 1.495 peças, o que revela aumento do acervo, sendo estas distribuídas em sete diferentes idiomas.

Gráfico 22 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1870-1879 – por idioma



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

Acervo: Biblioteca do Senado.

O francês permaneceu como idioma predominante em 70,77% das obras registradas no Catálogo, seguida pelo italiano (8,90%), português (7,02%), inglês (6,49%) e outros três idiomas que representaram 6,82%.

Em 1876 há o registro de um dicionário em português e alemão, porém com formato 'portátil'. O termo permite supor que seja referente a um formato reduzido e passível de ser levado de um local para outro com menor dificuldade e esforço. Entretanto, a expressão "*Le Livre de Poche*" ou livro de bolso, foi lançado pela *Librairie Générale Française*, em Paris, somente em fevereiro de 1953 (SOUZA; CRIPPA, 2015). Os autores acrescentam que foi essa a primeira coleção reconhecidamente de bolso, nomeada assim por sua editora e recebida pelo público no formato 11x16,5 cm. Ela contava com os títulos como *Koenigsmark*, de Pierre Benoît, *Les Clefs du royaume*, de Archibald Joseph Cronin, e *Vol de nuit*, de Antoine de Saint-Exupéry.

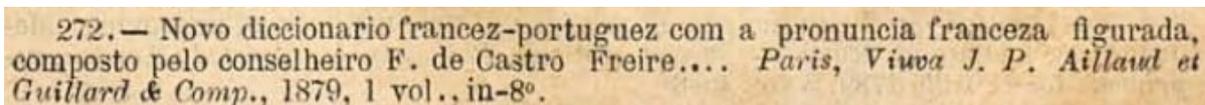
Figura 92 – Dicionário 'portátil' nos idiomas português e alemão

271. — Novo dicionário portátil das línguas Portuguesa e Allema, com particular menção dos termos de sciencias, artes, industria, commercio, navegação etc., composto por Eduardo Theodoro Bösche, segunda edição. *Hamburgo, Roberto Kütler, edit.-prop.* 1876, 2 vols., in-8º.

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 19. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em 1879 foi encontrado outro dicionário, em francês e português, com a pronúncia em francês destacada.

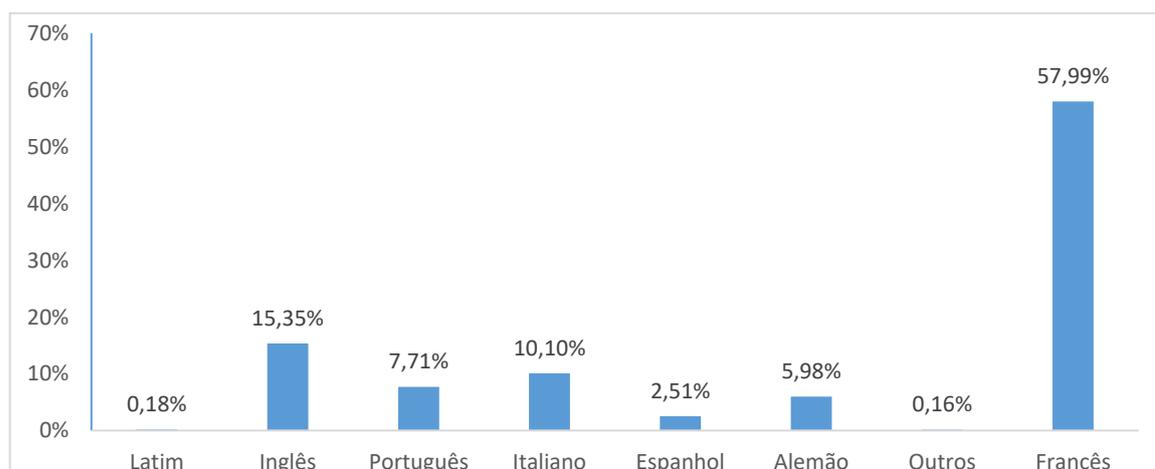
Figura 93 – Dicionário francês-português, com pronúncia francesa



Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 19. Acervo: Biblioteca do Senado.

A última década do período, 1880 a 1889, permitiu o registro de 4.344 títulos, evidenciando o aumento considerável do acervo da biblioteca, com obras em diferentes idiomas.

Gráfico 23 – Distribuição das obras do Catálogo – década 1880-1889 – por idioma



Fonte: dados compilados pelo autor a partir da referência: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Acervo: Biblioteca do Senado.

*Total = 99,98%; diferença decorrente de arredondamentos.

**A coluna Outros agrupa as obras nos idiomas grego, romeno, sueco e frisio.

O francês, apesar de se manter como idioma preferencial das obras registradas no Catálogo, apresentou declínio (57,99%), revelando também o aumento de obras nos idiomas inglês (15,35%), italiano (10,10%), português (7,71%), alemão (5,98%), mantendo os demais percentuais pouco significativos que somaram 2,85%.

Em 1880 há registro de obras traduzidas do alemão e do italiano para o francês, como pode ser observado.

Figura 94 – Obras traduzidas do alemão e do italiano para o francês

8893. — Essais de Psychologie cellulaire par Ernest Haeckel... trad. de l'allemand et précédé d'une Préface par Jules Soury. Paris, Librairie Germer Baillière et C.^o, 1880, 1 vol. in-12.

8894. — Prolégomènes à la Psychogéme Moderne, par Pierre Siciliani... Trad de l'Italien par A. Herzen... Paris, Librairie Germer Baillière et C.^o 1880, 1 vol. in-12.

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo r. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 542. Acervo: Biblioteca do Senado.

O Catálogo apresenta também uma obra de 1883 e outra de 1887 no idioma grego, cujos títulos são reproduzidos no idioma original, conforme apresentado nas imagens abaixo. Suspeita-se que essas obras tenham sido doadas, tendo em vista que o grego não era um idioma representativo no Brasil Império, nem configurava tradição nos estudos médicos.

Figura 95 – Obras no idioma grego

635. — ΓΑΛΗΝΟΣ. (Galenos) ΕΝΑΘΗΝΑΙΣ....., 1887-1888, 2 vols.

4561. — Η. ΕΝ ΕΤΕΙ 1869 ΕΝΣΚΗΨΑΣΑ ΕΝ ΕΛΛΑΔΙ ΕΓΚΦΑΔΟΝΩΤΙΔΙΑ ΜΗΝΙΓΓΙΤΙΣ ΤΠΟ ΧΩΡΕΤΕΝΤΕΡΗ ΤΥΩΛΛΟΥ ΕΝ ΑΘΗΝΑΙΣ, ΕΚΤΟΥ ΤΥΝΟΓΡΑΦΒΙΟΓ, Ν. Γ ΗΑΣΣΑΡΗ, 1883, 1 vol. in-8^o.

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 43, 278. Acervo: Biblioteca do Senado.

A tradução de obras originalmente em inglês para o francês é registrada em obras localizadas nas datas de 1883 e 1887.

Figura 96 – Obras traduzidas do inglês para o francês

9102. — Consultas do Conselho de Estado sobre negocios relativos ao Ministerio da Guerra colligidas e annotadas por Manoel Joaquim do Nascimento Silva... 1842-1866-67-72. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1884-85, 2 vols. in-8.^o

9105. — Principes de Sociologie par Herbert Spencer, traduit de l'anglais par M. E. Cazelles... Tome 4^o Institutions ecclésiastiques... Paris, Félix Alcan éditeur, 1887, 1 vol. in-8.^o

Fonte: COSTA, C. *Catálogo Systemático da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 556. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em 1884 foi identificada a edição original do Dicionário Caldas Aulete, cuja longevidade chama a atenção, pois continua sendo atualizado, inclusive em edição

digital, considerado “[...] um dos mais preciosos bancos de dados da língua portuguesa” (LEXIKON EDITORA DIGITAL, [201-])⁸⁹.

Figura 97 – Dicionário Caldas Aulete em português

278. — Dictionario contemporaneo da lingua portugueza feito sobre um plano inteiramente novo, por Caldas Aulete. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, livr. edit. 1884, 2 vols. in-8º.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 20. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em 1886 e em 1888 foram catalogadas duas obras no idioma romeno, a primeira com temática voltada para as moléstias dos olhos e a segunda sobre a tuberculose.

Figura 98 – Obras em romeno com temáticas voltadas às moléstias dos olhos e à tuberculose

4391. — Răpport asupra luerarilor întâinluî congres pentru studiul tuberculosei de D^r Z. Petrescu... Bucuresci, Imp. Statului, Bulevardul Independentei, 1888, 1 vol. in-8º.

7454. — Dare de seamă asupra a 70 operatiuni de extractiuni de cataracta si a 5 Iridectomii (pupile artificiale) practicate cu succes la sectiunea de ambulata rusata-militar à Arges-Murcel cu 3 figuri de J. Serbănescu... Pitești. Noua tipografie H. Radulescu, 1886, 1 vol. in-8º.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 451. Acervo: Biblioteca do Senado.

Em 1887 há entrada de uma obra no idioma sueco, conforme pode ser analisado na imagem seguinte.

Figura 99 – Obra em sueco

791. — Upsala Läkareförenings Förhandlingar redigerade af Fristedt. Upsala, 1887-1888 — 1 vol.

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 49. Acervo: Biblioteca do Senado.

⁸⁹ “Originalmente editado no fim do século XIX, o Caldas Aulete é até hoje um dos mais preciosos bancos de dados da língua portuguesa. A Lexikon editora digital trabalha continuamente para atualizar e ampliar o conteúdo da obra. Atualizar e ampliar o Caldas Aulete significa dar vida nova a uma obra reconhecida por especialistas como um dicionário fundamental: a) no aspecto lexicográfico, incorporando as mais recentes acepções e os mais modernos conceitos e terminologias, à medida que a língua viva os cria em todos os setores e nichos de uso; b) no aspecto da evolução da tecnologia da informação, incrementando a funcionalidade e a praticidade que uma obra de consulta deve ter e estendendo-a a todas as plataformas e sistemas hoje disponíveis. É, enfim, reinventar o dicionário” (LEXIKON EDITORA DIGITAL, [201-]).

Em 1888 chamou a atenção um exemplar no idioma frísio, ofertado pela Universidade de Groningen, na Holanda.

Figura 100 – Obra em frísio

8569.— Bydrage tot de Leer dor S. ectio altta... door Ahaus Reddingins. Groningen. H. D. Doelssema, 1888, 1 vol. in-4.º (Oferta da Universidade de Groningen.)

Fonte: COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 521. Acervo: Biblioteca do Senado.

Apenas uma obra apresentou mesmo ano de elaboração do Catálogo, 1892, no idioma francês.

Cooper-Richet (2009) lembra que Paris representava um diferencial na produção e distribuição de materiais impressos não somente em francês, mas também em múltiplos idiomas. As conhecidas "livrarias estrangeiras" na França representavam um setor específico no universo dos livros, onde editores e livreiros se dedicavam à criação e venda de materiais impressos em diversos idiomas estrangeiros.

Entretanto, no caso da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o francês revelou-se um dos principais idiomas nas obras constantes do Catálogo analisado, o que pode ser decorrente da quantidade expressiva de obras traduzidas de outros idiomas e da produção local, como importante centro difusor de ciências, incluindo-se a médica. Bessone (2014), em análise dos acervos de bibliotecas particulares, já havia observado a predominância do idioma francês, especialmente naquelas direcionadas ao ensino médico, conjugando esse fato às imposições do curso de medicina.

Além disso, deve-se destacar a clara transformação ocorrida com o desuso do latim, que possibilitou a elaboração e/ou tradução de obras em outros idiomas. O inglês também se revelou importante nas obras europeias e/ou norte-americanas, mas com menor expressão. O espanhol, apesar de fortalecido nas regiões no entorno do Brasil e na Espanha, forte nação europeia, foi adotado em quantidade baixa de obras. Chama a atenção a presença de obras em idiomas pouco conhecidos, como o frísio⁹⁰,

⁹⁰ "Na fronteira entre Alemanha e Países Baixos e entre estes a Dinamarca fala-se frísio (ou frisão), idioma germânico situado no limite da intercompreensão entre o inglês e o neerlandês. São cerca de 700 mil falantes. As variantes ocidentais do frisão dos Países Baixos são incompreensíveis para os falantes que vivem na Alemanha. Existe um claro bilingüismo neerlandês-frisão, em

que se mantém como idioma vivo na contemporaneidade em localidades como a fronteira da Alemanha, Países Baixos e entre estes e a Dinamarca.

A identificação e catalogação dos idiomas enriquece a busca por informações valiosas, e serve como uma ponte para a promoção do multilinguismo e da diversidade cultural. Cada idioma carrega consigo nuances únicas, expressões intraduzíveis e uma riqueza sem igual. Ao compreender e reconhecer os idiomas presentes em livros que formaram as primeiras gerações dos médicos brasileiros, não apenas preserva-se a integridade histórica e cultural das peças, mas também se abre portas para uma compreensão mais profunda, não só do contexto em que essas obras foram concebidas, mas especialmente das circunstâncias em que foram utilizadas.

No desfecho dessa análise acerca da classificação temática, da cronologia, do local de procedência e dos idiomas presentes no acervo contido no Catálogo, evidencia-se a riqueza e a complexidade do conhecimento acumulado naquela época. O detalhamento apresentado desses elementos enriquece a pesquisa acadêmica e permite traçar um panorama mais abrangente do desenvolvimento do campo médico e das influências culturais presentes na formação dos profissionais da saúde daquele período. Em última análise, a divulgação dessas informações, não só honram a história da instituição, como também proporcionam um conteúdo valioso para a investigação científica de gerações futuras, destacando a importância da preservação do patrimônio intelectual e cultural no avanço contínuo da medicina e da educação médica.

detrimento evidente da língua minoritária, que vai sendo comprimida entre duas línguas-padrão mais potentes” (JOVANOVIĆ, 2002-2003, p. 132).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não é possível estudar-se a história das idéias, a divulgação de novas técnicas, a história da cultura brasileira enfim, sem saber quais livros e periódicos que existiam à disposição dos brasileiros em diferentes épocas” (MORAES, 2006, p. 1).

A análise do Catálogo de 1892 da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro se mostra como um quadro relevante para a compreensão da história da Medicina e da Biblioteconomia no Brasil. Mais do que um registro de obras, o Catálogo indica as práticas intelectuais e as correntes de pensamento que influenciaram os médicos durante aquele período. Além disso, o referido documento histórico permitiu entender a evolução das práticas de catalogação e organização da informação.

Assim, o presente estudo não é apenas uma visita a um momento específico do tempo, mas uma ponte do passado para o futuro. Ele permite entender a importância tanto das bibliotecas quanto dos catálogos na disseminação da informação e do conhecimento, tornando-se um convite para preservar e estudar as representações históricas, a fim de assegurar que as descobertas do passado continuem a iluminar o futuro.

A Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apesar de todos os percalços enfrentados nas primeiras décadas de funcionamento, desempenhou um papel de reconhecida importância no século XIX, tanto na formação dos médicos quanto no avanço da sociedade carioca da época. Nesse período, a medicina estava em plena evolução no Brasil, e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro era um importante centro de ensino e pesquisa.

Para melhor compreensão, a análise do Catálogo proposta nessa tese impôs uma contextualização, envolvendo desde a importância e disseminação dos impressos e das bibliotecas, a situação da saúde na colônia antes e durante a chegada da família real portuguesa, como ainda, as condições vigentes por ocasião da instalação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, antecedida pela Escola Médico-Cirúrgica.

A análise realizada, em atendimento ao que foi proposto no estudo, revelou mais do que se esperava. À primeira vista imaginou-se que tal análise seria reduzida a uma cronologia que abarcasse cinco décadas, considerando-se o período de criação da biblioteca (1831) e o ano de elaboração do Catálogo (1892). Mas isso não aconteceu, já que foram encontradas obras de período anteriores, sendo a mais antiga do século XII e outras publicadas entre os séculos XIV e XVIII. Além disso, pôde-se

inferir que a biblioteca cresceu de forma comedida na maior parte do recorte temporal estudado, dando um salto quantitativo significativo na última década, culminando na elaboração de um catálogo bibliográfico.

O estudo evidenciou ainda quais áreas do conhecimento eram consideradas vitais, quais eixos direcionavam as práticas médicas, e como o conhecimento era organizado e acessado. Tal perspectiva é fundamental para compreender não só a evolução local da medicina, mas também, as mudanças nas práticas educacionais e científicas ao longo do tempo. Este Catálogo, em particular, constatou o predomínio da língua francesa nos textos, e Paris como principal local das publicações, confirmando por mais uma vertente, a influência da medicina francesa na educação médica brasileira, mostrando a importância do fluxo de conhecimento entre Europa e Brasil.

Esses apontamentos evidenciam o quão relevante se tornam os catálogos bibliográficos para a compreensão da memória acadêmica e cultural das várias áreas do conhecimento, tendo em vista que são eles que documentam o patrimônio intelectual de uma instituição. Em relação à Biblioteconomia, estudar esses registros oferece uma maior compreensão das práticas passadas de catalogação e como se dava o gerenciamento e organização do conhecimento à época.

Os catálogos de bibliotecas, como exemplificado pelo Catálogo de 1892 da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro, são mais do que listas de livros, são vislumbres do passado refletindo recursos informacionais, correntes intelectuais, prioridades científicas e o estado da educação no período.

No que tange à evolução dos sistemas de catalogação e seu impacto ao longo do tempo, a transformação ocorrida, de métodos manuais para plataformas digitais, reflete as mudanças na tecnologia da informação e as necessidades dos que utilizam as bibliotecas como fonte de pesquisa, estudo e conhecimento. O Catálogo serve como elo para entender essa evolução, ao ilustrar as práticas de catalogação utilizadas no século XIX, fornecendo uma base de comparação para os sistemas atuais.

A evolução desses sistemas proporcionou um aumento significativo no acesso ao conhecimento, visto que rompeu barreiras físicas, pois, com a digitalização dos documentos, pessoas dispersas geograficamente podem ter acesso a acervos que antes estavam confinados a espaços físicos. Essa revolução tecnológica

democratizou o acesso à informação, facilitou a pesquisa acadêmica e a disseminação do conhecimento.

Com isso, a evolução nos métodos de catalogação impactou diretamente na preservação e divulgação do patrimônio cultural e intelectual. Além disso, a digitalização de obras raras e documentos históricos protege o conhecimento, preservando a informação neles contida, em detrimento das possíveis deteriorações físicas ou perdas acidentais. Funcionalidades de busca modernas, ferramentas de análise de dados e outros serviços digitais têm transformado radicalmente a experiência das pessoas, possibilitando novas formas de pesquisa e exploração, redefinindo e ampliando a relação com as culturas passadas.

A digitalização também estimula a interdisciplinaridade, na medida em que facilita o acesso e permite maior alcance de materiais que podem ser usados por pesquisadores para investigações que atravessam as fronteiras tradicionais das disciplinas. Com recursos digitais, os cientistas podem comparar de maneira mais efetiva os dados de diferentes áreas, permitindo novas visões, descobertas e enriquecimento do campo científico. Em última análise, a digitalização representa uma revolução no modo como o indivíduo interage com o conhecimento. Ao transformar acervos físicos em recursos digitais protege-se o patrimônio cultural, contribuindo para uma sociedade mais informada e consciente.

Os catálogos são a espinha dorsal das bibliotecas, e vão muito além da simples listagem de obras que compõem uma coleção. São, sim, ferramentas primordiais para a navegação de coleções complexas. O Catálogo de 1892 da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro é um exemplo disso, ao oferecer uma visão dos recursos educacionais e científicos disponíveis no Brasil ao final do século XIX.

À medida em que se avança para os catálogos digitais e bases de dados *online*, a evolução dos repositórios de informação se expandem ao oferecer recursos avançados de busca e acesso remoto, eliminando barreiras temporais e físicas. Essa mudança permite que o conhecimento se espalhe de forma mais abrangente, melhora a experiência de quem precisa dessa tecnologia e promove a inclusão, pois informações que antes estavam distantes agora estão acessíveis. Ademais, os catálogos atuais refletem a diversidade de perspectivas e experiências, um compromisso da geração atual com preservação da memória cultural, acesso à informação e apoio à educação e pesquisa.

Este estudo sobre o Catálogo de 1892 da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro se destaca por sua abordagem, ao revelar uma interseção entre a evolução do ensino médico, a Biblioteconomia e a cultura acadêmica no Brasil do século XIX. A originalidade do trabalho se encontra na análise detalhada de um documento do qual, até então, não havia sido encontrado registro de exploração, fornecendo novas perspectivas sobre a influência da medicina europeia, especialmente a francesa, na educação médica brasileira.

Ao tratar aspectos históricos do ensino médico e da medicina do Brasil, o presente estudo tem implicações importantes para a compreensão dos sistemas de catalogação e prática das bibliotecas durante o período. Os formatos e a ordem do Catálogo são indicadores da organização e estrutura da coleção bibliotecária na totalidade, mas também da metodologia, da disponibilidade e prioridades intelectuais da comunidade médica brasileira em determinado período.

Torna-se oportuno mencionar o trabalho desenvolvido pelo Dr. Carlos Costa, que, manual e artesanalmente, produziu uma obra riquíssima em informações, de altíssima qualidade, em condições absolutamente precárias, ou seja, sem formação específica na área, sem máquinas, equipamentos ou mesmo recursos humanos suficientes, mantendo, simultaneamente, o exercício da sua profissão de médico. Isso resta demonstrado nas pequenas falhas encontradas no volume, pois não merecem sequer a alcunha de erros!

As contribuições deste estudo não se limitam ao âmbito acadêmico, ao demonstrar a importância de digitalizar documentos históricos. Tal ação não apenas preserva o conhecimento em sua forma original ou reinterpretada, mas torna esse conhecimento acessível ao mundo. Não somente preserva-se a cultura, como também, possibilita o acesso a recursos que, anteriormente, estavam confinados a coleções específicas e físicas. Na prática, isso promove a inclusão e a diversidade nas pesquisas.

Destaca-se, na oportunidade, como indicação para novos estudos as teses nacionais e internacionais adicionadas ao acervo da biblioteca, que foram incluídas em um catálogo especial, conforme observado pelo Dr. Carlos Costa na Classe X da primeira seção do Catálogo. Acredita-se que esses documentos enriquecerão em muito o conhecimento acerca da formação profissional e das principais patologias abordadas, evidenciando as condições de saúde da população e os tratamentos disponíveis.

Em síntese, este estudo abre uma janela para o passado da educação médica e das práticas bibliográficas no Brasil, mas também aponta para a relevância contínua dos catálogos e bibliotecas na organização, promoção e disseminação do conhecimento ao longo da história. Além disso, considera-se oportuno ressaltar mais uma vez a importância da digitalização de documentos, especialmente as obras raras, uma vez que esse recurso foi fundamental para a consecução da análise apresentada. Esse reconhecimento remete aos impedimentos provocados pela pandemia de Covid-19 e, ainda, à condição em que se encontra a Biblioteca Central do Centro de Ciências de Saúde (CCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo acervo se encontra parcialmente interditado e comprometido por diferentes condições, lembrando que já existem tecnologias apropriadas para seu tratamento e, quem sabe, recuperação, tornando-o novamente acessível aos estudiosos e interessados no assunto.

A conservação de documentos e sua divulgação, além de garantir o acesso às gerações futuras, constituem parte importante da história de uma nação, servem de parâmetros para o entendimento de ações e/ou situações que foram ou não bem-sucedidas, que podem ou não serem repetidas, e ou orientarem decisões dos governantes e da população local. A história é uma narrativa complexa que pode ser observada e interpretada por meio de diversas vertentes, como fatos, personagens e objetos, sendo esse último uma testemunha quase silenciosa, porém, quando questionada, fornece evidências para uma compreensão mais completa e enriquecedora do passado.

Reafirma-se, por fim, a importância de olhar para o passado a fim de compreender de maneira mais ampla como as práticas de antes podem esclarecer desafios e oportunidades atuais, promovendo o desenvolvimento contínuo de investigação e revisão, no intuito de aumentar a compreensão da história da ciência e da educação. O conhecimento é um tesouro inerente da humanidade, e é imperativo preservar e passar adiante para as pesquisas futuras, de modo que o legado intelectual e cultural continue a ser um guia para todos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. L. N. Prédicas para a alma e o corpo: algumas questões para a compreensão da doença no contexto luso-brasileiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, v. 9, n. 17, p. 119-37, jan.-jun. 2017.
- ABREU, J. L. N.; NOGUEIRA, A.; KURY, L. Na saúde e na doença: enfermidades, saberes e práticas de cura nas medicinas do Brasil Colonial (séculos XVI-XVIII). In: TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (orgs.). *História da saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 27-66.
- ABREU, M. A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834). *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, a. 6, v. 6, n. 3, p. 1-23, jul./ago./set. 2009. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/issue/view/20>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- ALGRANTI, L. M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, N. B. F.; BAPTISTA, S. G. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 7-10 jul. 2013, Florianópolis/SC. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2396/1508-1521-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- AMADO, Maria Teresa. “Biblioteca” e ordens dos saberes: da Biblioteca-Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Áustrias. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Universidade Nova de Lisboa, v. 9, p. 23-44, 1997.
- ARAÚJO, A. N.; CARVALHO, M. L. C.; FARIA, R. A.; D’ÁVILA, D. V.; NEVES, N. M. B. C. Faculdade de Medicina da Bahia: 200 anos. In: NEVES, N. M. B. C. (org.). *A primeira faculdade de medicina brasileira: experiências vividas pelos seus grandes alunos*. Salvador: CREMEB, 2008. p. 157-173.
- AZEVEDO, F. *As ciências no Brasil* (org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. v. 1.
- AZEVEDO, F. C. Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847. *Ciência da Informação*, v. 37, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2008.
- AZEVEDO, F. C.; FERREIRA, F. A. A pesquisa e a escrita da história das bibliotecas. In: LESSA, B.; LINS, I. (orgs.). *Para que serve a biblioteca pública?: novas configurações para o século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 209-31.
- BÁEZ, F. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Trad. Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BARATIN, M.; JACOB, C. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução: Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

- BARBOSA, A. P. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.
- BARROS, J. D'A. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009.
- BATISTA, N.A. *O ensino médico e sua trajetória no cenário nacional*. In: BATISTA, N.A.; SILVA S.H.B. *O professor de medicina*. São Paulo: Loyola; 1998.
- BATTLES, M. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução: João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
- BILLINGS, J. S. *Index-Catalogue of the Library of the Surgeon-General's Office, United States Army*. Washington: Government Printing Office, 1880. v. I. Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/ext/kirtasbse/8104689X1/PDF/8104689X1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BLOCH, M. L. B. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BORGES, M. R. *A história da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.
- BRAGA, D. A. R. A institucionalização da medicina no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica. *Temporalidades – Revista de História*, v. 10, n. 1, p. 64-82, jan./abr. 2018.
- BRENES, A. C. História da parturição no Brasil, século XIX. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 2, p. 135-49, abr./jun. 1991.
- BRITTO, A. C. N. A influência da medicina da França na formação da medicina da Bahia, Brasil (século XIX e meado do século XX). *Gazeta Médica da Bahia*, v. 80, n. 2, p. 33-56, mai.-jul. 2010.
- BRUCHARD, D. *A encadernação*. São Paulo : Escritório do livro, 1999. Disponível em: <http://escritoriodelivro.com.br>. Acesso em 15 jan. 2024.
- CALDEIRA, P. T. Bibliógrafos brasileiros: levantamento preliminar. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 16, n. 1/2, p. 37-44, jan./jun. 1983.
- CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA. *Topónimos*. Ministério dos Negócios Estrangeiros: Lisboa, 2016. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- CARULA, K. Carlos Costa e *A Mãe de Família*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856589_5679956e418af6129a74a14d15f6651e.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLANOS, S. L. V. *O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições*. 2012. 456 pág. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 2012.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução: Mary Del Priore. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

CHERNOVIZ, P. L. N. *Formulario e Guia Medica contendo a descrição dos medicamentos, as doses, as moléstias em que são empregados, as plantas medicinaes indígenas do Brasil, o Compendio alfabético das aguas mineraes, a escolha das melhores formulas, um Memorial therapeutico, e muitas informações uteis*. 10. ed. Paris: Em casa do Autor, Rua Raynouard, 24, 1879. Disponível em: <https://ia804500.us.archive.org/21/items/b20408821/b20408821.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIRURGIÕES. *Beca preta com lapela verde*. 2023. Disponível em: <https://cbc.org.br/beca-preta-com-lapela-verde/>. Acesso em: 5 dez. 2023.

CONSORTIUM OF EUROPEAN RESEARCH LIBRARIES. *CERL Thesaurus*. [20--]. Disponível em: <https://data.cerl.org/thesaurus/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

COOPER-RICHET, D. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX? *Varia História*, Belo Horizonte, v.25, n.42, p.539-555, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/gCNz8b736J7GnRG9c3vHMgQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 dez. 2023.

CORADINI, O. L. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. *Estudos Históricos*, n. 35, p. 3-22, jan.-jun. 2005.

COSTA, A. *Árvore da Vida*. c.1720. Disponível em: <https://iiif.wellcomecollection.org/pdf/b1929542x>. Acesso em: 10 mai. 2022.

DARNTON, R.; ROCHE, D. (org.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DENIPOTI, C. Normas e gestualidades da leitura em bibliotecas brasileiras do século XIX. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 25, p. 235-52, 2008.

DORNELAS, I. O. Criação das Faculdades de Medicina no período imperial brasileiro. *Sillogés*, v. 2, n. 2, p. 272-92, jul./dez. 2019.

ECO, U. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

EDLER, F.; FONSECA, M. R. F. Saber erudito e saber popular na medicina colonial. *Cadernos ABEM*, v. 2, p. 6-26, nov. 2005.

EDLER, Flavio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FARACO, C. A. Por que as línguas mudam. In: Othero, G. A.; Flores, V. N. (org.) *O que sabemos sobre a linguagem: 51 perguntas e respostas sobre a linguagem humana*. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

FARIA, M. I.; PERICÃO, M. G. *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1998.

FERRARO, A. R. Direito à educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 273-89, mai./ago. 2008.

FERREIRA, I. G.; WEBER, M. B.; BONAMIGO, R.R. *História da Dermatologia: estudo das doenças da pele ao longo dos séculos*. In: Anais Brasileiros de Dermatologia, 96(3). Sociedade Brasileira de Dermatologia, 2021. p.332-345. Disponível em: <https://www.anaisdedermatologia.org.br/pt-historia-da-dermatologia-estudo-das-articulo-S2666275221000631#bib0570>. Acesso em 18 dez. 2023.

FERREIRA, L. O. *João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX*. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*, v.4, n.1, p.57-77.1994. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/1994.v4n1/57-78/pt>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FERRREIRA, T. M. T. B. C. *As bibliotecas públicas cariocas no século XIX*. In: Congresso Brasileiro da Comunicação, 24., 2001, Campo Grande: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001.

FIGUEIREDO, N. M. *Desenvolvimento & avaliação de coleções*. Brasília: Thesaurus, 1998.

FILGUEIRAS, C. A. L. Origens da ciência no Brasil. *Química Nova*, v. 113, n. 3, p. 222-9, 1990.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 16, n. 1, p. 43-53, mar. 1987.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, M. R. F. A institucionalização das práticas científicas na Corte do Rio de Janeiro. In: KURY, L.; GESTEIRA, H. (Org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil*. Das Luzes à nação independente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 293-305.

FREITAS, R. C. Entre remédios morais e físicos: discurso médico e

comportamento humano na Medicina Theologica (1794). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v.9, n.17, p.160-175, jan./jun. 2017.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GARNICA, A. V. M.; GOMES, M. L. M.; ANDRADE, M. M. As Memórias de Lacroix: a instrução pública na França revolucionária, em geral, e o ensino de matemática, em particular. *Bolema*, Rio Claro (SP), v. 26, n. 44, p. 1227-1260, dez. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bolema/a/yN4tZ85SFQpFkYMJJSrgMdXg/?lang=pt&format=pdf>
. Acesso em: 18 dez. 2023

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, E. M. *Estudo das estruturas das encadernações de livros do século XIX na coleção Rui Barbosa: uma contribuição para a conservação-restauração de livros raros no Brasil*. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Belas Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-7U5K6G>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GRANJA, L. A circulação dos impressos no Brasil do século XIX: atores do mundo dos livros. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, n.13, v.1, p. 1–195, jan./jun. 2021.

GUIMARÃES, M. R. C. Os manuais de medicina popular de Chernoviz na sociedade imperial. *Cantareira*, a. 2, v. 1, n. 5, p. 1-20, abr./ago. 2004.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. *Metodología de la investigación*. 4. ed. México, D. F.: McGraw-Hill, 2006.

IPARRAGUIRRE, I. P. *Diego Laínez*. Real Academia de la Historia, 2018. Disponível em: <https://dbe.rah.es/biografias/11566/diego-lainez>. Acesso em: 4 dez. 2023.

JACÓ-VILELA, A. M. et al. Os estudos médicos no Brasil do século XIX: contribuições à Psicologia. *Memorandum*, n. 7, p. 138-50, 2004. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/jacovilela01.htm>. Acesso em: 25 out. 2018.

JOVANOVIĆ, A. Línguas minoritárias (e ameaçadas) da Europa. *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 125-135, dez./fev. 2002-2003.

LAGES, C. L. L. Língua, literatura e impressos franceses no Brasil do século XIX. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 24, n. 50, p. 147-174, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Funcion%C3%A1rio/Downloads/22904-Texto%20do%20artigo-85848-1-10-20200708.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*. Brasília: Briguet de Lemos, 2003.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália, 1938. Tomo 2. Disponível em: https://ia802900.us.archive.org/2/items/leite-serafim-1938-historia-da-companhia-de-jesus-no-brasil-tomo-2/LEITE_Serafim_1938_Historia-da-Companhia-de-Jesus-no-Brasil_Tomo-2.pdf. Acesso em: 11 mai. 2022.

LEITE, S. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5ª, Brasiliana; v. 93). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/175/1/93%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

LEXIKON EDITORA DIGITAL. *iDicionário Aulete*: o que é o Dicionário Aulete Digital. [201-]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=o_que_e. Acesso em: 4 jul. 2023.

LOBO, F. B. A biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no Império. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, n. 334, p. 19-37, jan.-mar. 1982.

LOBO, F. B. *O ensino da Medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964. v.1.

MAGALHÃES, F. *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – 1832-1932*. Rio de Janeiro: Typ. A. P. Barthel, 1932.

MAIA, G. D. *Biografia de uma faculdade*: histórias e estórias da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

MALERBA, J. *A corte no exílio*: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, J. F. Frei Cristóvão de Lisboa, missionário no Maranhão e Grão-Pará (1624-1635), e a defesa dos índios brasileiros. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, n.13, p.323-352. 1996. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5625/5290>. Acesso em: 31 maio 2024.

MARTINS, W. *A palavra escrita*: história do livro, da imprensa e da biblioteca: com um capítulo referente à propriedade literária. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MAZAREM, J. R. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970)*. Última atualização 25 ago. 2023. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario>. Acesso em: 4 dez. 2023.

MCKITTERICK, D. A biblioteca como interação: a leitura e a linguagem da bibliografia. In: BARATIN, M.; JACOB, C. *O poder das bibliotecas*: a memória dos livros no Ocidente. Tradução: Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 94-107.

MEIRELLES, J. G. *A família real no Brasil*: política e cotidiano (1808-1821). São Bernardo do Campo, SP: UFABC, 2015.

MESQUIDA, P. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do *Ratio Studiorum*. *Educar em Revista*, n. 48, p. 235-49, abr./jun. 2013.

MEY, E. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briguet de Lemos, 1995.

MIRANDA, C. A. A. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 3. ed. rev. ampl. e atual. Recife: UFPE, 2017. *E-book*.

MORAES, R. B. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MOREIRA JÚNIOR, D. B. M.; FIGUEIREDO, A.; VIEIRA, C. Medicina e Império: grandes mudanças no panorama científico – de barbeiros a médico. *Revista Alpha*, Patos de Minas, v. 13, p. 9-19, 2012.

MOTTA, D. *Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014. Disponível em: <https://siteantigo.faperj.br/?id=2748.2.6>. Acesso em: 31 maio 2024.

MUSEU DO UNIVERSO DA FARMÁCIA. *Boticários*. [s.l.]: [s.n.], [2024]. Disponível em: <https://museudouniversodafarmacia.com.br/acervo/linha-do-tempo/boticarios/boticario>. Acesso em: 30 maio 2024.

NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (org.). *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília, DF: Briguet de Lemos, 2006.

NEVES, L. M. B. P. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, tomo 33, v. 2, p. 665-97, 1999. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/46229/1/Censura%2C_circulacao_de_ideias_e_esfera.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

NEVES, N. M. B. C. (org.). *A primeira faculdade de medicina brasileira: experiências vividas pelos seus grandes alunos*. Salvador: CREMEB, 2008.

NOVELLE LÓPEZ, L. *De la arcilla ao e-book: historia del libro y las bibliotecas*. Julio 2012. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17420/1/NOVELLE%20L%20C%20%93PEZ%20%20LAURA%20%20De%20la%20arcilla%20al%20E-book.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OCTAVIO, Rodrigo. *A Universidade: Creação e desenvolvimento dos cursos de ensino superior no Brasil: função social das Universidades*. Conferencia realizada na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1918. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Livraria Francisco Alves, 1918. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1002/52849.pdf?squence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 mai. 2022.

OLIVEIRA, J. C. *A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. *Revista da SBHC*, n. 17, 1997. Disponível em:

<https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=204>. Acesso em 20 dez. 2023.

OLIVEIRA, S. G. de. Repercussões do enquadramento da Covid-19 como doença ocupacional. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região*, Belo Horizonte, ed. esp., t. 1, p. 59-102, jul. 2020.

PERES, M. A. A. *et al.* O ensino da Psiquiatria e o poder disciplinar da enfermagem religiosa: o Hospício de Pedro II no segundo reinado. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 20, n. 4, p. 700-8, out.-dez. 2011.

PIEIDADE, M. A. R. *Introdução à teoria da classificação*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PIMENTA, T. S. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 11, supl. 1, p. 67-92, 2004.

PINHEIRO, A. V. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda. *In: I ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES E III ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO*, out. 2012, Rio de Janeiro.

PINHEIRO, A. V. Livro Raro: antecedentes, propósitos e definições. *In: SILVA, H. C.; BARROS, M. H. T. C. Ciência da informação: múltiplos diálogos*. Marília: Cultura Acadêmica, 2009. p. 31-44. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em 20 jan.2024.

PORTO EDITORA. *Olisiponense*. Porto: Porto Editora, [2023?]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/olisiponense>. Acesso em: 2 mar. 2023.

REIS, D. R. Impactos da tradução escrita no Brasil do século XIX. *Tradução em Revista*, Rio de Janeiro, n.18, 2015, p. 33-54. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24872/24872.PDF>. Acesso em: 17 dez. 2023.

RIBEIRO, B. A. F. Profissionais de saúde: da formação teórica em Portugal a práxis na colônia. *In: MONTEIRO, Y. N. (Org.). História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 217-26.

RIBEIRO, M.P. *Nova Gramática aplicada da língua portuguesa*. 13. ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2003.

RISSO, A. B.; MOURA, S. A. Língua como poder de influência: o francês no cenário internacional. *Revista Transformar*, Itaperuna, v.13, n.1), p.67-76, jan./jul. 2019. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/225/163>. Acesso em 2 dez. 2023.

ROCHA, S. N. *Catalogação, classificação de materiais bibliográficos e documentais*. Curitiba: UTFPR, 2010.

RODRIGUES, C. L. Humores e temperamentos: considerações sobre a teoria hipocrática. *Revista Páginas de Filosofia*, v. 9, n. 2, p. 109-20, jul.-dez. 2020.

RODRIGUES, M.C. Como definir e identificar obras raras?: critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/kjVbynXtsnhVZCcgNVPB6xH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RODRIGUES, M. C. O que é livro raro?, *ComCiência*, Campinas, n.127, 2011. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n127/a08n127.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

RODRÍGUEZ PARADA, C. Los catálogos e inventários en la historia del libro y de las bibliotecas. *BID - textos universitaris de biblioteconomia i documentació*, n. 18, juny 2007. Disponível em: <https://bid.ub.edu/sites/bid9/files/pdf/18rodri4.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ROSA, F. G. M. G. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In: PORTO, C. M. (Org.). *Difusão e cultura científica: alguns recortes*. Salvador: Edufba, 2009. p. 75-92.

ROSA, T. F. O Iluminismo e a expulsão dos jesuítas do Império Português; as reformas pombalinas e o plano dos estudos menores. *Revista de História Regional*, v. 19, n. 2, p. 361-83, 2014.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva de catalogadores e usuários. In: FUJITA, M. S. L. (org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 81-93.

RUCKSTADTER, F. M. M.; MACHADO, M. C. G. Um projeto católico de nação: Serafim Leite S. J. (1890-1969) e a obra *Páginas de História do Brasil*. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 18, n. 1, p. 111-21, jan./abr. 2015.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Tradução: Sérgio Duarte. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SANTOS FILHO, L. *História da medicina no Brasil (Do século XVI ao século XIX)*. São Paulo: Brasiliense, 1947. v. 2. (Coleção Grandes Estudos Brasilienses; v. III^A).

SANTOS, J. M. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan./jun. 2010.

SANTOS, J. M. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 8, n. 2, p. 175-89, jul./dez. 2012.

SCHULTZ, K. *Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Trada. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, L. M. Apresentação à edição brasileira. In: BLOCH, M. L. B. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002a. p. 7-14.

SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, L. M. La gran travesía de la Biblioteca Real Portuguesa: libros, libertad y el poder simbólico de las bibliotecas. In: AGUIRRE, C.; SALVATORE, R. D. (ed.). *Bibliotecas e cultura letrada em América Latina: siglos XIX y XX*. Lima: Pontificia Universidad Católica, 2018. p. 133-48.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, 2001.

SILVA, L. A. G. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. *Perspectivas em Ciências da Informação*, v. 13, n. 2, p. 219-37, mai./ago. 2008.

SOCIETY OF JESUS. *Opera Nostrorum (Opp. NN.)*. 2022. Disponível em: <http://www.sjweb.info/arsi/documents/OPPN.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SOUZA, L. K. ; FREITAS, L. B. L. A doação na literatura científica nacional: contribuições à psicologia moral. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 24, n. 1, p. 159-171, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/dqGNbkYx9b3nSRykSzchPZB/?format=pdf>. Acesso em 20 jan. 2024.

SOUZA, L. L. A Imprensa Régia: o tardio nascimento da imprensa no Brasil. *Verbum*, v. 9, n. 1, p. 310-23, maio 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/42346/pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

SOUZA, W. E. R.; CCRIPPA, G. O livro de bolso na França: diversidade e inovação entre os anos 1950 e 2000. *Diálogos*, Maringá, v. 19, n.3, p. 1337-1370, set. / dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33748/pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

STROUT, R. F. The development of the catalog and cataloging codes. *The Library Quarterly*, v. 26, n. 4, p. 254-75, Oct. 1956.

TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (orgs.). *História da saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018.

VARELLA, F. F. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. *Almanack Braziliense*, nº08, p. 117-26, novembro 2008.

VILLALTA, L. C. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

VIOTTI, A. C. C.; FRANÇA, J. M. C. (ed.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. São Paulo: Loyola, 2019.

ZOTTI, S. A. O ensino secundário no Império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 18, p. 29-44, jun. 2005.

FONTES

- Arquivo Histórico do Itamaraty (AIH)

BRASIL. *Tratado de Paz e Aliança celebrado entre Brasil e Portugal de 29 de Agosto de 1825*. (AHI: P17M25m).

- Arquivo Nacional (AN)

BRASIL. Arquivo Nacional. *Companhia de Jesus: expulsão dos jesuítas*. 25 jan. 2018. Disponível em:

http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3158:expulsao-dos-jesuitas&catid=2033&Itemid=215. Acesso em: 12 mai. 2022.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Físico-mor*. 24 nov. 2021. Disponível em:

https://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6258:fisico-mor&catid=2074&Itemid=215. Acesso em 30 maio 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional. *José Maria Bomtempo*. 19 dez. 2016. Disponível em:

<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/414-jose-maria-bomtempo>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Registro da carta de sangria e dentista de Vicente, Preto de Nação Angola*. 2 set. 1820. Disponível em:

<http://historialuso.arquivonacional.gov.br/images/media/Vicente.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Sangrar, sarjar, lançar ventosas e sanguessugas*. 20 ago. 2021. Disponível em: http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3497:carta-de-sangria&catid=140&Itemid=282. Acesso em: 13 abr. 2022.

CABRAL, D. Cirurgião-mor do Reino, Estados e Domínios Ultramarinos. 2011a. In: BRASIL. Arquivo Nacional. *Dicionário da Administração Pública Brasileira*. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/154-cirurgiao-mor-do-reino-estados-e-dominios-ultramarinos>. Acesso em: 13 nov. 2018.

CABRAL, D. Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. 30 ago. 2011b. In: BRASIL. Arquivo Nacional. *Dicionário da Administração Pública Brasileira*. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/171-escola-anatomica-cirurgica-e-medica-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 13 nov. 2018.

SANCTISSIMI domini nostri Clementis Papae XIV litterae informa brevis, quibus Societas Jesu nuncupata extinguitur, et supprimitur in universo orbe = Breve do Santíssimo Padre Clemente XIV pelo qual a Sociedade chamada de Jesus se extingue, e suprime em todo o orbe. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/images/media/cod_794.pdf. Acesso em: 12 mai. 2022.

- Biblioteca da Ajuda

BIBLIOTECA DA AJUDA. *O que é um incunábulo*. [2018?]. Disponível em: <http://bibliotecadaajuda.blogspot.com/2018/01/o-que-e-um-incunabulo.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

- Biblioteca de Braga

BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA. *Incunábulo*. 2022. Disponível em: <http://www.bpb.uminho.pt/?page=3&spage=1>. Acesso em: 16 mar. 2022.

- Biblioteca Histórica do Itamaraty (BHI)

BRUNET, J-C. *Manuel du Librairie et de l'Amateur de Livres*. 5. ed. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et Cie, 1860. v. 1.

MACHADO, D. B. *Bibliotheca Lusitana: histórica, crítica, e cronológica*. Lisboa Occidental: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

MENESES, S. C. *Svmma Política*. Lisboa: Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S., 1649.

NASCIMENTO, A. *O centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro – 1829-1929: primórdios e evolução da medicina no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1929.

OBRAS de Luis de Camões, Príncipe dos Poetas de Hespanha. 2. ed. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1782.

PEIXOTO, D. P. G. *Projecto de Estatutos para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, oferecido á Faculdade respectiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836.

- Biblioteca do Senado

ARMITAGE, J. *História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2011. (Edições do Senado Federal; v. 142). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580736/000970204_Historia_Brasil.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA, C. A. P. *Catalogo da Exposição Medica Brasileira realizada pela Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. 2 de dezembro de 1884. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221719>. Acesso em: 3 mai. 2022.

COSTA, C. *Catalogo Systematico da Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Organizado pelo dr. Carlos Costa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221722>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DINIZ, C. C. *Fontes selecionadas para pesquisa e estudo de obras raras e valiosas*. Brasília: Senado Federal, 2012. (Edições da Biblioteca do Senado Federal; v. 6). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242976>. Acesso em: 5 jul. 2022.

MAIS DE 1,3 mil obras raras estão disponíveis para download gratuito no site do Senado. Agência Senado, 24 jan. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/01/24/mais-de-1-3-mil-obras-raras-estao-disponiveis-para-download-gratuito-no-site-do-senado>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MONTEIRO, T. *História do Império: a elaboração da independência, 1803-1823*. Brasília: Senado Federal, 2018.

SILVA, A. M. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Oitava Edição Revista e Melhorada. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense, 1890. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos até o presente*. Lisboa: Na Typographia de M.P. de Lacerda, 1823. t.2. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>. Acesso em: 13 dez. 2023.

- Biblioteca Fiocruz

ALMEIDA, D. H. *Hegemonia e contra-hegemonia nas artes de curar oitocentistas brasileiras*. 2010. 209f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

BICHAT, Xavier, 1711-1802. *Anatomie Générale: appliquée a la Physiologie et a la Médecine*. A Paris: Chez Brosson, 1812. t.1. Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=16>. Acesso em: 2 mai. 2022.

ESCOLA Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, [201-]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 25 out. 2018.

FAGUNDES, F. R. R. *Boticas, funcionários do ultramar e intermediários do tráfico a serviço da cura: América Portuguesa e Angola (Séculos XVIII/XIX)*. 2016. 233f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

FIOCRUZ. Sistema de Informação em Biosegurança. Tópicos em Biosegurança. Biografia. *Hipócrates*. Rio de Janeiro: Ensp, [20--]. Disponível em: <https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/Biograf/ilustres/hipocrates.htm>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAES, Alice Ferry de. Os pioneiros da Ciência da Informação nos EUA. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 101-124, 2002. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4075/1/Os%20pioneiros%20da%20CI%20nos%20EUA.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

- Biblioteca Nacional

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, a. 2, n. 40, 5 de outubro de 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=233048&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=718>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20187&pagfis=40139>. Acesso em: 6 jul. 2023.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1877. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22carlos>

%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20187&pagfis=42140.
Acesso em: 6 jul. 2023.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1880. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22Carlos%20Antonio%20de%20Paula%20Costa%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=47666>. Acesso em: 6 jul. 2023.

ANNAES do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, Sessão em 27 de Junho de 1887. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pagfis=88794>. Acesso em: 6 jul. 2023.

BETTENCOURT, A. M. *A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

BIBLIOGRAPHIA Medica Internacional. Bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Movimento do mez de janeiro de 1887, obras adquiridas. *O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1887. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081272&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=58>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Hipólito José da Costa e a Imprensa no Brasil.* Catálogo da exposição. Rio de Janeiro, 1974. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1285840.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório de 1903.* Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873837&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pagfis=5512>. Acesso em: 6 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro, 1858. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=4290>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro, 1866. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=7008>. Acesso em: 6 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Império: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro, 1879. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&Pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pagfis=15619>. Acesso em: 6 jul. 2023.

BRAZIL. Rio de Janeiro, n. 3, 1884a. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=236055&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=1820>. Acesso em: 6 jul. 2023.

BRAZIL. Rio de Janeiro, n. 286, 1884b. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=236055&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=634>. Acesso em: 6 jul. 2023.

COSTA, C. Secção Livre: Hygiene Publica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 7 de abril de 1886. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_01&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=2298. Acesso em: 6 jul. 2023.

DIARIO DO BRAZIL. Rio de Janeiro, n. 47, 18 e 19 de abril de 1883. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=225029&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=1977>. Acesso em: 19 ago. 2022.

DIARIO DO BRAZIL. Rio de Janeiro, n. 110, 14 de Julho de 1883. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=225029&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=2227>. Acesso em: 6 jul. 2023.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 161, 1872. Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20187&pagfis=28871. Acesso em: 6 jul. 2023.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Sexta-feira 1 de novembro de 1876. Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20187&pagfis=35295. Acesso em: 6 jul. 2023.

DIARIO PORTUGUEZ. Rio de Janeiro, 1885. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=173878&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=1056>. Acesso em: 6 jul. 2023.

FIGUEIREDO, C. *Novo Dicionario da Língua Portuguesa*. Nova Edição Essencialmente Refundida, Corrigida e Copiosamente Ampliada. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1134853/drg1134853.pdf. Acesso em: 5 dez. 2023.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, n. 293, segunda-feira 17 de dezembro de 1883a. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=3211>. Acesso em: 6 jul. 2023.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, n. 294, terça-feira 18 de dezembro de 1883b. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=3216>. Acesso em: 6 jul. 2023.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 111, 23 de abril de 1880a. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pagfis=500. Acesso em: 19 ago. 2022.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Domingo 7 de março de 1880b. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22Carlos%20Antonio%20de%20Paula%20Costa%22&pagfis=283. Acesso em: 6 jul. 2023.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 176, Sabbado 25 de junho de 1887. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=%22Bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=12271. Acesso em: 6 jul. 2023.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Segunda-feira, 16 de abril de 1888. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=%22Bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=13643. Acesso em: 6 jul. 2023.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Terça-feira 9 de março de 1880c. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=%22Carlos%20Antonio%20de%20Paula%20Costa%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=292. Acesso em: 6 jul. 2023.

GAZETA LITTERARIA. Rio de Janeiro, 1884a. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700541&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=406>. Acesso em: 6 jul. 2023.

GAZETA LITTERARIA. Rio de Janeiro, 1884b. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700541&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=407>. Acesso em: 6 jul. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, Terça-feira 4 de dezembro de 1866.

Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=11101. Acesso em: 6 jul. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, Quinta-feira 29 de agosto de 1872.

Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20187&pagfis=5444. Acesso em: 6 jul. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, Quinta-feira 15 de maio de 1873.

Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20187&pagfis=6363. Acesso em: 6 jul. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, Domingo 25 de outubro de 1874.

Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pesq=%22carlos%20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20187&pagfis=9721. Acesso em: 6 jul. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, n. 202, Sabbado 22 de julho de 1882.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=6047. Acesso em: 6 jul. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, n. 197, quinta-feira 17 de julho de 1884.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22bibliotheca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=10804. Acesso em: 6 jul. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, n. 321, Segunda-feira 18 de novembro de 1889. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&Pesq=%22Carlos%20Antonio%20de%20Paula%20Costa%22&pagfis=24018. Acesso em: 6 jul. 2023.

LEITE, B. M. M. *Medicina de Padre*: Estudo sobre os fundamentos culturais da medicina jesuítica no Brasil Colonial. 2011. Disponível em:

https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2011/bruno_martins_leite_trab_revisado_0.pdf. Acesso em: 5 abr. 2022.

MAIA, E. J. S. Introdução. *Revista Médica Brasileira*, v. 1, n. 1, p. 3-6, 1841.

Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/146366/per146366_1841_00001.pdf.

Acesso em: 14 mai. 2022.

MORAES, R. B. Os primeiros livros publicados no Brasil. *Revista do Livro*, a. 16, n. 50, p. 37-50, mai. 2008. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/bndigital0002.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

O *PAIZ*. Rio de Janeiro, Terça-feira 9 de março de 1915. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22Carlo s%20Antonio%20de%20Paula%20Costa%22&pagfis=26785. Acesso em: 6 jul. 2023.

O *PROGRAMMA-AVISADOR*. Rio de Janeiro, 1885. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343366&pesq=%22bibliothec a%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn .br&pagfis=1528>. Acesso em: 6 jul. 2023.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRAZIL. Ed. 55-2, n. 1, p. 11, 1892. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=893676&pesq=%22carlos% 20antonio%20de%20paula%20costa%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pa gfis=43208>. Acesso em: 6 jul. 2023.

RIBEIRO, M. T. D. Cavaleiro das luzes: o conde da Barca e o surgimento da Imprensa Régia no Brasil. *Revista do Livro*, a. 16, n. 50, p. 73-86, mai. 2008. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/bndigital0002.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTOS, N. A propósito do primeiro centenário da imprensa. *Revista do Livro*, a. 16, n. 50, p. 51-64, mai. 2008. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/bndigital0002.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

UNIÃO MÉDICA. Rio de Janeiro, n. 8, 1887. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=337333&pesq=%22bibliothec a%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn .br&pagfis=4004>. Acesso em: 6 jul. 2023.

VINELLI, K. Escola de Medicina: uma visita á Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1882. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=%22Bibliot heca%20da%20faculdade%20de%20medicina%22&pasta=ano%20188&hf=memoria .bn.br&pagfis=4171. Acesso em: 6 jul. 2023.

- Legislação

BRASIL. *Decreto de 02 de Abril de 1808*. Estabelece uma cadeira de Anatomia no Hospital. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-2-4-1808.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. *Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879*. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 01 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO. *Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1826 – Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18339>. Acesso em: 15 abr. 2022.

- Universidades

AMARAL, J. L. *Duzentos anos de ensino médico no Brasil*. 2007. 207f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BARRA, S. H. S. *Entre a corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1921)*. 2006. 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BARROSO, R. A. *Medicina no Brasil de 1808 a 1840: desvendando a coleção de leis do Império do Brasil*. 2015. 181f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CHERNOVIZ, P. L. N. *Diccionario de Medicina popular e das sciencias acessarios para uso das famílias contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; As receitas para cada moléstia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As águas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes*. E muitos conhecimentos úteis. Sexta Edição consideravelmente augmentada, posta a par da sciencia, e acompanhada de 913 figuras Intercaladas no texto. Volume Primeiro A – F. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947>. Acesso em: 9 mai. 2022.

COMPENDIO historico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados. Lisboa: Universidade de Coimbra, 1772. Disponível em: <https://ia902702.us.archive.org/15/items/compendiohistor00coutgoog/compendiohistor00coutgoog.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022.

CUNHA, M. C. *A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos da educação superior no estado da Bahia*. 2002. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

LAHUERTA, F. M. *Geografias em movimento: território e centralidade no Rio de Janeiro joanino (1808-1821)*. 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAIA, P. A. *Práticas terapêuticas jesuíticas no império colonial português: medicamentos e boticas no século XVIII*. 2012. 241f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOTTA, R. T. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El-Rei no início do século XIX - a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. 2000. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

PEDRÃO, G. B. *A construção do catálogo de Panizzi: uma análise documental*. 2019. 156f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Marília/SP, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Museu de Arte Sacra*. [20--]. Disponível em: <https://mas.ufba.br/catedra-de-aula-magna-0>. Acesso em: 6 mai. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Um pouco de nossa história*. 2022. Disponível em: <https://www.medicina.ufrj.br/pt/conteudos/paginas/historia/principal>. Acesso em: 15 mar. 2022.

VILLALTA, L. C. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. 1999. 443f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VIOTTI, A. C. C. **As práticas e os saberes médicos no Brasil Colonial (1677-1808)**. 2012. 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, F. C. *A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888*. 2012. 246f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. 2v.

AZEVEDO, F. C. *A política de seleção do Real Gabinete Português de Leitura: identificação a partir da compilação de atas e relatórios do período de 1837-1847*. 2007. 114f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BESSONE, T. M. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. 2. ed. São Paulo: USP, 2014.

CANFORA, L. *A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1989. 195 p.

DEAECTO, M. M. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp, 2011.

ELLIS, M. Documentos sobre a primeira biblioteca oficial de São Paulo. *Revista de História*, v. 30, p. 387-447, 2. trim. 1957. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/030/A007N030.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

FERRAZ, I. M. C. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. *Trans-informação*, v. 3, p. 90-114, jan./dez. 1991.

FREIRE, S. C. *Biografia de uma biblioteca: o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1938)*. 2023. 184f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SCHAPOCHNIK, N. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. 270f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, L. G.; SILVA, J. F. M. Identificação de obras listadas em antigos catálogos e inventários: relato de experiência e sugestão de metodologia. *Biblionline*, v. 11, n. 2, p. 183-93, 2015.